



**QUADRO
DE RECUPERAÇÃO
DA COVID-19
EM ÁFRICA**

Esta publicação foi produzida em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o apoio da União Europeia e do Governo da Suécia.



Com contributos adicionais de



Esta publicação foi produzida no quadro do projecto do “Reforço da governação do risco de catástrofes e capacidades de recuperação”, financiado pela União Europeia e pela Organização dos Estados da África, Caraíbas e Pacífico e implementado pelo PNUD. Os seus conteúdos são da exclusiva responsabilidade da AUC e do PNUD e não reflectem necessariamente as opiniões da União Europeia e da Organização dos Estados da África, Caraíbas e Pacífico.

Copyright © 2022 Comissão da União Africana

Conteúdos

Prefácio	5
Agradecimentos	6
Abbreviations	7
Sumário Executivo	10
Histórico	10
Avaliação Situacional	11
Estratégias de recuperação	15
Acordos institucionais	18
Mecanismos financeiros	18
Considerações sobre a implementação	19
Próximos passos	19
I. Introdução	20
Histórico	20
Porque é que a COVID-19 é uma catástrofe e um desafio sem precedentes para África	20
O que é um Quadro de Recuperação?	22
Objectivos	23
Princípios	24
Metodologia	24
Como utilizar o Quadro	25
II. Avaliação Situacional	27
Histórico	27
Consequências para a saúde	27
Efeitos macroeconómicos	30
Impactos humanos	31
Resultados económicos	40
Efeitos transversais	42
Impacto Baseado na Tipologia do País	46
III. Medidas de Recuperação	49
Objectivos estratégicos	49
Prioridades Continentais e Regionais	49
Saúde	50
Desenvolvimento Humano	55
A pandemia da COVID-19 ameaça afectar países com desenvolvimento humano baixo e médio	55
Recuperação económica	58
Questões transversais	64
Recomendação para a Recuperação Económica com Base na Tipologia do País	73
O Empurrão em Direcção aos OSD e outros cenários	76
IV. Acordos Institucionais para Implementação do Quadro	82
Acordos institucionais a três níveis	83
Nível continental	83
Nível regional	84
Nível nacional	84

Principais considerações para os acordos institucionais	85
Escolher uma entidade principal eficaz para gerir a recuperação	85
Legislar no sentido de estabelecer um quadro para a(s) instituição(ões) responsável(is) pela recuperação	87
A Equipa de Recuperação	88
Garantir a participação da comunidade	89
Apoiar o papel do sector privado	89
Garantir a coordenação governamental e a implementação local	90
Lista de verificação do Capítulo IV	91
V. Mecanismos Financeiros para Implementação do Quadro	92
Quantificar rapidamente os custos económicos da pandemia	92
Desenvolver orçamentos de recuperação pós-pandémicos	93
Identificar e mobilizar fontes de financiamento	93
Sistemas públicos de gestão financeira	101
Lista de verificação do Capítulo V	103
VI. Considerações sobre a implementação para o Quadro	104
Criar sistemas de monitorização e avaliação	104
Estabelecer mecanismos de feedback e de tratamento de reclamações	108
Adoptar procedimentos de implementação acelerados	108
Apoiar a implementação local	108
Desenvolver sistemas de aprovisionamento adaptados ao contexto da recuperação	109
Estabelecer uma estratégia de comunicações para a recuperação	110
Promover a transparência na recuperação	111
Próximos passos para implementação do Quadro	112
Lista de verificação do Capítulo VI	114
Anexo 1: Informações detalhadas sobre metodologia	115
Anexo 2: Recomendações Detalhadas de Recuperação para o Sector da Saúde	119
Anexo 3: Recomendações Detalhadas para a Recuperação Económica	123
Continental	123
Medidas comuns a todas as regiões	125
Anexo 4: Debates de Grupos de Foco	134
References	137

Prefácio



A crise relacionada com a COVID-19 revelou como as sociedades modernas são susceptíveis aos riscos sistémicos e que um “efeito dominó” através dos sistemas infraestruturais, sociais, ambientais, políticos e económicos em cada sociedade pode alterar ou perturbar completamente a sua configuração original. A pandemia e outras em África exacerbaram ainda mais a vulnerabilidade, particularmente para as mulheres, crianças, pessoas com deficiências, populações deslocadas e refugiados e para os pobres, entre outros grupos vulneráveis, exigindo uma abordagem holística à recuperação para garantir que ninguém é deixado para trás. Planear e implementar intervenções de recuperação informadas pelo risco e resilientes dos impactos da COVID-19, será fundamental para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e as Aspirações Africanas conforme definido na Agenda 2063.

Tomando conhecimento desta necessidade, os Chefes de Estado e de Governo da União Africana expressaram um forte compromisso com a resposta à e recuperação da COVID-19 através da sua Trigésima Quarta Sessão Ordinária (Decisão - Assembleia/UA/Dec.797(CCCIV) realizada em Fevereiro de 2021 em Adis Ababa, Etiópia e posteriormente na Cimeira sobre o Financiamento das Economias Africanas realizada a 18 de Maio de 2021 em Paris. A Assembleia da União realizou um apelo robusto para um envolvimento mais próximo dos sectores e das partes interessadas para esforços harmonizados e coordenados em resposta e na recuperação da COVID-19 no continente. Isto foi reiterado novamente pelo Conselho para a Paz e a Segurança na sua 1043ª reunião realizada a 29 de Outubro de 2021 em Adis Abeba, Etiópia. Adicionalmente, o Comité Técnico Especializado sobre Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Ambiente, entre 9 e 10 de Novembro de 2020, encorajou os Estados-Membro, a Comissão da União Africana (AUC) e as Comunidades Económicas Regionais (REC) a mobilizarem recursos financeiros, técnicos e humanos para abordar os esforços de recuperação.

A este respeito, a AUC, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e outras partes interessadas, desenvolveu um Quadro para Recuperação da COVID-19 para África. O objectivo é fornecer orientação e soluções para uma recuperação resiliente com base nos conhecimentos/ferramentas/directrizes, boas práticas existentes e experiências recentes na recuperação da COVID-19. O objectivo do Quadro é guiar esforços resilientes de recuperação socioeconómica a nível continental, regional e nacional a partir de uma perspectiva multirrisco, criando condições prévias para a construção de sociedades resilientes no continente africano. O Quadro foi desenvolvido em colaboração com as (REC). Também recebeu contributos de um questionário web aos Estados-Membro, de debates de grupos de foco com as partes interessadas, contributos da Plataforma Regional Africana para a Redução do Risco de Catástrofe e outros mecanismos consultivos.

Estamos ansiosos por colocar este Quadro em prática ao nível continente, regional e nacional para facilitar uma recuperação rápida e resiliente da pandemia e outras crises que impactam actualmente o continente. A UA pede aos parceiros de desenvolvimento, REC e Estados-Membros que juntem esforços na implementação desta agenda transformativa para o continente.

Atenciosamente,

Embaixadora Josefa Leonel Correia Sacko.

Comissária.

Departamento para a Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Desenvolvimento Sustentável,

Comissão da União Africana.

Agradecimentos

O Quadro de Recuperação e a sua Avaliação Situacional foram orientados por Gatkuoth Kai (AUC) sob a liderança global do Sr. Harsen Nyambe (AUC) e com o apoio de vários colegas da AUC incluindo Ndinaye Charumbira, Aboubakar Diane, Nomsa Thembekile Dube, Sandra Kemeh, Alain Koualao, Lusajo Ambukege, Maryanne Muriuki, John Mathias, Leah Wanambwa, Pamela Levira e Nicodemus Nyandiko (PNUD). O quadro recebeu contributos alargados dos Pontos Focais para a Redução do Risco de Catástrofes (RRC) dos Estados-Membro da UA durante o seu desenvolvimento. A nível regional, chegaram valiosos contributos do Dr. Ahmed Amdihun (IGAD) e dos participantes nos debates dos grupos de foco (consulte a lista completa no Anexo 4).

O processo de desenvolvimento do Quadro de Recuperação da UA foi apoiado pelo PNUD sob a liderança da Sr^a Cecilia Aipira (PNUD), da Sr^a Rita Missal (PNUD) e do Dr. Reshmi Theckethil (PNUD) e foi coordenado pelo Dr. Joe Leitmann (Líder de Equipa e Especialista em Recuperação). As contribuições para os sectores foram realizadas pela seguinte equipa de especialistas:

- Dr. Partha Banerjee (Responsável de Sector, Resultados Económicos)
- Dr. Debabani Chakravaty (Resultados Económicos)
- Sr. Monica Trujillo (Responsável de Sector, Impactos Humanos)
- Sr. Joana Sampainho (Analista de Programa do PNUD, Impactos Humanos)
- Dr. André Griekspoor (Responsável de Sector, Saúde)
- Dr. Ernest Dabire (Saúde)
- Dr. Stephen Devereux (Responsável de Sector, Protecção Social)
- Dr. Namhla Mniki-Mangaliso (Consultora, Género)
- Dr. Eric Loubaud (PNUD, RRC)
- Sr. Moortaza Jiwani (Conselheiro Técnico PNUD, RRC)

As seguintes pessoas também contribuíram para o Quadro de Recuperação da UA: Dr. Prachi Acharaya (PNUD), Sr. Samuel Akera (PNUD), Dra. Roselyn Akombe (PNUD), Dr. Ali Ardalan (OMS), Sr. Adama Bamba (AYAB-RRC), Sr^a. Diana Mosquera Calle (UNDRR), Dr. Kisan Gunjal (Consultor/FAO), Sr^a Renata Jagustovic (PNUD), Sr. Mankan Kone (FAO), Dr. Essy Kinyua (Consultor/UNDRR), Dr^a. Sandrine Koissy-Kpein (PNUD), Dr. Roberto Lomoriello (UNDRR), Dr. Neil Marsland (FAO), Dr^a. Namhla Mniki-Mangaliso (Consultant), Dr. Nicodemus Nyandiko (PNU), Sr. David Omozuafoh (PNUD), Sr. Bryan Tumwa (UNV)

O Quadro de Recuperação também beneficiou grandemente da revisão independente de pares do Prof. Dewald van Niekerk, Director do Centro Africano para os Estudos de Catástrofes na Universidade North-West, África do Sul e o do Sr. Krishna Vatsa Membro, Autoridade Nacional para a Gestão de Catástrofes, Governo da Índia.

Foram recebidos contributos adicionais de parceiros internacionais no Banco de Desenvolvimento Africano (Zerihun Alemu e Tom Owiyo), Fundo Monetário Internacional (Jules Leichter) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Raymond Gilpin). As contribuições dos principais grupos de partes interessadas foram feitas através de debates de grupos de foco com a comunidade académica e de investigação, a sociedade civil e o sector privado; foram também realizadas consultas com os economistas nacionais do PNUD (consultar a lista completa no Anexo 4).

Abbreviations

AfCFTA	Zona Continental de Comércio Livre de África
AfDB	Banco de Desenvolvimento Africano
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
AUC	Comissão da União Africana
AUDA	Agência para o Desenvolvimento da União Africana
AWGDRR	Grupo de Trabalho Africano para a RRC
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
CCA	Adaptação às alterações climáticas
CDC (África)	Centro para o Controlo de Doenças
COMESA	Mercado Comum para a África de Leste e Austral
COVID -19	Doença do Coronavírus 2019
CRNA	Avaliação das Necessidades de Recuperação da COVID-19
DARBE	Departamento da Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Desenvolvimento Sustentável
DEA	Departamento Sul-Africano para os Assuntos Ambientais
DMMU	Unidade Gestão e Mitigação de Catástrofes (Zâmbia)
DSSI	Iniciativa de Suspensão do Serviço de Dívida
EAC	Comunidade do Leste Africano
ECOWAS	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
EPP	Equipamento de Protecção Pessoal
e-SISTAFE	Sistema Electrónico de Administração Financeira do Estado (Moçambique)
EWS	Sistemas de Alerta Precoce
FAO	Organização para a Alimentação e Agricultura
FDI	Investimento Estrangeiro Directo
FEM	Fórum Económico Mundial
FMI	Fundo Monetário Internacional
FTE	Equivalente a Tempo Inteiro
GHG	Gases de Estufa
IDWGDRR	Grupo de Trabalho Inter-Departamental para a RRC
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
IGAD	Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento
IHME	Instituto para as Métricas e Avaliação da Saúde

INFF	Quadro de Financiamento Nacional Integrado
INGC	Instituto Nacional para a Gestão de Catástrofes de Moçambique
KOSAP	Projecto de Acesso à Energia Solar Fora da Rede do Quénia
LDC	Países Menos Desenvolvidos
LIDC	Países em Desenvolvimento de Baixos Rendimentos
M&A	Monitorização e Avaliação
MDTF	Fundo Fiduciário Multi-doador
MER	Taxa de Câmbio de Mercado
MHEWS	Sistemas de Alerta Precoce Multi-Perigos
MIS	Sistemas de Informação para a Gestão
MSME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
NDMA	Agências Nacionais para a Gestão de Catástrofes
NEET	Formação Educativa Para Desempregados
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
NFFS	Estratégias de Financiamento da Floresta Nacional
NSPS	Política Nacional de Protecção Social (Estratégia)
NTFP	Produtos Florestais Não-Madeireiros
ODA	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OMM	Organização Meteorológica Mundial
OMS	Organização Mundial de Saúde
PDI	Pessoas Deslocadas Internamente
PFM	Sistemas de Gestão do Financiamento Público
PIB	Produto Interno Bruto
PLHIV	Pessoas que vivem com VIH
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PoA	Programa de Acção da AUC para a Implementação do Quadro de Sendai
PPC	Paridade do Poder de Compra
PPP	Parceria Público-Privada
PROFISHBLUE	Programa para a Melhoria da Governação das Pescas e dos Corredores Comerciais da Economia Azul (Marinha)
RCA	República Centro-Africana
RDC	República Democrática do Congo
REC	Comunidade Económica Regional
RID	Desenvolvimento Informado Pelo Risco

RMS	Sistema de Monitorização de Resultados
RRC	Redução do Risco de Catástrofe
SACU	União Aduaneira da África Austral
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SDFP	Política de Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável
SFDRR	Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes
Sida	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
SIDS	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
SSA	África Subsaariana
STEM	Ciência, tecnologia, engenharia e matemática
TB	Tuberculose
TFTA	Acordo Tripartido de Comércio Livre
TI	Tecnologias de Informação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TVET	Educação e Formação Técnica e Vocacional
UA	União Africana
UNCT	Equipa Nacional das Nações Unidas
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNDRR	Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Catástrofe
UNECA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
UNWTO	Nações Unidas Organização Mundial do Comércio
VBG	Violência Baseada no Género
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana
WARF-P	Programa Regional para as Pescas da África Ocidental
WB	Banco Mundial

Sumário Executivo

Histórico

Resumo. A história da COVID-19 em África tem bastantes nuances e ainda se está a desenrolar. África, felizmente, sobreviveu à catástrofe e ao colapso total dos serviços de saúde conforme tinha sido antecipado nos primeiros dias da pandemia. No entanto, à medida que os países africanos e o resto do mundo encerraram as suas fronteiras e aplicaram o confinamento e as medidas de distanciamento social, milhões de africanos perderam as suas subsistências no sector informal, milhões de crianças ficaram em escola - algumas das quais poderão nunca voltar (particularmente raparigas devido ao casamento precoce e gravidez na adolescência) e a produção agrícola e as cadeias de abastecimento alimentar foram interrompidas, resultando em insegurança alimentar e em atrofamento das economias. A pandemia exemplificou a natureza sistémica dos riscos atualmente e levantou questões sobre a robustez dos sistemas de governação do risco de África, para a prevenção de catástrofes e o desenvolvimento informado pelo risco.

Quando a pandemia entrou no segundo ano, a recessão económica tornou-se mais evidente em todo o continente com o Produto Interno Bruto (PIB) africano a diminuir 2,1% em 2020. No entanto, o PIB real cresceu 3,4% em 2021 mas a pandemia empurrou 30 milhões de africanos ainda mais para a pobreza extrema e foram perdidos cerca de 22 milhões de empregos no mesmo ano. As restrições severas relacionadas com a COVID-19 e os subsequentes impactos económicos levaram a conflitos civis em alguns países africanos. A mutação contínua do vírus significa que, embora África tenha sido poupada a impactos sanitários graves até agora, o continente poderá ainda estar à sua mercê. África está com dificuldades para expandir a implantação da vacinação, com apenas 15 por cento da população com a vacinação completa (à data de Março de 2022). A taxa de vacinação tem de aumentar seis vezes se o continente quiser atingir a meta de 70 por cento até meio de 2022.

As repercussões da COVID-19 que se estão a sentir actualmente deverão deixar cicatrizes duradouras. E para os milhões de raparigas que desistiram da escola em todo o continente, os impactos da pandemia podem já ter selado os seus futuros. As consequências da pandemia, combinadas com a pobreza, o espaço fiscal limitado, o endividamento elevado, as alterações climáticas, os conflitos e outras limitações, enfraquecerão provavelmente a capacidade do continente alcançar as aspirações da Agenda 2063 e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Poderá mesmo fazer regredir os ganhos socioeconómicos arduamente conseguidos por África antes da COVID-19.

A pandemia está a testar a resiliência social, económica e política do continente. Enquanto o continente permanece o mais vulnerável e continua a ser perseguido por muitas limitações socioeconómicas, políticas e ambientais, as capacidades e resiliência das sociedades africanas não podem ser subestimadas. Mesmo num espaço fiscal sobrecarregado, muitos países africanos, como a Argélia e a Etiópia, para nomear alguns, colocaram em prática sistemas de protecção para mitigar o sofrimento dos mais desfavorecidos do continente. A pandemia também acelerou o fornecimento e adopção de serviços digitais, os quais se tornaram críticos durante os confinamento, sendo que os benefícios dos mesmos deverão continuar para além da pandemia.

À medida que avançamos no meio da incerteza, os líderes africanos enfrentam o triplo desafio de (1) compreender o impacto socioeconómico de uma meta em movimento, (2) recuperar da COVID-19 ao mesmo tempo que se abordam as vulnerabilidades e (3) fazê-lo com diminuição de recursos. A tarefa hercúlea também apresenta uma oportunidade para África reconstruir melhor as suas economias e sociedades. Os confinamentos e restrições ao turismo médico podem oferecer incentivos para muitos governos africanos executarem reformas no sector da saúde. Os investimentos em energia limpa, tecnologia digital, produtividade agrícola e igualdade de género podem apoiar uma recuperação resiliente, criar emprego, reduzir a desigualdade de género e acelerar a conquista global de alguns dos ODS e aspirações da Agenda 2063.

A crise relacionada com a COVID-19 revelou como as sociedades africanas são susceptíveis aos riscos sistémicos e que um “efeito dominó” através dos sistemas infraestruturais, sociais, ambientais, políticos e económicos em cada sociedade pode alterar ou perturbar completamente a sua configuração original. Na mesma linha, as estratégias reparadoras para o impacto devastador da pandemia em África têm de ser multidimensionais e focar-se nos vários riscos que as sociedades estão a enfrentar e criar capacidade para a sociedade se preparar para as rupturas, lidar com e recuperar das mesmas caso ocorram e adaptar-se a novas condições. Isto requer um quadro de recuperação que não se foque em políticas isoladas (tais como políticas sanitárias ou económicas avulsas) mas como um todo integrado.

Dada a imprevisibilidade do vírus e as incertezas em torno da forma como África irá responder e adaptar-se à pandemia em evolução, a Comissão da União Africana tomou a iniciativa de desenvolver um Quadro de Recuperação, para guiar os seus Estados-Membro, parceiros internacionais e outras partes interessadas no planeamento, priorização e implementação de uma recuperação resiliente. Reconhece as enormes diversidades no seio do continente e a necessidade de existir um entendimento detalhado dos contextos diversos de África, com a consciência que a COVID-19 permanece um desafio comum.

MENSAGEM-CHAVE Nº 1: Embora a COVID-19 seja um desafio sem precedentes para os países e regiões de África, é também uma oportunidade para melhorar a gestão dos riscos e regressar a um caminho de crescimento social e económico sustentável.

Avaliação Situacional

Durante o desenvolvimento do Quadro de Recuperação, uma Avaliação Situacional analisou as várias dimensões dos efeitos e impactos que a COVID-19 teve nos países africanos. O documento completo está disponível [aqui](#) e inclui: metas, objectivos e metodologia da Avaliação; consequências sanitárias; impactos macroeconómicos; impactos humanos; resultados económicos e respostas iniciais; e efeitos transversais abrangendo a protecção social, a governação e o estado de direito, género, redução do risco de catástrofes, migração, impactos ambientais e psicossociais. Os dados regionais e outros dados são fornecidos num volume separado de anexos que pode ser encontrado [aqui](#). A Avaliação Situacional forneceu a base para as estratégias e recomendações propostas no Quadro de Recuperação.

Impactos gerais da COVID-19 em África. Enquanto muitos países em todo o mundo experienciaram várias ondas de surtos, África não viveu tanta devastação como os outros continentes em termos de mortalidade e casos¹. Por exemplo, a África Ocidental, com uma população de 367 milhões de pessoas, teve 412 178 casos confirmados de COVID-19 com 5363 mortes à data de meados de Março de 2021; em contraste, os EUA registaram quase 30 milhões de casos e 530 000 mortes no mesmo período, apesar de terem uma população ligeiramente menor (328 milhões de pessoas). No entanto, o continente sofreu impactos socioeconómicos desproporcionais com consequências que se estenderão durante muitos anos. A dependência de muitas economias africanas dos recursos naturais e a prevalência de elevadas taxas de pobreza, acompanhada pela baixa capacidade de reacção, resultou no efeito devastador da COVID-19 através de importantes sectores socioeconómicos e enfraquecerá provavelmente a capacidade do continente atingir as aspirações da Agenda 2063 e os ODS. As secções abaixo fornecem mais detalhes sobre alguns dos principais impactos da COVID-19 em África.

¹Ter em conta as limitações e desafios da recolha e gestão de dados em muitos estados africanos e a elevada probabilidade de relatórios deficitários de casos de COVID-19.

MENSAGEM-CHAVE Nº 2: Os impactos sanitários, macroeconómicos, humanos, económicos e transversais da pandemia aumentaram a pobreza, diminuíram o desenvolvimento económico e minaram os esforços para alcançar a Agenda 2063 e os ODS.

Efeitos e Impactos na Saúde: A população africana tem sido em grande medida poupada à devastação da COVID-19. No entanto, a combinação das baixas taxas de vacinação, que estavam nos 15% à data de Março de 2022, e da natureza imprevisível do vírus podem ainda virar a maré em relação às taxas de infecção e mortalidade. A repercussão crítica da pandemia foi as perturbações na prestação de serviços de saúde essenciais como para o VIH/SIDA, tuberculose e serviços de prevenção e tratamento da malária e serviços essenciais de saúde materna e da criança, incluindo a imunização. Isto deve-se aos recursos serem desviados para as medidas de prevenção da COVID-19 e ao receio de contrair a doença em unidades de saúde. Por exemplo, a COVID-19 deixou 62,1 milhões de crianças sem acesso a serviços de imunização em África e em risco de contraírem doenças mortais e evitáveis tais como difteria, tétano, tosse convulsa, sarampo, poliomielite e malária.

Impactos Macroeconómicos: Em África, a COVID-19 provou ser uma catástrofe económica devastadora em vez de sanitária. O PIB global de África diminuiu 2,1% em 2020 em relação ao ano anterior, enquanto a inflação aumentou para 10,4% anuais no mesmo ano. As exportações diminuíram 18 por cento e as importações 23 por cento em 2020. Adicionalmente, as remessas diminuíram 12,5 por cento em 2020 mas excederam a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (ODA) e o Investimento Directo Estrangeiro (FDI). As consequências destas diminuições resultaram num terço dos africanos em idade activa pararem de trabalhar, particularmente mulheres e jovens. Em 2021, no entanto, o PIB real cresceu 3,4% mas a pandemia empurrou 30 milhões de africanos ainda mais para a pobreza extrema e foram perdidos cerca de 22 milhões de empregos no mesmo ano.

Impacto Humano: A análise global indica que quase todos os indicadores de impactos humanos (pobreza, segurança alimentar, má nutrição, educação, inclusão social, incluindo a igualdade de género) regrediram devido à COVID-19. A pandemia pode mesmo pedir um novo olhar à abordagem ao desenvolvimento humano, que assume que o desenvolvimento humano é um processo linear. Em 2020, cerca de 23 milhões de africanos resvalaram para a pobreza extrema como resultado da crise associada à COVID-19, atingindo um total de 467 milhões de pessoas na região, acima dos 439 milhões em 2019. Até ao final de 2021, os números podem aumentar em 29 milhões, elevando o total para 478 milhões (Daniel, Gerszon, Mahler et al., 2021).

Em relação aos **ODS e Agenda 2063** de África, o continente já enfrentava desafios significativos para atingir estas agendas em 2019. Dadas as enormes consequências da crise, as barreiras serão muito maiores daqui em diante. Estima-se que, sem um empurrão sólido aos ODS, o ODS-1 (Erradicação da Pobreza) e o ODS-2 (Erradicação da Fome) não serão alcançados em África. Os outros ODS também necessitarão de atenção significativa, nomeadamente o ODS-3 (Saúde), o ODS-4 (Educação), o ODS-5 (Igualdade de Género) e o ODS-8 (Trabalho Condigno). Ao mesmo tempo, existiram alguns resultados positivos inesperados com a crise, tal como no ODS-7 relacionado com a energia acessível e limpa, no ODS-12 sobre o consumo responsável e no ODS-15 sobre vida e território devido à diminuição da pressão sobre o ambiente. Similarmente, é também necessária atenção significativa para impulsionar a realização da Aspiração 1 (Uma África próspera baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável), 4 (Uma África pacífica e segura) e 6 (uma África, cujo desenvolvimento seja impulsionado pelas pessoas, assente no potencial dos africanos, especialmente das suas mulheres e jovens e cuidando das crianças) da Agenda 2063.

Resultados Económicos: A perturbação induzida pela pandemia nas cadeias de valor globais exerceu uma pressão descendente na taxa de crescimento de África, empurrando a região para a sua primeira recessão em 25 anos. O rácio entre o total de exportações e o total de importações está a diminuir para África: em 2018 foi de 0,81, em 2019 diminuiu para 0,77 e em 2020, durante a COVID-19, reduziu drasticamente para 0,70. A COVID-19 teve um impacto severo em todos os sectores críticos que contribuem para o crescimento económico em África, incluindo a agricultura, a extracção mineira, o turismo e outras indústrias não essenciais, com a excepção das telecomunicações. No importante sector agrícola, existiram impactos negativos no processamento alimentar, no emprego no sector agrícola e alimentar, no preço dos alimentos, no rendimento da agricultura e nas mercadorias agrícolas importadas. Adicionalmente, os trabalhadores da economia informal (cerca de 85 por cento do emprego total em África e sobre-representados pelas mulheres) são os mais atingidos pela pandemia por exemplo, os recicladores de lixo, vendedores de rua, trabalhadores migrantes, trabalhadores dos transportes, trabalhadores da construção civil, trabalhadores domésticos e pequenos lojistas. Como resultado, estima-se que o emprego total em África tenha diminuído de 456,8 milhões para 452,8 milhões de pessoas entre 2019 e 2020.

Impacto nas Questões Transversais: A COVID-19 não poupou nenhuma área quer seja a social, ambiental, governação, económica, etc. Os esquemas e sistemas de **protecção social** foram alargados e aprofundados em resposta à COVID-19 em quase todos os países. As transferências de dinheiro foram o instrumento mais comum com 36 países (67%) a criarem programas relacionados com a COVID-19, e 18 (33%) a expandirem programas existentes verticalmente (mais benefícios) e/ou horizontalmente (mais beneficiários). A resposta pandémica teve geralmente impactos negativos na **governação** e no Estado de direito. Alguns países vivenciaram a militarização da resposta à COVID-19 com a polícia e as forças armadas a aplicarem as políticas de confinamento e, em alguns casos, resultaram em violações dos direitos humanos. A crise exacerbou as desigualdades de **género** já existentes, revelando um impacto significativo diferenciado por género na participação económica e emprego das mulheres, assim como um aumento do trabalho não remunerado na área dos cuidados. A exposição à violência baseada no género (VBG), os riscos para a saúde física e mental e para a educação são também evidentes dos dados mais recentes. A disparidade de género na África Subsaariana (SSA) caiu de 66,6% em 2020 para 66,1% em 2021, reflectindo a inversão dos ganhos conseguidos até à data em direcção à igualdade de género. A esta taxa, demorará cerca de 122 anos a fechar a disparidade.

A pandemia colocou pressão nos já fracos sistemas de **redução do risco de catástrofe** (RRC), desviou recursos de outras crises e contribuiu para os efeitos em cascata das catástrofes. Os mecanismos de coordenação, compromissos financeiros e quadros legais existentes para a RRC de muitos países, foram colocados de lado e foram desenvolvidos novos mecanismos. A COVID-19 reduziu a **emigração** devido ao fecho das fronteiras nacionais e internacionais e teve um impacto negativo nos **fluxos das remessas**. A COVID-19 teve impactos ambientais positivos e negativos através da melhoria da qualidade do ar e da água potável e da má gestão dos resíduos e perda de biodiversidade, respectivamente. A pandemia também prejudicou o bem-estar **psicossocial** da população africana, cujos impactos ainda poderão demorar vários anos a compreender.

Impactos Regionais. Quando possível, a Avaliação Situacional também considerou os impactos regionais da pandemia. As principais conclusões por região incluem:

- **África Central** - a COVID-19 contribuiu particularmente para ou afectou os refugiados na África Central. A região respondeu com o seu próprio conjunto de medidas de recuperação iniciais. As respostas de protecção social nesta região foram dominadas pela ajuda alimentar e subsídios aos serviços públicos.

- **África Oriental** - os impactos da COVID-19 interligaram-se com várias catástrofes incluindo a pior invasão de gafanhotos do deserto em 70 anos, inundações e aumento dos conflitos. A COVID-19 também resultou numa diminuição económica em torno do turismo e das indústrias das flores/horticultura especialmente no Quênia, Ruanda, Uganda e Tanzânia. As respostas de protecção social incluíram esquemas de transferência de dinheiro novos ou alargados e medidas para proteger a segurança alimentar, sempre uma preocupação no Corno de África.
- **Norte de África** - Esta região foi caracterizada por resultados económicos mistos e crescimento positivo nas remessas. Uma gama completa de medidas de recuperação iniciais foram implementadas em metade dos países na região, com as transferências de dinheiro a serem o instrumento de protecção social mais comum. Marrocos introduziu o maior programa de transferência de dinheiro da COVID-19 em África, alcançando 79 por cento da população.
- **África Austral** - A COVID-19 causou o maior número de casos e mortes nesta região, que foi também a mais gravemente atingida em termos económicos - a maioria dos casos e recessão económica podem ser atribuídos à África do Sul. Os governos procuraram uma vasta gama de medidas de recuperação, com as transferências de dinheiro, já bem desenvolvidas na maioria destes países e os esquemas de apoio aos ordenados a serem os principais veículos de protecção social.
- **África Ocidental** - os impactos da COVID-19 foram particularmente pronunciados em relação às remessas, deslocação interna e migração. As medidas de recuperação iniciais variaram, mas as transferências de dinheiro foram as preferidas em todos os países, à excepção de um. A digitalização dos pagamentos de protecção social foi acelerada em muitos países da África Ocidental, apoiados pelo Banco Central dos Estados da África Central.

Impacto Baseado na Tipologia do País. Estes incluem: os **exportadores de mercadorias** (exportadores agrícolas - Gâmbia, Maláui, Costa do Marfim, Etiópia entre outros; exportadores de minerais/minério e metais - Libéria, Níger, República Democrática do Congo (RDC), Botsuana, Burundi, entre outros; exportadores de combustível – Camarões, Líbia, Guiné Equatorial, Gabão, Nigéria, entre outros) sofreram perdas de receitas em 2020, assim como com a inflação elevada; os **países dependentes do turismo** em África (Argélia, Egipto, África do Sul, Quênia, Tanzânia, Botsuana, Marrocos, Gana) experienciaram uma queda de 74% na chegada de turistas internacionais em 2020; os **estados frágeis e afectados por conflitos** onde a COVID-19 contribuiu para a perturbação do comércio e para a insegurança alimentar (Sahel e Corno de África) com quase nenhuma medidas de recuperação iniciais; **países que enfrentam insegurança alimentar**, especialmente a República Centro-Africana, a Etiópia, a Nigéria, o Sudão do Sul, o Sudão e o Zimbábue; e os **países que enfrentam vários riscos** os quais tiveram de lidar com a pandemia e também com as calamidades concomitantes e em cadeia, especialmente no Corno de África.

MENSAGEM-CHAVE Nº 3: O impacto da COVID-19 tem variado entre grupo da população, regiões e outros agrupamentos de países; estas diferenças têm de ser tidas em consideração durante o desenvolvimento de estratégias de recuperação a nível nacional e regional.

Esforços de recuperação iniciais. Em resposta à pandemia, os Estados-Membro da UA introduziram várias medidas para arrancar a recuperação social e económica. Os esforços iniciais focaram-se no reforço das capacidades do sector da saúde para responder à crise, dimensionando os sistemas de saúde com o aprovisionamento de suprimentos e equipamento crítico. Quase todos os 55 Estados-Membro da UA alocaram recursos para a melhoria dos sistemas de saúde. Isto seguiu-se de medidas políticas e programáticas para apoiar os mais vulneráveis com transferências de dinheiro e assistência alimentar para ajudar os agregados com baixos rendimentos a lidarem com a emergência. Mais de 30 países² aumentaram as transferências monetárias e 17 países³ forneceram assistência alimentar e, adicionalmente, alguns países⁴ subsidiaram ou adiaram os pagamentos da energia eléctrica e da água. O governo forneceu apoio no financiamento às MPME, às empresas informais, baixou impostos, adiou pagamento de empréstimos e direccionou o apoio para os sectores mais atingidos (agricultura, turismo, transportes e extracção mineira) para sustentar as suas economias. A África do Sul e as Maurícias foram poucos dos governos africanos que mobilizaram

o sector privado e bancário, incluindo o estabelecimento de um Fundo de Solidariedade para auxiliar os mais vulneráveis na África do Sul.

A resposta dos governos individuais variou dependendo das circunstâncias específicas de cada país, incluindo o impacto da pandemia e outros choques. Com base nos dados resumidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI⁵) para as principais medidas fiscais que os governos anunciaram para a pandemia até Setembro de 2021, nove Estados-Membro da UA investiram entre 5 e 7 por cento do seu PIB na recuperação da pandemia e apenas dois Estados-Membro - Maurícias e Ruanda - investiram 9,2% e 10,1% do seu PIB em medidas de recuperação social e económica, respectivamente. A maioria dos países (34) investiu entre 1 e 4 por cento do PIB e seis países alocaram entre 0 e 1 por cento do PIB no combate à pandemia.

Estas medidas monetárias arbitrárias foram suplementadas com outras medidas políticas mais abrangentes que incluíram restrições à exportação de bens escassos, isenções de IVA sobre bens essenciais, tarifas aduaneiras mais baixas, controlo de preços e expansão da conectividade da Internet dimensionando as modalidades de pagamento digital que facilitaram a actividade económica e a prestação de serviços.

Estratégias de recuperação

As medidas de recuperação são concebidas para alcançar os seguintes objectivos estratégicos:

- 1) Proteger a saúde e bem-estar económico acelerando os programas de vacinação e apoiando as reformas no sector da saúde;
- 2) Ultrapassar os desafios macroeconómicos que foram exacerbados pela pandemia, sustentando as respostas monetárias e fiscais, resolvendo os problemas de liquidez e de dívida e expandindo o financiamento internacional para o desenvolvimento em África;
- 3) Salvaguardar o desenvolvimento humano através da protecção contra a pobreza, prevenindo a insegurança alimentar e a fome, revertendo as privações na saúde e na educação, não deixando ninguém para trás e adoptando uma abordagem de "Impulso para os ODS" para assegurar a realização dos ODS até 2030 e da Agenda 2063;
- 4) Estimular a recuperação económica facilitando as trocas e o comércio, fazendo face ao desemprego jovem, acelerar a digitalização da economia; e
- 5) Abordar as questões transversais para garantir uma recuperação resiliente inclusiva, incluindo a protecção social, o género, a redução do risco de catástrofe e a ambientalização da recuperação.

As prioridades continentais e regionais estão resumidas na Tabela 2, com os detalhes completos disponíveis no Capítulo 3, incluindo as medidas de recuperação económica para os agrupamentos de países. As recomendações propostas são também feitas de acordo com três cenários possíveis (número de casos baixo, médio e alto).

²Argélia, Benim, Cabo Verde, Camarões, RCA, Chade, Costa do Marfim, Egipto, Guiné Equatorial, Eswatini, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Quénia, Lesoto, Madagáscar, Maláui, Mali, Mauritânia, Marrocos, Moçambique, Nigéria, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, África do Sul, Sudão, Togo, Tunísia, Uganda, Zimbábue

³Burquina Faso, Cabo Verde, Chade, Djibuti, Egipto, Eswatini, Etiópia, Gâmbia, Lesoto, Madagáscar, Mali, Níger, Ruanda, Senegal, África do Sul, Togo, Zimbábue

⁴Benim, Botsuana, Burquina Faso, Chade, Guiné Equatorial, Eswatini, Gabão, Guiné, Mali, Níger, Senegal, Seychelles, Togo

⁵Base de Dados de Políticas Fiscais (imf.org)

TABLE 2: Recomendações continentais e regionais por objectivo estratégico e prazo

Objectivo Estratégico	Curto prazo	Médio a longo prazo
Proteger a saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Acelerar o programa de vacinação - Expansão de serviços de saúde essenciais - Resolver as questões do fornecimento e as desigualdades na distribuição - Melhorar o acesso a serviços para a TB, VIH-SIDA e de imunização 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar o acesso aos serviços de saúde - Reforçar os serviços de informação da saúde - Investir em mão-de-obra para expandir a prestação de serviços - Criar infraestrutura de cuidados de saúde - Promover a produção local de medicamentos, vacinas, equipamento - Promover e desenvolver tecnologia e infraestrutura de saúde digital
Ultrapassar os desafios macroeconómicos	<ul style="list-style-type: none"> - Sustentar as respostas monetárias e fiscais para a recuperação - Manter e expandir as transferências de dinheiro 	<ul style="list-style-type: none"> - Resolver as questões de liquidez e sustentabilidade da dívida usando iniciativas internacionais para resolução da dívida
Salvaguardar o desenvolvimento humano	<ul style="list-style-type: none"> - Proteger contra a pobreza através da expansão das medidas de protecção social - Prevenir a insegurança alimentar através da assistência alimentar e dos contributos para o aumento da produção alimentar local - Educação através do lançamento de programas de reabertura de escolas - ODS/Agenda 2063: priorizar as Seis Transformações do ODS e promover a realização das Aspirações 1, 4 e 6 	<ul style="list-style-type: none"> - Proteger contra a pobreza: conceber políticas e estratégias para impedir o aumento da pobreza extrema - Prevenir a insegurança alimentar: investir em modos de vida resilientes e auto-suficiência alimentar - Educação: expandir a literacia digital e as oportunidades de TVET - ODS: adoptar o programa de SDG Push (Impulso para os ODS) - Investir nas sete Aspirações da Agenda 2063.
Estimular a recuperação económica (médio e longo prazo)	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer uma facilidade de financiamento para África - Facilitar as trocas e o comércio - Abordar o desemprego jovem - Apoiar a recuperação e os modos de subsistência através da restauração ecológica - Apoiar programas de crescimento de MPME - Acelerar a digitalização da economia - Aproveitar o potencial da Economia Azul - Promover as cadeias de valor da horticultura - Resolver os défices de poder em áreas e comunidades desfavorecidas 	

<p>Abordar as questões transversais</p>	<p>Protecção social: alargar a cobertura, aumentar os benefícios e melhorar a resposta ao choque</p> <p>Governança: A aplicação do e-governo na prestação de serviços permanece fundamental</p> <p>Género: envolveras mulheres nos processos de recuperação e abranger a VBG</p> <p>RRC: reforçar os Sistemas de Alerta Precoce Multi-Perigos e as capacidades para redução do risco de catástrofes</p> <p>Ambientalização: aumentos no financiamento climático e apoio à energia renovável</p>	<p>Protecção social: reforçar os sistemas nacionais de protecção social</p> <p>Governança: reforçar as funções principais da governação nacional e local para a gestão de crises e prestação de serviços</p> <p>Género: investir no empoderamento económico das mulheres e alargar os benefícios socioeconómicos às mulheres rurais</p> <p>RRC: políticas, programas e financiamento para o desenvolvimento e a inovação tecnológica informada pelo risco</p> <p>Ambientalização: perseguir soluções baseadas na natureza, a agricultura resiliente e a resiliência urbana</p>
---	--	---

Pior cenário. Este cenário assume um aumento global nas mortes por COVID-19 em África em quase um milhão acima do cenário de referência (intermédio), perdas no PIB em 2021 de 8 por cento e uma redução do PIB de cerca de 13 por cento nos países com rendimentos mais baixos até 2030. O resultado do pior cenário são mais 207 milhões de pessoas empurradas para a pobreza em todo o mundo até 2023, mais 37 milhões de pessoas provavelmente malnutridas e uma diminuição de dois por cento nas crianças que concluem o ensino secundário até 2030. Os elementos de uma estratégia de recuperação para lidar com esta terrível situação incluem um programa de vacinação rapidamente acelerado, o reforço da governação de risco multi-catástrofes e das reformas institucionais, o aumento das respostas monetárias e fiscais, a expansão das redes de segurança social, o auxílio internacional para a sustentabilidade da dívida e a assistência internacional para um impulso para os ODS. Pode ser encontrado no Capítulo 3 um conjunto mais alargado de recomendações políticas e programáticas a curto, médio e longo prazo.

Cenário intermédio. Este é o cenário de referência que utiliza as projecções de mortalidade do Instituto para Métricas e a Avaliação da Saúde e os pressupostos do FMI de que 80% das perdas do crescimento do PIB em 2020-21 são temporárias, enquanto 20% são perdas dos ganhos de produtividade que seriam normalmente atingidos nesses anos. Os resultados previstos deste cenário são que a perda do PIB em 2030 será cerca de quatro por cento, mais 44 milhões de pessoas ainda viverão na pobreza em 2030 devido à pandemia, quase mais oito milhões de pessoas estarão malnutridas em 2030 do que se não existisse COVID-19 e a taxa de conclusão do ensino secundário superior será um por cento abaixo do esperado em 2030. Uma estratégia de recuperação neste cenário incluiria a implementação de uma gama completa de reformas na saúde, a manutenção dos programas de vacinação e de protecção social, o investimento no regresso a uma educação de qualidade e um impulso para os ODS e à implementação de políticas para não deixar ninguém para trás (uma matriz de opções é fornecida no Capítulo 3).

Melhor cenário. O melhor cenário assume que os países executam esforços focados e acelerados para atingir os ODS e a Agenda 2063 investindo na governação, protecção social, na economia verde e na vanguarda e inovação digital. Os resultados projetados deste cenário são uma redução das pessoas que vivem na pobreza extrema em 146 milhões de pessoas em 2030 relativamente às tendências actuais da COVID-19, a retirada 144 milhões de pessoas da má nutrição até 2030 e um aumento na taxa de conclusão do ensino secundário de 66 para 70 em 2030. Os elementos de uma estratégia de recuperação para o melhor cenário podem incluir a diminuição das respostas monetárias e fiscais, a ambientalização da recuperação, o investimento num programa de resiliência agroalimentar e num regresso à educação de qualidade, a promoção da integração e da colaboração

regional e o apoio à digitalização, industrialização e diversificação (consulte o conjunto completo de recomendações no Capítulo 3).

MENSAGEM-CHAVE Nº 4: As políticas e programas para a recuperação podem ser diferentes a curto, médio e longo prazo e têm de ter uma resposta personalizada caso os países africanos estejam num cenário mais pessimista, intermédio ou mais optimista.

Acordos institucionais

A forma como as instituições estão configuradas para responderem à, recuperarem da e reconstruírem-se após a COVID-19 irá desempenhar um papel fundamental para a recuperação e a reconstrução progredirem sem dificuldade, ou falharem. As instituições com responsabilidades na recuperação necessitam de ser identificadas ou estabelecidas (onde existirem défices) para simplificar ou acelerar os processos de recuperação. Têm de ter recursos adequados para que exista a capacidade de administrar e implementar aquele que pode ser um esforço de recuperação difícil e longo. Isto envolve a clarificação de funções e responsabilidades entre agências, assim como entre parceiros do governo. É necessária clareza sobre o que cada instituição fará para reduzir a duplicação (e custos associados) e integrar actividades durante a recuperação. Confirmar os acordos institucionais e esclarecer as funções/responsabilidades é fundamental a nível nacional, local e comunitário. A implementação do programa tem de ser gerida com mecanismos claros para coordenar através dos sectores privado e público, comunidades e mercados. O Capítulo 4 descreve boas práticas e resultados-chave associados ao desenvolvimento de acordos institucionais para supervisionar, administrar e coordenar a recuperação a nível continental, regional e nacional.

Mecanismos financeiros

Na recuperação pós-pandemia, existem cinco principais desafios de financiamento que os políticos enfrentam:

1. Quantificar rapidamente os custos económicos da pandemia;
2. Desenvolver orçamentos para a recuperação;
3. Identificar as fontes de financiamento, assim como as lacunas de financiamento;
4. Coordenar e alocar recursos financeiros;
5. Criar os mecanismos para gerir e acompanhar os fundos.

As boas práticas financeiras para a recuperação partilham as características comuns do desembolso rápido, da coordenação de recursos e das fontes de financiamento flexíveis. É também importante que os governos se preparem antes da próxima crise sanitária ou outra catástrofe surgir, visto que estas práticas financeiras podem ser complexas na sua criação. Têm de ser concebidas cuidadosamente. É necessário ter um sistema de desembolsos rápido adaptado às necessidades da recuperação pós-catástrofe, que tenha sido testado antes de uma catástrofe para evitar os riscos da corrupção e fraude que podem ser associados ao desembolso rápido. Quase 80 mil milhões de USD foram prometidos pelas Instituições Financeiras Internacionais (IFI) para a recuperação da pandemia em África. O Capítulo 5 fornece mais detalhes e boas práticas para permitir os acordos de financiamento necessários para apoiar a recuperação social e económica da COVID-19.

Considerações sobre a implementação

As políticas e os programas de recuperação têm de ser implementados de forma rápida e efectiva para que melhorem visivelmente as vidas das populações afectadas. O Capítulo 6 resume como isto pode ser feito, com exemplos de boas práticas como:

- Criar sistemas de monitorização e avaliação para acompanhar o progresso da implementação e o financiamento;
- Estabelecer mecanismos de feedback e de tratamento de reclamações;
- Criar procedimentos e normas de implementação;
- Apoiar a implementação local;
- Desenvolver sistemas de aprovisionamento adaptados às necessidades da recuperação;
- Colocar uma estratégia de comunicações em prática; e
- Promover a transparência para a responsabilização.

MENSAGEM-CHAVE Nº 5: As estratégias de recuperação têm de fazer parte de um quadro mais vasto que inclua acordos institucionais para gestão da recuperação, mecanismos de financiamento para financiar a recuperação e considerações sobre a implementação para acelerar o processo de recuperação.

Próximos passos

O Quadro de Recuperação fornece orientação para países e regiões em África prepararem ou reverem as suas próprias abordagens à recuperação após a COVID-19. Para o fazer, podem ser dados os seguintes passos:

1. Disseminar amplamente o Quadro de Recuperação a nível nacional e regional como recurso e guia para o planeamento;
2. Estabelecer o Comité Directivo para Implementação do Programa do Quadro de Recuperação da COVID-19
3. Conduzir Avaliações de Necessidades de Recuperação (CRNA) da COVID-19 para identificar impactos da pandemia específicos do país ou da região e as necessidades correspondentes para a recuperação socioeconómica;
4. Aproveitar os resultados das CRNA para iniciar processos de planeamento participativos para o desenvolvimento de quadros de recuperação específicos para um país ou região;
5. Garantir que estão criados acordos institucionais, mecanismos de financiamento e abordagens para uma implementação acelerada; e
6. Iniciar a implementação dos quadros.

A União Africana e os seus parceiros estão prontos para auxiliar os países individuais e as REC com assistência técnica para o desenvolvimento de CRNA e/ou quadros de recuperação. Apoio similar pode ser fornecido para ajudar a identificar fontes de financiamento externo para a implementação do quadro.

I. Introdução

Este capítulo introdutório fornece informação contextual, avalia o porquê da COVID-19 ser um desafio sem precedentes para África e explica a utilidade de um quadro de recuperação na resposta ao desafio. Define posteriormente a meta, objectivos, metodologia e utilização de um quadro de recuperação neste contexto.

Histórico

Antes da pandemia, África experienciou um crescimento social e económico sem precedentes com potencial para melhoria a saúde, vidas, segurança e bem-estar de milhões de pessoas em todo o continente. As últimas duas décadas viram um encorajador crescimento sustentado do PIB, com 27 países a passarem para o estatuto de rendimento médio e alto entre 2000 e 2018. Entre 2019 e 2023, seis das 15 economias com crescimento mais rápido deveriam ter sido de África. O aumento dos rendimentos dos agregados familiares e a população jovem e dinâmica estão a contribuir para a classe média vibrante e em crescimento de África. A entrada em vigor da Área de Comércio Livre da África Continental (AfCFTA) posicionará o continente como um dos principais pólos de produção e bloco de comércio global. Espera-se que impulse o comércio intra-africano em até 25 por cento até 2040 e que accione 6,7 triliões de dólares em gastos de consumo e empresariais (UNCTAD 2019). Adicionalmente, é esperado que a população africana duplique até 2050. A sua população activa, que se espera que aumente em 20 milhões anuais até 2030, pode fornecer o capital humano necessário para o crescimento nos sectores subdesenvolvidos como a agricultura, manufactura e serviços (Suzuki, 2019). No entanto, para África atingir todo o seu potencial, tem de abordar holisticamente os vários choques que impactam o continente ao mesmo tempo e que têm revertido persistentemente os objectivos de desenvolvimento em muitos países. O impacto sem precedentes da COVID-19 tem sido uma mudança de paradigma na gestão dos riscos e é um alerta urgente para o reforço das capacidades em gestão do risco em todo o continente.

Porque é que a COVID-19 é uma catástrofe e um desafio sem precedentes para África

A COVID-19 apresentou a África e ao mundo desafios sem precedentes em termos de preparação para a, resposta à e recuperação da pandemia. Entre os desafios encontram-se: a) a necessidade de dados em tempo real e desagregados que possam ser utilizados para tomada de decisão robusta e para assegurar que ninguém é deixado para trás; b) comunicar informação precisa e útil aos públicos-chave; c) dominar a cadeia de abastecimento globalizada; d) resolver uma ameaça que é transversal a grupos socioeconómicos, sectores e jurisdições; e) proteger os grupos e sectores económicos mais vulneráveis ao vírus; e f) assegurar que a recuperação cria resiliência a riscos futuros. A história geral é: tem de ser gerada informação fiável para a tomada de decisões e comunicada às partes interessadas (a e b); a resposta tem de assegurar que os suprimentos críticos estão disponíveis, que os intervenientes e os seus recursos estão bem coordenados e que as necessidades dos vulneráveis são abordadas (c, d e); e a recuperação tem de se resiliente (f). Ao contrário de outras catástrofes, a crise da COVID-19 tem sido morosa e continua a evoluir e as variantes voltam a prolongá-la. Para além dos efeitos nefastos na saúde, as medidas de resposta tiveram um impacto enorme (consultar a Avaliação Situacional no Capítulo 2).

⁶Estes são a Etiópia, o Ruanda, a Costa do Marfim, Tanzânia, o Senegal e o Gana. Consultar o Panorama Económico Regional para 2019 do IMF

Dados oportunos. A disseminação, impacto e tratamento do coronavírus é uma novidade e, como tal, a recolha e gestão de dados utilizando tecnologias digitais são fundamentais para uma criação de políticas informada. A Deloitte (2020) concluiu que a utilização de dados, análise e tecnologias emergentes permitiu aos governos tomarem decisões políticas informadas como restrições de viagem, encerramentos de escolas, medidas de quarentena e o distanciamento social para reduzir a disseminação do vírus. As lições sobre a utilização de dados em torno da COVID-19 incluem: (A) os dados em tempo reais permitiram aos políticos responder agilmente, utilizar modelos preditivos e identificar padrões emergentes; (b) são necessárias quadros de governação de dados robustos que incorporem a propriedade dos dados, questões sobre privacidade, segurança e transparência; (c) a partilha de dados (reduzindo barreiras, criando plataformas de partilha de dados e facilitando a participação dos cidadãos) acelerou a colaboração entre sectores e transfronteiriça, fomentando a inovação; e (d) a qualidade da tomada de decisão depende da qualidade dos dados na qual se baseia, por isso é necessário corrigir vieses, reportar inconsistências e assegurar a sua integralidade.

Comunicações. É necessária informação precisa e acessível por parte do público e das empresas para que possam ser parceiros eficazes no controlo e recuperação da pandemia. A Organização Mundial de Saúde (OMS) observa que a comunicação do risco e a participação da comunidade são fundamentais para quebrar as cadeias de transmissão e mitigar o impacto da pandemia da COVID-19. Os comportamentos das pessoas e a sua disposição de seguir as medidas de saúde pública e sociais podem ser as ferramentas mais poderosas para parar a disseminação do vírus, juntamente com a imunização. As estratégias que comunicam o risco, chegam a todos os grupos de partes interessadas principais e facilitam as abordagens lideradas pela comunidade resultarão num aumento da confiança e da coesão social e, em última análise, numa redução dos impactos negativos da COVID-19 (OMS 2020).

Cadeia de abastecimento globalizada. Os países individuais estão dependentes de uma economia globalizada para terem materiais fundamentais na resposta ao vírus. As cadeias de abastecimento de Equipamento de Protecção Pessoal (EPI), vacinas e equipamento médico para o tratamento foram perturbadas pela pandemia, juntamente com o acesso a outros bens e serviços. Com a produção concentrada em alguns países, os bens críticos têm de ser aprovisionados de maneira competitiva e global. O acesso a suprimentos fundamentais para mitigar e tratar a disseminação da COVID-19 exigiu destreza e dinheiro para navegar neste complexo e competitivo ambiente, colocando frequentemente os países mais pobres em desvantagem. A disponibilidade inadequada de EPI, equipamento médico, vacinas inadequadas combinadas com a hesitação na vacinação alimentada pela falta de confiança no governo, as notícias falsas nas redes sociais, a corrupção e outras ferramentas críticas prejudicaram os esforços nacionais de resposta e recuperação.

Transversalidade. AS consequências da COVID-19 são transversais a grupos socioeconómicos, sectores económicos e áreas geográficas, exigindo uma resposta direccionada, multisectorial e entre jurisdições. O vírus afectou mais gravemente alguns grupos de pessoas e sectores económicos (ver o próximo parágrafo sobre vulnerabilidade). Em cada país, algumas áreas geográficas foram atingidas mais severamente, por exemplo, cidades que estão mais expostas aos viajantes internacionais, especialmente de países com uma elevada taxa de infecções. Devido a estas características, o planeamento, a implementação e a avaliação da resposta à pandemia tem de ter como alvo os grupos, sectores económicos e localizações físicas que são mais vulneráveis. Adicionalmente, a resposta tem de ser coordenada entre uma vasta gama de sectores, por exemplo, saúde, bem-estar, segurança pública e protecção, gestão do risco de catástrofe e finanças. Finalmente, há uma necessidade contínua de coordenação entre jurisdições (local-nacional, dentro do governo central e nacional-internacional) para que os recursos humanos, financeiros e físicos sejam usados de forma eficaz.

Vulnerabilidade. O vírus afecta alguns grupos de pessoas e segmentos da economia com mais gravidade. Existem dois tipos amplos de pessoas que estão especialmente expostas e vulneráveis à COVID-19: os profissionais médicos e da linha da frente; e os grupos socioeconómicos que não conseguem receber ou seguir os conselhos recomendados ou que não conseguem aceder aos serviços devido à sua situação física, social ou económica. Dependendo das condições do país, este último grupo pode incluir as mulheres, os idosos, as pessoas com doenças pré-existentes, as crianças, os refugiados e migrantes, os sem-abrigo, as minorias étnicas/indígenas, as pessoas com problemas de saúde mental, as vítimas de violência baseada no género, as pessoas com deficiências, os prisioneiros e as pessoas que vivem em condições de sobrelotação. Economicamente, um estudo recente da Brookings (2021) concluiu que as áreas com economias que dependem do movimento de pessoas - como as viagens e o turismo - enfrentaram um desemprego substancialmente mais elevado no final de 2020 do que as cidades com núcleos centrais baseados no movimento da informação, por exemplo, a tecnologia e o governo. Isto é suportado por evidências que indicam o grave declínio económico em determinados sectores (por exemplo, viagens aéreas, turismo, hospitalidade) e o crescimento noutros sectores (por exemplo, produtos farmacêuticos, retalho online, imobiliário) (BBC, 2021). Adicionalmente, as pequenas e médias empresas (PME), as empregadas femininas e os profissionais independentes foram segmentos particularmente vulneráveis da economia em muitos países.

Recuperação económica e social. A COVID-19 teve impactos económicos e humanos profundos e inesperados, exigindo uma recuperação flexível e faseada que pode ser uma oportunidade para aumentar a resiliência a riscos futuros. Uma análise da Bloomberg concluiu recentemente que, embora os 26 triliões de USD de apoio à crise e a chegada das vacinas tenham alimentado uma recuperação mais rápida do que muitos antecipavam, os legados da educação atrofiada, a destruição de empregos, a dívida ao nível dos tempos de guerra e o alargamento das desigualdades entre raças, géneros, gerações e geografias deixará cicatrizes duradouras, a maioria nas nações mais pobres (Curran e Kennedy, 2021). A isto, podemos adicionar os impactos das catástrofes concomitantes e em catadupa, que adicionaram à perda de vidas, subsistências e produtividade económica. Logo, é importante aproveitar este momento para investir em recuperação económica e social que gere crescimento, abordando ao mesmo tempo os impactos negativos a longo prazo da pandemia. O processo de recuperação pode também ser uma oportunidade para criar resiliência a uma gama mais ampla de ameaças como as alterações climáticas.

O que é um Quadro de Recuperação?

O conceito e elementos de um quadro de recuperação emergiram da experiência com a redução do risco de catástrofe e, mais recentemente, através das avaliações de necessidades de recuperação da COVID-19, com um objectivo de reconstruir melhor utilizando uma abordagem multirrisco. A Comissão da União Africana, com o apoio das Nações Unidas e de outros parceiros, embarcou no desenvolvimento do Quadro de Recuperação abrangente para os países e regiões do continente, para auxiliar na resposta a esta situação sem precedentes. O Quadro de Recuperação: avaliou os vários efeitos e impactos da pandemia; propôs reformas políticas e institucionais e medidas programáticas; identificou mecanismos de financiamento; delineou abordagens institucionais para gerir a recuperação; e propôs acordos de implementação para acelerar a recuperação. Irá abranger o sector da saúde, a macroeconomia, os impactos humanos, os resultados económicos e as áreas transversais (protecção social, governação e pacificação, género, redução do risco de catástrofe e efeitos migratórios/ambientais/psicossociais). Foi dada especial atenção às questões do género e da vulnerabilidade. Logo, um Quadro de Recuperação é mais abrangente e flexível do que um plano de acção para a recuperação isolado. Dependendo da escala da recuperação necessária, um quadro personalizado pode demorar entre algumas semanas e vários meses a desenvolver para um país ou região.

Objectivos

O objectivo deste Quadro de Recuperação é guiar esforços resilientes de recuperação socioeconómica a nível continental, regional e nacional a partir de uma perspectiva multirrisco, criando condições prévias para a construção de sociedades resilientes no continente africano.

Os **objectivos** do Quadro incluem:

1. Avaliar o impacto socioeconómico da COVID-19 na região de África;
2. Identificar tendências regionais sobre o impacto e o valor da abordagem colectiva para resolver os impactos económicos e humanos da pandemia;
3. Fornecer orientação aos Estados-Membro para planearem e implementarem a recuperação a curto, médio e longo prazo; e
4. Redigir uma agenda de transformação política que a UA e os seus Estados-Membro possam adoptar para lidar eficazmente com os desafios sistémicos actuais e futuros (reformas políticas e institucionais, investimentos programáticos, mecanismos de financiamento, governação, acordos de Implementação).

Nomeadamente, o Quadro é um guia para os esforços de recuperação nacionais e regionais. No entanto, não é um modelo de abordagem uniformizada; as políticas e programas de recuperação nacionais e regionais terão de ser desenvolvidos, apoiados e implementados.

Mais especificamente, o Quadro engloba os princípios e curso de acção partilhados para a recuperação continental, regional e nacional da COVID-19 em África fornecendo orientação e soluções para uma recuperação resiliente com base em conhecimento/ferramentas/directrizes existentes, boas práticas e experiências recentes na recuperação da COVID-19. Especificamente, o Quadro faz recomendações para os desafios que foram identificados relativamente à recuperação em África, os quais incluem:

1. Fraca coordenação e comunicação durante a fase de recuperação e reconstrução
2. Falta de um mapeamento coordenado das necessidades a longo prazo após a catástrofe
3. Fraca monitorização e avaliação dos esforços de recuperação
4. Falta de financiamento para a recuperação e a reconstrução
5. Falta de clareza do mandato das agências de RRC na fase de recuperação
6. Problemas de sustentabilidade
7. Falta de legislação e políticas para guiar a recuperação da catástrofe
8. Dependência da importação e das cadeias de abastecimento globais

Princípios

Os seguintes são os princípios fundamentais que guiam o Quadro de Recuperação para África:

- 1) Acelerar e dimensionar as intervenções que resolvem imediatamente necessidades urgentes a curto prazo: a) insegurança alimentar, b) pobreza extrema e c) acesso a serviços de saúde essenciais.
- 2) Desenvolver um quadro político para resolver as necessidades de recuperação a longo prazo de forma sustentável. Garantir que as políticas e programas abordam o impacto da crise da COVID-19 e as limitações estruturais e desafios sistémicos pré-existentes, tais como os associados à pobreza e à insegurança alimentar. Dar prioridade às políticas transformativas que oferecem o maior retorno, tais como as que abordam as desigualdades sistémicas no acesso ao mercado laboral, à educação, aos cuidados de saúde e a outros serviços essenciais.
- 3) Optar por uma abordagem integrada às soluções, dada a natureza transversal do impacto da pandemia.
- 4) Rever e actualizar as metas dos ODS e da Agenda 2063 da União Africana para contabilizar o impacto da COVID-19 e para estarem alinhadas com o Quadro de Recuperação.
- 5) Aproveitar as oportunidades que podem ser alavancadas para alcançar estes objectivos. As crises anteriores levaram frequentemente a grandes transformações sociais, tais como a implementação do New Deal durante a Grande Depressão e a expansão do Estado social nas sociedades europeias após a Segunda Guerra Mundial.

Metodologia

O Quadro foi desenvolvido usando métodos de recuperação de catástrofes robustos internacionalmente reconhecidos, incluindo as abordagens de avaliação das necessidades pós-catástrofe e quadro de recuperação de catástrofes e é informado por décadas de experiência em todo o mundo. A metodologia para desenvolvimento do **Quadro para Recuperação da COVID-19 para África** envolve um processo em três fases:

- (i) **Definição do Âmbito e Avaliação Situacional** para o Quadro para Recuperação da COVID-19 para África;
- (ii) **Redacção** do Quadro para Recuperação da COVID-19 para África; e
- (iii) **Apoio à AUC para a aprovação** do Quadro para Recuperação da COVID-19 para África após consultas alargadas com os Estados-Membro da UA e os intervenientes regionais.

Todas as fases foram lideradas pelo DARBE da AUC, com apoio técnico do PNUD, da OMS, da FAO, do UNDRR e do Banco de Desenvolvimento Africano e em estreita consulta com outros departamentos da AUC e partes interessadas relevantes a nível continental, regional e nacional. Várias partes interessadas foram mobilizadas para fornecer insumos e perspectivas críticas sobre recuperação socioeconómica resiliente depois da COVID-19. Estas incluíram autoridades nacionais de gestão de catástrofes, agências da ONU, outros parceiros de desenvolvimento e intervenientes regionais. Os dados reflectidos no Quadro estão relacionados com o período de dois anos entre **Março de 2019 e Fevereiro de 2022**. Os dados apresentados neste relatório dizem respeito a todo o continente africano. No entanto, em alguns casos, os dados apenas falam sobre a região da África Subsaariana com base na fonte dos dados. Uma apresentação mais detalhada da metodologia pode ser encontrada no Anexo 1.

Como utilizar o Quadro

O conteúdo detalhado do Quadro de Recuperação está organizado em seis capítulos. Estes capítulos seguem a sequência dos passos necessários para desenvolver e implementar um quadro.

Capítulo 1: Contexto, objectivos e metodologia

O Capítulo 1 identifica as principais dinâmicas que tornam a COVID-19 uma catástrofe sem precedentes e um desafio para África e para o mundo. Explica depois a natureza de um quadro de recuperação e o porquê de ser mais abrangente e útil do que um simples plano de acção para a recuperação. A meta e objectivos do Quadro são depois especificados. Seguidamente, é delineada a metodologia para preparar este Quadro de Recuperação. Finalmente, indicamos a visão e os princípios contidos no Quadro.

Capítulo 2: Avaliação Situacional

O Capítulo 2 resume uma avaliação da situação mais alargada que foi preparada para estabelecer a linha de referência para os esforços de recuperação, e identifica os efeitos e impactos da pandemia em África. É fornecida informação detalhada a nível continental e regional sobre: consequências para o sector da saúde; resultados macroeconómicos; impactos humanos; desfechos económicos; e efeitos transversais (protecção social, governação e pacificação, género, redução do risco de catástrofe, e migração/ambiental/psicossocial).

Os Capítulos 3-6 resume as componentes fundamentais do Quadro de Recuperação da COVID-19 - Estratégias de Recuperação, Acordos Institucionais, Mecanismos Financeiros e Acordos de Implementação.

Capítulo 3: Estratégias de Recuperação

As opções estratégicas para a recuperação consistem em reformas políticas e investimentos programáticos. As recomendações de políticas para uma recuperação socioeconómica resiliente focam-se em recomendações gerais e específicas para cada sector a nível continental, regional e de agrupamento de países. São fornecidas medidas a estes níveis para o sector da saúde, macroeconomia, impactos humanos, resultados económicos e as áreas transversais. As reformas políticas e investimentos programáticos possíveis são personalizados para os cenários mais pessimista, intermédio e mais optimista.

Capítulo 4: Governação e Acordos Institucionais

Como as instituições são criadas, os mecanismos de coordenação e a capacidade e competência dessas agências para fornecem actividades de recuperação são factores críticos para uma recuperação bem-sucedida. O Capítulo 4 descreve as boas práticas e resultados-chave associados ao desenvolvimento de estruturas institucionais, liderança e recursos humanos eficazes - para supervisionar, gerir, coordenar e implementar a reconstrução.

Capítulo 5: Mecanismos Financeiros

O Capítulo 5 concentra-se nos principais desafios de financiamento da reconstrução pós-catástrofe. Estes desafios incluem quantificar rapidamente os custos económicos e financeiros imediatos e contínuos da pandemia, confirmar os défices de financiamento, desenvolver orçamentos para a recuperação, identificar fontes de financiamento e criar os mecanismos para gerir e acompanhar os fundos.

Capítulo 6: Acordos de Implementação

Com base na priorização acordada, os programas de recuperação têm de ser implementados rapidamente, com adesão pública, dentro do orçamento e as actividades (especialmente os resultados) têm de ser comunicadas ao público e monitorizadas para acompanhar o progresso, ou a falta do mesmo. O Capítulo 6 apresenta as considerações-chave de que os governos e os intervenientes na recuperação têm de estar cientes para garantir que a implementação do programa é eficaz, equitativa, atempada e que trabalham para reconstruir um futuro melhor para a população afectada pela catástrofe. Isto incluirá problemas ou desafios esperados que terão de ser previstos e geridos.

II. Avaliação Situacional

O Capítulo II é a síntese de uma avaliação da situação mais ampla que foi preparada como contributo para o Quadro de Recuperação. Os efeitos e impactos da pandemia são apresentados para o sector da saúde, a macroeconomia, o desenvolvimento humano, o desenvolvimento económico e as áreas transversais (protecção social, governação e pacificação, igualdade de género, redução do risco de catástrofe, migração, o ambiente e psicossocial). O capítulo termina identificando os impactos que são característicos das cinco regiões de África, assim como de outros agrupamentos de países.

Histórico

A crise relacionada com a COVID-19 revelou como as sociedades modernas são susceptíveis aos riscos sistémicos e que um “efeito dominó” através dos sistemas infraestruturais, sociais, ambientais, políticos e económicos em cada sociedade pode alterar ou perturbar completamente a sua configuração original. Uma consideração importante para os esforços de recuperação dos riscos sistémicos é manter uma perspectiva de resiliência mais ampla focada nos vários riscos que as sociedades estão a enfrentar e criar capacidade para a sociedade se preparar para a ruptura, lidar com e recuperar das mesmas caso ocorram e adaptar-se a novas condições. Estes esforços requerem um quadro de recuperação para ajudar a guiar os países africanos, as principais partes interessadas e os parceiros internacionais no planeamento e implementação de uma recuperação resiliente. O primeiro passo no desenvolvimento do quadro é uma avaliação da situação que define a base de referência pré-COVID-19 e identifica os efeitos socioeconómicos e outros e os impactos da pandemia.

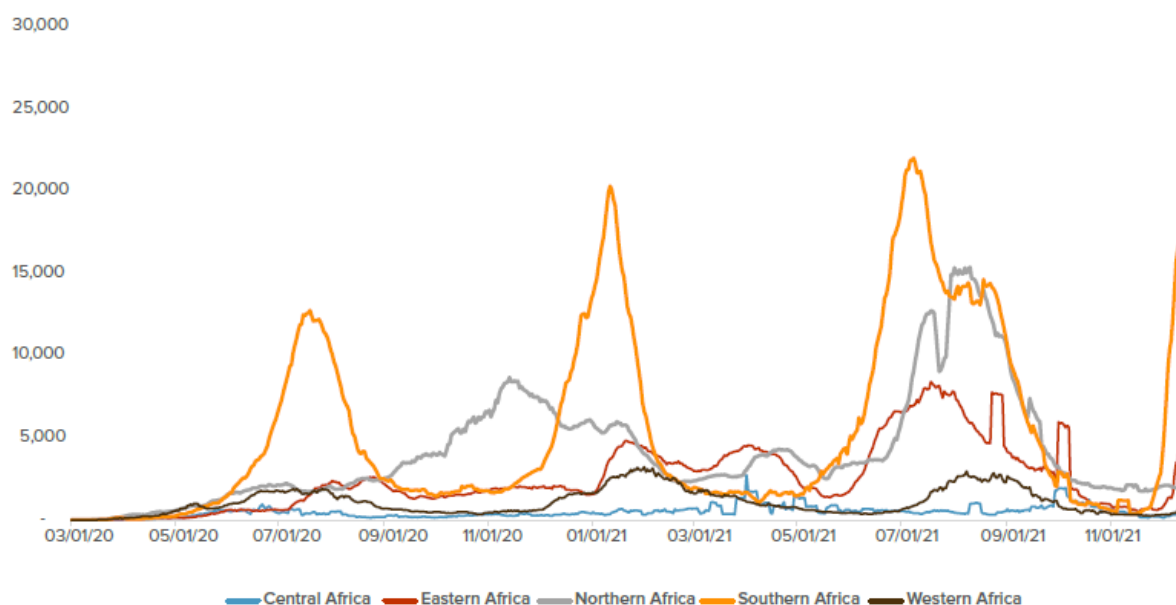
A [Avaliação Situacional](#) completa é um documento separado preparado em 2021 que olha para as várias dimensões dos efeitos e impactos que a COVID-19 teve nos países africanos incluindo: metas, objectivos e metodologia da Avaliação (Capítulo 1); consequências sanitárias (Capítulo 2); impactos macroeconómicos (Capítulo 3); impactos humanos (Capítulo 4); resultados económicos e respostas iniciais (Capítulo 5); e efeitos transversais abrangendo a protecção social, a governação e o Estado de direito, o género, a redução do risco de catástrofe e os impactos na migração, ambientais e psicossociais (Capítulo 6). Os dados regionais e outros dados são fornecidos num volume de [anexos](#) à parte. A informação abaixo é uma síntese da Avaliação alargada e dos seus anexos.

Consequências para a saúde

Evolução da pandemia. A COVID-19 permanece activa em todos os Estados-Membros na região africana e continua a causar perturbações socioeconómicas sem precedentes. Em meados de Janeiro de 2022, os países africanos reportaram um total de 10 390 000 casos e 233 000 mortes confirmadas. Com a variante Ómicron, o continente está a testemunhar um pico de casos com um milhão de novas infecções a cada 23 dias. Apesar destes números, o impacto da pandemia em África tem sido relativamente baixo em comparação com as Américas, a Europa e a Ásia. Embora as razões para isto ainda não sejam claras, vários factores foram sugeridos como influenciando potencialmente o baixo peso da doença. Estes variam entre a demografia das idades, a falta de unidades de cuidado de longo prazo, a potencial protecção cruzada da exposição prévia a coronavírus em circulação, as limitações dos testes à SARS-CoV-2 e a fraca gestão de dados, o que poderá ter resultado numa subnotificação de mortes, e respostas eficazes de saúde pública por parte dos governos.

Dentro do continente africano existem variações regionais relativamente aos casos confirmados com a África Austral a registar o número mais elevado de casos (4,7 milhões) e de mortes (mais de 117 000) no continente, contabilizando assim cerca de metade dos casos e mortes do continente, enquanto a África Central registou os números menores - ver a Tabela 2.1 abaixo.

TABLE 2.1: Desagregação regional das vagas de COVID-19 em África - à data de Março de 2022



Continuidade de serviços essenciais. A pandemia que estamos a atravessar colocou uma enorme pressão nos sistemas de saúde e perturbou a prestação de serviços de saúde em África. A perturbação dos serviços de saúde foi causada pelo desvio de recursos de outras áreas de serviço para a resposta à COVID-19; a mudança de prioridades nas necessidades dos cuidados de saúde e as mudanças nas políticas de triagem, diagnóstico e tratamento; a reorganização da prestação de serviço; e as interrupções no abastecimento de equipamento médico e produtos de saúde. Os factores do lado da procura também contribuíram para as perturbações. Estes incluem a redução do número de pessoas que procuraram cuidados devido às dificuldades físicas e financeiras no acesso aos mesmos, alterações no comportamento de procura de serviços de saúde causado por um medo de contágio e, em alguns casos, falta de informação sobre segurança, prevenção e controlo da pandemia. De acordo com a Tabela 2.2 abaixo, é esperado que a crise aumente as taxas de morbilidade e mortalidade em África relacionadas com o VIH, a TB e a malária, assim como interfira nos serviços de saúde materna e da criança e nas campanhas de imunização para crianças com idade inferior a cinco anos.

TABLE 2.2: Health deprivations due to COVID-19 in Africa

VIH-SIDA⁷	Tuberculose⁸	Malária⁹	Saúde Materna e da Criança¹⁰	Imunização¹¹
<p>O número de pessoas com terapêutica anti-retroviral em África diminuiu de 12,9 milhões em 2019 para 10,1 milhões em 2020, deixando 2,8 milhões de pacientes infectados com VIH em risco. Isto é especialmente preocupante na África Oriental que é a região mais afectada pelo VIH, com 46% das infecções, seguida pela África Austral.</p> <p>Poderão existir mais 534 000 mortes relacionadas com o VIH como resultado da pandemia.</p>	<p>A perturbação dos serviços de saúde para a TB deixou quase 900 000 pessoas em risco na África Oriental, 400 000 pessoas na África Austral e 240 000 pessoas na África Central.</p> <p>Estas perturbações podem causar mais 525 000 mortes por tuberculose globalmente em 2020, em comparação com 2018.</p>	<p>Existirão 382 000 mortes adicionais relacionadas com a malária em 2020, em comparação com 2018, na SSA devido às perturbações dos serviços relacionados com a Covid-19. Isto afectará especificamente as crianças, uma vez que a maioria das mortes por malária ocorrem em crianças com idade inferior a cinco anos.</p>	<p>Foi estimado que as diminuições nas intervenções de saúde materna e da criança resultaria em cerca de 12 660 a 55 020 mortes maternas adicionais e 253 800 a 1 milhão de mortes infantis ao longo de 12 meses (em 2021), em 49 países africanos.</p>	<p>A COVID-19 deixou 62,1 milhões de crianças (17 milhões na África Ocidental, 12 milhões na África Oriental) sem acesso a serviços de imunização em África e em risco de contraírem doenças mortais e evitáveis como a difteria, tétano, tosse convulsa, sarampo, poliomielite e malária.</p>

As mulheres jovens e as crianças estão em maior risco neste sector. Vale a pena notar, no entanto, que as mulheres desempenharam um papel fundamental na luta contra a COVID-19. As mulheres compõem mais de 60 por cento dos profissionais de saúde de África (Chuku et al., 2020) e foram e continuam a ser fundamentais no cuidado dos doentes em casa. Não obstante, o domínio das mulheres nos sectores da saúde também as colocou em maior risco de infecção por COVID-19 e doenças mentais.

As pessoas com deficiências (PwD) experienciam uma saúde debilitada, devido a doenças pré-existentes e, maiores taxas de comportamentos de risco. São, como tal, mais susceptíveis a contrair o vírus e a terem sintomas graves após a infecção, aumentando assim o seu risco de morte. As PwD têm também maior risco de contrair COVID-19 porque enfrentam maiores barreiras ao cumprimento de medidas de higiene básicas e de distanciamento social.

A implantação da vacina em África continua a ser a mais lenta no mundo. Menos de um adulto em cada cem tem a vacinação completa, em comparação com uma média de mais de 30 em cada 100 nas economias mais avançadas. Isto significa que mesmo os trabalhadores da linha da frente mais essenciais continuam a trabalhar sem protecção. Alguns os países no Norte de África (Argélia, Marrocos e Tunísia) têm um desempenho ligeiramente melhor que noutras regiões de África, excepto a Líbia e o Egipto. A África Central é a região mais atrasada com menos de 0,52% da população total (à data de Outubro de 2021) totalmente vacinada em quatro países, com a RDC a ter a percentagem mais baixa entre a região e o continente (0,04%).

⁷UNAIDS (2021); Global Fund (2021); OMS (Julho, 2021)

⁸OMS (2020a); Global Fund (2021); OMS (Março, 2021)

⁹OMS (2021a); Global Fund (2021)

¹⁰OMS, UNICEF, UNFPA e Banco Mundial (2019); OMS (2021a); UNICEF, WHO, UHC (Julho, 2021); The Lancet for Global Health (2021); Grupo Interagências da ONU para a Estimativa da Mortalidade Infantil (2019)

¹¹OMS e UNICEF (Julho, 2021); UNICEF (Julho 2021)

Desafios e boas práticas. Estruturalmente, a resposta à COVID-19 tem sido complicada pelos seguintes desafios enfrentados pelo sector da saúde em África:

- Lacunas na liderança e governação que estão frequentemente ligadas a factores como a instabilidade política e a corrupção.
- Financiamento inadequado do sector da saúde. O financiamento não governamental, fadiga dos doadores e uma falta de previsibilidade, sustentabilidade e flexibilidade no financiamento tiveram impactos negativos no financiamento da saúde. Por exemplo, serviços de cuidados de saúde essenciais femininos como cuidados pré-natais e pós-natais, serviços maternos, testagem ao VIH e fornecimento de contracepção foram interrompidos, em alguns casos causando um aumento nas mortalidades maternas e nados-mortos.
- O fornecimento inadequado de produtos médicos, vacinas e tecnologias de boa qualidade.
- Fraca capacidade de gestão da informação de saúde. Isto deve-se, entre outras coisas, ao uso de sistemas de informação de saúde desactualizados, à falta de profissionais de saúde com competências suficientes em gestão de informações de saúde, a utilização de ferramentas de recolha de dados que não são adequadas nem fiáveis e a uma falta de interesse e motivação entre os profissionais de saúde para a recolha de dados relacionados com a saúde.
- Barreiras financeiras, estruturas e geográficas ao acesso a cuidados de saúde de boa qualidade.
- Cuidados de saúde mal-organizados, incluindo a falta de coordenação entre os níveis primário, secundário e terciário dos cuidados de saúde.
- Pontos fracos nas capacidades de preparação, prevenção, vigilância e resposta a epidemias/pandemias.

Apesar destes desafios, há exemplos de boas práticas em: governação do sector da saúde; profissionais de saúde; medicamentos, equipamento e suprimentos essenciais; estratégias de comunicações; monitorização e avaliação; e prestação de serviços essenciais. Alguns países aumentaram a sua alocação orçamental para o sector da saúde para pelo menos 15 por cento, em linha com a Declaração de Abuja, mas é necessário fazer mais para reforçar a resiliência do sector da saúde contra emergências futuras. O sector enfrentou uma crise sem precedentes e necessita de mais recursos ao mesmo tempo que garante que os investimentos actuais são utilizados de forma óptima para reduzir o desperdício, em virtude da diminuição de recursos como resultado dos choques económicos criados pela pandemia.

Efeitos macroeconómicos

África, após mostrar boas perspectivas de crescimento económico antes da pandemia, está a viver um choque económico sem precedentes o qual poderá ter impactos adversos graves na trajectória de desenvolvimento a longo prazo do continente. O continente sofreu a pior recessão económica em 25 anos devido ao impacto negativo da pandemia da COVID-19 em 2020. Esta consequência deveu-se particularmente às estreitas ligações do continente com economias desenvolvidas, em termos de viagens, comércio e mercados financeiros e outras actividades económicas que estreitaram ainda mais o espaço fiscal dos países africanos. A maioria destes países já estava a enfrentar dificuldades no financiamento de actividades destinadas a atingir os ODS e as aspirações da Agenda 2063 da União Africana.

A pandemia teve um impacto no desenvolvimento macroeconómico de África principalmente através do¹²:

- **Crescimento do PIB - continentalmente e a nível regional:** O PIB continental diminuiu 2,1%, com a região da África Austral a viver o nível mais elevado de contracção económica em 2020. A África Austral foi a mais atingida em termos de crescimento económico (Economist 2020). Após um confinamento restrito que levou a economia da África do Sul a contrair cerca de 7,7% em 2020, há projecções de crescimento do PIB em 3,3% em 2021. O crescimento lento na África do Sul, a maior economia da região, espalhou-se para os seus vizinhos que dependem desta para bens manufacturados e como mercado para os seus produtos, assim como fonte de mercado laboral para os seus cidadãos. No **Norte de África**, o PIB global contraiu 1,1% em 2020, impelido em grande parte pelo Egipto, que manteve um crescimento de 3,6%. A Tunísia e Marrocos foram os mais gravemente afectados, com cada um a registar um crescimento negativo de 8,8% e 5,9%, respectivamente. A região espera uma recuperação robusta de 4% em 2021. A **África Oriental** foi a mais resiliente de todas as regiões africanas em grande parte devido à reduzida dependência dos produtos primários. A região desfrutou de um crescimento de 5,3% em 2019, 0,7% em 2020 e espera-se que cresça 3% em 2021. Os países com melhor desempenho incluem o Djibuti (9,9%), o Quénia (5%) e a Tanzânia (4,1%). O PIB da África Central contraiu 2,7% em 2020. Os países mais afectados incluem a República do Congo (-7,9%) Guiné Equatorial (-6,1%) e os Camarões (-2,4%). No entanto, espera-se que a região registre uma recuperação de 3,2%.
- **Taxa de inflação:** A taxa de inflação de África teve uma estimativa de 10,4% em 2020, quase igual aos 9,8% de 2019; no entanto, prevê-se uma diminuição para 9% em 2021.
- **Emprego:** cerca de um terço dos indivíduos em idade activa em África pararam de trabalhar durante a pandemia, com as mulheres a sere afectadas de forma desproporcional.
- **Importação e exportação de bens e serviços:** Num cenário pessimista para 2020, as exportações caíram 18% do PIB e as importações 23%, alargando assim o desequilíbrio comercial. Os preços de muitas matérias-primas diminuíram o que limita os recursos que os países africanos necessitam para a recuperação do crescimento.
- **Receita fiscal, despesa e défice fiscal,** O défice fiscal em África foi de cerca de 8,4% do PIB em 2020. Os governos foram forçados a recorrer aos empréstimos para estancar os défices fiscais que resultaram parcialmente do fornecimento de pacotes de estímulos destinados a apoiar as necessidades sociais.
- **Remessas:** As remessas para África, excluindo o Norte de África, diminuíram cerca de 12,5% em 2020. Ainda assim, durante a pandemia da COVID-19, as remessas excederam a ODA e o FDI. Os efeitos macroeconómicos negativos adicionais ligados à COVID-19 em África incluíram um índice de preços ao consumidor mais elevado, a redução do consumo do agregado familiar e do governo e uma diminuição da formação bruta do capital fixo. (Ratha et al., 2021; Allen 2021).

Impactos humanos¹³

A COVID-19 e as respostas à mesma resultaram numa regressão do desenvolvimento humano em toda a África e, mais geralmente, numa redução da capacidade para atingir as agendas de 2030 e 2063. Isto inclui impactos negativos na pobreza, segurança alimentar, desenvolvimento de recursos humanos (saúde e educação), género e inclusão social (crianças e jovens, populações deslocadas à força, idosos, pessoas com deficiências, pessoas que vivem com VIH). Estas consequências regressivas estão detalhadas abaixo.

¹²Dados do Panorama Económico de África 2021 (AfDB 2021)

¹³A análise sanitária está considerada na Secção sobre Saúde anterior

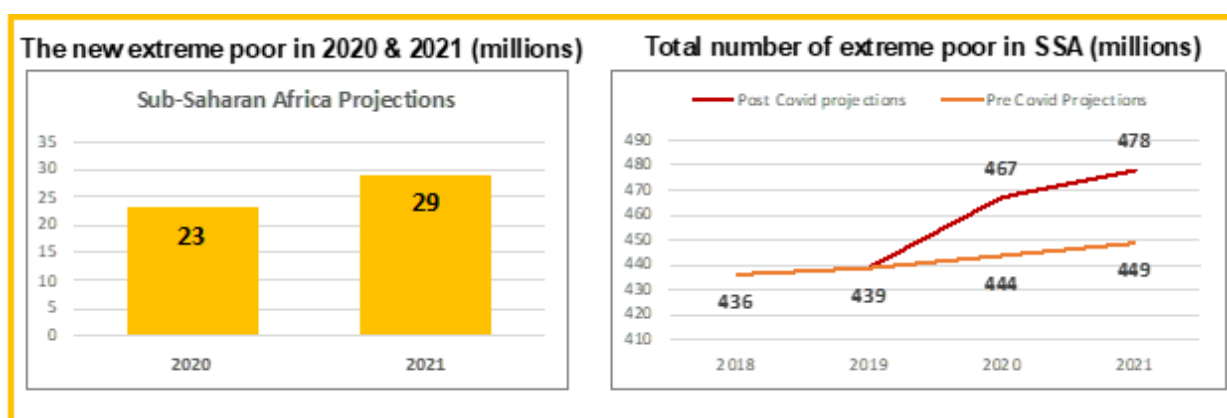
POBREZA

Estima-se que 30,4 milhões de pessoas em África tenham caído na pobreza em 2020 e o número possa chegar a 38,7 milhões de pessoas em 2021 como resultado da COVID-19 (AfDB, 2021). Na África Oriental, Central, Austral e Ocidental, 23 milhões de pessoas derraparam para a pobreza extrema em 2020, alcançando um total de 467 milhões de pessoas na região, acima dos 439 milhões de pessoas em 2019. Até ao final de 2021, os números podem aumentar em 29 milhões, elevando o total para 478 milhões (Daniel, Gerszon, Mahler et al., 2021).

Os novos pobres estarão concentrados em países que já enfrentavam elevadas taxas de pobreza, mas é esperado que os países de rendimentos médios também sejam significativamente afectados. Além disso, as pessoas que eram pobres ou vulneráveis antes do início desta crise são as mais impactadas. É provável que muitos dos novos pobres vivam em áreas urbanas e estejam envolvidos no trabalho informal, especialmente as mulheres. Consequentemente, as mulheres, jovens e crianças serão desproporcionalmente afectadas pela pobreza (AfDB, 2021; Banco Mundial, 2020).

A nível regional, espera-se que três países da África Oriental se encontrem entre os dez países mais pobres de África, com a taxa de pobreza mais elevada até 2023 (1,90 dólares per capita/dia), nomeadamente o Sudão do Sul, a Somália e Madagáscar (Banco Mundial, 2021). A região também conta com quatro dos dez principais países da África com a maior percentagem de crianças a viver na pobreza, nomeadamente, Sudão do Sul, Burundi e Ruanda (Silwal, Ani Rudra et al., 2020). Na África Central, a República Centro-Africana e a RDC deverão estar entre os dez países de África, com a maior taxa de pobreza até 2023. Ambos os países estão entre os que têm maior percentagem de crianças que vivem na pobreza (Banco Mundial 2021a).

IMAGEM 2.1: Projecções de pobreza para a SSA¹⁴



INSEGURANÇA ALIMENTAR

Antes da COVID-19 atingir o continente africano, uma grande parte do povo africano já não tinha segurança alimentar. Em 2020, 282 milhões de pessoas em África enfrentaram fome por causa da crise da COVID-19, combinada com conflitos e catástrofes relacionados com o clima, o representa cerca de 46 milhões de pessoas a mais do que em 2019 (FAO et al., 2021). Entre 2016 e 2018, África importou cerca de 85% dos seus alimentos de fora do continente, totalizando uma despesa alimentar anual de 35 mil milhões de dólares, que deverá atingir os 110 mil milhões de dólares até 2025.

¹³ Fonte: Daniel Gerszon Mahler, Nishant Yonzan, Christoph Lakner, R. Andres Castaneda Aguilar e Haoyu Wu. Junho de 2021 Estimativas actualizadas do impacto da COVID-19 na pobreza global: Dobrar a esquina da pandemia em 2021? (WB Blog, acedido a 15 de Agosto de 2021).

Tal dependência elevada dos mercados mundiais torna alguns dos países africanos altamente vulneráveis, em alturas como estas (Akiwumi, 2020). A COVID-19 não só perturbou as cadeias de abastecimento alimentar, criando desemprego, aumentando a pobreza, o que tudo somado teve um impacto no acesso aos alimentos e à nutrição. Como resultado, a prevalência da subnutrição aumentou em África de 18% para 21% entre 2019 e 2020 (FAO et al., 2021). Como tal, estima-se que mais 1,9 milhões de crianças com menos de cinco anos terão provavelmente falecido entre 2020 e 2022 em todas as regiões de África, exceto no Norte de África, e mais 1,2 milhões ficarão raquíticas até 2022 (num cenário moderado) (FAO et al., 2021; Saskia Osendarp et al., 2021).

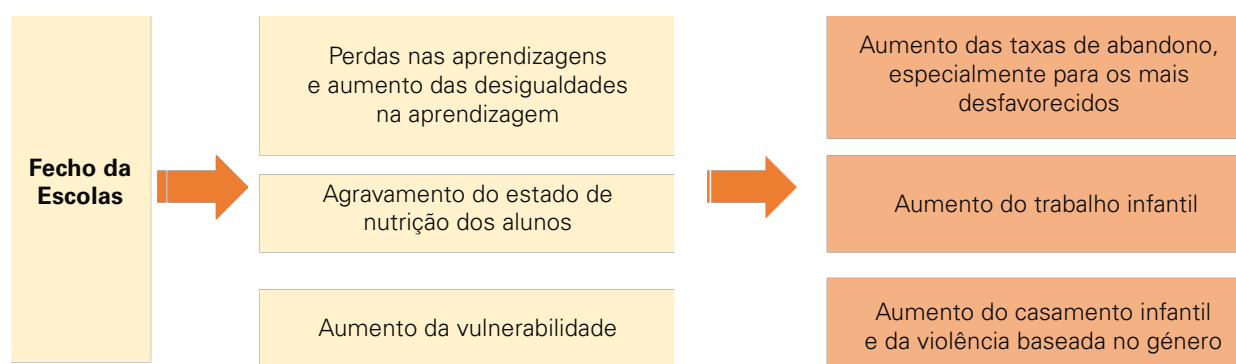
De grande preocupação é a África Oriental teve o maior número de pessoas subnutridas em África, com mais de 125 milhões em 2020 e teve a segunda maior prevalência de subnutrição, nos 28% da população. Os pontos quentes da fome incluem o Sudão do Sul, a Etiópia e o Sudão. Da mesma forma, a região também carrega o maior fardo da subnutrição, nomeadamente a Etiópia, a Somália, o Sudão do Sul e o Sudão (quatro países onde as estimativas apontam para 10 milhões de crianças gravemente subnutridas em 2021). A África Ocidental tem o segundo maior número de pessoas subnutridas em África, em 2020, com mais de 75 milhões e a COVID-19 deverá agravar a situação.

Os principais pontos quentes da fome incluem o Norte da Nigéria e o Burquina Faso. Na África Central, que detém o terceiro maior número de pessoas subnutridas em África durante 2020, com 57 milhões de pessoas a enfrentar fome, a RDC é o principal ponto central da fome. No geral, o Sudão do Sul, a Nigéria, o Burquina Faso, a RDC, a Etiópia e o Sudão são particularmente relevantes devido à escala, gravidade e tendências das crises alimentares existentes. Nestes contextos frágeis, quaisquer novos choques, como a actual crise da seca no Corno de África, podem levar um número significativo de pessoas para a miséria e a fome, segundo o PAM e a FAO (2021).

PRIVAÇÕES DE RECURSOS HUMANOS

Educação

O encerramento das escolas interrompeu o funcionamento do sistema educativo em África, reduzindo a aprendizagem dos estudantes, restringindo as actividades das autoridades educativas e interrompendo os programas de alimentação escolar para crianças vulneráveis (PAM e UNICEF 2021). O impacto directo e indirecto dos encerramentos escolares está resumido na figura abaixo:



Em todo o continente africano, 327 milhões de estudantes do ensino pré-primário ao secundário foram afectados pelo encerramento das escolas, em algum momento, entre Março de 2020 e Setembro de 2021. Destes, 148 milhões perderam mais de 50% do tempo de instrução em sala de aula em 2020, e 14,6 milhões em 2021 (UNESCO, 2021).

¹⁵As discussões sobre a saúde são debatidas na seção Impactos sobre a Saúde acima

A escala massiva de encerramentos escolares levou os governos a fornecerem oportunidades de aprendizagem à distância e remotas. No entanto, apenas algumas crianças em idade escolar tinham os recursos necessários em casa para continuar a sua aprendizagem. Estima-se que o número de estudantes não alcançados pelas políticas de aprendizagem digital e remota seja de 67 milhões na África Oriental e Austral, de 54 milhões na África Ocidental e Central e de 37 milhões no Médio Oriente e Norte de África (UNICEF, 2020). A nível regional, a África Oriental é a região onde a COVID-19 afectou o maior número de estudantes e onde as políticas de educação alternativas foram mais difíceis de implementar e de alcançar aqueles que já se encontravam atrasados. Antes da COVID-19, a África Oriental tinha 28% das crianças e dos jovens fora da escola, que é a maior proporção na região (UNESCO, 2021). A África Oriental também vivenciou a maior duração nos encerramentos escolares, com uma média de 146 dias de encerramento total da escola entre Março de 2020 e Setembro de 2021. A região também apresentou o maior número de estudantes que perderam mais da metade do tempo de instrução em sala de aula, com 69,4 milhões de alunos afectados em 2020 e 14,1 milhões em 2021 (ibid).

Embora os encerramentos escolares e os dias perdidos da escolaridade tenham afectado igualmente as raparigas e os rapazes, as iniciativas de aprendizagem fornecidas digitalmente tiveram o efeito de amplificar involuntariamente as disparidades de género pré-existentes. Isto porque em África, com excepção do Norte de África, antes da pandemia, os rapazes tinham 1,5 vezes mais probabilidades de possuir um telefone do que as raparigas e as mulheres tinham menos um terço de probabilidade de aceder à Internet.

Em 2020, cerca de 53 milhões de crianças perderam refeições na escola durante o encerramento de escolas na África Central, Austral, Oriental e Ocidental (PAM, 2020). Além disso, as estimativas preliminares mostram que, em 2021, 4,3 milhões de estudantes, desde o ensino pré-primário até ao ensino superior, correm o risco de sair da escola ou de não se matricularem devido aos choques económicos causados pela COVID-19 (UNESCO, 2020). O encerramento de escolas aumentou a vulnerabilidade das raparigas à gravidez na adolescência, à violência baseada no género e ao casamento infantil precoce (Banco Mundial, 20a).

As pessoas que vivem com deficiência (PwD) têm menos probabilidade de ter acesso à educação em comparação com os seus homólogos sem deficiência (OMS, 2020a). A mudança para a aprendizagem remota devido às medidas de confinamento da COVID-19 pode ser um desafio para estudantes com deficiência, uma vez que o material de aprendizagem online pode não estar acessível para estudantes com deficiência visual e para aqueles que são surdos. Além disso, as PwD estão sobre-representadas entre os pobres e podem ser sobrecarregadas com despesas relacionadas com a deficiência.

GÉNERO

A crise da COVID-19 agravou as desigualdades de género já existentes, revelando graves diferenças entre mulheres e homens em matéria de segurança do rendimento e do emprego, responsabilidade doméstica e encargos com os cuidados, segurança, saúde física e mental, educação e agência (PNUD e ONU Mulheres, 2021). A crise perturbou significativamente a vida das mulheres, à medida que décadas de progresso em direcção aos direitos das mulheres e à igualdade de género em África começaram a desfazer-se. Ao mesmo tempo, as mulheres e raparigas africanas desempenham papéis cruciais na resposta à COVID-19, incluindo como produtoras e motores do crescimento comercial e económico, como trabalhadoras da linha da frente, cuidadoras em casa e no trabalho e como mobilizadoras nas suas comunidades (Brookings 2021). O principal impacto da pandemia na igualdade entre homens e mulheres inclui:

A perda de meios de subsistência, rendimento, empregos e acesso a activos produtivos - as restrições económicas relacionadas com a COVID-19 conduziram a uma perda generalizada de emprego e salários, especialmente para mulheres e raparigas que já detêm empregos precários e trabalham no sector informal. Na África Subsaariana, 89,2% das mulheres constituem três em cada quatro

trabalhadores do sector informal (Banco Mundial, 2020b), deixando-as mais expostas à insegurança de rendimentos devido aos confinamentos prolongados e excluídas dos sistemas de protecção social.

Pobreza e insegurança alimentar - Em África, antes da COVID-19, a taxa de pobreza feminina deveria atingir os 42,3% em 2021, excepto no Norte de África. A projecção é agora de 44,5%, mas, no entanto, entre 2021 e 2030, espera-se que o número de mulheres e raparigas que vivem em famílias extremamente pobres na África Subsaariana aumente de 249 para 283 milhões (ONU Mulheres e Azcona et al., 2020). As mulheres também são vulneráveis à escassez extrema de alimentos devido à interrupção da produção e fornecimento de alimentos, bem como ao aumento dos preços dos alimentos. Como as mulheres e as raparigas constituem o maior grupo de pobres em África com menos recursos para acelerar a recuperação, também significa que serão as últimas a recuperar dos impactos da COVID-19.

A crise da COVID-19 levou ao aumento do trabalho de cuidados não remunerados para as mulheres, uma vez que são as primeiras cuidadoras, reduzindo a capacidade das mulheres participarem em actividades produtivas, ganharem rendimentos, ou prosseguirem as suas carreiras e outras oportunidades económicas.

Os confinamentos nacionais, a interrupção dos serviços de saúde e o medo de se deslocarem às instalações de saúde tiveram um impacto no bem-estar das mulheres e das crianças. A perturbação nos serviços de saúde materno-infantil irá provavelmente resultar em mais de 12 660- 55 020 mortes maternas ao longo de 12 meses em 2021, em 49 países africanos (The Lancet for Global Health, 2021). As perturbações nos serviços de saúde também criaram dificuldades para que as mulheres e as raparigas acessem à saúde sexual e reprodutiva. O Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) estima que uma combinação de choques económicos, encerramentos de escolas e interrupções nos serviços de saúde reprodutiva conduzirá a um aumento de 13 milhões de casamentos infantis entre 2020 e 2030 (UNFPA, 2020). Além disso, a gravidez na adolescência também aumentou substancialmente durante o confinamento devido ao aumento do sexo transaccional em troca de alimentos e roupas. Com o aumento da pobreza, estas raparigas adolescentes têm menos probabilidade de regressar à escola, o que seria necessário para o seu empoderamento económico e para a sua independência financeira.

Dados emergentes mostram um aumento nas chamadas para as linhas de ajuda contra a violência doméstica em muitos países africanos desde o surto da pandemia. Um estudo das Nações Unidas sobre o efeito da pandemia sobre mulheres e raparigas na África Oriental e Austral, constatou que houve um aumento de 775% nas chamadas para a linha directa nacional para a violência baseada no género no Quénia (UNOCHA, 2020). Na Nigéria, os dados de dois terços dos estados demonstraram um aumento de 149% nos relatórios de VBG de Março a Abril de 2020; e na África do Sul, uma linha directa nacional de aconselhamento documentou um aumento de 500% no número de chamadas de violência baseada no género nos dois meses que se seguiram ao início do confinamento (Roy et al., 2022).

INCLUSÃO SOCIAL

As populações que já estavam vulneráveis antes do início da crise da COVID-19 foram desproporcionalmente afectadas, especialmente as crianças e jovens, pessoas deslocadas à força, pessoas idosas, pessoas com deficiência e pessoas que vivem com VIH e outras doenças.

As crianças e os jovens enfrentam múltiplos impactos, incluindo privações na educação, saúde e trabalho. Como consequência da crise, milhões de crianças e jovens caíram na pobreza e enfrentam uma maior morbidade e mortalidade, o que requer uma atenção urgente.

TABLE 2.4: Impactos da pandemia sobre as crianças e os jovens em África ¹⁶

Privação da educação	Privação da saúde	Má-nutrição infantil	Pobreza infantil
327 milhões de estudantes foram afectados pelo fecho das escolas em África (2021-22). Destes, 148 milhões perderam mais de 50% do tempo de instrução em sala de aula em 2020, e 14,6 milhões em 2021	9,4 milhões de crianças correm o risco de contrair difteria, tétano e tosse convulsa e mais 1,2 milhões de crianças correm o risco de contrair poliomielite devido à interrupção das campanhas de imunização	Estima-se que mais 1,9 milhões de crianças com menos de cinco anos tenham perdido a vida na SSA entre 2020 e 2022. Estima-se que mais 1,2 milhões de crianças com menos de cinco anos perderão a vida em 2022 na África Subsaariana, em comparação com 2019	Mais 26 milhões de crianças e jovens (entre os 0 e os 17 anos) viviam abaixo da linha de pobreza nacional até ao final de 2020, em comparação com o início do ano – um aumento anual médio de 10% – elevando o total regional para mais de 280 milhões

As populações deslocadas à força representam 32 milhões de africanos que foram afectados pela perda de rendimentos, pela insegurança alimentar e pelo acesso restrito aos serviços de saúde e à educação, como resultado da crise

TABLE 2.5: População deslocada à força em risco de contrair COVID-19 em África ¹⁷

	Como de África, África de Leste e Grandes Lagos	África Central e Ocidental	África Austral	Um total de 32 milhões de pessoas deslocadas à força em África Os deslocados à força estão em risco de contrair Covid.19 e foram afectados pela perda de rendimentos, pela insegurança alimentar e pelo acesso restrito aos serviços de saúde e de educação
Refugiados	4,72 milhões	1,4 milhões	763,119	
PDI	8,74 milhões	6,3 milhões	6,5 milhões	
Retornados		1,3 milhões		
Sem estado		1,7 milhões		
Requerentes de asilo			315,579	
Outra			36,664	
Total	13,46 milhões	10,7 milhões	7,6 milhões	

Pessoas Idosas. No continente africano, há 47 milhões de pessoas com mais de 65 anos (UNDESA, 2019) que correm maior risco de contrair e morrer de COVID-19 e de outras doenças evitáveis e que podem sofrer de violência, abuso e negligência devido ao isolamento, medidas restritivas, perdas de rendimento e falta de acesso aos serviços.

¹⁶Fonte: Educação - UNESCO (2021), dados UIS da UNESCO e UNESCO (2020); Saúde - Mortalidade infantil; Subnutrição infantil: Saskia Osendarp et al, 2021 e FAO, PAM, FIDA, UNICEF, OMS. 2021. O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo, 2021; Pobreza infantil: UNICEF, 2020a, Covid-19: Uma catástrofe para as crianças na SSA

¹⁷Fonte: ACNUR, 2021, *Tendências Globais 2020*

TABLE 2.6: Impactos da pandemia sobre os idosos em África ¹⁸

Saúde e Cuidados	Vulnerabilidade e Negligência	Bem-estar social e económico	Saúde Mental
<p>As taxas de mortalidade são cinco vezes mais elevadas para as pessoas mais velhas do que a média global. Estima-se que 66% das pessoas com idade igual ou superior a 70 anos tenham pelo menos uma condição de saúde subjacente.</p> <p>Enfrentam desafios no acesso a serviços de saúde e cuidados devido a perturbações na prestação de cuidados de saúde, medo de contrair a COVID-19 e restrições à sua circulação.</p>	<p>A crise da COVID-19 levou ao aumento da exposição das pessoas idosas à violência, ao abuso e à negligência devido ao isolamento.</p> <p>Em 2017, uma em cada seis pessoas idosas foi sujeita a abuso. Com os confinamentos e a redução dos cuidados, a violência contra os idosos está a aumentar.</p>	<p>A pandemia pode reduzir significativamente os rendimentos e os níveis de vida das pessoas mais velhas. Neste momento, menos de 20 por cento das pessoas idosas da idade em idade de reforma recebem uma pensão.</p>	<p>O distanciamento físico pode ter afectado desproporcionalmente as pessoas idosas. Vivendo sozinhas e sendo mais digitalmente excluídas que as outras, os riscos são maiores para as pessoas idosas.</p>

Pessoas com Deficiência (PwD)

Em África, estima-se que cerca de 80 milhões de indivíduos sejam afectados por deficiência e o continente apresenta a maior percentagem de crianças (0-14 anos) e adultos (15-59 anos) com deficiência em todas as regiões; seis por cento e 19 por cento da população, respectivamente (OMS e Banco Mundial, 2011). As PwD que vivem em países de baixos rendimentos são mais propensas a serem caracterizadas por desvantagem e exclusão, como a falta de acesso à saúde pública, educação, emprego e outros serviços sociais.

As PwD são menos propensas do que outras a terem emprego e, quando têm, são mais propensas a trabalhar no sector informal caracterizado por baixos rendimentos e menor acesso à segurança social baseada no emprego (ACNUR, 2020; WIEGO, 2020). No contexto da COVID-19, especialmente durante os confinamentos, era mais provável que perdessem os seus empregos e/ou não conseguissem realizar as suas actividades económicas e, por conseguinte, perdessem a sua fonte de rendimento. A perda de rendimento representa um encargo desproporcionado para as pessoas com deficiência, uma vez que enfrentam custos adicionais gerais relacionados com as deficiências, o que as puxa mais rapidamente para a pobreza. Do ponto de vista da saúde, a interrupção dos serviços de saúde significa que enfrentam maiores barreiras no acesso aos serviços de saúde, colocando-os em maior risco de COVID-19 e outras doenças (ibid).

¹⁸ Fonte: Nações Unidas (2020).

Pessoas que vivem com HIV

Em 2019, havia 25,2 milhões de pessoas a viver com VIH (PLHIV) e 484 000 pessoas morreram de doenças relacionadas com o VIH em África, que representam 68% e 67% dos casos de VIH e mortes em todo o mundo, respectivamente (ONUSIDA, 2021). O número de pessoas com terapêutica anti-retroviral em África diminuiu de 12,9 milhões em 2019 para 10,1 milhões em 2020, deixando 2,8 milhões de pacientes infectados com VIH em risco. Estima-se que haverá mais 534 000 mortes adicionais relacionadas com o VIH em 2020, em relação a 2018 na SSA, como resultado de perturbações do serviço de saúde relacionadas com a COVID-19 (Global Fund, 2021; OMS, 2021b).

A grande diminuição das pessoas que estão a ser testadas poderá resultar na disseminação inconsciente do VIH por pessoas infectadas, aumentando as taxas de infecção em África. As pessoas que vivem com VIH também apresentam resultados mais graves e têm comorbidades mais altas da COVID-19 do que as pessoas que não vivem com VIH. As mulheres jovens estão especialmente em risco e outras populações vulneráveis.

Refugiados e imigrantes

Os refugiados, as pessoas deslocadas internamente (IDP) e os imigrantes foram duramente atingidos pelos devastadores impactos socioeconómicos da COVID-19. A pandemia agravou os desafios monetários que os refugiados e os deslocados internos enfrentam diariamente. Os confinamentos totais ou parciais impediram os refugiados e os deslocados internos de ganharem o seu rendimento diário, especialmente porque muitos não têm empregos estáveis. Embora os refugiados tenham o direito a trabalhar ao abrigo do direito internacional, metade dos refugiados não está autorizada a trabalhar no seu país de refúgio e a COVID-19 agravou a situação.

Os ODS em África e as Sete Aspirações da Agenda 2063

Em 2019, África já estava a enfrentar desafios significativos com a concretização dos ODS e das aspirações da Agenda 2063. Dadas as enormes consequências da crise, como indicado pelos múltiplos impactos humanos em África, os obstáculos serão muito maiores. Estima-se que, sem um Impulso para os ODS sólido, acompanhado por um elevado compromisso e investimento, o ODS-1 (Erradicação da Pobreza) e o ODS-2 (Erradicação da Fome) não serão alcançados em África. Os outros ODS também necessitarão de atenção significativa, uma vez que têm estado entre os mais afectados pela crise, nomeadamente o ODS-3 (Saúde), o ODS-4 (Educação), o ODS-5 (Igualdade de Género) e o ODS-8 (Trabalho Condigno).

FIGURE 2.8: Resumo dos impactos da COVID-19 nos ODS em África¹⁹

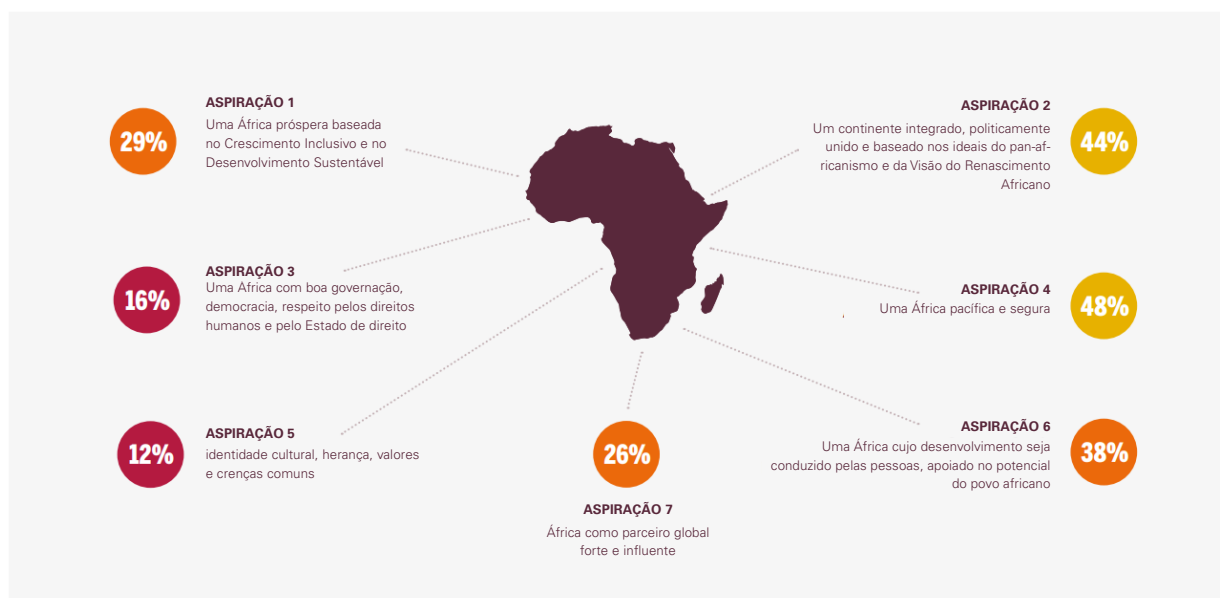


Ao mesmo tempo, existiram alguns resultados positivos inesperados com a crise, tal como no ODS-7 relacionado com a energia acessível e limpa, no ODS-12 sobre o consumo responsável e no ODS-15 sobre vida e território devido à diminuição da pressão sobre o ambiente.

De acordo com a UA, o continente fez alguns progressos na busca das sete aspirações da Agenda 2063, com uma pontuação agregada de 32% (AUC 2022). A Figura 2.9 abaixo fornece um instantâneo dos progressos que África fez nos seus compromissos da Agenda 2063. Foi registado um desempenho fraco nas aspirações 1, 3, 5 e 7. Foi registada uma pontuação de 16% nos esforços do continente para a realização da sua Aspiração 1 em relação à boa governação, democracia, respeito pelos direitos humanos, justiça e Estado de direito, à luz das metas de 2019. O desempenho do continente na promoção de uma forte identidade cultural, do património comum, dos valores e da ética também registou o menor resultado de 12% face às metas de 2019. À luz deste fraco desempenho, a COVID-19 ameaça ainda mais a realização das Aspirações da Agenda 2063 e das metas relacionadas.

¹⁹Construído com dados do Centro dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável para África e Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (2020)

Figura 2.8: Progresso da Implementação da Agenda 2063 - Ao Nível da Aspiração



Resultados económicos

Trocas e comércio. A balança comercial total de África (mercadorias e serviços) tem sido negativa, e está a aumentar rapidamente atingindo um valor recorde de - 191,63 mil milhões de UDS em 2020 ou mais de 10% superior ao valor inicial de 2019. Similarmente, o rácio importações-exportações está a diminuir para África: em 2018 foi de 0,81, em 2019 diminuiu para 0,77 e, após isso, durante a COVID-19, reduziu drasticamente para 0,70 em 2020. Muitos países africanos não dependem deles na produção de alimentos e a subnutrição é generalizada. Estes países dependem das importações para uma parte considerável do seu consumo alimentar. Em tal situação, os fluxos restritos de alimentos durante a COVID-19 tiveram um efeito adverso na segurança alimentar, como evidenciado acima nos impactos humanos.

Agricultura. A agricultura é o sector mais crítico da economia africana, mas, ao mesmo tempo, a insegurança alimentar continua a ser um problema significativo e contínuo para as populações urbanas e rurais vulneráveis na maioria dos países. Os impactos na agricultura incluem:

- **Produção de cereais:** A taxa de crescimento agregado da produção de cereais em África foi estimada em 6,8% em 2020 e prevê-se que seja de 1,9% em 2021. Isto resultou do efeito combinado de muitos factores adversos, como chuva, infestações de gafanhotos e outras pragas, segurança, condições económicas gerais e restrições relacionadas à pandemia da COVID-19 (FAO, 2021).
- **Gado:** Os inquéritos de campo disponíveis indicam um número reduzido de animais detidos pelas famílias em 2020 devido à venda apressada de animais e a outros mecanismos de compensação prejudiciais. A pandemia em África afectou o sector pecuário em geral e as famílias pastoris e as micro-empresárias que constituem a maior parte dos produtores de leite do continente.
- **Pescas:** As evidências limitadas disponíveis indicam que as medidas de controlo da COVID-19, tais como a redução das capacidades das embarcações e o encerramento parcial de cais e restaurantes, afectaram o sector da pesca e da aquicultura nos países produtores de peixe seleccionados em África. Estas levaram a uma perda de ganhos para os pescadores e outros dependentes da indústria.

Foram também vistos resultados negativos no processamento alimentar, no emprego no sector agrícola e alimentar, na comercialização de produtos agrícolas e alimentares, no preço dos alimentos, no rendimento da agricultura e nas mercadorias agrícolas importadas.

Micro, pequenas e médias empresas (MPME). O caminho para a recuperação resiliente de África está intimamente ligado à saúde do sector privado, especialmente às MPME que representam 90% das empresas do continente e empregam cerca de 60% dos trabalhadores. Muitas PME em África operam em sectores que foram altamente afectados pela pandemia. O comércio grossista e retalhista, a construção, a reparação de veículos automóveis e motociclos, o fabrico, o imobiliário, as actividades empresariais e administrativas e os serviços de alojamento e alimentação foram identificados como os sectores mais vulneráveis às perturbações da COVID-19. Geralmente, muitas MPME experimentaram dificuldades de fluxo de caixa, escassez da cadeia de abastecimento e incapacidade de aceder a crédito, o que dificultou a sua capacidade de sustentar as operações. Embora muitas destas MPME tenham reaberto após o confinamento, os dados emergentes mostram que mais empresas pertencentes a mulheres estão a demorar mais tempo a reabrir ou a encerrar permanentemente.

Emprego. A COVID-19 teve um efeito dramático nas vidas e subsistência das pessoas. Do ponto de vista do mercado de trabalho, as medidas de contenção, as restrições à actividade económica e as restrições às viagens tiveram um efeito negativo na quantidade de postos de trabalho (perda de emprego, desemprego) e na qualidade do trabalho (horas de trabalho, salários e rendimentos e acesso à protecção social). O impacto da pandemia variou consideravelmente entre grupos de pessoas recaindo desproporcionalmente sobre aqueles que já são mais vulneráveis aos choques, como os trabalhadores informais, as mulheres e os jovens (OIT, 2020). Em África, as perdas totais de horas de trabalho foram estimadas em 15,6 por cento, ou 60 milhões de empregos equivalentes a tempo inteiro (FTE) no segundo trimestre de 2020 e perdas de 11,5 por cento de horas de trabalho ou 43 milhões de empregos FTE no terceiro trimestre de 2020. Na prática, as perdas de horas de trabalho implicam uma perda de rendimento laboral que registou uma perda de 10,7% em África durante os três primeiros trimestres de 2020, em comparação com o período homólogo em 2019.

O emprego informal varia entre 40% na África Austral e mais de 90% na África Central, Oriental e Ocidental, que têm na sua maioria, emprego agrícola. O emprego informal também é muito mais elevado para as mulheres com 80% do total do emprego das mulheres, em comparação com menos de 70% para os homens. Mais pessoas a trabalhar na economia informal significa que são vulneráveis à pobreza, à fome e às doenças e que não têm acesso à cobertura da protecção social e aos mecanismos de apoio se perderem a sua subsistência. Os confinamentos e as restrições à mobilidade afectaram particularmente os trabalhadores da economia informal, como os comerciantes transfronteiriços, os recicladores de resíduos, os vendedores ambulantes, os trabalhadores migrantes, os trabalhadores dos transportes, os trabalhadores da construção civil, os trabalhadores domésticos e os pequenos comerciantes. As desigualdades de género prevaletentes e as exigências sobre o trabalho reprodutivo também significam que as mulheres eram suscetíveis de enfrentar desafios ao reiniciarem as suas empresas devido ao acesso limitado a recursos como o crédito e a informação.

Respostas de recuperação iniciais. Os esforços de recuperação iniciais em África foram principalmente concebidos para reforçar o sector da saúde, enfrentar os impactos humanos e estimular a economia. Praticamente todos os países da região (96%) realizaram investimentos especiais e destinaram orçamentos adicionais para expandir a capacidade do sector da saúde para responder e prevenir a COVID-19. Apenas dois países (Eritreia e Sudão do Sul) aparentemente não empreenderam medidas especiais para o sector da saúde. As medidas mais comuns para apoiar as famílias foram as transferências de dinheiro e os empréstimos com juros baixos para grupos de baixos rendimentos e outros grupos vulneráveis (61% de todos os países) e a ajuda alimentar e outra ajuda em espécie a grupos vulneráveis (31%). Vinte e quatro por cento de todos os países concederam o adiamento de impostos e outros pagamentos às famílias e forneceram subsídios para serviços públicos (água e electricidade). As abordagens mais comuns para apoiar o sector privado foram: concessão de pagamentos de impostos reduzidos ou diferidos (50% de todos os países); concessão de crédito e outros apoios a MPME, empresas informais e independentes (41%); oferta de garantias de empréstimo e empréstimos subsidiados (39%); e mobilizando apoio sectorial direccionado, especialmente para a agricultura, turismo e/ou transportes (37%).

As medidas gerais mais comuns que beneficiaram o sector da saúde, as famílias e o sector privado foram: facilitar a importação de bens críticos através da redução de taxas, direitos alfandegários e IVA e/ou acelerar o processo de importação; e garantir o fornecimento de bens essenciais através da constituição de reservas de produtos de base e de produtos de consumo, da suspensão do IVA sobre a produção e venda de bens essenciais e/ou dos controlos de preços (22%). Foram tomadas medidas abrangentes (seis ou mais intervenções que abrangem as quatro categorias) por 14 países (Botsuana, Burquina Faso, Camarões, Chade, Etiópia, Guiné, Quénia, Mali, Níger, Ruanda, África do Sul, Togo, Tunísia e Zimbábue). Sete estados frágeis/afectados por conflitos não tinham medidas identificadas (por exemplo Eritreia e Sudão do Sul), apenas apoio ao sector da saúde (Líbia) ou apenas uma medida para além do apoio ao sector da saúde (Angola, República do Congo, Libéria e Sudão).

Efeitos transversais

Protecção social²⁰. Os sistemas de protecção social expandiram-se rapidamente em toda a África nas duas primeiras décadas do século 21 (PNUD, 2019). Isto permitiu que muitos países utilizassem as políticas, programas e plataformas de protecção social existentes (por exemplo, mecanismos de registo e de entrega de pagamentos dos beneficiários) nas suas respostas políticas à COVID-19. A protecção social “com boa capacidade de resposta ao choque” combina a ajuda humanitária de curto prazo e as modalidades de protecção social de longo prazo. As pessoas afectadas pela COVID-19, como aquelas que perderam as suas subsistências durante os confinamentos, foram registadas como beneficiários adicionais em programas nacionais de transferência de dinheiro, e muitos beneficiários pré-registados receberam de reforço durante o confinamento (Gentillini et al., 2021). Assim, a protecção social provou seu valor em 2020, mas a pandemia também expôs as suas limitações. Os países com sistemas menos desenvolvidos estavam mal preparados e tiveram dificuldade para lançar respostas rápidas e eficazes às dificuldades desencadeadas pela COVID-19. Mesmo os países com sistemas bastante abrangentes tiveram de lutar para preencher lacunas na sua oferta, nomeadamente a sub-cobertura da população activa com salários baixos e trabalhadores informais, que não têm acesso nem à assistência social nem à segurança social (Devereux, 2021). Também é difícil determinar o impacto sobre a desigualdade de género, uma vez que a maior parte das intervenções de protecção social foram dirigidas aos agregados familiares ou chefes de família.

A nível regional, houve uma grande variação na forma como a protecção social foi implementada. Por exemplo, nos últimos anos, os regimes de assistência social proliferaram na África Oriental. Isto permitiu que 12 de 13 países – todos excepto a Eritreia – entregassem transferências de dinheiro e/ou ajuda alimentar às suas populações afectadas pela COVID-19 em 2020, utilizando programas existentes sempre que possível, ou lançando novos programas utilizando plataformas e experiências estabelecidas. Cerca de metade dos governos desta região também cobriu os salários dos trabalhadores durante alguns meses, enquanto foram colocados em licença especial. A segurança alimentar é uma preocupação perene nesta região, e várias intervenções destinaram-se a garantir o fornecimento estável e acessível de alimentos básicos durante o período de crise, apesar de ruturas nos sistemas alimentares.

Tal como na África Oriental, a maioria dos governos da África Austral utilizou as transferências de dinheiro como o seu principal veículo para fornecer apoio ao rendimento durante os confinamentos da COVID-19. Alguns também entregaram porções de comida. Estas intervenções eram muitas vezes extensas, atingindo um quarto da população (eSwatini), até 11 milhões de empregadores e empregados (África do Sul), ou todas as famílias urbanas (Zimbábue). Além disso, alguns governos contribuíram para os custos salariais dos trabalhadores em sectores comprometidos por restrições da COVID-19, como as viagens e o turismo. Os trabalhadores informais foram abrangidos por estas disposições em apenas alguns casos. Tal como era comum em toda a África, a digitalização foi incentivada através de taxas reduzidas sobre transacções financeiras por bancos, empresas telefónicas e operadores financeiros digitais. A segurança alimentar foi protegida através do apoio à produção de alimentos com produtos agrícolas subsidiados e da redução de impostos e tarifas sobre os alimentos.

²⁰Análise baseada em dados da OIT 2021, FMI 2021, PNUD e ONU Mulheres 2021; Gentillini et 2021)

As transferências de dinheiro dominaram a resposta da protecção social da África Ocidental à COVID-19 (14 de 15 países), especialmente dirigida a trabalhadores informais em sectores vulneráveis como o turismo, seguidas da ajuda alimentar e subsídios aos serviços públicos (9 em 15 países em ambos). As intervenções políticas populares nesta região incluíram a facilitação dos pagamentos electrónicos e o controlo da inflação dos preços dos alimentos.

Ao contrário de outras regiões africanas, a resposta da política social à COVID-19 na África Central foi dominada pela ajuda alimentar e não pelas transferências de dinheiro, porque poucos países desta região tinham programas de transferência de dinheiro existentes. A assistência financeira indirecta foi prestada sob a forma de serviços de utilidade pública gratuitos ou subsidiados em vários países, e o pagamento diferido de contribuições para a segurança social. Três governos na África do Norte responderam expansivamente à COVID-19 (Argélia, Egito e Marrocos) e três países responderam de forma limitada, muitas vezes com o apoio dos doadores (Libia, Mauritânia e Tunísia). As transferências de dinheiro foram o mecanismo mais utilizado, seguido das medidas de ajuda alimentar e de segurança alimentar.

Remessas: Observou-se um crescimento das remessas em 2020 em todo o continente, excepto na Nigéria. Houve um declínio de 27,7% nos fluxos de remessas para a Nigéria (de 23,8 mil milhões de dólares em 2019 para 17,2 mil milhões de dólares em 2020), que só por si representaram mais de 40% dos fluxos de remessas para a região. No entanto, excluindo a Nigéria, os fluxos de remessas para a África Ocidental, Central, Oriental e Austral aumentaram 2,3%, demonstrando resiliência numa época de crise. Além disso, o crescimento das remessas também foi observado no Norte de África. As remessas para o Egito atingiram um valor recorde de 29,6 mil milhões de dólares em 2020, subindo pelo quinto ano consecutivo. As remessas para Marrocos subiram 6,5% para 7,4 mil milhões de dólares, enquanto a Tunísia também registou um crescimento de 2,5% nas remessas (Ratha et al., 2021).

Governança e Estado de Direito. A pandemia teve um impacto perceptível na governança e na construção da paz em África e, ao olhar para além da crise, é necessário analisar as oportunidades para a recuperação pós-crise. Uma análise dos impactos das medidas de contenção da COVID-19, adoptadas na fase inicial do surto em 2020 pelos países africanos, sobre três questões que se prendem directamente com a governança – eleições, os processos parlamentares e as instituições de responsabilização pública – descobriu que “as medidas colocavam restrições operacionais sobre as instituições nos sectores público e privado, grupos e indivíduos que estão a ser cada vez mais marginalizados no seu compromisso” com o governo. Outros desafios da governança incluem uma coordenação fraca dentro e fora de fronteiras, uma baixa cobertura de dados dos resultados da saúde em África e a fragilidade institucional de alguns países que alimenta mais conflitos e instabilidade. A negação da pandemia da COVID-19 ao mais alto nível dos governos nacionais e subnacionais em alguns países tornou difícil incentivar medidas de contenção e a vacinação. Em vários casos, o acesso à justiça e a eficácia do poder judicial foram dificultados por restrições impostas em resposta à COVID-19. Além disso, alguns países registaram aumentos nas taxas de criminalidade associadas ao declínio económico e à ausência de medidas adequadas de segurança e protecção. A COVID-19 também atrasou o progresso na implementação de reformas em alguns países e está a inibir a eficácia do governo em toda a região.

Sexo: A COVID-19 aprofundou as desigualdades de género pré-existentes na região, resultando num impacto diferencial para homens e mulheres e em consequências desproporcionalmente negativas para as mulheres. De acordo com o Relatório Global sobre Diferenças de Género, o fosso de género aumentou em um por cento durante a COVID-19, de 31,8 por cento em 2020 para 32,8 por cento em 2021 (WEF, 2020; 2021). As maiores perdas têm sido na educação e participação económica das mulheres. O relatório sugere que, à taxa actual, demorará 121,7 anos a colmatar as disparidades de género em África. Os dados disponíveis indicam que as mulheres estão a vivenciar uma pobreza aprofundada, um acesso reduzido aos alimentos, rendimentos mais baixos e maiores perdas de emprego, incluindo as que se encontram no sector informal. O fardo do trabalho não remunerado aumentou, e as mulheres aumentaram os riscos na educação, saúde e violência baseada no género. Ainda mais importante, a pandemia está a desafiar a agência e a capacidade das mulheres para se recuperarem da pandemia. A vulnerabilidade das raparigas também aumentou devido ao encerramento das escolas, resultando em abandono escolar, aumento da incidência de gravidez na adolescência, violência baseada no género e casamento infantil precoce. É provável que estes factores limitem significativamente as opções de vida disponíveis para as raparigas na sua idade adulta.

Redução do risco de catástrofe: A COVID-19 é uma catástrofe. Por conseguinte, deve ser analisada através de uma lente multirrisco e integrada para criar resiliência. Temos de aprender com esta catástrofe, para reforçar e reformar a nossa abordagem de gestão desses fenómenos, para melhor informar o desenvolvimento. As seguintes abordagens iniciais podem ser extraídas de dois anos de gestão da pandemia:

- **Uma voz africana rápida, consistente e unificada:** foi tomada pelos líderes africanos a um alto nível desde o início da crise, ao comunicarem a gravidade da pandemia às comunidades africanas e a necessidade de agir rapidamente. Isto foi complementado por uma rápida implantação de redes de segurança social, bem como aconselhamento técnico consistente fornecido através do Centro de Controlo de Doenças (CDC) de África.
- **Impacto cumulativo de outras crises:** Os países africanos foram afectados por outras situações de catástrofe e crises durante os últimos dois anos. Além disso, a insegurança alimentar, a variabilidade e as alterações climática, a praga de gafanhotos e a degradação ambiental continuam a causar muito estragos em todo o continente no auge da pandemia. Alguns exemplos já foram mencionados anteriormente no relatório.
- **Exacerbação das vulnerabilidades existentes, mas também criação de novas vulnerabilidades a outros perigos:** A secção de impactos económicos e humanos deste relatório já destaca os diferentes elementos deste aumento da vulnerabilidade. Além disso, a redução das actividades económicas entre os países de baixos rendimentos e os Estados frágeis nos países africanos, significa uma redução das receitas e do orçamento para investir na redução de riscos e noutras acções de reforço da resiliência em África. Como resultado da COVID-19, a população está, portanto, muito mais vulnerável a quaisquer outras catástrofes ou crises que já estejam a ocorrer e que possam ocorrer no futuro. Por último, isto contribuiu para a desestabilização de países e regiões em África que já são frágeis, bem como para a exposição de uma população cada vez mais frágil a grupos violentos.
- **Mecanismos de resposta:** Em alguns casos, os sistemas de gestão de catástrofes foram implantados fornecendo aprendizagem/experiência para lidar com a COVID-19. Devido à própria natureza da pandemia e porque também foi identificada pelos governos e organizações internacionais como uma “crise de saúde”, estes sistemas foram muitas vezes criados especificamente para a pandemia ou dependendo principalmente no Ministério da Saúde. Revelou a inadequação dos mecanismos existentes de Gestão do Risco de Catástrofe (DRM) para compreender e antecipar os impactos complexos de tal catástrofe em vários sectores, e, portanto, adoptar uma abordagem multissectorial e até mesmo multirriscos para lidar com os impactos compostos em cascata da COVID-19 e as outras catástrofes que atingiram os países simultaneamente.
- **Os sistemas e ferramentas para responder a catástrofes ainda são reactivos, incapazes de antecipar totalmente os perigos e aprender com os eventos anteriores:** Os Sistemas de Alerta Precoce (EWS) são particularmente interessantes nesse elemento, uma vez que devem fornecer uma análise-chave para tomar decisões para antecipar e responder a catástrofes. Apesar dos esforços para reforçar esses sistemas a nível nacional e regional, continuam a abordar os riscos em silos e não coerentemente através de uma abordagem integrada e multi-perigos e a fornecer informações sobre medidas reactivas. Para a COVID-19, informaram apenas acções reactivas (quarentena, confinamento, testagem, encerramento de fronteiras, etc.) e não acções antecipativas. Para que os sectores possam tomar decisões críticas antes dos impactos potenciais e para compreenderem os efeitos compostos de catástrofes simultâneas e em cascata nos seus sectores e nos sistemas dos quais fazem parte. A COVID-19 demonstrou a importância de ter um Sistema de Alerta Precoce Multi-Perigo (MHEWS) capaz de abordar todos os diferentes riscos que afectam os países e compreender os seus efeitos complexos.
- **A pandemia da COVID-19 também está a fornecer algum conhecimento sobre a necessidade de reformar abordagens gerais para responder a, e gerir catástrofes:** Vários países em África têm vindo a melhorar os seus mecanismos de coordenação de uma vaga para outra. Na Zâmbia, o Governo aprendeu com a primeira vaga e com as questões de coordenação entre a Unidade de Gestão e Mitigação de Catástrofes (DMMU), localizada no Gabinete do Primeiro-Ministro, e o Ministério da Saúde, pelo qual foi definida como uma “crise de saúde”

para melhor coordenar a resposta à COVID -19. Melhoraram o seu mecanismo de coordenação no desenvolvimento conjunto do Plano de Preparação e Resposta de Contingência Multi-Sectorial à COVID-19, em Janeiro de 2021. Neste plano, é estabelecido um mecanismo de coordenação baseado na Lei de Gestão de Catástrofes, com funções e responsabilidades mais claras, particularmente para a DMMU e para o Ministério da Saúde. A DMMU tornou-se a líder para a coordenação nacional e multisectorial, enquanto o “Comité de Secretários Permanentes sobre Preparação e Resposta Epidemiológica” serve as actividades de resposta sanitária.

- **Os sistemas e abordagens actuais ainda não estão totalmente calibrados para abordar as causas principais de todos os riscos:** Apesar de décadas de trabalho em prevenção e preparação²¹, os impactos económicos e não-económicos das catástrofes estão a aumentar e África continua a ser um dos continentes mais afectados, enquanto já se esforça para manter os investimentos em desenvolvimento. A COVID-19 só revelou a um nível mais alto a nossa incapacidade de reduzir adequadamente as vulnerabilidades subjacentes que estão na raiz dos riscos de catástrofes. Mas, mais importante ainda, destacou que a RRC e o desenvolvimento são muitas vezes abordados em silos através de instituições, processos de tomada de decisão, mecanismos e horizontes temporais diferentes.

Migração. As medidas de controlo aplicadas desde o início da pandemia da COVID-19 tiveram um impacto sem precedentes na mobilidade humana, afectando a vida das sociedades em geral e, em particular, das comunidades dependentes da mobilidade para os seus meios de subsistência. Em África, houve uma redução geral na migração externa e um aumento nos regressos dos migrantes. Existem variações regionais desta dinâmica nas regiões mais afectadas pela migração - África Oriental, África do Norte e África Ocidental. O regresso dos migrantes, e a redução dos fluxos nas remessas, também tiveram impactos localizados na economia e nos meios de subsistência.

Muitos imigrantes trabalham em mercados informais, têm membros da família que dependem das remessas e não são elegíveis para o auxílio económico proporcionado pelo Estado. Os imigrantes encontram-se potencialmente numa posição mais vulnerável no mercado de trabalho, devido às suas condições de emprego geralmente menos estáveis e à menor antiguidade no emprego. Estudos também sugerem que a discriminação aumenta fortemente em alturas de mercado de trabalho frouxo. Na África Austral, os imigrantes económicos do Zimbábue, Maláui e Moçambique perderam os seus empregos e ficaram presos na África do Sul, exigindo que os governos destes países repatriassem os seus cidadãos. Para a África Ocidental, evidências pontuais sugerem que muitos dos países de destino populares reduziram o número de vistos emitidos para a África Ocidental, uma vez que apenas as viagens essenciais são permitidas em alguns casos. Ao mesmo tempo, muitos dos programas de migração através dos quais os africanos ocidentais são recrutados para vagas de emprego em algumas das regiões de destino emergentes, como os países do Golfo, foram suspensos como resultado da pandemia.

Impactos ambientais. A redução das actividades económicas e da mobilidade das pessoas resultaram numa melhoria da qualidade do ar, em águas e praias mais limpas em alguns países e regiões de todo o mundo. Especialmente a longo prazo (até 2040), espera-se que os países africanos apresentem maiores reduções nas emissões de Gases de Estufa (GHG) e no consumo de materiais do que muitas outras regiões e reduções mais modestas nas emissões de partículas finais e na área colhida, em comparação com as suas trajectórias pré-COVID-19. No entanto, também existem impactos ambientais negativos relacionados com a gestão de resíduos, o controlo da poluição industrial, a utilização da terra, a biodiversidade/áreas protegidas, os meios de subsistência baseados em recursos naturais, a resposta humanitária e os esforços regulamentares.

Impactos psicossociais. Especialistas em saúde mental sugerem que a saúde mental das comunidades é preocupante durante a pandemia. A ansiedade pode aumentar pelo medo de contrair o vírus e as incertezas devido à má informação proveniente dos governos e dos meios de comunicação social. Os confinamentos alargados, o recolher obrigatório e a perda de oportunidades de trabalho estão a afectar os meios de subsistência económica de muitos, influenciando assim a sua saúde mental.

²¹Um documento elaborado pela UNDRR para a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002 (Catástrofes Naturais e Desenvolvimento Sustentável: Compreender as Ligações entre o Desenvolvimento, o Ambiente e as Catástrofes Naturais) já tinha alertado que as perdas com catástrofes continuariam a aumentar se os intervenientes e as sociedades não mudassem para soluções proativas e que a redução dos impactos das catástrofes deveria fazer parte das agendas de desenvolvimento sustentável.

Além disso, o impacto psicossocial da COVID-19 sobre as crianças não está bem investigado e, portanto, é menos compreendido. O potencial aumento das pessoas que necessitam de serviços de saúde mental é também uma questão de preocupação, uma vez que muitos países africanos não dispõem dos recursos humanos para satisfazer a crescente procura por pessoas que necessitam de cuidados de saúde mental. Num estudo realizado em países africanos, especialistas em saúde mental citaram que a saúde mental durante a pandemia não era uma prioridade. Os recursos já tributados estavam sob pressão adicional devido ao aumento das necessidades de saúde mental dos países durante esta crise. Apesar da falta de foco nas necessidades de saúde mental, alguns países africanos puseram em prática algumas medidas para satisfazer estas necessidades.

Impacto Baseado na Tipologia do País

Exportadores de mercadorias. O impacto económico do choque induzido pela COVID-19 foi visivelmente sentido em muitas economias africanas produtoras de petróleo e matérias-primas. Por exemplo, África totalizou mais de 7,9 milhões de barris para exportação por dia em 2019, o que representa 9,6% da produção mundial (Carpenter, 2020). No primeiro trimestre de 2020, os preços do petróleo caíram 50% (OCDE, 2020). Na sequência da COVID-19, a Comissão Económica para África das Nações Unidas (UNECA) estima uma perda mínima de 65 mil milhões de dólares em receitas provenientes de combustíveis para África (UNECA 2020). Os preços dos combustíveis diminuíram drasticamente durante a pandemia em 2020, atingindo um preço médio baixo de 32 dólares por barril em Abril de 2020, afectando fortemente países exportadores de combustíveis, como Angola e Nigéria. Economias como o Sudão do Sul, o Chade, a Líbia, a Nigéria e a Guiné Equatorial sofreram quedas nos rendimentos da exportação superiores a 20% em 2020, em relação ao ano anterior, como resultado do impacto da pandemia sobre as matérias-primas, especialmente a queda no preço do petróleo. Enquanto os preços recuperaram em 2021, a aceleração resultante nos ganhos alimentou as pressões inflacionárias mencionadas acima.

Entre os exportadores de petróleo, espera-se também que as pressões de inflação continuem elevadas para os dois maiores exportadores de petróleo do continente – Angola e Nigéria. Em Angola, depois de ter aumentado para 25,1% anuais em Dezembro de 2020, a taxa de inflação do país diminuiu para 24,4% em Janeiro de 2021, antes de voltar para 24,8% em Fevereiro – o ritmo reduzido da desvalorização da moeda à medida que os preços do petróleo aumentaram ajudou a aliviar as pressões sobre a balança de pagamentos, daí a pequena diferença entre Janeiro e Fevereiro. Na Nigéria, depois de crescer ao longo de 2020, a inflação acelerou dos 15,7% anuais em Dezembro de 2020 para os 17,3% em Fevereiro de 2021 – o seu nível mais alto desde Abril de 2017. O aumento dos preços dos alimentos persistiu à medida que a pandemia e a insegurança continuaram a perturbar a cadeia de abastecimento alimentar, enquanto as fraquezas monetárias e as restrições cambiais adicionaram pressões ascendentes sobre os preços dos alimentos importados.

Para os países exportadores de metais, estima-se que a inflação permaneça alta em países como a Zâmbia, a Serra Leoa e a República Democrática do Congo. Na Zâmbia, a inflação aumentou de 21,5% anuais em Janeiro para 22,1% em Fevereiro de 2021, impulsionada pelo aumento dos preços dos alimentos e pelo aumento do custo das importações devido à contínua depreciação da moeda.

Países dependentes do turismo. Em 2019, o continente africano teve o segundo sector turístico de crescimento mais rápido do mundo. Cerca de 70 milhões de turistas internacionais visitaram África e as viagens e o turismo trouxeram cerca de 170 mil milhões de USD para o PIB do continente. Na Tanzânia e no Ruanda, o turismo contribui para 17,1% e 10% dos seus respectivos PIB. No entanto, a pandemia teve um efeito devastador sobre o sector. De acordo com a Organização das Nações Unidas para o Turismo Mundial (UNWTO), estima-se que menos mil milhões de turistas internacionais viajaram globalmente em 2020 e África registou uma queda de 74% nas chegadas internacionais de turistas e um declínio de 64% nas exportações relacionadas com o turismo. A COVID-19 teve também um impacto secundário nos empregos do sector do turismo.

Só na Comunidade da África Oriental, estima-se que os empregos no sector do turismo tenham diminuído de 4,1 milhões de postos de trabalho para 2,2 milhões em 2020 (AERC, 2021).

Estados frágeis e afectados por conflitos. É provável que o conflito ou outras formas de violência armada aumentem em partes da República Centro-Africana, do Sahel Central, da Etiópia, do Norte da Nigéria, do Norte de Moçambique, da Somália, do Sudão do Sul e do Sudão. Aqui, a violência

piorará a insegurança alimentar, através de novos deslocamentos, perturbações do comércio e do cultivo, movimentos populacionais, confinamento das comunidades, abandono de terras agrícolas e perda de vidas e bens - ao mesmo tempo que afectará o acesso à assistência humanitária.

Os refugiados que fogem de conflitos e da instabilidade política tornaram-se mais vulneráveis durante a pandemia, uma vez que a diminuição da assistência existente ao longo de vários anos foi ainda mais reduzida devido a deficiências de financiamento e à redefinição de prioridades por parte dos países doadores. Segundo o ACNUR, refugiados em pelo menos 11 países da sub-região (incluindo a Etiópia, o Uganda, o Sudão do Sul, o Quênia, a Tanzânia, o Maláui e a Zâmbia) têm recebido rações de 80% ou menos do que o padrão mínimo necessário para atender às suas necessidades (ACNUR, 2020). A re-priorização de recursos devido às exigências da COVID-19 pode exacerbar ainda mais essa situação.

As medidas de recuperação iniciais nos Estados frágeis e afectados pelos conflitos têm sido mínimas ou inexistentes. Sete estados frágeis/afectados por conflitos não tinham: medidas de recuperação iniciais identificadas (Eritreia e Sudão do Sul); apenas apoio ao sector da saúde (Líbia); ou apenas uma medida para além do apoio ao sector da saúde (Angola, República do Congo, Libéria e Sudão).

Países que enfrentam insegurança alimentar. Entre os países africanos que correm o risco de uma maior deterioração da segurança alimentar está um grupo específico de focos de crise que é especialmente preocupante devido à escala, gravidade e tendências das crises alimentares existentes. Nestes contextos frágeis, quaisquer outros choques poderiam empurrar um número significativo de pessoas para a miséria e a fome. Estas emergências exigem um acesso contínuo – e em alguns casos aumentado – às populações mais vulneráveis, juntamente com uma ajuda humanitária urgente e de larga escala para salvar vidas e meios de subsistência. Os países especialmente em risco são:

- **Sudão do Sul:** as populações em algumas áreas caíram para níveis catastróficos de insegurança alimentar aguda (Fase 5 do IPC), nomeadamente em partes do Estado de Jonglei do Sudão do Sul, onde é agora necessária uma acção urgente alargada para parar a fome e a morte provavelmente disseminadas, bem como um colapso completo das estratégias e dos bens de subsistência agrícola. Em geral, a população em crise ou pior (Fase 3 ou superior do IPC) deverá atingir 7,2 milhões de pessoas durante a época baixa entre Abril e Julho. Isto inclui 2,4 milhões de pessoas em condições de emergência (Fase 4 do IPC) e 108 000 pessoas em situações de catástrofe (Fase 5 do IPC).
- **Nigéria:** Nas áreas afectadas pelo conflito no Norte, projecta-se que para a época baixa (Junho-Agosto de 2021) houve uma deterioração mais acentuada com as pessoas em situação de insegurança alimentar aguda de emergência (Fase 4 do CH), que provavelmente quase duplicará, subindo para mais de 1,2 milhões de pessoas. A maioria das pessoas com insegurança alimentar crítica está no Estado de Borno, onde algumas áreas podem estar em risco de fome. Nos próximos seis meses, espera-se que o Norte da Nigéria venha a enfrentar uma deterioração acentuada da segurança alimentar e da nutrição, devido a conflitos e factores económicos, agravados pelos efeitos secundários da COVID-19. Prevê-se que cerca de 13 milhões de pessoas estejam em insegurança alimentar aguda (Fase 3 e 4 de CH) entre Junho e Agosto de 2021, se não houver assistência.
- **Etiópia:** O conflito no Tigray está a agravar ainda mais as projecções preocupantes de segurança alimentar que estimam que cerca de 2,6 milhões de pessoas enfrentem níveis de Emergência (Fase 4 do IPC) entre Janeiro e Junho de 2021. Isto resulta de uma combinação de conflitos, desafios macroeconómicos, extremos meteorológicos e gafanhotos do deserto.
- **Sudão:** uma crise económica em deterioração - agravada pelos efeitos socioeconómicos da COVID-19 - resultou em preços dos alimentos excepcionalmente elevados. Além dos potenciais confrontos intercomunais, espera-se que estes factores continuem a impulsionar elevados níveis de insegurança alimentar aguda no país, onde 1,3 milhões de pessoas já estavam estimadas como estando em Emergência (Fase 4 do IPC) de Outubro a Dezembro de 2020.
- Além disso, o **Zimbábue** e a **RCA** são também países preocupantes. No Zimbábue, existem 3,4 milhões de pessoas com elevada insegurança alimentar aguda e, na CAR, existem 2,3 milhões de pessoas.

Países que enfrentam múltiplos riscos. Além da pandemia da COVID-19, muitos países africanos foram afectados por outras calamidades simultâneas e em cascata. Em 2020, as inundações afectaram mais de 1,7 milhões de pessoas no Sahel. Desde o início de 2021, as inundações afectaram 669 000 pessoas na África Ocidental e Central. Mais de 400 000 habitantes foram forçados a fugir de suas casas após a erupção do vulcão Nyiragongo na RDC. Na África Oriental e Austral, de Junho a Outubro de 2020, pelo menos 3,6 milhões de pessoas foram afectadas por inundações ou deslizamentos de terras. A África Ocidental sofreu inundações e vários golpes de Estado. A África Austral tem lutado e continua a lutar contra ciclones devastadores do Oceano Índico, enquanto o Norte de África se debateu com incêndios florestais no meio da pandemia. A seca severa está a afectar também actualmente diversos países no Corno de África tais como o Quênia, a Somália e a Etiópia. A África Oriental sofreu a pior invasão de gafanhotos em 70 anos em 2020 e 2021. As alterações climáticas são cumulativas e contribuem para a complexidade dos resultados de perigos naturais que provocam catástrofes, para a perda significativa de vidas e meios de subsistência e que enfraquecem os ecossistemas e as sociedades vulneráveis.

III. Medidas de Recuperação

O Capítulo III começa por delinear objectivos estratégicos para orientar as estratégias de recuperação. Em seguida, é fornecido um menu de políticas e prioridades programáticas de curto, médio e longo prazo para uso a nível continental e, sempre que possível, a nível regional e de agrupamento de países. Esta orientação é depois ajustada para considerar o pior cenário, o cenário intermédio e o melhor cenário. As recomendações apoiam a realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2063 da União Africana.

Objectivos estratégicos

As medidas de recuperação são concebidas para alcançar os seguintes objectivos estratégicos:

- 6) Proteger a saúde e bem-estar económico acelerando os programas de vacinação e apoiando as reformas no sector da saúde;
- 7) Ultrapassar os desafios macroeconómicos que foram exacerbados pela pandemia, sustentando as respostas monetárias e fiscais, resolvendo os problemas de liquidez e de dívida e expandindo o financiamento internacional para o desenvolvimento em África;
- 8) Salvaguardar o desenvolvimento humano através da protecção contra a pobreza, prevenindo a insegurança alimentar e a fome, revertendo as privações na saúde e na educação, não deixando ninguém para trás e adoptar uma abordagem de “Empurrão para os ODS” para assegurar a realização dos ODS até 2030;
- 9) Estimular a recuperação económica facilitando as trocas e o comércio, fazendo face ao desemprego jovem, acelerar a digitalização da economia; e
- 10) Abordar as questões transversais para garantir uma recuperação resiliente inclusiva, incluindo a protecção social, o género, a redução do risco de catástrofe e a ambientalização da recuperação.

Prioridades Continentais e Regionais

Estas são prioridades de alto nível em que a AUC e as REC podem tomar medidas e devem ser implementadas a nível continental. Incluem também medidas que devem ser adaptadas e adoptadas pela maioria dos Estados africanos, independentemente das diferenças regionais e outras. As recomendações de curto prazo são para o período 2022-23. As recomendações a médio e longo prazo são concebidas para implementação até 2030 e estão especialmente orientadas para a concretização dos ODS.

Medidas de Recuperação Iniciais

Vale ressaltar, porém, que todos os governos africanos empregaram diferentes medidas para acelerar a recuperação inicial dos impactos socioeconómicos da COVID-19. Na África Austral, as medidas-chave incluíram o apoio ao sector da saúde (9 países); as transferências de dinheiro e empréstimos a juros baixos para grupos de baixos rendimentos e outros grupos vulneráveis (6 países); impostos e outros pagamentos diferidos (6 países); e crédito e outro apoio às MPME, empresas informais e trabalhadores independentes (5 países).

Na África Ocidental, as medidas de recuperação iniciais incluíram: apoio ao sector da saúde (15 países); transferências de dinheiro e empréstimos a juros baixos para grupos de baixos rendimentos e outros grupos vulneráveis (10 países); ajuda alimentar e outra ajuda em espécie a grupos vulneráveis (7 países); crédito e outro apoio a MPME, empresas informais e trabalhadores independentes (7 países); garantias de empréstimos e empréstimos subsidiados (8 países) e apoio sectorial direccionado (agricultura, turismo, transportes) (8 países).

Na África Central as medidas incluíram: apoio ao sector da saúde (9 países); transferências de dinheiro e empréstimos a juros baixos para grupos de baixos rendimentos e outros grupos vulneráveis (6 países); e pagamentos de impostos e taxas reduzidos ou diferidos (7 países). Enquanto que na África Oriental, as medidas de recuperação iniciais incluíram o apoio ao sector da saúde (12 países); os pagamentos de impostos e taxas reduzidos ou diferidos (7 países); e o apoio às importações críticas: redução das taxas, dos direitos alfandegários e do IVA; processo acelerado de importação (7 países).

Na África do Norte, as medidas de recuperação iniciais foram alargadas ao apoio ao sector da saúde (5 países); transferências de dinheiro e empréstimos a juros baixos para grupos de baixos rendimentos e outros grupos vulneráveis (6 países); aumento dos benefícios de desemprego e/ou programas de trabalho em troca de dinheiro (3 países); redução ou diferimento dos pagamentos de impostos e taxas (3 países); crédito e outros apoios às MPME, às empresas informais e aos trabalhadores independentes (3 países); e garantias de empréstimos e empréstimos subsidiados (3 países)

Saúde

As estimativas do Fundo Monetário Internacional mostram que se a COVID-19 tiver um impacto prolongado a médio prazo, poderá reduzir o PIB global num acumulado de 5,3 mil milhões de USD nos próximos cinco anos, em relação às projecções atuais. De acordo com o FMI, a principal prioridade política é vacinar pelo menos 40% da população em cada país até ao final de 2021 e 70% até meados de 2022. No entanto, no caso de África, apenas seis de 54 países atravessaram o objectivo de vacinação de 40% até Dezembro de 2021. É, portanto, necessário tomar medidas urgentes para melhorar a eficácia do programa de vacinação em todo o continente.

Além disso, a COVID-19 também expôs a vulnerabilidade dos sistemas de saúde em todo o continente. A OMS afirmou que 40% dos países africanos reportaram rupturas nos serviços de saúde sexual, reprodutiva, materna, do recém-nascido, infantil e do adolescente devido aos confinamentos da COVID-19. De acordo com o inquérito PULSE-3, 91% dos países reportaram algum tipo de perturbação em pelo menos um dos serviços essenciais de saúde (OMS, 2022). Como tal, é urgente aumentar os investimentos que possam inverter as actuais tendências em matéria de carências de saúde. O anterior terá de ser apoiado por investimentos e reformas sustentados nos sistemas de saúde e na segurança, e por forma a preparar melhor o continente para futuras pandemias e epidemias.

As medidas de recuperação no sector da saúde também terão de ser diferenciadas para reflectir as diferenças regionais. Por exemplo, a África Austral registou o maior número de casos (4,7 milhões) e mortes (mais de 117 000) da COVID-19, representando assim cerca de metade dos casos e mortes do continente. A África do Norte registou o segundo maior número de casos reportados, enquanto a África Central e Ocidental registaram o menor número de casos no continente.

A implementação dos programas de vacinação está a progredir lentamente, resultando numa profunda divergência entre África e o resto do mundo. Com excepção do Norte de África, a implantação da vacina em África continua a ser a mais lenta no mundo. Muitos trabalhadores essenciais da linha da frente continuam a trabalhar sem protecção. A África Central é a região mais atrasada onde menos de 8% da população total (em dezembro de 2021) é reportada como totalmente vacinada. **A melhoria da eficácia do programa de vacinação deve** constituir uma prioridade **a curto prazo**. Ao mesmo tempo, um estudo realizado pelos Centros Africanos de Controlo e Prevenção de Doenças em 15 países africanos indicou **uma hesitação vacinal** entre a população (CDC de África, 2020). Cerca de 25% dos entrevistados acreditavam que uma vacina seria insegura e 18% acreditavam que as vacinas geralmente não eram seguras. As razões para a recusa da vacina também incluíram a crença de que a COVID-19 não existe, ou que a sua ameaça é exagerada. A má informação que circula nos meios de comunicação social também pode ter amplificado a desconfiança e a suspeita existentes em torno das vacinas. Um dos efeitos da hesitação da vacina pode ter levado à perda de validade das doses disponíveis em alguns países²².

²²Por exemplo, mais de 1 milhão de doses da vacina foram relatadas como tendo passado do prazo na Nigéria. <https://www.cbc.ca/news/health/nigeria-destroys-expired-covid-vaccines-1.6295131>

O CDC África espera que as conclusões do documento Percepções sobre a Vacina Contra a COVID-19: Um estudo de 15 países (CDC África, 2021) ajude a guiar a organização, os Estados-Membro e os parceiros para a optimização da aceitação das vacinas no continente.

A falta de fornecimento de vacinas a África e a distribuição desigual entre os países continua a ser uma preocupação crítica para o continente. A hesitação em relação à vacina em parte da população também diminuiu a taxa de vacinação. Sem uma assistência internacional significativa e antecipada e um esforço eficaz de vacinação em toda a região, o futuro a curto prazo pode ser de vagas repetidas de infecção, como a originada pela variante Ómicron. Isto irá exercer uma pressão cada vez maior nas vidas e subsistências dos mais vulneráveis da região, enquanto paralisará o investimento, a produtividade, e o crescimento. Especificamente a curto prazo, as melhorias exigirão um esforço de nível continental para:

- I. Defender, a nível local, nacional e internacional, o acesso equitativo às vacinas contra a COVID-19. Isto inclui o aproveitamento das iniciativas existentes e o apelo ao apoio internacional para a aquisição e distribuição de vacinas
- II. Estabelecer metas e planos nacionais actualizados para a vacina contra a COVID-19 que definem os requisitos de dose e identificam as necessidades de recursos financeiros e programáticos
- III. Monitorizar cuidadosamente a oferta, demanda e adopção das vacinas para melhorar a agilidade e a capacidade de adaptação conforme necessário para garantir a continuidade dos serviços de imunização
- IV. Melhorar as cadeias de abastecimento no país e a distribuição do nível central para o nível regional e local, prestando especial atenção à cadeia de frio. Isto exigirá melhorias nas infraestruturas de saúde e na formação do pessoal
- V. Reorganizar os sistemas de saúde para melhorar a eficiência do fornecimento de serviços de imunização
- VI. Fortalecer o envolvimento e a participação da comunidade para melhorar a comunicação do risco e construir confiança no sistema de saúde
- VII. Mobilizar e capacitar as comunidades, incluindo através das redes sociais e das redes comunitárias, para gerar uma forte procura pelas vacinas e resolver a desinformação e as percepções erradas que contribuem para a hesitação em relação à vacina
- VIII. Monitorizar e reportar mensalmente os progressos alcançados na realização dos objectivos de vacinação contra a COVID-19

Como observado acima, a COVID-19 expôs a vulnerabilidade dos sistemas de saúde em todo o continente. Devem ser envidados esforços a curto prazo para acelerar o reatamento de todos os serviços de saúde essenciais, para evitar um aumento das taxas de morbilidade e mortalidade em África, como as associadas à tuberculose, malária, VIH-SIDA e cuidados pré-natais. A nível regional, a África Oriental tem sido a região mais afectada por perturbações no diagnóstico, rastreio e tratamento da tuberculose, que deixaram quase 900 000 pessoas em risco. A África Oriental também é responsável por 46% das pessoas que vivem com VIH no continente e que enfrentam enormes perturbações nos serviços de prevenção, teste e tratamento do VIH-SIDA, deixando 11,5 milhões de pessoas em risco. A África Austral é a segunda região mais afectada pela perturbação dos serviços de prevenção, teste e tratamento do VIH, o que deixou 8,86 milhões de pessoas em risco. Só a África do Sul é responsável por 7,8 milhões de pessoas que vivem com o VIH na região e, por conseguinte, é um país de grande preocupação. A curto prazo, é necessário rever as modalidades e as plataformas de prestação de serviços para retomar a prestação de serviços de prevenção e tratamento do VIH, para evitar o aumento das taxas de infecção e mortalidade associadas ao VIH-SIDA, especialmente para as mulheres jovens e as populações-chave.

Além disso, a interrupção dos serviços de imunização infantil deixou 17 milhões e 12 milhões de crianças na África Ocidental e Oriental, respectivamente, sub-vacinadas na região e em risco de contrair difteria, tétano, tosse convulsa, sarampo, poliomielite, malária, e outras doenças evitáveis

A África Ocidental também tem a maior incidência de malária (243 casos por 1000 habitantes em risco). A diminuição dos serviços de tratamento da malária afectou um número significativo de pessoas na região, especialmente crianças, uma vez que a maioria das mortes por malária ocorrem em crianças com menos de cinco anos.

A curto prazo, é importante avaliar e abordar os desafios no acesso aos serviços de tuberculose, VIH-SIDA e imunização como prioridade e dar início aos serviços relacionados com a tuberculose e o VIH-SIDA e às campanhas de imunização para crianças com menos de cinco anos. Os governos nacionais e os seus parceiros devem priorizar o recomeço da imunização e as campanhas de sensibilização para pais de crianças com menos de cinco anos, a fim de prevenir o sarampo, o tétano, a difteria, a tosse convulsa, a poliomielite e outras doenças evitáveis. É também necessário aumentar os serviços de prevenção e tratamento da subnutrição para evitar um aumento adicional das mortes, atrasos no crescimento e problemas de desenvolvimento cerebral. Os esforços de recuperação a curto prazo devem também dar prioridade à restauração da saúde sexual e reprodutiva para mulheres e raparigas, enquanto se adoptam mecanismos robustos para proteger as mulheres e as raparigas da violência baseada no género e de outras práticas prejudiciais contra as mulheres e as raparigas.

A médio e longo prazo, será necessário garantir um acesso sem barreiras aos serviços de saúde de uma forma mais geral, reforçar os sistemas de informação em matéria de saúde e investir na mão-de-obra do sector da saúde para expandir a prestação de serviços de saúde. A longo prazo, as medidas de recuperação devem melhorar a prestação de cuidados de saúde, incluindo a saúde mental e o apoio psicológico, e os serviços de água, saneamento e higiene (WASH) para refugiados, migrantes e deslocados internos. É também importante garantir o acesso universal a cuidados de saúde e serviços adequados de cuidados e tratamento para idosos, tais como para cuidados de saúde mental, paliativos e geriátricos.

A médio e longo prazo, África precisa de aumentar as capacidades de cuidados de saúde, construir infraestruturas hospitalares e promover o fabrico de produtos farmacêuticos/vacinas/equipamentos. É necessária a formação de médicos, enfermeiros, paramédicos e pessoal médico. As recomendações são:

- I. Avaliar o progresso em direcção aos objectivos de vacinação contra a COVID-19 e, com base nessa informação e em qualquer outra evidência emergente, rever as metas, estratégias e políticas de vacinação conforme necessário
- II. Abordar questões-chave de investigação, política, segurança e regulamentação que optimizem o impacto da vacina, incluindo programas eficazes de fornecimento, dosagem e vacinação, mistura e combinação de produtos, protecção contra variantes e outras questões.
- III. Investir em instituições de saúde pública subnacionais, nacionais, regionais e pan-africanas para desenvolver capacidade técnica no continente
- IV. Reforçar os sistemas de gestão da informação e as plataformas de dados em matéria de saúde, assegurando que sejam adequadas ao contexto. Isto exigirá também esforços para melhorar a quantidade de dados, incluindo a recolha de dados desagregados, cobertura, qualidade e frequência, bem como a capacidade de utilizar e gerir dados do sector da saúde
- V. Desenvolver e reforçar os sistemas de informação e a partilha de dados regionais e pan-africanos em matéria de saúde
- VI. Participar em parcerias pan-africanas e globais para ampliar o fabrico de vacinas em África, defendendo o apoio internacional aos recursos técnicos, financeiros e humanos
- VII. Reforçar os investimentos em ciência, tecnologia e matemática (CTEM), especialmente para as mulheres e raparigas, em investigação, desenvolvimento e inovação, e reforçar a capacidade de produção local para diagnósticos, vacinas e terapêutica. Além disso, os governos devem reduzir as barreiras à inovação em saúde e apoiar activamente os investigadores e centros africanos envolvidos nas ciências.

VIII. Aumentar os investimentos na cadeia de abastecimento e na infraestrutura de distribuição a todos os níveis, para melhorar e simplificar as redes existentes, que são frequentemente complexas, fragmentadas e, por conseguinte, ineficientes

IX. Investir no sistema de saúde primário e criar a capacidade da mão-de-obra baseada na comunidade, para facilitar o envolvimento da comunidade no planeamento e na prestação de serviços de saúde e melhorar a prestação de serviços a nível comunitário

Para sustentar as recomendações acima e aumentar a resiliência dos sistemas de saúde, o foco deve ser a implementação de reformas que fortaleçam o sistema de saúde, melhorem a cobertura universal de saúde e garantam que o sistema seja capaz de atender às necessidades actuais e futuras da população. Especificamente, devem ser envidados esforços para: 1) expandir a cobertura universal de saúde e garantir o acesso a serviços para todos sem o risco de dificuldades financeiras; 2) otimizar e melhorar a eficiência da prestação de serviços de saúde; 3) fortalecer o sistema de cuidados de saúde primários; e 4) resolver as desigualdades e injustiças pré-existentes.

Quando se trata de reforçar **a segurança da saúde**, os países africanos devem aproveitar a resposta actual para fortalecer a preparação contra ameaças futuras e os sistemas de saúde em direcção à resiliência, documentando as lições aprendidas. Isto deve ser complementado por investimentos em funções essenciais na saúde pública, incluindo as necessárias para a gestão de riscos de emergência em todos os perigos, rever e actualizar as suas actuais estratégias e planos de preparação e resposta a emergências e estabelecer estruturas e mecanismos de operação de emergência e mecanismos para gerir surtos de doenças, epidemias e pandemias. Os países africanos deverão também reforçar os sistemas de vigilância e de dados e informação para melhorar o planeamento de emergência e reforçar a sua capacidade de mão-de-obra comunitária em matéria de saúde para melhorar a vigilância e apoiar a resposta. A União Africana e as REC têm também um papel fundamental a desempenhar no reforço das capacidades regionais, nacionais e subnacionais de prevenção, preparação, vigilância e resposta às epidemias e pandemias; e, no estabelecimento de parcerias estratégicas e estruturas de tomada de decisão claras, integradas, subnacionais e regionais para apoiar e coordenar a vigilância, melhorar a preparação e aumentar a eficiência da resposta a emergências futuras.

Desafios macroeconómicos

Desenvolver estratégias para sustentar respostas monetárias e fiscais para a recuperação económica,

No curto prazo, os legisladores deverão continuar a apoiar os aspectos fiscais e monetários até que a recuperação económica seja alcançada. Os legisladores devem combater o impacto da pandemia com uma gestão macroeconómica eficaz através de políticas monetárias, fiscais e financeiras adequadas. Embora os bancos centrais continuem a impulsionar a liquidez através da flexibilização da política monetária, as expectativas de inflação devem continuar a ser controladas para evitar qualquer instabilidade que possa piorar o impacto económico adverso da pandemia. Quando a recuperação for alcançada, os governos devem desenvolver estratégias para restaurar a dívida e a sustentabilidade fiscal. Se necessário, os legisladores deverão procurar apoio internacional através de subvenções bilaterais e multilaterais e empréstimos concessionais para apoiar o processo de recuperação. Embora estes programas de apoio conduzam provavelmente a uma maior acumulação de dívida, os legisladores deverão preparar-se para a reestruturação e resolução da dívida através da vigilância macro-prudencial para evitar o risco sistémico.

Manter e expandir as transferências de dinheiro. Como componente crítico dos sistemas nacionais de protecção social, as transferências de dinheiro devem estar no centro dos planos de resposta a crises e recuperação em África. Bem estabelecidas, as transferências de dinheiro, especialmente programas incondicionais, terão muitos impactos positivos directos e indirectos no bem-estar, incluindo a segurança alimentar e um melhor acesso aos serviços essenciais. Podem gerar fortes retornos económicos e sociais, incluindo a prevenção ou minimização da maior parte dos riscos de bem-estar enfrentados pelas famílias pobres. As transferências de dinheiro devem ser sensíveis ao género, tendo em conta os desafios dos rendimentos perdidos exclusivos das mulheres.

Por exemplo, as mulheres gastam os seus rendimentos em crianças e despesas domésticas. Para responder a esta realidade, poderia ser criado um sistema duplo de transferências de dinheiro, um para os adultos desempregados, e outro que prestasse apoio às crianças de um agregado familiar. Paralelamente, as oportunidades de emprego são importantes para recuperar os meios de subsistência das pessoas e permitir que elas se voltem a erguer.

CAIXA 3.1: A possibilidade de consolidar as transferências de dinheiro na Guiné Equatorial

A protecção social na Guiné Equatorial é dominada pela segurança social relacionada com o emprego herdada e actualizada do período colonial, que abrange principalmente funcionários públicos e militares. Quando a COVID-19 chegou em Março de 2020, não estavam em vigor programas de assistência social, e a Guiné Equatorial foi classificada pela OMS entre os países menos preparados do mundo. Os parceiros de desenvolvimento, liderados pela Equipa de Gestão das Nações Unidas (UNCT), apoiaram a elaboração de um Plano de Emergência – incluindo respostas de protecção social e de segurança alimentar – e os esforços de angariação de fundos.

Uma avaliação do impacto socioeconómico da COVID-19 salientou a necessidade urgente da digitalização, uma vez que os cidadãos precisam actualmente de ir às agências governamentais para receberem e pagarem serviços essenciais. Isto impossibilitou que o governo entregasse transferências de dinheiro de emergência durante o período de confinamento. O relatório de avaliação recomendou o desenvolvimento da capacidade estatal para pagamentos digitais (PNUD, 2020).

A Guiné Equatorial importa 80% dos seus alimentos. Os encerramentos de fronteiras e as restrições à mobilidade e ao transporte devido à COVID-19 restringiram as importações de alimentos e produtos agrícolas e desencadearam aumentos de preços dos alimentos (23% em 3 meses), o que minou a segurança alimentar das famílias de baixos rendimentos. O governo entregou cabazes alimentares a 12 000 famílias no âmbito do Programa de Garantias Sociais Públicas.

Em geral, a resposta de protecção social à COVID-19 foi limitada e inadequada. São necessárias acções urgentes para reforçar o sistema de protecção social da Guiné Equatorial, como a introdução de sistemas de assistência social para grupos pobres e vulneráveis, a aprovação de uma lei de protecção social (já elaborada), a criação de um Registo Único e a criação de capacidades institucionais para a execução de políticas e programas (PNUD, 2020)

A médio e longo prazo, os países africanos deverão **resolver as questões de liquidez e sustentabilidade da dívida utilizando iniciativas internacionais de dívida**. Antes da pandemia da COVID-19, alguns países africanos debatiam-se com grandes quantidades de dívida. Agravou as vulnerabilidades da dívida em muitos destes países e está a conduzir a uma dívida insustentável que está a dificultar o crescimento e o desenvolvimento. Os legisladores podem adoptar políticas para injectar liquidez na economia para melhorar o espaço fiscal, de modo que os países possam utilizar estes recursos para revitalizar as suas economias. Algumas políticas que podem ser adoptadas incluem, a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) e o Quadro Comum para Tratamentos além da DSSI, a Política de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável (SDFP) e a emissão e utilização de Direitos de Saque Especiais (SDR). As duas primeiras políticas abordam especificamente as situações da dívida e o alívio em resposta ao choque da COVID-19. As duas últimas opções foram concebidas para melhorar a sustentabilidade da dívida e o alívio da dívida.

Desenvolvimento Humano²³

A pandemia da COVID-19 ameaça afectar países com desenvolvimento humano baixo e médio - a maioria dos quais está no continente africano - desproporcionalmente, com impactos potencialmente devastadores nas três dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano - saúde, educação e nível de vida, incluindo através dos efeitos socioeconómicos do vírus nos próximos meses e anos. Nesse sentido, não deixar ninguém para trás durante a recuperação da COVID-19 exigirá que todas as políticas, estratégias e intervenções específicas de recuperação dêem sempre prioridade aos grupos populacionais vulneráveis identificados na análise de impacto humano da Avaliação Situacional (Capítulo 2). A este respeito, os esforços de recuperação deverão visar as famílias que se encontram em situação de extrema pobreza, as mulheres e as raparigas, as crianças e os jovens, os idosos, as pessoas com deficiência, refugiados e deslocados internos, entre outros grupos vulneráveis.

Protecção contra a pobreza. A curto e médio prazo, recomenda-se que os países africanos expandam a protecção social, incluindo transferências de dinheiro para pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza, com prioridade para os 30,4 milhões de pessoas que caíram na pobreza extrema como resultado da crise. Esta medida deve ser complementada com a criação de oportunidades de emprego e de rendimento, com prioridade para os grupos populacionais mais afectados e vulneráveis. A longo prazo, os governos devem conceber uma política e uma estratégia abrangentes para evitar o aumento da pobreza extrema que está a ser projectado para os próximos nove anos. Tal política e estratégia de redução da pobreza deverão incluir acções ousadas que enfrentem as múltiplas dimensões da pobreza (por exemplo, pobreza de rendimento e privações no acesso a serviços essenciais), que abordem os múltiplos factores da pobreza (tais como conflitos, catástrofes naturais e alterações climáticas), e que dêem prioridade aos países onde a pobreza extrema aumentou significativamente em consequência da crise, bem como onde é persistente e altamente concentrada.

As medidas de protecção contra a pobreza têm de ser diferenciadas com base na região. Espera-se que o Sudão do Sul, a Somália e Madagáscar na África Oriental, e o Burundi, a RCA e a RDC na África Central estejam entre os dez países mais pobres de África, com a taxa de pobreza mais elevada até 2023 (1,90 USD per capita/dia). As duas regiões também contam com três dos dez principais países da África com a maior percentagem de crianças a viver na pobreza (Sudão do Sul, Burundi e Ruanda). O Burundi, a RCA e a RDC também estão entre os países com maior percentagem de crianças a viver na pobreza. Nestas regiões, os programas de protecção social devem ser ampliados, incluindo transferências de dinheiro, tendo como alvo a população que vive na pobreza e dando prioridade às famílias vulneráveis. Paralelamente, deverão receber apoio de programas de emprego e outras oportunidades geradoras de rendimento. Devem também ser feitos investimentos no sentido de melhorar o acesso aos serviços básicos e a programas de emprego resilientes e outras oportunidades geradoras de rendimentos. Além disso, a tecnologia e o financiamento devem ser alavancados para criar um empoderamento económico para alcançar o ODS-1.

Prevenção da insegurança alimentar e da fome. Mesmo antes da COVID-19, havia sérias preocupações sobre a situação da segurança alimentar na África Ocidental, Central e Oriental. A COVID-19, combinada com outros choques, reduziu ainda mais os rendimentos e perturbou as cadeias de abastecimento, levando ao aumento da insegurança alimentar e da subnutrição em todo o continente. A curto prazo, os governos nacionais e os seus parceiros devem aumentar a ajuda alimentar e nutricional para satisfazer as necessidades essenciais dos mais atrasados, superando os desafios do acesso aos alimentos, expandindo a protecção social, incluindo transferências de dinheiro e tratando a subnutrição.

²³A análise dos aspectos do desenvolvimento humano sobre saúde, protecção social e emprego é fornecida na análise do sector da saúde acima; no emprego juvenil abaixo (sob a recuperação económica) e na protecção social abaixo (no sector transversal)

A ajuda alimentar que salva vidas deve priorizar as pessoas que correm o risco de fome ou que a vivem, assegurando que as crianças não são deixadas para trás, apoiando os milhões de crianças deixadas sem acesso às refeições escolares. Deve também ser dada prioridade aos grupos vulneráveis da população, tais como refugiados e outras populações deslocadas à força, pessoas idosas, pessoas que vivem com VIH e pessoas com deficiência. A nível nacional e regional, os governos, as REC e os parceiros para o desenvolvimento devem criar acordos de financiamento, plataformas digitais e planos de emergência para uma ajuda humanitária harmonizada e protecção social.

Para além da ajuda alimentar, os esforços de recuperação deverão proporcionar aos produtores de pequena escala factores de produção de culturas, animais e pescas, para que possam resistir aos efeitos imediatos da crise económica e melhorar a segurança alimentar. Estes devem ser complementados pela educação sobre a implicação nutricional dos vários alimentos, como ovos, leite, soja e peixe, especialmente para as crianças aumentarem sua ingestão proteica e impulsionarem o seu sistema imunitário contra a COVID-19. As acções destinadas a combater a insegurança alimentar devem investir em sistemas de irrigação sustentáveis e no abastecimento de água em comunidades marginalizadas em zonas urbanas densas e rurais. A longo prazo, os esforços de recuperação devem concentrar-se na aceleração e na manutenção de investimentos em meios de subsistência resilientes e na auto-suficiência alimentar, enquanto abordam as causas estruturais e os impulsionadores da insegurança alimentar em África, para garantir a concretização do ODS-2. Estes investimentos terão de ser adaptados ao contexto e às necessidades específicas de cada sub-região e/ou país, incluindo as devidas considerações sobre populações urbanas e rurais, restrições específicas como as cadeias de abastecimento alimentar ou o acesso aos mercados, as oportunidades de emprego, os conflitos, o género, entre outros. A nível político, os governos africanos devem desenvolver políticas fortes para a resiliência agroalimentar, incluindo o reforço das cadeias de abastecimento, dos mercados internos e dos sistemas de segurança alimentar.

A nível regional, a recuperação da insegurança alimentar deve concentrar-se na África Oriental e na África Ocidental. A África Oriental teve o maior número de pessoas subnutridas em África, com mais de 125 milhões em 2020 e teve a segunda maior Prevalência de Subnutrição, em 28% da população. Enquanto a África Ocidental tem o segundo maior número de pessoas subnutridas em África, com mais de 75 milhões em 2020; seguida pela África Central, com 57 milhões de pessoas a enfrentar a fome.

Nestas regiões, é necessário aumentar a ajuda alimentar e nutricional, resolvendo os desafios de acesso aos alimentos, expandindo as transferências de dinheiro e tratando a subnutrição. Deverá ser dada prioridade à ajuda alimentar salva-vidas a pessoas em risco de enfrentarem condições semelhantes à fome, especialmente em países onde as pessoas já sofrem de níveis catastróficos de fome ou onde se prevê que enfrentem fome, como os focos de fome no Sudão do Sul, Etiópia e Sudão na África Oriental, e Nigéria na África Ocidental e a RDC na África Central, onde se prevê que as pessoas se encontrem numa elevada insegurança alimentar aguda. É também urgente resolver a subnutrição nos países prioritários com o maior fardo da subnutrição, nomeadamente a Etiópia, a Somália, o Sudão do Sul e o Sudão (quatro países onde as estimativas apontam para 10 milhões de crianças gravemente subnutridas em 2021). Como medidas a médio e longo prazo, as medidas humanitárias devem estar ligadas a intervenções a longo prazo que abordem as causas estruturais e os motores da insegurança alimentar na região, promovam meios de subsistência resilientes e garantam a realização dos ODS-2.

Ganhar terreno na educação perdida. As estimativas preliminares mostram que em 2021, 4,3 milhões de estudantes, desde o ensino pré-primário até ao ensino superior em toda a África, estavam em risco de abandonar a escola ou de não se matricularem devido aos choques económicos causados pela COVID-19. A nível regional, a África Oriental teve a maior duração de encerramentos escolares, com uma média de 146 dias de encerramento total da escola entre Março de 2020 e Setembro de 2021 e teve cerca de 60% da sua população estudantil a perder mais de metade do tempo de instrução em sala de aula em 2020. Além disso, entre a África Oriental e a África Austral, 67 milhões de estudantes não puderam ser alcançados através das políticas de aprendizagem digital e transmissão remota.

Para ganhar o terreno perdido na educação, há necessidade de lançar programas de reabertura da escola que incitem ao regresso à escola, por exemplo, renunciando às taxas escolares e a outros custos escolares a curto prazo. Proteger as escolas como pontos críticos para aceder a serviços vitais como aconselhamento, sistemas de alimentação escolar e informação geral; por conseguinte, os pontos de serviços vitais localizados nas escolas devem ser reabertos. Os governos e os parceiros para o desenvolvimento deveriam concentrar-se especialmente nas crianças mais excluídas, incluindo as crianças com deficiência, as crianças que vivem na pobreza, os refugiados e as crianças deslocadas internas, as crianças que trabalham, as crianças nas zonas rurais e prestando especial atenção às raparigas destes grupos. Todos os esforços de recuperação neste sector devem também priorizar o acesso a oportunidades de aprendizagem para todas as crianças, raparigas e rapazes adolescentes. Estas medidas serão ainda mais críticas para a África Oriental, onde, antes da COVID-19, a região tinha 28% de crianças e jovens fora da escola, a qual é a maior proporção em todo o continente.

A literacia digital para estudantes e professores é cada vez mais reconhecida como um elemento indispensável do direito das crianças à educação. Por conseguinte, a médio e longo prazo, os investimentos na literacia digital serão fundamentais para garantir que as crianças tenham acesso a serviços de Internet fiáveis, acessíveis e baratos. Devem ser tomadas medidas para permitir a aprendizagem remota, especialmente para crianças que vivem em zonas rurais. Além disso, os governos devem realizar a devida diligência para garantir que qualquer tecnologia que recomendam para a aprendizagem online protege os direitos de privacidade das crianças. A longo prazo, os governos devem instituir leis de protecção de dados para as crianças. A nível continental, a AUC deverá encorajar e acompanhar os progressos realizados na atribuição dos orçamentos nacionais de educação ao abrigo do compromisso da UA de 20%.

As intervenções de recuperação na educação devem também estar ligadas à expansão das oportunidades Educação e Formação Técnica e Profissional (TVET) e à criação de ligações entre o mercado de trabalho e os sistemas de educação e formação. A criação de competências digitais inclusivas e de um programa de desenvolvimento de capacidades humanas em toda a ciência, tecnologia e educação digital e a concepção de planos de transformação digital para alavancar as TIC também serão cruciais para promover a qualidade e a equidade da educação e as oportunidades ao longo da vida para todos.

Alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável em África. Dado que a maioria dos países africanos sofreu um retrocesso significativo e continuará a enfrentar grandes desafios para cumprir a maior parte dos 17 ODS, e as sete Aspirações, especialmente à luz da continuação da crise, é imperativo que as acções orientadas por políticas que acelerem a realização destes objectivos sejam extensas e intensivas. Seguem-se propostas para fazer avançar os ODS e as Aspirações da Agenda 2063 e os seus objectivos.

1) Dar prioridade máxima aos Objectivos 4, 5, 6 e 8 da Agenda 2063 e aos ODS 1, 2 e 3:

Prestar especial atenção e prioridade urgentes aos quatro objectivos da Agenda 2063 e aos três ODS que enfrentam actualmente os maiores desafios em África. Trata-se do Objectivo 4 da Agenda 2063 (economias transformadas e criação de emprego) Objectivo 5 (Agricultura moderna e aumento da produtividade e produção), Objectivo 6 (Economia azul para crescimento económico acelerado), Objectivo 8 (África unida) e ODS 3 (boa saúde e bem-estar), ODS 2 (erradicação da fome) e ODS 1 (erradicação da pobreza).

2) Foco em seis transformações dos ODS: Em relação aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável de África colectivamente, centrar a atenção nas seguintes Seis Grandes Transformações como estratégia para alcançar as metas, conforme proposto pelo Relatório de Desenvolvimento Sustentável 2021 (Sachs et al., 2021). No cerne destes factores está o reconhecimento de que todos os 17 ODS podem ser alcançados através destas seis grandes transformações sociais, que podem informar uma recuperação sustentável, inclusiva e resiliente para África. No entanto, as necessidades de financiamento para estes investimentos nos ODS são muito maiores do que a folga orçamental disponível para os governos dos países em desenvolvimento de baixos rendimentos (LIDC).

Para alcançar os ODS, os LIDC precisarão de um aumento significativo da folga orçamental, o que exigirá uma combinação de políticas fiscais nacionais e globais. As seis transformações dos ODS são:

Transformação 1 - Educação, género e desigualdade

Transformação 2 - Saúde, bem-estar e demografia

Transformação 3 - Descarbonização energética e indústria sustentável

Transformação 4 - Alimentos, terra, água e oceanos sustentáveis

Transformação 5 - Cidades e comunidades sustentáveis

Transformação 6 - Revolução digital para o desenvolvimento sustentável.

3) Ir além da recuperação e adoptar um impulso para os ODS: Considerar o que é necessário para ir Além da Recuperação e para um Impulso para os ODS para acelerar o progresso. Para ir Além da Recuperação, pode ser dada atenção a quatro áreas de resposta: 1) Governança (construção de um novo contrato social), 2) protecção social (desenraizamento das desigualdades), 3) economia verde (reequilíbrio da natureza, clima, economia) e 4) ruptura e inovação digital (velocidade e escala). O Impulso para os ODS significa adoptar acções ousadas nessas quatro arenas para promover o desenvolvimento humano em África. Deve ser um impulso integrado no sentido de um melhor desenvolvimento e realização dos ODS, apesar da crise da COVID-19, com políticas ambiciosas, mas alcançáveis (Pardee e PNUD, 2021).

Estabelecer uma facilidade de financiamento para África. Tendo em conta o impacto económico da crise em África e as restrições de financiamento interno, são necessários recursos externos para enfrentar os desafios macroeconómicos e proteger as famílias pobres. Um mecanismo global de financiamento poderia ajudar a reduzir o fardo da dívida de África, apoiar a expansão dos programas nacionais de transferência de dinheiro e fortalecer os sistemas de protecção social. Além disso, a facilidade pode apoiar os governos para aumentarem significativamente os investimentos em serviços sociais básicos, incluindo protecção infantil, educação, saúde, nutrição e água e saneamento. O objectivo do investimento seria desenvolver capital humano, em vez de capital físico. Operacionalmente, poderia assumir a forma de um mecanismo de financiamento supervisionado por uma ou mais instituições regionais e/ou globais. O financiamento necessário poderia ser obtido, especialmente a partir do G20, através dos compromissos oficiais de assistência ao desenvolvimento ao abrigo da meta 17.2 dos ODS (0,7% do produto interno bruto). Um exemplo de tal iniciativa é o Mecanismo de Financiamento de Solidariedade para África (ver Caixa 5.3) proposto.

Recuperação económica

Facilitar as trocas e o comércio Isto pode ser alcançado em toda a África através de medidas a curto, médio e longo prazo para: A) operacionalizar a AfCFTA e harmonizar as regras; b) acelerar o comércio ao abrigo de acordos regionais; e c) facilitar o comércio transfronteiriço informal e abordar a miríade de barreiras tarifárias que impedem a África de negociar consigo própria. As medidas pormenorizadas são estabelecidas no Anexo 3.

Abordar o desemprego jovem. O continente africano tem a população mais jovem e de crescimento mais rápido do mundo, o que traz um enorme potencial para o desenvolvimento social e económico. É imperativo que os esforços de recuperação dêem uma atenção especial ao desemprego jovem. As questões mais importantes do mercado de trabalho em África são o crescimento lento do emprego, a baixa qualidade do emprego, o elevado desemprego e as elevadas taxas de Educação e Formação de Desempregados (NEET) entre os jovens.

CAIXA 3.2: O Programa N-Power da Nigéria foi concebido para preparar os jovens nigerianos para uma economia moderna e globalizada, ajudando a equipar os jovens com competências e certificações para os mercados globais emergentes. Aborda a questão do desemprego jovem e visa aumentar o desenvolvimento social. O Governo nigeriano tinha planeado aumentar o seu investimento no programa N-Power em 2021 para impulsionar a criação de emprego e estimular a inovação. Matriculou 450 000 voluntários N-Power e treinou/orientou 54 000 beneficiários sem educação superior. O custo estimado do projeto é de 485 milhões de dólares.

FONTES: Governo da Nigéria, 2021 e Premium Times, 2021

As medidas de curto prazo incluem: ampliação das medidas de apoio ao rendimento e cobertura da protecção social, incluindo benefícios de desemprego para jovens vulneráveis, particularmente mulheres jovens; capacitação dos jovens e promoção da formação em empreendedorismo entre os jovens para estimular o emprego em novos sectores. Um ambiente favorável que consista em redes sociais, mentores, finanças e tecnologia pode ser eficaz na promoção do empreendedorismo jovem; e na promoção da procura de trabalho e do emprego, apoiando o sector privado, especialmente as MPME. As medidas a médio e longo prazo incluem: desenvolver políticas globais de emprego para promover empregos de boa qualidade entre os jovens; identificar oportunidades de crescimento do emprego para as mulheres jovens e os jovens vulneráveis através de políticas de desenvolvimento sectorial. O foco nas políticas de TVET e nas acções necessárias poderia aumentar as perspectivas de emprego dos jovens; e identificar lacunas na oferta e na procura e conceber políticas de desenvolvimento de capital humano que façam corresponder à oferta à procura.

CAIXA 3.3: Visar os jovens e outros grupos vulneráveis no Quênia

Kenya entered the COVID-19 lockdown period with an established and well-functioning O Quênia entrou no período de confinamento da COVID-19 com um Programa Nacional de Redes de Segurança (SNNP) estabelecido e em bom funcionamento, mobilizado pelo Ministério do Trabalho e da Protecção Social para prestar assistência financeira para atenuar os efeitos económicos adversos da COVID-19, através da expansão vertical e horizontal. Um milhão de beneficiários do programa Inua Jamii receberam uma transferência de fundos e 3 milhões de novos beneficiários foram adicionados à lista SNP. Mulheres, órfãos, idosos (300 000 novos beneficiários da pensão social) e outros indivíduos vulneráveis receberam este apoio adicional temporário.

O Quênia foi um dos poucos países a lançar um novo programa de obras públicas como resposta à COVID-19 – outros países suspenderam as actividades de obras públicas devido a preocupações relacionadas com o distanciamento social. O programa Kazi Mtaani (“Emprego na Vizinhança”) ofereceu emprego temporário a 26 000 jovens desempregados para realizarem trabalhos de limpeza de favelas em aglomerados informais em Nairóbi e noutros centros urbanos. O governo rapidamente ampliou o programa para 283 000 trabalhadores em todo o país. O salário diário de 6 dólares por dia foi pago através da M-PESA, uma plataforma de dinheiro móvel com 25 milhões de utilizadores no Quênia.

Financial assistance was also targeted to vulnerable workers. Frontline health workers A assistência financeira também foi direccionada para os trabalhadores vulneráveis. Os profissionais de saúde da linha da frente receberam um subsídio de risco. Os artistas e outros criativos receberam pagamentos compensatórios do Ministério das TIC, Inovação e Juventude através do Conselho para os Direitos de Autor do Quênia, quando não puderam trabalhar. Os contribuintes com baixos rendimentos e as PME receberam alívio fiscal. Outras medidas incluíram uma redução do IVA de 16% para 14%, e uma isenção das taxas para transacções de dinheiro móvel até dezembro de 2020.

FONTE: Gikandi, 2020

O eco-restauro funciona como uma medida de recuperação: também apoia os meios de subsistência para os profundamente afectados.

CAIXA 3.4: Restauração do ecossistema na África do Sul

O Departamento Sul-Africano de Assuntos Ambientais (DEA) estima que a restauração do ecossistema possa criar 140 000 empregos para os pobres rurais do país. Tais investimentos poderiam também aumentar os fluxos de rendimentos gerados por paisagens rurais, aumentando a produção pecuária e o abastecimento de água dos rios e aquíferos. Benefícios adicionais podem incluir reduções nos impactos das inundações, maior resiliência das comunidades às secas e redução dos danos causados por incêndios. Com base nos actuais padrões de despesas em programas relevantes do DEA da África do Sul, estima-se que serão necessários investimentos anuais entre 10 e 14 mil milhões de ZAR nos próximos 15 – 25 anos para maximizar os benefícios da restauração ecossistémica em todo o país, levando à criação de emprego. O actual défice anual de cerca de 8 -10 mil milhões de ZAR tem de ser aumentado para investimentos na restauração dos ecossistemas, para ajudar o país a recuperar da crise económica da COVID-19. Todo o montante necessário para a restauração ecológica a nível nacional pode ser difícil de financiar apenas através de fontes públicas. No entanto, a componente da despesa pública pode ser utilizada para catalisar investimentos do sector privado na restauração de ecossistemas, criando assim empregos no sector privado e, desse modo, mantendo empregos a longo prazo.

FONTE: UNDP, 2020a

Um dos objectivos da criação de emprego a curto e médio prazo da mão-de-obra afectada pode ser alcançado através do alargamento das obras públicas aos programas de eco-restauro, recuperação de terras degradadas, florestação, adopção de medidas de melhoria da biodiversidade e implementação de outros programas alinhados com o Desafio de Bona, Declaração de Kigali, Apelo à Acção de Lilongwe (Desafio de Bona, 2017). A restauração dos ecossistemas pode, não só contribuir para alcançar os objectivos dos ODS, mas para criar empregos e novos fluxos de rendimentos para os jovens, as mulheres e os homens das áreas rurais que perderam a sua subsistência durante a COVID-19.

Apoiar programas de crescimento das MPME: ligados a cadeias de valor, adopção de tecnologia e meios de subsistência: A pandemia está a deixar um impacto profundo nas MPME e na sua mão-de-obra. O caminho para a recuperação resiliente de África está intimamente ligado à recuperação das MPME que representam 90 por cento das empresas do continente e empregam cerca de 60% dos trabalhadores (UNCTAD, 2018). Uma grande parte das MPME em África são de pequena escala, impulsionadas pela necessidade e informais, com um ciclo de vida atordado, baixa produtividade em sectores trabalhosos e uma baixa incidência de inovação. As medidas de recuperação para apoiar as MPME na produção ligeira precisam assim de ser consideradas como um continuum onde a implementação começa a curto prazo, mas depois transita para médio e longo prazo. Recomendações detalhadas para sectores prioritários (extracção mineira artesanal e de pequena escala, turismo, indústria ligeira e serviços de transporte) são apresentadas no Anexo 3. Os exercícios de planeamento nacional de cada Estado-Membro da UA podem identificar mais possibilidades nas respectivas economias. Um exemplo de apoio bem-sucedido às MPME em Cabo Verde é oferecido na Caixa 3.5.

CAIXA 3.5: Foco nas MPME em Cabo Verde

A economia de Cabo Verde contraiu 15% em 2020, o segundo maior impacto da COVID-19 em África, causado principalmente por uma paragem de 9 meses do sector do turismo – a hospitalidade e os restaurantes contraíram 71% – o que contribuiu para empurrar quase 20% da população para a pobreza. A desigualdade de rendimentos aumentou à medida que o decil inferior perdeu metade do seu rendimento, enquanto os rendimentos no decil superior diminuíram 10 a 15 por cento. As medidas de contenção foram aplicadas mais rigorosamente do que a média global. As mulheres foram gravemente afectadas, uma vez que trabalhavam predominantemente no sector informal e do turismo e como trabalhadoras domésticas. As receitas fiscais diminuíram, aumentando o défice fiscal e a dívida governamental precisamente quando era necessária uma maior despesa social (Banco Mundial, 2021b).

Não obstante, o governo implementou medidas de mitigação. O projecto de protecção social existente foi dimensionado tanto verticalmente, aumentando as transferências de dinheiro para 8000 beneficiários em 10 por cento mensais e horizontalmente, registando mais 24 000 pessoas para transferências de dinheiro de emergência, especialmente trabalhadoras domésticas e trabalhadores informais em MPME. Foi também fornecida assistência alimentar a 22 500 famílias. O governo também adiou as contribuições para o fundo de pensões e os reembolsos dos empréstimos bancários durante três meses.

Foram protegidos cerca de 12 300 empregos com garantias de crédito às empresas, incluindo MPME e foram prevenidos aproximadamente 32 000 layoffs quando o governo garantiu os contratos laborais. No geral, estas medidas foram bem implementadas e forneceram apoio crucial às subsistências, rendimentos do agregado familiar e segurança alimentar durante os meses mais difíceis da pandemia.

Uma larga população nos países espalhados ao longo da bacia do Congo depende dos **produtos florestais não-madeireiros (NTFP)** para a sua subsistência. As cadeias de valor dos NTFP são um conjunto de colhedores, processadores e retalhistas para os consumidores mundiais. As

restrições de movimentos e as medidas para travar a disseminação da COVID-19 tiveram desfechos negativos para as comunidades dependentes da floresta para a sua subsistência, assim como para as Pequenas e Médias Empresas Florestais (SMFE) conectadas às cadeias de valor dos NTFP.

A curto prazo, os governos nacionais e os parceiros devem apoiar as empresas para estas digitalizarem os seus negócios e ajudá-las a encontrar novos mercados e oportunidades de venda. Para os países de baixos rendimentos exportadores de matérias-primas, recomenda-se que, a curto prazo, capitalizem as oportunidades de exportação existentes exportando alguns produtos especializados relacionados. Por exemplo, o Banco Mundial recomenda que a República Centro-Africana possa continuar a exportar produtos especializados relacionados com o algodão e a madeira sobre os quais tem uma vantagem comparativa (Banco Mundial, 2020c). Isto permitir-lhe-á criar empregos e gerar receitas adicionais, um impulso muito necessário para contrariar a crise económica induzida pela COVID-19. Há também a necessidade de se estabelecer uma parceria com a sociedade civil, o sector privado e as comunidades florestais para a concessão de micro-empréstimos às SMFE para apoiar a sua recuperação. O enfoque especial precisa de estar nas mulheres das comunidades dependentes da floresta para responder às suas necessidades económicas imediatas e de forma mais eficaz às suas necessidades sociais e de saúde. Estas medidas devem ser complementadas pelo aumento da gestão florestal eficaz para garantir a sustentabilidade.

A médio e longo prazo, as Estratégias Nacionais de Financiamento Florestal (NFFS) devem ser adoptadas como parte integrante dos planos nacionais de recuperação da COVID-19, que podem ser incorporados nos Quadros Nacionais de Financiamento Integrado (INFF). Incentivar o investimento privado na gestão sustentável das florestas, apoiado por um quadro regulamentar que equilibre as práticas de comercialização e de gestão ecológica. Estas devem ser complementadas pela educação das comunidades florestais sobre os seus direitos e obrigações legais, pela criação de competências comerciais e de marketing e pela formação de empresas florestais em embalamento que possa fazer uma grande diferença no preço, qualidade e minimizar os danos durante o transporte. A recuperação a longo prazo deverá também incluir investimentos em equipamentos e técnicas de armazenamento moderno e infraestruturas de transporte, que possam impulsionar o tempo de produção e acelerar o processamento e facilitar o comércio. A digitalização também seria fundamental para facilitar a recolha de dados em tempo real sobre as florestas, a monitorização e a produção das florestas e também para controlar o comércio ilegal nas florestas.

Acelerar a digitalização da economia. A Comissão da Banda Larga para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas estima que seja necessário um investimento adicional de 109 mil milhões de USD para alcançar o acesso universal, acessível e de boa qualidade à Internet de banda larga até 2030 (UNESCO, 2019). É necessário preparar um forte roteiro para a digitalização africana apoiado por um financiamento combinado do sector privado, do governo e dos parceiros internacionais de desenvolvimento. As medidas a curto prazo incluem a redução dos custos das transacções digitais e a garantia de acessibilidade, a adopção de tecnologias financeiras, a eliminação da clivagem digital entre homens e mulheres através do aumento do acesso e da literacia, e a eliminação do fosso digital para as microempresas. As prioridades a médio e longo prazo incluem o reforço da Saúde Electrónica e da Educação Electrónica, a melhoria das competências digitais dos utilizadores e o aumento da procura emergente de serviços digitais, a promoção de novos modelos de investimento em infraestruturas digitais, a prossecução da Estratégia de Transformação Digital da UA e a expansão das redes de fibra óptica. Os detalhes destas medidas podem ser encontrados no Anexo 3.

Aproveitar o potencial da Economia Azul. A pesca e a aquicultura são sectores-chave da economia azul que contribuem aproximadamente para cerca de 1,4% do PIB africano (AUDA-NEPAD, 2021). O sector fornece alimentos e nutrição aos pobres e é uma fonte de emprego para mais de 12 milhões de pessoas em África. Foram formuladas medidas de recuperação pormenorizadas para dar resposta às necessidades de recuperação económica da COVID-19 a curto, médio e a longo prazo, as quais são apresentadas no anexo 3. Vários exemplos de boas práticas para desenvolver a economia azul em África são apresentados na Caixa 3.6.

CAIXA 3.6: Programas de referência para melhorar as pescas em África

O Programa de Melhoria da Governação das Pescas e dos Corredores Comerciais da Economia Azul (PROFISHBLUE) abrange dezasseis países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). O PROFISHBLUE engloba grandes sistemas marinhos, bem como vários rios e lagos transfronteiriços nas zonas interiores. O projecto foi identificado em Maio de 2015. Entre Novembro e Dezembro de 2020, realizou-se um diálogo político com os Estados-Membros da SADC, responsáveis das Pescas e da Aquicultura sobre as áreas de investimento e as lacunas de desenvolvimento para apoio dos Bancos, tendo sido realizada uma missão de avaliação em Junho de 2021.

A Iniciativa Go Blue foi lançada pelo Ministério da Delegação e pelo Secretariado da Economia Azul do Quênia em 25 de Março de 2021. O programa a quatro anos tem por objectivo proteger os ecossistemas costeiros do Quênia, criando simultaneamente empregos respeitadores do ambiente numa série de indústrias, incluindo a reciclagem, o turismo e a pesca em pequena escala. Destina-se a promover uma “economia azul sustentável” em seis condados costeiros e a gerar mais de 3000 postos de trabalho apenas para jovens e mulheres. A Go Blue recebeu 25 milhões de euros de financiamento da União Europeia. A iniciativa também é apoiada pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) e pela UN-Habitat. O objectivo global do Programa Regional de Pescas da África Ocidental (WARFP) financiado pelo Banco Mundial e outros parceiros é aumentar de forma sustentável a riqueza global gerada pela exploração dos recursos pesqueiros marinhos da África Ocidental. O programa abrange nove países, entre os quais: Cabo Verde, Libéria, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Guiné, Mauritânia, Senegal e Serra Leoa. Os países membros do WARFP são agrupados de acordo com a série de projectos que representa a ordem de implementação. A Fase indica o período correspondente a cada série. A primeira série “A” foi lançada em 2010. Cada fase será de cerca de cinco anos e estão previstas três fases para cada país. O período total para o programa WARFP é de cerca de 15 anos por país.

FONTE para a Caixa 3.6: Banco Mundial (2020d)

Promover as cadeias de valor da horticultura. A horticultura precisa de ser priorizada para a transformação agrícola e para atender às necessidades nutricionais da população africana. O sector emprega um grande número de pessoas, especialmente mulheres, e tem um potencial pan-africano. A COVID-19 teve um impacto imediato no sector da horticultura, com um declínio acentuado na produção e no rendimento, mercados diminuídos e a falta de recursos para comprar suprimentos para a próxima colheita. Alguns governos responderam ao fornecer incentivos em dinheiro, mas há necessidade de se concentrar no fornecimento de infraestruturas e na capacitação, ambos desempenhando um papel importante na recuperação das cadeias de valor da horticultura. Existe uma grande margem para aumentar a produtividade e a adição de valor na horticultura. As PME têm a oportunidade de gerar rendimentos e criar postos de trabalho através da participação e melhoria das cadeias de valor horticola, atendendo à procura tanto no continente como no exterior. As medidas pormenorizadas são apresentadas no Anexo 3.

Resolver os défices de energia em áreas e comunidades carentes: soluções alimentadas a energia solar fora da rede: A maior parte dos países africanos (como o Sudão do Sul, o Chade, o Burundi, o Maláui e a Libéria) são deficientes em energia e apresentam escassez crónica de energia. No entanto, a melhoria do investimento em energias renováveis aceleraria a recuperação a curto prazo da COVID-19, enquanto criaria economias e sociedades resilientes e inclusivas em toda a África. Os Estados-Membro devem dar início a medidas políticas e programáticas adequadas para reformar os seus respectivos sectores da energia, e os agrupamentos regionais de energia devem ser reforçados para fazer face a estes défices agudos, sem os quais a recuperação económica será limitada.

Este estudo centrou-se em delinear uma possível intervenção programática que ajudaria holisticamente a abordar esta questão num conjunto de países que foram severamente afectados pela pandemia e que estão em risco de ser deixados para trás.

Prioridade para intervenções especiais e integradas baseadas na energia solar fora da rede na África Central. Entre as cinco regiões, os países da África Central ocupam uma posição relativamente mais baixa no acesso à electricidade à sua população, no Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2019a), na penetração da Internet e têm níveis mais elevados de pobreza. Uma vez que o acesso à electricidade nestes países permanece lamentavelmente baixo, é um grande obstáculo ao arranque do motor de crescimento económico. Assim, há uma necessidade urgente de implementar intervenções especiais e integradas fora da rede nestes países (incluindo os países com deficiência energética acima mencionados) para abordar holisticamente as necessidades de recuperação da COVID-19 das famílias, comunidades e empresas. Dotados de recursos energéticos solares substanciais, estes países podem dar prioridade à adopção de soluções inovadoras de energia solar fora da rede para apoiar as comunidades carentes e ajudá-las a instalar pequenos equipamentos para começar a operar as suas micro e pequenas empresas, reiniciando assim os motores da economia que estão na base.

Uma dessas iniciativas é o Projecto de Acesso Solar Fora da Rede (KOSAP) do Quênia, que por 150 milhões de dólares, visa aumentar o acesso a serviços energéticos modernos em condados mal servidos do Quênia. O projecto visa expandir as mini-redes para instalações comunitárias, empresas e famílias; sistemas solares autónomos e soluções de cozinha limpa para famílias, sistemas solares autónomos e bombas de água solares para instalações comunitárias, implementação de apoio e capacitação. O KOSAP é um projecto de referência que pode ser adaptado às respectivas condições nacionais. A concepção e implementação da intervenção variariam para cada país listado (Banco Mundial, 2021c).

Questões transversais

Protecção social. A protecção social provou o seu valor durante 2020 ao manter milhares de pessoas vulneráveis longe da pobreza extrema, mas, no entanto, a pandemia também expôs as suas limitações. A protecção social e as redes de segurança têm um papel fundamental a desempenhar na recuperação resiliente tanto a curto como a longo prazo. A curto prazo, alargar a cobertura (especialmente para os trabalhadores informais e outros grupos excluídos), aumentar os benefícios (e garantir que os pagamentos estejam indexados à inflação) e reforçar a capacidade de resposta ao choque dos programas de protecção social (ligando a assistência social e os mecanismos de ajuda humanitária), com o objectivo de alcançar, em última análise, a cobertura universal das populações pobres e vulneráveis (famílias que caíram na pobreza extrema, pessoas com deficiência, mulheres pobres, idosos, refugiados e deslocados internos). Um exemplo desta abordagem da Etiópia é fornecido na Caixa 3.7. Investir na protecção social não ajudaria no alívio da pobreza para as comunidades marginalizadas, mas também protegeria estas famílias contra o impacto de futuros choques.

CAIXA 3.7: Aumentar as redes de segurança na Etiópia

O Plano Nacional de Resposta de Emergência à COVID-19 da Etiópia, estimou que 30 milhões de pessoas enfrentariam défices alimentares em 2020 e anunciou um pacote abrangente de “transferências de dinheiro, subsídios governamentais e alívio fiscal para apoiar os cidadãos e as empresas mais afectadas pela crise” (FDRE, 2020: 4), bem como três meses de distribuição alimentar de emergência para 15 milhões de pessoas.

Apesar de ser um país de baixos rendimentos, a Etiópia tinha uma rede de segurança considerável em vigor antes da COVID-19, com 6 milhões de pessoas a receber ajuda humanitária e 8 milhões de beneficiários do Programa de Rede de Segurança Produtiva (PSNP). A Etiópia estava bem posicionada para implementar um aumento sensível ao choque, com financiamento de contingência em vigor, as mudanças em curso de transferências de alimentos para transferências de dinheiro e de entregas manuais para eletrónicas, e os esforços em curso para harmonizar a programação em matéria de ajuda humanitária e de protecção social.

O PSNP rural é dominado por obras públicas que fornecem emprego temporário em projectos de infraestrutura comunitária. Para cumprir o distanciamento social, a exigência de trabalho foi suspensa, mas os pagamentos continuaram, com pagamentos de montante fixo para ajudar os beneficiários a satisfazer as suas necessidades alimentares críticas.

O PSNP urbano apoiou 600 000 pessoas em 11 cidades em 2020. Uma “expansão vertical” proporcionou o aumento das transferências de dinheiro aos beneficiários existentes e uma “expansão horizontal” registou novas famílias em 16 novas cidades que também receberam transferências de dinheiro incondicionais. Os pagamentos foram suficientes para comprar 2100 calorias por pessoa por dia durante seis meses. A expansão foi implementada de forma rápida e eficiente através da aplicação de princípios de resposta a choques, utilizando os sistemas existentes de determinação de alvos, registo e pagamento do PSNP.

Um inquérito realizado em 2600 famílias rurais encontrou provas de que o PSNP ajustado pela COVID-19 forneceu protecção eficaz contra os impactos económicos da COVID-19. Os participantes do PSNP tiveram muito pouco aumento na insegurança alimentar e adoptaram poucas estratégias de sobrevivência prejudiciais, enquanto os agregados fora do PSNP enfrentaram aumentos significativos na insegurança alimentar e adoptaram estratégias de sobrevivência prejudiciais, tais como a redução dos seus gastos com a saúde e a educação (Abay et al., 2021).

A médio e longo prazo, os esforços de recuperação deverão reforçar os sistemas nacionais de protecção social, através da elaboração ou actualização das políticas nacionais de protecção social e das leis de protecção social, da transição para a digitalização de processos (por exemplo, pagamentos monetários móveis, registos informatizados de beneficiários) e o estabelecimento de instituições eficientes que ofereçam assistência social e segurança social com base em direitos a todos os cidadãos e residentes.

A nível regional, os países da África Oriental têm de consolidar, a curto prazo, os ganhos obtidos durante a COVID-19, em termos do estabelecimento de transferências de dinheiro novas ou alargadas e de programas de assistência alimentar para grupos vulneráveis, especialmente nas zonas urbanas, dada o foco tradicional na insegurança alimentar rural no Corno de África. Os programas de obras públicas, que são populares nesta região, devem ser redesenhados para construir a resiliência familiar e comunitária contra as alterações climáticas e os choques de subsistência. Dada a elevada prevalência de catástrofes, conflitos e insegurança nesta região, deve ser dada prioridade a médio e longo prazo à harmonização dos mecanismos de ajuda humanitária e de protecção social para o desenvolvimento, incluindo o reforço de capacidades de resposta ao choque para uma rápida expansão durante crises futuras.

Quase todos os países da África Ocidental (14 de 15) entregaram transferências de dinheiro novas ou alargadas como resposta à COVID-19. A curto prazo, as categorias recentemente identificadas de beneficiários vulneráveis – incluindo trabalhadores informais, trabalhadores domésticos e pequenos agricultores – devem permanecer incluídas nos sistemas de protecção social mesmo depois de a crise da COVID-19 ter regredido. A suspensão temporária de contas de serviços públicos, também uma resposta popular à COVID-19 nesta região, deve ser usada pelos governos como um instrumento regular de política de protecção social para grupos de baixos rendimentos e em crises futuras. A médio e longo prazo, o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) facilitou a abertura gratuita ou subsidiada de contas de moeda móvel e pagamentos de transferências eletrónicas durante a COVID-19 em pelo menos oito países da África Ocidental, e os governos de outros países também subsidiaram temporariamente esses custos. Para facilitar a utilização de fundos móveis para pagamentos de transferências de dinheiro, esta facilidade deve ser permanente para todos os beneficiários de protecção social.

Uma vez que muito poucos países da África Central estabeleceram programas de transferência de dinheiro, a assistência social durante a COVID-19 foi entregue principalmente sob a forma de parcelas alimentares e da suspensão temporária das facturas de serviços públicos para água, electricidade e rendas. A curto prazo, há uma necessidade urgente destes países começarem a criar programas regulares de protecção social, baseados em transferências de dinheiro onde isto seja fiscalmente viável e administrativamente viável, que possam ser rapidamente ampliados durante crises futuras. A médio e longo prazo, o desenvolvimento de sistemas de protecção social nestes países deve ser apoiado por uma Política Nacional de Protecção Social, actualizada se já existir uma política anterior à COVID-19, com um Plano de Implementação com prazos e custos, para garantir que esta região fecha o fosso com as outras regiões africanas e está a proporcionar uma protecção social eficaz aos cidadãos e residentes vulneráveis até 2030.

Vários países da África Austral (por exemplo Botsuana e Eswatini) (Freeland et al., 2020) redesenharam as bases institucionais dos seus sistemas de protecção social como um acompanhamento das suas respostas imediatas à COVID-19, e a África do Sul está agora a considerar converter a sua Ajuda Social de Apoio à COVID-19 em apoio básico permanente ao rendimento para pessoas entre os 18 e os 59 anos. A curto prazo, o impulso subjacente a iniciativas como estas deve ser activamente apoiado. Para além de alargar os direitos à protecção social aos grupos excluídos (incluindo migrantes e refugiados), os países desta região deverão trabalhar a médio e longo prazo para harmonizar a assistência social e a segurança social, centrando-se na expansão da cobertura do subsídio de desemprego (especialmente aos trabalhadores informais e independentes) e do seguro de saúde.

A curto prazo, os países do Norte de África com programas de protecção social bem estabelecidos (Argélia, Egipto e Marrocos) devem proteger os ganhos obtidos em termos de benefícios alargados e inclusão de trabalhadores informais durante a resposta à COVID-19. Os países com uma protecção social mínima (Líbia, Mauritânia e Tunísia) devem reconhecer a urgência de investir no estabelecimento de políticas, programas e instituições de protecção social para garantir a protecção dos cidadãos e residentes vulneráveis contra a pobreza crónica e os choques futuros. A médio e longo prazo, os países com sistemas de protecção social que funcionam bem devem avançar para uma abordagem baseada nos direitos, elaborando a sua Política Nacional de Protecção Social e aprovando legislação que estabeleça critérios de elegibilidade e mecanismos de responsabilização na legislação. Outros países da região devem construir os seus sistemas de protecção social tão rapidamente quanto seja administrativamente e fiscalmente viável, incluindo através da aprendizagem (visitas de estudo) com os seus vizinhos.

Recuperação sensível ao género: A COVID-19 continua a agravar as desigualdades sociais e económicas em África, minando a segurança económica e a resiliência das mulheres contra choques. A COVID-19 tem levado a um aumento da violência contra as mulheres e as raparigas e a um aumento do fardo do trabalho de cuidados não remunerados que recai sobre as mulheres e as raparigas. No entanto, a recuperação da COVID-19 representa uma oportunidade para moldar uma África mais sustentável, justa e igualitária. Os ganhos potenciais decorrentes da participação plena e equitativa das mulheres no mercado de trabalho, e da igualdade substancial entre homens e mulheres no mercado de trabalho, não são apenas uma questão de equidade,

mas são uma boa base para a economia nacional. Os países que melhorarem a igualdade entre homens e mulheres nos mercados de trabalho até 2030 poderiam ver grandes ganhos no seu crescimento económico, uma vez que as mulheres constituem mais de metade da população produtiva. Embora as mulheres liderem a resposta à COVID-19 como trabalhadoras da área da saúde e membros de resposta inicial nas famílias, elas também são mal remuneradas, o que deve ser resolvido como parte dos esforços de recuperação.

Dito isto, é necessária uma investigação adicional para acompanhar os factores de sucesso e os progressos realizados. Garantir a disponibilidade de dados e análises desagregados por sexo e idade para monitorizar os impactos relacionados com o género. É fundamental avaliar o impacto da COVID-19 sobre as mulheres e os homens em relação ao género, para conceber medidas preventivas e de resposta diferenciadas e desenvolver quadros sólidos de monitorização e comunicação sensíveis ao género. O PNUD e o rastreador de género da ONU Mulheres podem ajudar o governo a analisar os progressos realizados²⁴. Da mesma forma, devemos conceber medidas preventivas e de recuperação que sejam sensíveis ao género e desenvolver quadros de monitorização robustos e sensíveis ao género. É igualmente importante avaliar o benefício das mulheres em termos de regimes de protecção social, apoio de emergência e outros instrumentos políticos utilizados para dar resposta à pandemia.

A recuperação resiliente e inclusiva deve ser sustentada por medidas sensíveis ao género que visem o desmantelamento de estruturas e sistemas que criem e reforcem a desigualdade. A nível nacional, será fundamental garantir a participação das mulheres e das raparigas na concepção e implementação de planos nacionais e locais de recuperação. É igualmente crucial identificar a população de mulheres mais vulneráveis, para garantir “não deixar ninguém para trás”, o que é crucial para alcançar a Agenda 2030 e desenvolver medidas para reduzir a sua exposição aos riscos e aumentar o seu acesso aos serviços de apoio. São propostas soluções de recuperação com boa capacidade de resposta em termos de género ao longo de duas áreas principais de foco: (i) financiamento para a recuperação e tomada de decisões transformadoras do género, para garantir que todas as decisões e investimentos de recuperação de todos os intervenientes produzam benefícios equitativos para todas as pessoas de diferentes géneros e grupos sociais, (ii) intervenções orientadas no programa para uma recuperação sensível ao género, abrangendo a pobreza, o rendimento e o emprego, a saúde, a educação e as intervenções na violência baseada no género. Abaixo estão medidas propostas destinadas a resolver a desigualdade de género através da recuperação da resiliência:

Participação e liderança das mulheres na tomada de decisão relacionada com a recuperação da COVID-19. Tanto as intervenções a curto e longo prazo propostas neste quadro devem procurar os contributos e perspectivas das mulheres nas fases de concepção e implementação para assegurar que as suas necessidades são abordadas. As mulheres têm estado na linha da frente da luta contra a COVID-19 como profissionais de saúde, cuidadores de famílias e fornecedoras de sustento para os seus lares. O seu conhecimento e liderança deve ser aproveitado para criar benefícios equitativos a partir das intervenções para a recuperação.

Investir no empoderamento económico das mulheres. Os esforços de recuperação devem ser acompanhados por investimentos a longo prazo no empoderamento económico das mulheres. Estes devem incluir a criação de reformas legais para empoderar as mulheres, as quais trabalharão para a igualdade de género, a erradicação da pobreza e o crescimento económico inclusivo. Além disso, os serviços que respondem às questões de género, os recursos de produção, os mercados na agricultura, na indústria e no comércio devem aumentar extensivamente a capacitação económica das mulheres e dos jovens.

A médio e longo prazo, no entanto, estas medidas devem ser aumentadas com investimentos que retirem as mulheres da economia informal e assegurem a resiliência das subsistências contra crises futuras.

²⁴<https://data.undp.org/gendertracker/>

As políticas devem encorajar mais mulheres a entrar no sector formal, direccionadas para as limitações mais sentidas pelas mulheres, incluindo os baixos níveis de competências e educação, a necessidade de transporte seguro, assim como a eliminação do estigma do trabalho feminino nas fábricas, na construção civil e na extracção mineira. Novos empregos verdes para as mulheres e investimentos em tecnologias e infraestruturas sustentáveis e energias renováveis garantirão a sustentabilidade ambiental, enquanto retiram as mulheres da economia informal.

Há também necessidade de soluções integradas para dessegregar a educação, resolver os cuidados não remunerados, reduzir a discriminação e encorajar a formalização. Diversificar as oportunidades económicas requer políticas e programas para dessegregar a educação e reduzir a discriminação no emprego. São também necessárias soluções para resolver o trabalho de cuidados não remunerados e a segregação do emprego. Nos sectores informais, a alteração das normas sociais pode alcançar o maior impacto. Criar políticas que apoiem as mães trabalhadoras, tais como baixa de apoio à família paga e horários flexíveis, permitirá que mais mulheres entrem na mão-de-obra formal.

A COVID-19 também trouxe para a ribalta a absoluta vulnerabilidade das subsistências das mulheres em África. Há a necessidade de reforçar os sistemas de protecção social para reduzir a vulnerabilidade das mulheres à COVID-19 e a outros choques. As intervenções para a recuperação devem incluir subsídios de resgate de negócio e microcrédito protegido contra o risco às MPME, direccionadas às mulheres que perderam as suas MPME durante o confinamento. Os subsídios de apoio às MPME ou os empréstimos protegidos contra riscos também devem ser alargados a novos sectores económicos viáveis e a oportunidades de incentivar a criação de novas economias onde as mulheres são as proprietárias dominantes prováveis. Tais subsídios/empréstimos deverão igualmente ter por objectivo fornecer apoio específico às empresas pertencentes a mulheres para participarem em cadeias de abastecimento. Ao conceder subsídios de emergência às grandes empresas, é necessário que os empregos no extremo inferior (principalmente ocupados por mulheres) sejam protegidos como parte do pacote de salvamento.

É crucial alargar os benefícios socioeconómicos às mulheres rurais, envolver as mulheres rurais que muitas vezes não têm acesso à informação e ao capital para facilitar a rápida recuperação. As mulheres rurais também continuam em risco de vivenciar insegurança alimentar e subnutrição, menor envolvimento em actividades económicas e aumento da violência baseada no género. Uma vez que a pandemia afectou as mulheres mais gravemente afectadas na agricultura, devem ser enviados esforços para alargar os programas às mulheres das cadeias de valor agro-alimentar que são fundamentais na produção, transformação e comercialização de alimentos e produtos agrícolas.

Os legisladores e os implementadores de programas devem basear-se na eficácia dos coletivos das mulheres no aumento dos resultados económicos das mulheres e na criação de agência. Por exemplo, as cooperativas agrícolas que melhoram o acesso a factores de produção e mercados demonstraram retirar as mulheres da pobreza no Uganda (FAO, 2018), onde a agricultura de maior eficiência faz parte do plano de desenvolvimento nacional.

Abordar a violência baseada no género (VBG). A COVID-19, juntamente com medidas de restrição de movimentos e de isolamento social, levou a um aumento exponencial da VBG. A curto prazo, há necessidade de aumentar o conhecimento sobre as vias de referência e outros locais de apoio onde as mulheres e as raparigas podem obter ajuda através de campanhas de comunicação a nível nacional. Os esforços de recuperação devem garantir que todas as instalações de saúde e abrigos sejam sensíveis às vítimas de violência baseada no género, com kits de teste, tratamento de lesões de emergência, bem como aconselhamento sobre traumas. Activar o sistema de resposta judicial (polícia como socorristas) para aumentar a capacidade de resposta e diminuir o tempo de reacção durante os confinamentos.

Os Estados-Membro devem adoptar quadros programáticos e jurídicos para travar a violência baseada no género. Isto inclui a sensibilização para os riscos existentes, o reforço da capacidade dos parceiros locais e das populações afectadas para identificar a violência baseada no género, com especial atenção para as PwD, os deslocados internamente, os migrantes e os refugiados. É também necessário reforçar a capacidade de prestação de serviços dos Estados-Membro da UA para desenvolver e implementar programas de prevenção da VBG baseados em evidências que promovam uma mudança de comportamento, o restabelecimento da dignidade das mulheres e dos homens e a construção de sociedades preocupadas livres de GBV. Os Estados-Membro devem também estabelecer sistemas de resposta adequados à violência baseada no género, para garantir que as mulheres e as crianças tenham acesso a serviços jurídicos e a outros serviços de apoio. Estabelecer um sistema de resposta de emergência para monitorizar os pontos quentes da violência baseada no género durante as crises. Os governos também devem activar programas e campanhas a nível nacional para abordar as práticas culturais e as normas sociais prejudiciais que alimentam a violência baseada no género, enquanto promovem relações positivas entre homens e mulheres.

A COVID-19 aumentou a necessidade de uma mudança no sentido de um desenvolvimento que informe os riscos contra as ameaças de vários perigos A COVID-19 é uma catástrofe

Um evento transformador que destruiu e reverteu a ordem anterior numa escala que o torna na pior catástrofe que esta geração conheceu. A COVID-19 ocorreu porque um perigo, o vírus, encontrou uma sociedade tornada vulnerável por decisões políticas, escolhas económicas e a nossa própria organização social. As fraquezas dos sistemas públicos de saúde, os sistemas cada vez mais interconectados através da globalização e a degradação ambiental são alguns dos elementos que tornaram a nossa sociedade tão impactada pela COVID-19. E como a COVID-19 é uma catástrofe, requer uma abordagem mais ampla e coordenada, que transcenda um sector específico como a saúde, mesmo que a saúde seja central para a sua compreensão e gestão.

Todo o Quadro de Recuperação para África destina-se a orientar os Estados-Membro e REC para a criação de resiliência, enquanto recuperam da pandemia. No entanto, pareceu importante incorporar esta secção para recuar e proporcionar uma abordagem multi-risco, integrada e sistémica. O objectivo global desta secção é, portanto, fornecer orientação para mudar para o Desenvolvimento Baseado no Risco através de uma governação antecipatória e inclusiva²⁵ para a RRC. Esta abordagem considera todos os riscos que um país pode enfrentar e os seus impactos compostos e complexos nos sistemas e sectores para informar o desenvolvimento. Pretende também fornecer orientações para a criação de sistemas que sejam ágeis e flexíveis o suficiente para enfrentar catástrofes imprevisíveis desconhecidas e irreconhecíveis que possam afectar o país. A COVID-19 torna-se, portanto, um gatilho para reformular a nossa abordagem não apenas à redução do risco de catástrofes (RRC) e à criação de resiliência, mas ao desenvolvimento. Abaixo são propostas áreas prioritárias e recomendações estratégicas que visam operar esta mudança:

Área prioritária 1 para a RRC: Reforço das capacidades dos Sistemas de Alerta Precoce Multi-Perigo (MHEWS)

Apesar dos investimentos feitos na última década, os Sistemas de Alerta Precoce (EWS) geralmente abordam os diferentes perigos em silos, fornecem informações para decisões reactivas, não permitindo que os tomadores de decisões antecipem catástrofes e a sua evolução potencial e, finalmente, as acções precoces permanecem um problema.

²⁵A governação antecipatória pode ser entendida como um sistema de sistemas baseado na teoria da complexidade. Ao proporcionar uma abordagem muito mais holística para compreender questões e choques que ameaçam as nossas sociedades, a teoria da complexidade e, conseqüentemente, a governação antecipatória, oferece uma abordagem muito mais realista para compreender quão interconectados e sistémicos são os riscos de catástrofe e, por extensão, como os antecipar, gerir, absorver e recuperar melhor. "Alerta-nos para o potencial constante de formas abruptas e descontínuas de mudança. Ajuda-nos a compreender porque só a Lei das Consequências Acidentais se mantém intacta sobre as ruínas das políticas baseadas em conceitos únicos e planos rígidos" (S. Fuerth, 2009). Com base nas lições aprendidas com a COVID-19, a SADC já começou a reflectir sobre a governação antecipatória para a RRC com resultados substanciais e envolveu os seus Estados-Membro para mudarem para esta abordagem para uma melhor gestão desse fenómeno. Para obter mais informações sobre a governação antecipatória, consulte: Leon S. FUERTH, 2009. Previsão e governação antecipatória. Para a iniciativa da SADC: Dewald Van Nierkerk, 2021. Governação antecipatória na SADC: Redução dos Riscos de Catástrofe após a COVID-19. Abril de 2021. Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais (SAIIA). Ver também <https://saiia.org.za/project/sadc-anticipatory-governance/>

A pandemia também destacou a importância de mensagens claras para manter a população informada, como o caso do Senegal, que utilizou diferentes tecnologias e meios para chegar à população (Leo e Winn, 2020). Os Estados-Membros demonstraram o seu empenho contínuo em reforçar as MHEWS através da adopção do Quadro Africano para os Sistemas de Alerta Precoce Multi-Perigo e Acção Precoce na 7ª Reunião de Alto Nível sobre a RRC (19 de Novembro de 2021). Este servirá como documento orientador para reforçar e investir em MHEWS em África, avançando com um apelo para ter uma ligação perfeita de MHEW a nível nacional com MHEW regionais e continentais e um robusto Centro de Operações de Emergência para monitorizar e prever os perigos à medida que evoluem.

Espera-se, portanto, que os países traduzam o Quadro de África para Sistemas de Alerta Precoce Multi-Perigo e Acção Precoce em acção a todos os níveis. Além disso, os países devem investir na criação de MHEWS ligadas a MHEW regionais e continentais com Centros de Operação de Emergência em funcionamento que tenham capacidade para monitorizar e prever riscos à medida que evoluem. Tendo em conta a complexidade desses sistemas, o primeiro passo consiste em desenvolver directrizes sólidas e Procedimentos Operacionais Normalizados (SOP) e garantir que as funções, responsabilidades, bem como os mecanismos de partilha e processamento dos dados e de comunicação para acções precoces, são claramente definidos entre e dentro dos países, bem como para as regiões e para a AUC. Um MHEWS robusto está, no entanto, incompleto se não desencadear a acção precoce, que deve ser baseada em informação crítica sobre os impactos potenciais contextualizados de uma catástrofe num formato que seja traduzido pelas autoridades para a população. Finalmente, a comunicação de crise deve ser coordenada por uma agência principal que informe a população sobre os possíveis perigos concomitantes e adapte a narrativa aos diferentes contextos. Os seguintes quatro elementos de EWS centrados nas pessoas (WMO, 2018) devem guiar os esforços:

- Conhecimento sobre risco de catástrofe
- Detecção, monitorização, análise e previsão
- Disseminação e comunicação de alertas
- Capacidades de prontidão e resposta

Área prioritária 2 para a RRC: Reforçar a governação e as capacidades institucionais para a RRC

A pandemia revelou que as políticas de RRC eram inadequadas para responder à crise da COVID-19 com vários destes quadros a excluírem os perigos biológicos nas suas estratégias e planos de prontidão, mitigação, resposta e recuperação. As instituições responsáveis pela RRC foram ignoradas para desenvolver mecanismos ad hoc para responder à crise. As capacidades humanas e técnicas das instituições responsáveis pela RRC ao nível subnacional, nacional, regional e continental são inadequadas com escasso capital humano. As funções e responsabilidades das muitas partes interessadas envolvidas na RRC a vários níveis não estão bem definidas. Além disso, os líderes políticos e os criadores de políticas prestaram pouca atenção aos esforços de redução do risco, assim como à prontidão e recuperação. Vários países são signatários do Quadro de Sendai, mas as suas estratégias Nacionais de RRC não estão alinhadas com o Quadro para abranger todos os riscos, conforme exigido. Adicionalmente, a coerência destes quadros com os da adaptação e resiliência climática ao desenvolvimento está geralmente em falta. A falta de clareza nas funções das partes interessadas e dos sectores dá origem a paralelismo e duplicação de esforços, assim como ao desperdício de escassos recursos levando à acumulação de riscos e vulnerabilidades.

Os governos com o apoio da AUC e das REC devem actualizar as suas estratégias de RRC e resiliência para estarem em conformidade com a SFDRR e a PoA, garantindo que são multirrisco que incluem os riscos biológicos, são sensíveis ao género e aos direitos humanos e capazes de abordar os factores que estão na base dos riscos de catástrofe e estão a informar as estratégias e os planos de desenvolvimento. Além disso, todos os Estados-Membro são encorajados a reforçar as Plataformas Nacionais para a RRC para fornecer um mecanismo de coordenação único para a RRC. Devem harmonizar a coordenação da RRC, assegurando que inclui partes interessadas dos sectores técnicos, das agências das Nações Unidas e das ONG, assegurando simultaneamente um planeamento conjunto para limitar o desperdício de recursos escassos neste período crítico de recuperação.

Os estados frágeis e os países altamente endividados devem ser apoiados pelos parceiros para o desenvolvimento, para garantir que estas estratégias estejam estabelecidas para apoiar o desenvolvimento informado pelo risco.

Área prioritária 3 para a RRC: Desenvolvimento Informado pelo Risco - mudança transformacional das pessoas, mecanismos e processos para o desenvolvimento

As instituições e os parceiros foram profundamente afectados pela pandemia, que, juntamente com a crise climática, exemplifica a natureza sistémica dos riscos e o potencial de impactos em cascata. A COVID-19 desencadeou uma catástrofe social e económica sem precedentes à escala global e cada documento estratégico para o desenvolvimento (sectorial ou geral) está a reflectir a crise da COVID-19 como o principal elemento a considerar. Décadas de progresso no desenvolvimento em África desfizeram-se.

O Desenvolvimento Informado pelo Risco realça uma mudança de mentalidade, afastando-se da visão do risco como algo negativo através de lentes fragmentadas, para ver o risco como tendo atributos negativos e positivos. Em suma, o risco precisa de ser abordado como uma ameaça e uma oportunidade começando com a COVID-19 e a sua recuperação. O Grupo de Trabalho Africano para a Redução dos Riscos de Catástrofe (AWGDRR) deve desempenhar um papel crucial, bem como a Matriz do Programa de Acção (2021-2025) para preparar o caminho para institucionalizar eficazmente o desenvolvimento com base em catástrofes e em riscos e assim alcançar os ODS em todo o continente.

Para iniciar uma trajectória de evolução sustentável e baseada nos riscos, os Estados-Membro e as partes interessadas deverão institucionalizar uma abordagem integrada aos múltiplos riscos no contexto da Matriz do Programa de Acção (2021-2025) para implementar o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofe 2015-2030 em África. Além disso, e como já mencionado nesta secção, o desenvolvimento e a RRC são muitas vezes abordados em silos com diferentes instituições, estruturas e horizontes temporais. É fundamental conciliar a relação entre o desenvolvimento, as agendas RRC e CCA para criar resiliência. O governo deve garantir que os ministérios responsáveis pelo desenvolvimento e pelo planeamento económico, bem como pelas finanças, em conjunto com a NDMA, coordenam um processo integrado e inclusivo. Espera-se que o AWGDRR desempenhe um papel importante a este respeito. Os países devem prever um processo inclusivo, multirrisco e multisectorial no qual todos os níveis do governo e da sociedade devem participar e ser consultados para elaborar documentos contextualizados, sustentáveis e proprietários. As seguintes características-chave devem guiar tais esforços: (1) abordagem sistemática, (2) centrados nas pessoas e com várias partes interessadas, (3) multiriscos, (4) multi-escala.

Área prioritária 4 para a RRC: Financiamento da resposta, recuperação e desenvolvimento informado pelo risco (resolvendo os factores de vulnerabilidade a vários riscos)

A COVID-19 está a ter um impacto debilitante nas perspectivas de crescimento e desenvolvimento dos países. É esperado que as perdas das catástrofes continuem a aumentar à medida que os impactos das alterações climáticas se intensificam pela região. Tendo em conta estes desafios, os governos confiaram frequentemente na ajuda externa e na reafecção orçamental para pagar a recuperação de catástrofes. No entanto, esta estratégia de financiamento tem um custo. A incerteza e os atrasos nos fluxos da ajuda tendem a complicar o planeamento dos esforços de auxílio e recuperação e as reafecções orçamentais para a COVID-19 desviaram financiamento de programas de desenvolvimento vitais. Sectores inteiros, incluindo o sector privado, foram deixados sem qualquer protecção enquanto sofriam os efeitos combinados das medidas restritivas tomadas para combater a COVID-19 e outras catástrofes concomitantes tais como a seca e as cheias.

O Quadro de Financiamento Nacional Integrado (INFF) fornece um quadro interessante para o financiamento coerente e eficaz do desenvolvimento sustentável com base no risco. "Estabelece a gama completa de fontes de financiamento – fontes nacionais e internacionais de financiamento público e privado – e permite aos países desenvolverem uma estratégia para aumentar o investimento, gerir os riscos e alcançar prioridades de desenvolvimento sustentável, tal como identificadas na estratégia nacional de desenvolvimento sustentável de um país." 20 Ajuda os países a elaborar estratégias de financiamento informadas pelo risco e a identificar e alavancar fontes de financiamento adicionais, melhorando o alinhamento desses diferentes tipos de financiamento. O INFF aproveita as capacidades, políticas, instituições e processos existentes a nível nacional e, como tal, é contextualizado.

Os elementos comuns (elementos de base) da abordagem incluem:

- Avaliação e diagnóstico no qual o panorama do risco e a resiliência são avaliados
- Fase de arranque onde as políticas, estratégias e tendências de financiamento existentes são identificadas, assim como as partes interessadas relevantes. É também criado um mecanismo de supervisão para guiar o INFF com um roteiro claro acordado com todas as partes interessadas
- Governança e coordenação para assegurar uma liderança nacional, direccionar a concepção e implementação do INFF e ultrapassar as barreiras entre sectores e partes interessadas
- Monitorização e revisão contínuas para acompanhar permanentemente as tendências de financiamento, avaliar o progresso e identificar rapidamente possíveis constrangimentos e apoiar a elaboração de políticas dinâmicas e responsivas
- Estratégia de financiamento para encontrar soluções para colmatar défices de financiamento e tirar o máximo partido das oportunidades de financiamento para um melhor financiamento do desenvolvimento com base nos riscos.

Vários países africanos já estão envolvidos neste processo, como a Mauritânia, o Mali, a Costa do Marfim, o Senegal, a RDC, o Quênia, o Ruanda, a Namíbia, o Botsuana e Madagáscar.

Área prioritária 5 para a RRC: Inovação (tecnologia/digital)

Uma das principais consequências da COVID-19 foi a digitalização de muitos aspectos da nossa sociedade. Se as soluções digitais globais forneceram determinadas ferramentas, também foram desenvolvidas soluções locais, especialmente em África, para enfrentar desafios específicos em contextos específicos. Esta consequência positiva deve ser apoiada para aumentar a resiliência na fase de recuperação, especialmente em termos de MHEWS, comunicação de crises, acção precoce e avaliação e gestão dos riscos de catástrofes. Isto poderá também ser uma oportunidade para apoiar o desenvolvimento de start-ups africanas e do sector privado que trabalhem em inovação. A maioria dos governos ainda tende a utilizar soluções globais ou a confiar em companhias globais para desenvolver soluções inovadoras específicas, apesar de existir conhecimento especializado locais capazes de desenvolver ferramentas contextualizadas para resolver desafios específicos.

A este respeito, os Governos, a AUC, as REC e os parceiros incluindo o sector privado devem envolver-se mais detalhadamente no apoio a tais iniciativas, estabelecendo um ambiente propício para o uso e desenvolvimento de soluções locais e fornecendo mecanismos para reforçar as capacidades e dimensionar soluções inovadoras. Isto poderá também resolver alguns dos desafios de compreensão dos riscos em África e criar análise preditiva para melhor planear o desenvolvimento sustentável. As tecnologias como a utilização de big data, da Internet das Coisas e da inteligência artificial, podem ser críticas na produção de dados regulares fiáveis para a análise de risco contínua e no processamento de dados que chegam das diferentes fontes e sectores.

No entanto, é necessário abordar diferentes constrangimentos, tais como a baixa taxa de penetração da Internet, o custo dos protocolos de dados e dos dados, a infraestrutura de telecomunicações, o ambiente jurídico para o desenvolvimento do sector, mas também para proteger os dados, as parcerias público-privadas estratégicas que devem ser desenvolvidas e/ou reforçadas, etc.

Ambientalizar a recuperação. De acordo com o Plano de Acção para a Recuperação Ecológica da UA, a COVID-19 não alterar a urgência da resolução dos desafios ambientais africanos (e globais), mas tem pontos de decisão acelerados que podem ter impactos substanciais. À medida que os países passam da contenção do vírus para a recuperação económica, estão a ser feitas escolhas que irão modelar as trajectórias sobre emissões, qualidade do ar, resiliência e biodiversidade nas próximas décadas. Uma recuperação limpa e resiliente em África levará ao emprego nas indústrias do futuro ao mesmo tempo que garante que resolvemos os desafios associados da saúde pública, da prosperidade e das alterações climáticas.

Isto pode ser feito incluindo os seguintes elementos num programa de recuperação:

1. Financiamento climático, incluindo aumento dos fluxos, eficiência e impacto do financiamento;
2. Apoiar a energia renovável, a eficiência energética e os programas nacionais de Transição Justa;
3. Soluções baseadas na natureza e foco na biodiversidade através do trabalho na gestão sustentável das terras, nas florestas, nos oceanos e no ecoturismo;
4. Agricultura resiliente, com foco no desenvolvimento económico inclusivo e nos empregos ecológicos; e
5. Cidades verdes e resilientes, incluindo um foco na qualidade do ar, infraestrutura ecológica e azul (recursos para inundações e água) e melhoria da informação, comunicação e tecnologia.

Governança. Numa crise como a COVID-19, a boa governação é mais importante do que nunca e a manutenção de um sistema de controlo e equilíbrio na governação não pode ser minada, especialmente enquanto o Governo planeia a prestação de serviços, constrói a confiança nas instituições públicas, desenvolve políticas de recuperação socioeconómica claras e reconstrói a conectividade social. A UA, as REC, as Nações Unidas e as organizações internacionais devem continuar a apoiar os programas de governação e paz e segurança no continente. A resposta deve garantir que as comunidades e as partes interessadas estejam envolvidas e sintam um sentimento de propriedade das soluções desenvolvidas. As intervenções para prevenir a violência devem resolver as causas base tais como a insegurança alimentar, a coesão social e a responsabilização social, a competição pelos recursos escassos e ausência do estado na periferia. A COVID-19 adiou reformas políticas e eleições e pode continuar a fazê-lo. A este respeito, a AUC e os intervenientes regionais e a ONU devem apoiar as negociações entre partidos políticos e prestar assistência técnica para apoiar processos-chave, para construir e sustentar a confiança entre governos e cidadãos. Além disso, os parceiros de desenvolvimento devem ajudar a reforçar as funções de governação central nacional e local para a gestão de crises e prestação de serviços, o Estado de direito, os direitos humanos e a segurança, bem como a inclusão, a responsabilização e a voz. A aplicação e implementação do governo electrónico, especialmente a digitalização na prestação de serviços, continua a ser fundamental. A resposta à COVID-19 criou oportunidades para explorar uma governação e supervisão fracas e desviar fundos das pessoas que mais precisam deles. A contenção da corrupção será, portanto, um componente crítico da recuperação resiliente.

Recomendação para a Recuperação Económica com Base na Tipologia do País

No Capítulo 2, foram apresentados impactos para os seguintes grupos não regionais de países: exportadores de mercadorias que sofreram perdas de receitas em 2020, bem como uma inflação elevada; Estados frágeis e afectados por conflitos onde a COVID-19 contribuiu para a interrupção do comércio, a insegurança alimentar e quase nenhuma medida de recuperação inicial; países que enfrentam insegurança alimentar e dependentes das importações de alimentos; países que enfrentam múltiplos riscos que tiveram de lidar com a pandemia, bem como calamidades concomitantes e em cascata e nações dependentes do turismo. As recomendações políticas e programáticas adaptadas a estas categorias de países são apresentadas abaixo. Independentemente do grupo em que um país se insere, ele deve implementar um conjunto de políticas e investimentos programáticos recomendados acima.

Exportadores de mercadorias (partimos do princípio de que os elevados preços das mercadorias de 2021 continuarão, juntamente com as melhorias na cadeia de abastecimento global). Para subir a escada do desenvolvimento, a maioria dos países africanos precisa de diversificar as suas economias e agregar valor, processando produtos primários. Por um lado, a diversificação contribui positivamente para o crescimento económico e protege contra a volatilidade dos preços e flutuações dos produtos internacionais devido a choques externos.

Por outro lado, a diversificação também pode ser uma forma de abordar as dimensões territoriais das disparidades económicas, uma vez que facilita a inclusão das pequenas e médias empresas nas diversas cadeias de valor da economia e pode levar a um aumento da produtividade. A adição de valor, particularmente na manufactura, pode ser sistemicamente melhorada através de intervenções programáticas. A dimensão da diversificação económica das exportações poderia ser passar da exportação de algumas matérias-primas para a de um conjunto mais vasto de bens e serviços manufacturados. Implica igualmente a exportação para mercados mais recentes. Isto permitiria a participação de empresas nacionais em cadeias de valor globais e dar-lhes-ia a oportunidade de se tornarem globalmente competitivas através da transferência de tecnologia e dos ganhos de eficiência.

Transformação estrutural, centrada na digitalização e na diversificação Devem também ser feitos investimentos na criação de um ambiente propício à inovação e à diversificação económica. A tecnologia e a inovação são factores cruciais para a produtividade e o crescimento. A diversificação económica impulsionada pela inovação pode ser o catalisador da transformação estrutural e do desenvolvimento inclusivo nos países africanos dependentes da exportação de mercadorias. Muitos governos africanos estão a apoiar programas que possam alimentar a inovação e criar um ecossistema para uma maior diversificação e crescimento. Tal intervenção e apoio deverão prosseguir a médio e longo prazo. Isto também é relevante para os países que fizeram alguns progressos na transformação estrutural. Por exemplo, embora a maior parte dos países do Norte de África se tenha transformado estruturalmente e o sector industrial seja o segundo maior contribuinte, a contribuição do sector da manufactura, excluindo a energia e a construção, permanece limitada. Para além de abordar questões, é necessário reforçar ainda mais o acesso digital, a energia, os transportes e as infraestruturas de armazenamento para alcançar objectivos específicos de diversificação económica a nível sectorial, tais como o desenvolvimento das indústrias agroalimentares para promover o crescimento inclusivo.

A diversificação geográfica parece ser mais importante do que a diversificação de produtos em África, especialmente nos países nas suas fases iniciais de desenvolvimento. Muitos países têm a sua actividade económica centrada em torno das regiões das capitais nacionais ou de determinados centros urbanos. Nas regiões remotas do interior, as pessoas estão largamente envolvidas em actividades de baixa produção e na agricultura de subsistência. Isto representa disparidades significativas de desenvolvimento a nível subnacional. A desigualdade inter-regional também é pronunciada em África entre os países costeiros em comparação com os países terrestres fechados. A participação em acordos de comércio livre, reduzindo assim os custos comerciais e o comércio com países africanos, continuou a ter muita importância nos círculos políticos e tornou-se particularmente relevante no contexto da pandemia em curso.

A transferência e adopção de tecnologias é parte integrante da diversificação económica, que é normalmente adaptada às necessidades de uma mão-de-obra qualificada. Existem grandes défices de competências no continente. Como tal, é necessário promover instituições de TVET e políticas activas para o mercado laboral. Devem também ser incentivadas formas de desenvolver as competências que definem a capacidade empresarial e a actividade empresarial. As políticas a nível da economia, tais como a governação e a educação, ajudam a promover exportações diversificadas mais do que as políticas estritamente orientadas para a indústria e podem ser algumas das estratégias de diversificação para uma economia dependente das matérias-primas.

Agricultura alimentada por chuva, países dependentes da importação de alimentos e países com insegura alimentar, A dependência dos países relativamente à agricultura alimentada por chuva, a dependência das importações de alimentos, os preços das mercadorias nos mercados internacionais e as receitas do turismo são razões para a volatilidade. A transformação sustentável da agricultura alimentada por chuva para a agricultura irrigada através da colheita de água e de práticas inteligentes de gestão de colheitas, pode ser uma forma de diminuir a sua dependência excessiva da agricultura alimentada apenas por chuva. A este respeito, os Estados-Membro devem considerar os investimentos na agricultura irrigada e as práticas de gestão inteligente das colheitas. Os países africanos também devem

construir uma agricultura mais produtiva em termos de clima. Por exemplo, os países do Norte de África têm um grande potencial agrícola em termos de terra arável (18% em Marrocos e 17,4% na Tunísia) e de enormes recursos pesqueiros (BAD, 2020). Além disso, podem ser desenvolvidas cadeias de valor, em especial para os produtos agroalimentares que terão um impacto positivo no crescimento económico e na redução da pobreza.

Países dependentes do turismo: A UNWTO estima que menos mil milhões de turistas internacionais viajaram globalmente em 2020 e África registou uma queda de 74% nas chegadas internacionais de turistas e um declínio de 64% nas exportações relacionadas com o turismo. A COVID-19 teve também um impacto secundário nos empregos do sector do turismo. Só na Comunidade da África Oriental, estima-se que os empregos no sector do turismo tenham diminuído de 4,1 milhões de postos de trabalho para 2,2 milhões em 2020 (AERC, 2021). A recuperação neste sector tem de começar com o turismo interno e regional. Embora inferior a outras regiões, em 2019, o turismo doméstico representou apenas 50,2% das receitas de viagens e turismo em África, com excepção do Norte de África. As medidas de recuperação a curto prazo devem estimular o turismo local através de campanhas e da redução/isenção das taxas de turismo até o sector se restabelecer. Tais medidas abririam igualmente caminho para, e criariam confiança no turismo internacional. Para as comunidades dependentes do turismo, as medidas de protecção social devem também ser alargadas a elas em combinação com o apoio direccionado aos MPME nas indústrias das viagens e do turismo.

Fundamental para o recomeço do turismo regional e internacional será a mitigação das potenciais preocupações sobre saúde e segurança que possam desencorajar o turismo. A curto prazo, é importante implementar e comunicar protocolos de protecção e segurança claros relativamente aos requisitos de entrada, bem como no terreno, para recuperar a confiança dos viajantes. A este respeito, é também importante investir em capacidades para implementar estratégias de DRM e resiliência para áreas e recursos turísticos. A nível regional, o estímulo do comércio intra-africano e do turismo pode impulsionar o crescimento económico, promovendo um regime mais formal, mas mais fácil, de mecanismos transfronteiriços de comércio e turismo. Estas medidas imediatas podem ser implementadas através de acordos comerciais bilaterais e regionais existentes. A médio e longo prazo, a COVID-19 apresenta ao sector do turismo a oportunidade de rever os modelos de negócio e o quadro político do turismo para melhorar a competitividade. O sector deve implementar medidas que promovam o turismo socialmente responsável e sustentável.

Estados frágeis e afectados pelos conflitos: o conflito e a insegurança e a pandemia da COVID-19 apresentam uma combinação mortífera em vários países em todas as cinco regiões de África. Estes incluem, entre outros, a República Centro-Africana, o Sahel Central (Burquina Faso, Mali e Níger), a Etiópia, o Norte da Nigéria, o Norte de Moçambique, Somália, Sudão do Sul e Sudão. A COVID-19 exacerbou a pobreza e a desigualdade nos países afectados pelos conflitos, aumentando a pressão maciça sobre os sistemas sociais e de saúde já sobrecarregados. A pobreza crónica e os serviços essenciais fracos, a intensificação do conflito, o deslocamento, a subnutrição aguda em combinação com a pandemia da COVID-19, aumentaram a vulnerabilidade das famílias.

A curto prazo, os intervenientes governamentais e humanitários deverão injectar financiamento essencial relacionado com a COVID-19 no apoio humanitário, especialmente para refugiados e deslocados internos, tendo em conta os riscos desproporcionados para as mulheres e crianças deslocadas. Em combinação com o apoio humanitário, as medidas de recuperação nesses países devem apoiar a detecção precoce a nível comunitário e familiar e proporcionar tratamento para as formas mais graves de subnutrição através de instalações comunitárias e de saúde. É também necessário alargar a protecção social aos mais vulneráveis nestes países, reforçando simultaneamente as políticas de protecção social para serem mais inclusivas e susceptíveis de resposta ao choque. Os esforços de recuperação deverão igualmente criar acordos de financiamento, plataformas digitais e planos de emergência para uma ajuda humanitária harmonizada e de protecção social.

A médio e longo prazo, a União Africana, os órgãos regionais e as Nações Unidas devem manter vivos os processos de paz e os esforços de prevenção de conflitos, trabalhando com os enviados das Nações Unidas e outros mediadores, por exemplo, para manter comunicações electrónicas seguras com as partes em conflito.

Os esforços de recuperação devem também concentrar-se no reforço dos canais diplomáticos de apoio entre os estados e os intervenientes não estatais para comunicarem sobre potenciais conflitos em escalada e outros tipos de riscos em regiões tensas.

Países que enfrentam múltiplos riscos consulte a secção “A COVID-19 aumentou a necessidade de uma mudança para um desenvolvimento com base nos riscos contra as ameaças de vários perigos” entre as páginas 64 e 66 acima.

O Empurrão em Direcção aos OSD e outros cenários²⁶

Pior cenário (Danos Elevados)

Este cenário pressupõe maiores perdas do PIB em 2020-21 (cerca de oito por cento em 2020 em relação à situação pré-COVID-19), maior mortalidade e menor recuperação económica (redução global do PIB em cerca de sete por cento à Taxa de Câmbio de Mercado (MER) em 2030 e perda de cerca de 13 por cento nos países de baixos rendimentos). Uma maior desigualdade pós-pandemia e aumentos significativos nos níveis da dívida nacional também ajudam a enquadrar o cenário e contribuem para o aumento da perda económica a longo prazo.

Os pressupostos subjacentes ao pior cenário são os seguintes:

- Mortalidade - a mortalidade global por COVID-19 aumenta em 2020-2021 cerca de um milhão de mortes em relação ao Cenário Intermédio (Linha de Referência da COVID-19);
- Crescimento económico - diminui ainda mais a taxa de crescimento do PIB em todos os países em 1,5% em ambos os anos, pressupõe que 80% do declínio do crescimento do PIB persista como perda de produtividade, adiciona 20% do PIB aos níveis da dívida pública; e
- Desigualdade - Aumenta o coeficiente de Gini em toda a parte em cinco por cento (aproximadamente 0,015 pontos na base do índice de 0-1).

²⁶As referências para estes cenários são: Hughes, B.B., Hanna, T., McNeil, K., Bohl, D. K., & Moyer, J.D. (2021). Perseguir Objectivos de Desenvolvimento Sustentável num Mundo Reformulado pela COVID-19. Denver, CO e Nova Iorque, NY: Frederick S. Pardee Center for International Futures e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; e Abidoye, B., Felix, J., Kopto, S. & Patterson, L. (2021). Não Deixar Ninguém para Trás: Impacto da COVID-19 nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nova Iorque, NY e Denver CO: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Frederick S. Pardee Center for International Futures. https://sdgintegration.undp.org/sites/default/files/Foundational_research_report.pdf

Com base nestas suposições, os resultados projectados até 2030 para o pior cenário são:

- A COVID-19 provavelmente resultará em 35% da população africana em pobreza extrema (597 milhões de pessoas) até 2030.
- Os efeitos numa África com elevados danos iriam ter um efeito de cascata em todos os indicadores de desenvolvimento humano. Além dos danos do cenário da COVID-19:
 - O número de mulheres pobres aumenta 37 milhões para 298 milhões de pessoas;
 - É provável que mais 14 milhões de pessoas fiquem subnutridas, das quais dois milhões serão crianças com menos de cinco anos; e
 - A taxa de crianças que concluíam a escola secundária diminuiria em quase dois pontos percentuais em 2030, de 36,4% no cenário de referência da COVID-19 para 34,8% no pior cenário (danos altos).

No pior cenário, os elementos de uma estratégia de recuperação que devem ser considerados estão apresentadas abaixo na Tabela 3.2.

Foram seleccionadas recomendações para este cenário para ajudar os países a lidar com as consequências económicas e sociais do pior cenário: maior mortalidade e morbilidade; declínio económico; maior desigualdade de rendimento e de género; aumento da pobreza; e maior subnutrição. Como muitos países africanos já estavam altamente endividados e as recomendações apelam para despesas governamentais adicionais, há necessidade de alívio internacional para ajudar com a liquidez e questões relacionadas com a dívida. Informações detalhadas sobre cada um dos elementos podem ser encontradas na secção anterior deste capítulo.

TABLE 3.2: Elementos da estratégia de recuperação para o pior cenário

Prazo	Recomendações Políticas	Investimentos Programáticos
Short-term	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar reformas de saúde de elevada prioridade - Aumentar as respostas monetárias e fiscais - Expandir o sistema de transferência de fundos - Abordar as questões da exclusão de género 	<ul style="list-style-type: none"> - Acelerar rapidamente o programa de vacinação - Alargar as redes de segurança social para proteger os pobres e os grupos vulneráveis - Aumentar a ajuda alimentar e nutricional - Impulsionar o apoio às MPME
Medium-term	<ul style="list-style-type: none"> - Procurar auxílio internacional para questões de liquidez e sustentabilidade da dívida - Reforçar a capacidade de RRC para lidar com ameaças concomitantes e em cascata 	<ul style="list-style-type: none"> - Procurar apoio externo para um impulso para os ODS - Investir no regresso à educação de qualidade - Reforçar os sistemas de produção agroindustrial e cadeias de valor relacionadas

Longo prazo	<ul style="list-style-type: none"> - Desenhar uma estratégia para a pobreza e procurar apoio externo para a sua implementação - Apoiar a execução da AfCFTA - Promulgar legislação para a protecção social 	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilizar a assistência internacional para melhorar e acelerar a aprendizagem - Alavancar recursos para um programa de resiliência agroalimentar - Desenvolver um sistema abrangente de protecção social
-------------	---	--

Cenário Intermédio (Linha de Referência da COVID-19)

Este cenário incorpora uma análise do FMI sobre o impacto que a COVID-19 provavelmente terá no crescimento do produto interno bruto (PIB) em 2020 e 2021 e projecções do Instituto de Métricas e Avaliação da Saúde (IHME) sobre possíveis padrões de mortalidade. Neste cenário, a perda global do PIB em 2020 em relação à situação pré-COVID-19 é de cerca de 6,6%, tanto em termos de Taxa de Câmbio de Mercado (MER) como de paridade do poder de compra (PPP). O cenário assume um retrocesso muito considerável das economias após a pandemia, com a perda do PIB em MER em 2030 a ser cerca de 4 por cento (3,5 por cento em PPP). O cenário modela os caminhos globais resultantes para os ODS.

As hipóteses para o caso intermédio são:

- Mortalidade - as projecções de mortalidade foram criadas sobre as do IHME.
- Crescimento económico – utiliza as projecções de crescimento económico do FMI. Pressupõe que 80% das perdas de crescimento do PIB em 2020-21, em relação aos padrões de longo prazo, sejam interrupções temporárias na utilização da capacidade, enquanto 20% são perda de ganhos de produtividade que normalmente teriam sido alcançados nesses anos.

Os resultados projectados até 2030 para o cenário intermédio são:

- Uma estimativa de 28 milhões de africanos que já foram empurrados para a pobreza devido à pandemia em 2020. Em 2030, mais 26 milhões de pessoas continuarão a viver na pobreza devido ao impacto da pandemia;
- Isto irá aumentar o número total projectado de pessoas em pobreza extrema de 496 milhões (num cenário sem COVID-19) para 522 milhões de pessoas até 2030 em África;
- Dos 26 milhões de pessoas adicionais que vivem em situação de pobreza extrema em África até 2030, quase metade (12 milhões) será constituída por mulheres e raparigas; e
- Em 2030, estima-se que 231 milhões de africanos, incluindo 31 milhões de crianças, serão subnutridos, o que representa quase nenhuma melhoria face aos números de 2020.

No cenário intermédio, os elementos de uma estratégia de recuperação que devem ser considerados estão apresentados na Tabela 3.3. Foram seleccionadas recomendações para este cenário para ajudar os países a lidar com as consequências económicas e sociais de uma situação de caso intermédio: mortalidade e morbilidade menos graves, mas persistentes; recuperação económica gradual; rendimento contínuo e desigualdade de género; e níveis elevados de pobreza e subnutrição continuados.

Isto exigirá políticas e programas que continuem a abordar a pobreza, a subnutrição e a desigualdade, enquanto procuram proteger e acelerar o crescimento económico. Informações detalhadas sobre cada um dos elementos podem ser encontradas na secção anterior deste capítulo.

TABLE 3.3: Elementos da estratégia de recuperação para o cenário intermédio

Prazo	Recomendações Políticas	Investimentos Programáticos
Curto prazo	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar um conjunto completo de reformas no domínio da saúde - Manter as respostas monetárias e fiscais - Manter o sistema de transferência de dinheiro - Preservar a acumulação de capital humano - Abordar as questões da exclusão de género 	<ul style="list-style-type: none"> - Continuar a acelerar o programa de vacinação - Abordar as lacunas nas redes de segurança social para proteger os pobres e os grupos vulneráveis - Abordar as questões da insegurança alimentar - Impulsionar o apoio ao sector privado para a continuidade do negócio
Medio-term	<ul style="list-style-type: none"> - Atualizar a estratégia de protecção social, os critérios de focalização e o registo social - Resolver os problemas de liquidez e de sustentabilidade da dívida conforme necessário - As políticas devem focar-se nos ODS prioritários - Consolidar a capacidade de RRC para lidar com riscos concomitantes e em cascata 	<ul style="list-style-type: none"> - Investir num Impulso para os ODS - Investir no regresso à educação de qualidade - Utilizar a digitalização para catalisar o emprego - Reforçar os sistemas de produção agroindustrial e cadeias de valor relacionadas
Longer-term	<ul style="list-style-type: none"> - Desenhar uma estratégia para a pobreza e procurar apoio externo para a sua implementação - Promover a integração e colaboração regional - Implementar políticas para não deixar ninguém para trás - Promulgar legislação para a protecção social 	<ul style="list-style-type: none"> - Investir em programas para melhorar e acelerar a aprendizagem - Investir num programa para a resiliência agroalimentar - Desenvolver sistemas abrangentes de protecção social e redução do risco de catástrofe

Melhor cenário (Impulso para os ODS)

Mesmo que os esforços para alcançar os ODS tenham continuado a aumentar em todo o mundo, há potencial para uma prossecução ainda mais ambiciosa dos mesmos. As iniciativas Beyond Recovery do PNUD exemplificam o potencial para construir um novo contrato social, desenraizar as desigualdades, reequilibrar a natureza, o clima e a economia e acelerar e escalar a ruptura e a inovação digital (PNUD, 20a). Esta capacidade de análise de cenário baseia-se na ampla implementação destas iniciativas.

O melhor cenário pressupõe que os países investirão no seguinte:

- **Governança** (construção de um novo contrato social)
 - Redução da corrupção, aumento da eficácia do governo e aumento da democracia (logo também da inclusividade)

- **Protecção social** (desenraizar as desigualdades)

- Transferências sociais mais elevadas e maior protecção da nutrição para agregados familiares menos qualificados e, por conseguinte, com rendimentos mais baixos, aumento do número de matrículas e conclusão da educação a todos os níveis, maior foco social na melhoria do acesso a água e saneamento seguros, electricidade e fogões modernos, e aumento das despesas governamentais de apoio na educação e saúde

- **Economia verde** (reequilíbrio da natureza, do clima e da economia)

- Passagem das calorias consumidas da carne para os produtos hortícolas e frutas, redução do desperdício agrícola na produção, transporte e transformação e consumo, o aumento dos rendimentos agrícolas permite também o aumento da área florestal, a redução da poluição atmosférica urbana, o aumento da eficiência da utilização da água e da energia, um imposto sobre o carbono, o avanço tecnológico acelerado e uma ênfase política nas energias renováveis

- **Ruptura e inovação digital** (para velocidade e escala)

- Maior ênfase no ensino superior, especialmente na ciência, aumento dos gastos governamentais e sociais na investigação e desenvolvimento, introdução acelerada de tecnologia de banda larga fixa e móvel, incluindo formas móveis

Os resultados projectados até 2030 do melhor cenário são:

- As intervenções orientadas reduziriam o número de africanos que vivem na pobreza extrema em 67 milhões em 2030, em relação às actuais tendências da COVID-19 e em 217 milhões em meados do século;
- Cerca de 145 milhões de adultos e crianças seriam retirados da subnutrição em África até 2030; e
- A proporção de crianças que completavam o ensino secundário em África também aumentaria da taxa estimada de conclusão de 36% para 40%.

A maioria dos países e populações com menor probabilidade de atingir as metas dos ODS, mesmo com o Impulso para os ODS, estarão em África²⁷ e no Sul da Ásia. Os resultados variam consoante as variáveis-alvo dos ODS. Por exemplo, em 2019, 58% da população mundial que vive com menos de 1,90 USD por dia vivia em África. A quota africana crescerá no cenário intermédio para 71% em 2030 e 86% em 2050. Dentro de África, a quota dos que estão na pobreza extrema na África Central crescerá de 21% para 35% e na África Oriental irá diminuir de 42% para 29%. O padrão é algo semelhante em relação às crianças em idade escolar primária não matriculadas; 58% estão agora em África e podem estar 78-79% em 2030 e 2050. Em contraste, em 2019, 29% das crianças subnutridas viviam em África (com excepção do Norte de África) e esta percentagem deverá permanecer inalterada em 2050.

No melhor cenário, os elementos de uma estratégia de recuperação que devem ser considerados estão resumidos na Tabela 3.4. Foram seleccionadas recomendações para este cenário para ajudar os países a acelerar o Impulso para os ODS, para alcançar e proteger os ganhos na redução da pobreza, na redução da subnutrição, em melhores resultados educacionais e num maior crescimento económico. Informações detalhadas sobre cada um dos elementos podem ser encontradas na secção anterior deste capítulo.

²⁷África, nesta secção, aplica-se a todo o continente, com excepção do Norte de África

TABLE 3.4: Elementos da estratégia de recuperação para o melhor cenário

Prazo	Recomendações Políticas	Investimentos Programáticos
Short-term	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar um conjunto completo de reformas no domínio da saúde - Diminuir as respostas monetárias e fiscais - Actualizar a estratégia de protecção social, os critérios de focalização e o registo social - Preservar a acumulação de capital humano - Abordar as questões da exclusão de género 	<ul style="list-style-type: none"> - Manter o ritmo do programa de vacinação - Abordar as lacunas nas redes de segurança social para proteger os pobres e os grupos vulneráveis - Abordar as questões da insegurança alimentar - Impulsionar o apoio ao sector privado para a continuidade do negócio - Ambientalizar a recuperação - Investir num programa para a resiliência agroalimentar
Medium-term	<ul style="list-style-type: none"> - Resolver os problemas de liquidez e de sustentabilidade da dívida conforme necessário - Modernizar os sistemas de protecção social - As políticas devem focar-se em atingir os ODS prioritários - Promover a digitalização, a industrialização e a diversificação 	<ul style="list-style-type: none"> - Manter os esforços do Impulso para os ODS - Investir no regresso à educação de qualidade - Utilizar a digitalização para catalisar o emprego - Reforçar os sistemas de produção agroindustrial e cadeias de valor relacionadas - Resolver os défices de energia, a qualidade e o custo do serviço
Longer-term	<ul style="list-style-type: none"> - Desenhar uma estratégia para a pobreza e procurar apoio externo para a sua implementação - Promover a integração e colaboração regional - Implementar políticas para não deixar ninguém para trás - Promulgar legislação para a protecção social 	<ul style="list-style-type: none"> - Investir em programas para melhorar e acelerar a aprendizagem - Investir num programa para a resiliência agroalimentar - Desenvolver um sistema de protecção social mais abrangente

IV. Acordos Institucionais para Implementação do Quadro

O Capítulo IV centra-se na importância dos acordos institucionais para garantir que o processo de recuperação é bem gerido e governado. Considera: a selecção de uma agência principal eficaz para gerir a recuperação; a legislação necessária; liderança e pessoal; participação comunitária; papel do sector privado; e coordenação e implementação local.

A forma como as instituições serão criadas para responder, recuperar e reconstruir a partir da COVID-19 desempenhará um papel fundamental na determinação de se os esforços de recuperação a nível continental, regional e nacional são capazes de resolver alguns dos factores subjacentes que levaram aos impactos diferenciais, multisectoriais e duradouros da pandemia. No caso do Quadro para Recuperação da COVID-19 para África, o âmbito continental do quadro justifica um acordo institucional estratificado que consiste em estruturas continentais, regionais e nacionais, cada uma com o seu próprio conjunto de funções e responsabilidades, alavancando o seu mandato e vantagens comparativas na abordagem das necessidades de recuperação da população.

Os efeitos generalizados da pandemia em todos os segmentos da população e em todos os aspectos do bem-estar socioeconómico das comunidades e das nações, incluindo as dimensões transfronteiras e regionais relacionadas com o comércio, a circulação de pessoas e bens, etc., pedem acções coordenadas e complementares através dos sectores e grupos de partes interessadas que vão além das instituições tradicionais de Gestão de Catástrofes, incluindo ministérios sectoriais, agências, bem como intervenientes não estatais, tais como universidades, sociedade civil, representantes do sector privado, etc. Enquanto os esforços de recuperação da COVID-19 podem ser específicos a cada sector, há uma necessidade crítica de manter um alto nível de coordenação para garantir sinergias e criar efeitos multiplicadores em vários sectores, garantindo simultaneamente um foco resiliente dos esforços de recuperação.

Os aspetos críticos de cada modalidade de coordenação que definem o sucesso de qualquer esforço de recuperação socioeconómica são a forma como vários intervenientes estatais e não estatais geram evidências, comunicam informação entre si e tomam decisões, com responsabilidade partilhada. Embora reconhecendo que não existe um modelo único, com base na experiência passada, é importante compreender o que dificulta e o que facilita o desempenho eficaz de vários mecanismos de coordenação multipartes interessadas e multisectorial e como melhor moldar o mecanismo de governação continental e regional para melhor apoiar os esforços nacionais e subnacionais.

A implementação de actividades de recuperação socioeconómica resilientes e informadas sobre os riscos a nível continental, regional e nacional deverá incluir autoridades nacionais e locais, intervenientes regionais, representantes das populações afectadas, universidades, sector privado, ONG, doadores e parceiros internacionais, organizações juvenis, agências das Nações Unidas, bancos de desenvolvimento e outras instituições financeiras. Sem ser prescritivo sobre as disposições institucionais a nível regional e nacional, este documento fornece algumas orientações que permitiriam às partes interessadas, incluindo os governos nacionais, bem como às organizações regionais e continentais, adaptar as suas estruturas e mecanismos existentes para servir o objectivo específico da recuperação da COVID-19.

O Capítulo IV descreve os acordos institucionais propostos a nível continental, regional e nacional, bem como as boas práticas e os resultados-chave associados ao desenvolvimento de mecanismos institucionais para supervisão, gestão e coordenação da recuperação, com base na literatura da recuperação pós-desastre.

Acordos institucionais a três níveis

Nível continental

A nível continental, enquanto autoridade da Comissão da UA responsável pela recuperação de catástrofes e pela implementação do Quadro de Sendai para a Redução dos Riscos de Catástrofes, o Departamento da Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Desenvolvimento Sustentável poderia funcionar como a entidade principal na coordenação da implementação do Quadro de Recuperação para África. A Unidade de Redução do Risco de Catástrofes (RRC) do Departamento, que já possui a competência, o mandato e o poder de convocação para os esforços de recuperação a nível continental, poderia actuar como secretariado.

Além disso, a função de coordenação e monitorização da Unidade de RRC poderia ser ampliada e facilitada através do grupo de coordenação inter-serviços sobre RRC recentemente estabelecido na AUC. Isto permitiria que outras partes da AUC trabalhassem em conjunto na implementação do Quadro, conseguissem sinergias com os esforços sectoriais de recuperação liderados/guidados pelos departamentos e órgãos da AUC e fornecendo orientações às REC e aos Estados-Membros. Ao aperfeiçoar o acordo institucional a nível da UA, poderiam ser exploradas oportunidades de desenvolver e, se for caso disso, estabelecer ligações com algumas das estruturas criadas no contexto da Estratégia Continental Conjunta para África para a COVID-19, fundo de resposta à COVID-19 da UA, Cimeira de Financiamento das Economias Africanas no Contexto da COVID-19 em Maio de 2021 (Presidência Francesa, 2021), etc.

Como a COVID-19 é uma catástrofe biológica e de saúde pública, os mecanismos existentes da UA para a coordenação multipartes interessadas como o Grupo de Trabalho Africano para a RRC, pode servir como plataforma para a monitorização regular do progresso, assim como intercâmbio de experiência sobre recuperação, à medida que a implementação do quadro avança. Os esforços continentais também poderiam alavancar a liderança política na UA, com fortes ligações, quando relevante, com os gabinetes do Enviado Especial da UA para a resposta COVID-19, bem como o recém-nomeado promotor da RRC da UA.

Reconhecendo o espaço crescente das dependências internacionais, regionais e continentais, a AUC pode guiar os esforços de recuperação resiliente nesses domínios. Da mesma forma, através da modelação da recuperação resiliente do continente, esperam-se mais sinergias entre os esforços de recuperação a nível nacional, que podem levar a um efeito de contaminação entre os países, desencadeando também sinergias a nível regional.

Uma vez que a implementação dos esforços de recuperação terá lugar nos países e comunidades dos Estados-Membros da UA, o acordo institucional a nível continental, para além de proporcionar liderança, orientação e recursos catalíticos (que existem na AUC, bem como os mobilizados de parceiros e doadores), poderiam desempenhar um papel fundamental no fornecimento de uma plataforma para a partilha de conhecimento e experiência, bem como um repositório para a compilação de dados, estudos, directrizes sobre todos os aspetos relevantes da recuperação da COVID-19.

Nível regional

Pode ser criado um acordo institucional semelhante ao da AUC a nível regional para cada uma das Comunidades Económicas Regionais (REC). A natureza específica do mecanismo de coordenação, de supervisão técnica e de monitorização nas REC variaria de região para região, dependendo dos mecanismos existentes que permitem a coordenação multisectorial nas REC (incluindo comités e grupos de trabalho inter-serviços) além de outros que permitam o envolvimento de várias partes interessadas em aspectos relacionados com a recuperação e a criação de resiliência.

Poderá ser dada especial atenção a qualquer estrutura ou mecanismo específico criado no contexto da COVID-19. Se estes tiverem um foco multisectorial e puderem ser aumentados para coordenar a recuperação socioeconómica,

independentemente da entidade específica a nível regional (dentro das REC) que é designada como entidade principal para coordenar, guiar e monitorizar os esforços de recuperação da COVID-19, é necessário que a instituição tenha os conhecimentos técnicos necessários com poder de convocação e recursos financeiros para fornecer liderança. Dada a natureza multisectorial da recuperação da COVID-19, a entidade principal poderá reunir recursos e conhecimentos dos vários departamentos, direcções e agências especializadas relevantes para aumentar as suas capacidades.

Para além das comunidades económicas regionais, entidades sub-regionais como as comissões e autoridades fluviais e das bacias hidrográficas podem desempenhar um papel fundamental na facilitação e coordenação da recuperação nas regiões transfronteiriças e que abrangem vários países. No caso de instituições que abrangem diferentes regiões (por exemplo, a Comissão da Bacia do Lago Chade, que abrange países da África Ocidental e Central), o acordo institucional a nível continental teria um papel específico na garantia da coordenação entre as REC.

Nível nacional

A nível nacional, as instituições responsáveis pela recuperação necessitam de ser identificadas ou estabelecidas (onde existirem défices) para simplificar ou acelerar os processos de recuperação. Têm de ter recursos adequados para que exista capacidade suficiente para administrar e implementar aquele que pode ser um esforço de recuperação difícil e longo. Isto envolve a clarificação de funções e responsabilidades entre agências, assim como entre parceiros do governo. É necessária clareza sobre o que cada instituição fará para reduzir a duplicação (e custos associados) e integrar actividades durante a recuperação. Confirmar os acordos institucionais e esclarecer as funções/responsabilidades é fundamental a nível nacional, local e comunitário.

Alcançando um acordo institucional otimizado a nível nacional, os governos nacionais poderiam envidar esforços específicos para examinar as várias estruturas estabelecidas no contexto da COVID-19 e explorar formas pragmáticas de estabelecer ligações formais entre estas e as instituições DRM existentes; e reforçar o seu mandato e capacidades. A recuperação da COVID-19 também poderia servir como uma oportunidade para estabelecer directrizes claras para a recuperação de catástrofes nos países, sob a forma de uma política de recuperação, se este aspecto não estiver adequadamente coberto nas legislações, políticas e estratégias de gestão de catástrofes.

Alcançando um acordo institucional otimizado a nível nacional, os governos nacionais poderiam envidar esforços específicos para examinar as várias estruturas estabelecidas no contexto da COVID-19 e explorar formas pragmáticas de estabelecer ligações formais entre estas e as instituições DRM existentes; e reforçar o seu mandato e capacidades. A recuperação da COVID-19 também poderia servir como uma oportunidade para estabelecer directrizes claras para a recuperação de catástrofes nos países, sob a forma de uma política de recuperação, se este aspecto não estiver adequadamente coberto nas legislações, políticas e estratégias de gestão de catástrofes.

Principais considerações para os acordos institucionais

As seguintes são considerações que, embora focadas principalmente a nível nacional, podem também ser aplicadas a instituições continentais e regionais para a gestão da recuperação da COVID-19. Incluem a) escolher uma entidade principal eficaz para gerir a recuperação; b) estabelecer um quadro legal para as instituições encarregues da recuperação; c) nomear um líder e uma equipa eficazes para a recuperação; d) garantir a participação comunitária; e) apoiar o papel do sector privado; e f) garantir a coordenação governamental e a implementação local.

Escolher uma entidade principal eficaz para gerir a recuperação

À medida que os esforços de recuperação da COVID-19 têm decorrido nos países, a entidade líder (ministério, departamento, agência, ou outra entidade relevante) deve estar claramente identificada pelo governo nacional, para prevenir a possibilidade de concorrência entre agências e permitir que a entidade exerça um papel de liderança atempado na recuperação. A escolha da entidade principal pode ser guiada por cinco critérios, que são: (a) características do impacto da pandemia no país; (b) estrutura de governação actual; (c) experiência prévia em recuperação da entidade; (d) capacidade da entidade para alcançar e incluir as comunidades na definição e implementação do seu processo de recuperação, e capacidade para trabalhar com as autoridades locais e organizações não governamentais (ONG); e (e) quadros abrangentes de coordenação, monitorização, supervisão e controlo em funcionamento entre as agências, ministérios competentes, governos locais e sociedade civil do país.

O governo poderá escolher uma entidade principal após realizar as consultas necessárias com as principais partes interessadas e implementadores dos programas a decorrer e futuros, tanto dentro como fora do governo. Não obstante, a decisão, se não tiver sido já tomada, deve ser tomada urgentemente. Idealmente, os governos confirmam ou estabelecem, antes de uma catástrofe, a entidade que provavelmente liderará o processo de recuperação.

No entanto, os perfis da entidade principal para a recuperação da COVID-19 dependerão também da magnitude e natureza do impacto da pandemia no país, assim como a sua capacidade para liderar o processo de recuperação.

Se necessário, devem ser realizadas avaliações de capacidade para examinar a entidade principal e os requisitos específicos do sector. Os dois principais critérios para medir a capacidade de uma entidade gerir a recuperação são a capacidade dos recursos humanos e os conjuntos de competências.

A entidade principal tem de ter a capacidade de manter a urgência para apresentar resultados mantendo o seu foco nos resultados entregáveis e nas metas. A entidade principal terá de ter um histórico comprovado de conseguir distribuir resultados de forma eficiente e eficaz; produzir resultados com prazos curtos; de multitarefas; de colaborar com outras agências, autoridades locais e sociedade civil; e de ser flexível para trabalhar em circunstâncias em rápida evolução.

A capacidade para gerir contratos e aprovisionamento é fundamental. A consideração da capacidade de uma entidade principal na gestão de contratos é importante para a aquisição de serviços, equipamentos e materiais, avaliação de propostas e supervisão de programas e políticas de recuperação.

Estes processos requerem tempo dedicado e recursos humanos, bem como conhecimento técnico específico. Isto significa que os governos devem preparar-se antes de uma pandemia, para garantir que têm as capacidades correctas de gestão de aprovisionamento e gestão financeira para responder rapidamente quando ocorrer uma emergência de saúde. Uma resposta eficaz pode necessitar de processos de aprovisionamento acelerados, que exigem o estabelecimento pré-pandémico de quadros de transparência, responsabilidade e acompanhamento e avaliação para evitar o risco de corrupção e de utilização indevida de fundos. Em algumas operações de recuperação, os contratantes externos formam uma grande parte dos implementadores. Nestes casos, a competência e capacidade logística da agência principal para gerir contratos é fundamental para a implementação bem-sucedida da recuperação.

A agência principal também deve ser capaz de coordenar esforços de recuperação díspares.

Ao desenvolver os esforços de recuperação, a entidade principal deve prestar especial atenção à harmonização de estratégias entre sectores. Isto evitará a duplicação e garantirá que as necessidades transversais sejam compreendidas em conjunto e cobertas de forma eficaz. A harmonização de estratégias também significa garantir o uso justo e eficaz dos recursos para evitar a discriminação contra minorias e desigualdades na despesa e na qualidade do fornecimento.

Um exemplo desta abordagem é o caso da África do Sul (ver Caixa 4.1)

CAIXA 4.1: Ministérios para Liderar a Recuperação na África do Sul

Os departamentos e ministérios da tutela serão responsáveis pela implementação de programas relevantes para os seus departamentos no Plano de Reconstrução e Recuperação Económica da África do Sul. Este trabalho será coordenado pela Equipa Técnica Consultiva Presidencial e pela Operação Vulindela do Tesouro Nacional, com o Conselho de Comando Nacional para monitorizar a pandemia da COVID-19 e o processo de recuperação. Haverá também grupos de trabalho para acompanhar e apresentar relatórios sobre o trabalho realizado pelos parceiros sociais individuais no âmbito da sua contribuição para a implementação do Plano. Este trabalho será acompanhado por um Grupo de Trabalho Presidencial que, em última análise, apresentará um relatório ao Conselho de Comando Nacional.

FONTE: Plano Sul-Africano de Reconstrução e Recuperação Económica (www.gov.za)

1. **Criar um novo acordo institucional para administrar a recuperação.** Esta opção cria uma entidade de implementação principal única que prevê, cria estratégias, planeia, implementa e gere o programa global de recuperação multisectorial. A criação de uma nova entidade pode ser desejável em situações em que as agências governamentais existentes não sejam susceptíveis de coordenar e implementar um elevado número de programas e políticas adicionais a uma maior velocidade, mantendo simultaneamente os seus serviços públicos de rotina. A nova agência pode ser criada com uma data de fim integrada, ou seja, por um período determinado considerado para implementar a recuperação, ou por um período indeterminado como uma agência responsável pela implementação de todas as futuras recuperações de catástrofes. Esta opção tem várias vantagens, tais como a autonomia, a linha clara de responsabilidades, a comunicação interna e externa eficaz e a capacidade de lidar com acordos financeiros e de monitorização e avaliação complicados (M&A). Os recursos para esta opção poderiam ser trazidos de outras agências relevantes, através, por exemplo, de destacamentos de dentro do governo, bem como de parceiros de desenvolvimento, consultores do sector privado, atribuições a curto prazo e acordos de reatribuição financeira poderiam ser acordados antes da pandemia.

Um exemplo deste tipo de acordo institucional é a Autoridade Nacional de Gestão da Seca no Quénia (ver Caixa 4.2).

CAIXA 4.2: Autoridade Nacional de Gestão das Secas do Quénia ²⁸

O Quénia estabeleceu a sua Autoridade Nacional de Gestão da Seca (NDMA) em 2011, transformando-a posteriormente num órgão legal ao abrigo da Lei NDMA de 2016. Antes disto, as secas foram geridas através de uma série de projectos com prazos limitados. Dada a ameaça sempre presente da seca no Quénia, o governo decidiu que uma instituição permanente melhoraria a disponibilidade do país para responder.

Uma avaliação independente das actividades de mitigação da seca implementada em 2016-17 pareceu validar esta decisão. Encontrou melhorias significativas na qualidade da resposta desde a anterior grande seca de 2008-11. As actividades foram consideradas mais imaginativas, mais coordenadas e mais rápidas: metade dos municípios afectados tomou medidas durante a fase de seca de alerta, duas vezes mais do que em 2008-11; apenas sete por cento atrasaram sua resposta até ao estado de de emergência, comparado com 34 por cento em 2008-11.²⁹

²⁸Fonte: <http://www.ndma.go.ke/>

2. **Acordo híbrido.** Uma terceira opção cada vez mais utilizada pelos governos é um modelo institucional híbrido. Ao abrigo deste acordo, uma estrutura governamental existente é reforçada através da criação de uma única unidade, secção ou departamento dedicado à recuperação. A unidade fornecerá orientação central, gestão e serviços de apoio abrangentes para manter os esforços de recuperação no curso planeado. A opção híbrida garante um fornecimento relativamente rápido dos produtos e objectivos de recuperação. Esta unidade, secção ou departamento dedicado à recuperação será o único ponto de coordenação das partes interessadas nacionais e internacionais. Será responsável por garantir a inclusão de ministérios da tutela, autoridades locais, sector privado e sociedade civil em todas as fases da recuperação. Trabalhará com governos locais e organizações não governamentais para delegar responsabilidades de implementação. Não planeia nem implementar projectos ou programas individuais de recuperação.

Legislar no sentido de estabelecer um quadro para a(s) instituição(ões) responsável(is) pela recuperação

A legislação deve codificar claramente as funções e as autoridades das instituições implementadoras, clarificar os mecanismos de financiamento e estabelecer uma cláusula de término ou de caducidade para a instituição.

Legislação necessária para clarificar as funções e responsabilidades institucionais. A legislação pré e pós-pandemia deve incluir as especificações sobre as quais a entidade irá gerir que esforços de recuperação, estabelecendo assim a base para a organização de instituições de recuperação e a implementação de programas. A experiência mostra que a recuperação pode titubear se houver confusão legislativa sobre a propriedade institucional e a responsabilidade, resultando em duplicações, falha na identificação de lacunas críticas e na colaboração/integração de recursos.

Os programas e políticas de jurisdição cruzada devem ser mantidos em mente.

Os programas e políticas que atravessam o papel dos limites jurisdicionais dos governos nacionais e locais são áreas adicionais para as quais uma compreensão clara dos papéis e responsabilidades ajudará na recuperação.

Exemplos incluem sistemas escolares e de saúde, programas de apoio às MPME e programas de recuperação para sectores económicos afectados, como o turismo. Durante a recuperação, as políticas económicas e de subsistência instituídas pelo governo central, mas implementadas por níveis mais baixos de governo e da sociedade civil, exigem diálogo e coordenação entre os diferentes parceiros. A clareza jurídica sobre o grau de autoridade política e de implementação em cada nível do governo nacional e local ajuda a evitar o atrito entre os níveis do governo.

A Equipa de Recuperação

Uma instituição de recuperação é habilitada através de um mandato claro e da nomeação de um líder experiente e informado para geri-la e de capacidade técnica suficiente para apoiá-la. A importância de uma liderança politicamente respeitada, competente, consistente, dedicada e empática é essencial para garantir um compromisso político e comunitário consistente e o financiamento da recuperação.

Um líder eficaz deve estar empenhado no processo de recuperação, ter fortes competências de formação de equipas e a capacidade de chegar às pessoas afectadas. O líder deve ter as competências necessárias para conduzir um processo de recuperação inclusivo que ajude a superar as barreiras institucionais e reúna as instituições, as autoridades e as pessoas afectadas e, ao mesmo tempo, tenha a capacidade técnica de impulsionar a adopção de práticas de recuperação que Reconstruam Melhor e garantir que as iniciativas de redução de risco fazem parte do foco da recuperação resiliente. Um líder eficaz deve garantir transparência e responsabilidade no uso de recursos e ter credibilidade junto dos parceiros e das comunidades locais para mobilizar fundos para a recuperação.

Contratação para a recuperação. A contratação para a recuperação pode ser um desafio baseado na natureza e extensão dos impactos da pandemia num determinado país. Os governos podem necessitar de conhecimentos especializados adicionais para responder às necessidades sectoriais de recuperação, por exemplo, se ocorrer uma catástrofe durante ou após a pandemia. Poderão também ter de aumentar temporariamente o número de pessoal ou a longo prazo.

Alguns governos não conseguem cumprir os requisitos profissionais e técnicos acrescidos para a recuperação, tanto a curto como a longo prazo. Estes governos podem solicitar conhecimentos especializados noutros locais (por exemplo, sociedade civil, associações profissionais, parceiros de desenvolvimento) para dar orientação às actividades programáticas. É fundamental que a procura e contratação destes recursos humanos sejam inscritas no quadro institucional para a recuperação.

Necessidades imediatas de recursos humanos. As competências profissionais, administrativas e especializadas podem ser reforçadas através de políticas de emprego direccionadas. Como mencionado acima, às vezes uma nova entidade principal é estabelecida para a recuperação. Outras vezes, uma instituição existente é responsável pela recuperação. Em ambos os casos, a capacidade dos recursos humanos necessita quase invariavelmente de ser reforçada adicionando novos funcionários, frequentemente com competências especializadas. Uma opção é aproveitar conhecimento de outras fontes, tais como departamentos da tutela, agências de resposta humanitária, os sectores privados nacional e internacional, a sociedade civil e as agências internacionais. As linhas de reporte podem ser transferidas para a entidade principal por destacamentos e outros acordos especiais (mesmo que temporários). Isto pode atrasar outras iniciativas comerciais habituais. No entanto, é provável que tais atrasos ocorram com prioridades centradas nos objectivos de recuperação.

Surgem benefícios significativos da formação de equipas de recuperação que estão bem conectadas à ampla variedade de partes interessadas para a recuperação. Ao recrutar peritos de agências nacionais e internacionais ou de ONG experientes, a agência principal pode trazer as boas práticas globais ao seu esforço de recuperação. Poderão ser estabelecidos procedimentos de contratação de pessoal em caso de aumento de efectivos, que delineiam os procedimentos de contratação de pessoal a curto prazo para os departamentos afectados.

Necessidades de recursos humanos a longo prazo. As contratações de longo prazo devem incluir informações das agências sucessoras esperadas, identificadas idealmente no Quadro de Recuperação da COVID-19 específico do país. Aumentar o número de especialistas profissionais e técnicos para apoiar os esforços de recuperação não é sustentável para além dos primeiros anos de recuperação da COVID-19. Para facilitar a eventual transferência da carteira de recuperação para as agências de desenvolvimento, a agência principal pode recrutar agentes de ligação e equipas de transição destas agências no início da fase de planeamento. Estes indivíduos podem então participar desde o início como parceiros de planeamento da recuperação. A combinação de necessidades de recursos humanos de curto e longo prazo também pode alertar a entidade principal para as capacidades e requisitos dos ministérios da tutela.

Garantir a participação da comunidade

A participação da comunidade é uma pedra angular do processo de recuperação.

O principal recurso disponível para a recuperação é o próprio povo afectado e o seu conhecimento e especialização locais. As pessoas afectadas incluem as pessoas afectadas pelo processo de recuperação – não apenas imediatamente afectadas pela pandemia. As pessoas afectadas precisam de ser incluídas e consultadas durante todo o processo em avaliações, definindo problemas e necessidades, identificando soluções e implementando projectos e dando feedback. A entidade principal é responsável por garantir esta participação, estabelecendo os mecanismos necessários de comunicação, consulta e participação e trabalhando em estreita colaboração com a sociedade civil e as ONG para permitir que as pessoas sejam ouvidas.

A participação dos beneficiários também deveria permitir que aqueles que são normalmente marginalizados nas suas comunidades – mulheres; idosos; pessoas com deficiência; jovens; e membros de certas classes sociais, ou grupos étnicos – influenciem a tomada de decisões. É essencial que todas as populações afectadas sejam ouvidas: não só os representantes das comunidades, mas também as próprias comunidades.

Incorporar o conhecimento e a experiência locais na recuperação e garantir a propriedade da comunidade são meios eficazes para garantir o sucesso da recuperação a longo prazo e garantir que ela atenda às necessidades reais e forneça soluções sustentáveis.

A sociedade civil e as organizações não governamentais podem garantir a participação da comunidade. A sociedade civil e as organizações não-governamentais têm frequentemente ligações bem cultivadas com as comunidades afectadas e por isso podem desempenhar papéis formais na garantia da participação da comunidade e na gestão da implementação. Assegurar a participação da sociedade civil, de grupos baseados na fé e de ONG na definição e implementação da recuperação da COVID-19 desde o início proporciona ao Governo acesso aos seus conhecimentos e conexões.

Em muitos casos, as autoridades governamentais podem terceirizar projectos para ONGs que sejam compostas por membros das comunidades afectadas. Podem ser estabelecidos acordos de projecto entre o governo e a ONG para garantir a transparência e a equidade.

Apoiar o papel do sector privado

Os sectores público e privado ganham trabalhando em conjunto para a recuperação.

Quer tenha sido afectada pela pandemia ou não, o sector privado paga um montante significativo do custo da recuperação. Gera emprego. O sector privado é frequentemente contratado para fornecer bens e serviços que possam ser necessários no processo de recuperação. Para que as economias locais, nacionais e regionais cresçam e se reconstruam melhor a partir da pandemia, a participação do sector privado no planeamento e na implementação da recuperação é fundamental. Deve ser investigada uma relação formal que vincule entidades privadas às instituições oficiais de resposta e recuperação sob a forma de parcerias público-privadas (PPP).

³⁰Tipicamente, os ministérios da tutela e as agências de desenvolvimento.

As parcerias público-privadas melhoram tanto a capacidade do governo como do sector privado para recuperar das perdas financeiras; da perda de quota de mercado; e da interrupção dos negócios através da junção de recursos e forças e tornando a prontidão uma opção vantajosa para todos. As PPP facilitam o trabalho do governo, tornando a conformidade com os requisitos regulamentares e de segurança uma preocupação de todos. As PPP também podem aumentar a supervisão para prevenir a corrupção.

As associações profissionais podem fornecer aconselhamento especializado sobre planeamento da recuperação. As associações de especialistas e industriais, como as da saúde, da agricultura e dos educadores, podem servir como pontos focais para aconselhamento especializado em planeamento, implementação e avaliação da recuperação. O diálogo com estes peritos pode começar antes de uma emergência de saúde para garantir a preparação e a resposta e recuperação eficientes da pandemia. As associações profissionais também podem fornecer informações valiosas sobre aspectos operacionais da recuperação. Muitas vezes têm familiaridade informal com os empreiteiros e as suas indústrias específicas. As associações de peritos e de indústria podem avaliar as propostas e as licitações de contratação e agir noutras posições que exijam um conhecimento generalizado da indústria, incluindo o aumento do nível de transparência e de equidade no processo de selecção. Ambas são particularmente úteis quando o afluxo de dinheiro de doadores torna a selecção de propostas uma questão litigiosa

Garantir a coordenação governamental e a implementação local

É necessário definir a visão e a política de recuperação nos níveis mais altos do governo, para garantir a aceitação e a aplicação coerente entre os vários programas e políticas de recuperação em curso e, em seguida, confirmar esta visão e políticas associadas no quadro de recuperação a nível do país. Uma implementação estratificada é recomendada dentro do quadro, que equilibre a definição de políticas do governo nacional com a implementação ao nível local. Recomenda-se que a implementação do programa ocorra ao nível local, mais próxima das comunidades e pessoas afectadas.

No contexto da implementação dos esforços de recuperação, a coordenação inclui a atribuição de diferentes áreas de recuperação a agências governamentais ou não governamentais, com base nas suas áreas de especialização. O envolvimento de uma variedade de intervenientes na implementação pode contribuir para o agrupamento de recursos, novas iniciativas e inovações e para a melhoria da qualidade e da rapidez da implementação. Coordenar os vários intervenientes é uma função importante da agência que lidera a recuperação. Formar grupos temáticos ou utilizar um conjunto corrente do sistema humanitário poderá facilitar uma melhor coordenação dos vários intervenientes na recuperação. A coordenação pode ocorrer tanto verticalmente entre o governo nacional e o governo local, como horizontalmente com parceiros internacionais, sector privado, doadores, OSC, etc. Como o sector privado e as ONG são entidades implementadoras importantes, podem ser estabelecidos mecanismos de coordenação separados para facilitar a implementação e acompanhar o progresso da implementação. Da mesma forma, talvez seja necessária uma plataforma de coordenação de doadores ou parceiros para permitir a participação das agências de financiamento na recuperação

CAIXA 4.3: Gestão descentralizada da recuperação da COVID-19 na África do Sul

O Modelo de Desenvolvimento Distrital da África do Sul sustentará a implementação de todos os programas identificados no Plano de Reconstrução e Recuperação Económica. Disseminar a implementação do Plano para as províncias e distritos:

- As províncias e os departamentos provinciais desenvolverão planos de implementação provinciais de apoio, trabalhando com os Departamentos e Distritos Nacionais relevantes;
- Os Conselhos Provinciais de Comando do Coronavírus e os Conselhos Distritais de Comando do Coronavírus integrarão a monitorização da implementação do Plano de Reconstrução e Recuperação Económica;
- Os Grupos Económicos Provinciais que trabalham com os Gabinetes dos Primeiros-Ministros servirão de apoio técnico para a monitorização do Plano a nível provincial; e
- O Comité de Coordenação Presidencial receberá relatórios mensais sobre a implementação do Plano.

FONTE: Plano Sul-Africano de Reconstrução e Recuperação Económica (www.gov.za)

As agências internacionais geralmente têm requisitos e condições associadas ao financiamento. Um requisito comum a muitos doadores é que o governo beneficiário deve fornecer provas de mecanismos robustos de acompanhamento financeiro e de elaboração de relatórios. Recomenda-se que os governos dotem as suas instituições de mecanismos robustos de acompanhamento financeiro e de elaboração de relatórios para a recuperação. Uma vez que os doadores têm a obrigação de apresentar relatórios aos seus próprios constituintes sobre a boa utilização das suas contribuições para a recuperação, as organizações internacionais podem estar relutantes em contribuir directamente para o orçamento de recuperação do governo. Em vez disso, os doadores podem optar por gerir o seu próprio financiamento para a recuperação juntamente com o governo.

Lista de verificação do Capítulo IV

Esta lista de verificação abrange os diferentes passos necessários para criar acordos institucionais eficazes para a recuperação. A lista não é abrangente, mas fornece uma visão geral das etapas principais a serem seguidas:

- Decidir sobre os acordos institucionais adequados
- Fornecer um mandato jurídico para a recuperação, que clarifique as funções e responsabilidades institucionais
- Designar a entidade de recuperação líder

Entidade de Recuperação Líder

- Assegurar a quantidade entre o trabalho humanitário e de recuperação
- Esclarecer o papel das organizações internacionais e dos parceiros de desenvolvimento
- Coordenar os esforços de recuperação entre sectores com várias partes interessadas
- Incluir a sociedade civil, o sector privado, as comunidades e as ONG no processo de recuperação
- Identificar e garantir a disponibilidade dos recursos humanos apropriados durante a recuperação

V. Mecanismos Financeiros para Implementação do Quadro

O Capítulo V apresenta as etapas necessárias para identificar, desenvolver e implementar mecanismos financeiros de recuperação. Os cinco principais passos são:

1. *Quantificar rapidamente os custos económicos da crise*
2. *Desenvolver orçamentos para a recuperação*
3. *Identificar as fontes de financiamento, assim como as lacunas de financiamento*
4. *Coordenar e alocar recursos financeiros*
5. *Criar os mecanismos para gerir e acompanhar os fundos.*

As boas práticas financeiras para a recuperação partilham as características comuns do desembolso rápido, da coordenação de recursos e das fontes de financiamento flexíveis. É também importante que os governos se preparem antes da próxima crise sanitária ou outra catástrofe surgir, visto que estas práticas financeiras podem ser complexas na sua criação. Têm de ser concebidas cuidadosamente. É necessário ter um sistema de desembolsos rápido adaptado às necessidades da recuperação pós-crise, que tenha sido testado antes de uma crise para evitar os riscos da corrupção e fraude que podem ser associados ao desembolso rápido. O Capítulo 5 fornece mais detalhes e boas práticas para permitir os acordos de financiamento necessários para apoiar a recuperação socioeconómica da COVID-19.

Quantificar rapidamente os custos económicos da pandemia

As avaliações pós-COVID podem ser a base para a mobilização de recursos. Numa Avaliação das Necessidades de Recuperação (CRNA) da COVID-19, são identificadas as variações nos fluxos/perdas económicas de cada sector produtivo afectado (por exemplo, perdas de produção e de receitas, despesas contingentes, perda de rendimento das existências). A perda compreenderia o aumento das despesas com intervenções de saúde e outros sectores, como a educação e a cultura. Os salários perdidos devido à interrupção dos serviços, serviços públicos e empresas, à perda de emprego por conta própria, despedimentos (temporários ou não) para os assalariados e à perda de rendimentos e/ou discriminação dos grupos mais vulneráveis (por exemplo, minorias étnicas ou religiosas, migrantes, refugiados e deslocados internos) também devem ser avaliados. A quantificação dos custos económicos da pandemia deve ser efectuada com cuidado, atribuindo perdas directa e claramente aos efeitos económicos e sociais da pandemia apenas (PNUD, 2020b).

Desenvolver orçamentos de recuperação pós-pandémicos

Impacto da pandemia nas finanças públicas. Ao analisar o seu orçamento pós-pandémico, os governos deveriam considerar que recuperar da COVID-19 força a realocação de orçamentos públicos rigorosos e a procura de receitas suplementares. Ao mesmo tempo, a pandemia reduziu frequentemente as receitas do governo, perturbando a actividade económica. Os efeitos incluem a redução da produtividade, o aumento da inflação, a redução do poder de compra e, possivelmente, a redução do comércio ou das importações e exportações. Todos estes efeitos têm impactos nas receitas fiscais directas e indirectas.

Revisão orçamental pós-pandémica contínua. A revisão orçamental inicial deverá centrar-se na canalização de recursos urgentes para os esforços humanitários e de ajuda humanitária. As revisões subseqüentes podem basear-se nas recomendações da CRNA ou de uma avaliação semelhante. Estas conclusões envolvem sequenciação detalhada, priorização e financiamento e implementação do processo de recuperação.

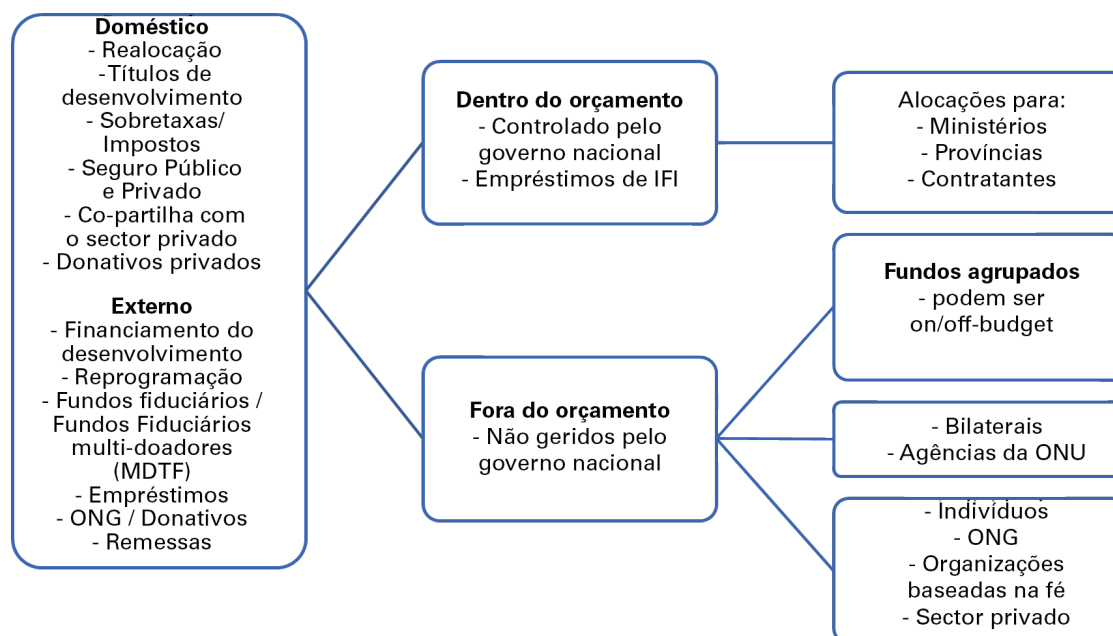
Mesmo durante a fase de implementação do quadro de recuperação, a agência principal precisa de analisar os orçamentos para variações do desempenho real.

Identificar e mobilizar fontes de financiamento

Os países africanos estão numa conjuntura crítica, pelo que é imperativo adoptar uma abordagem holística para financiar os ODS e as necessidades de desenvolvimento. As iniciativas de recuperação discutidas no Capítulo 3 aumentam a procura por financiamento para o desenvolvimento, que pode ser associada à oferta de financiamento proveniente das fontes de financiamento descritas abaixo. Algumas iniciativas necessitarão de financiamento de mais do que uma fonte, como as infraestruturas, enquanto outras poderão ser financiadas por fontes únicas. Os meios não financeiros de implementação, tais como as políticas comerciais e a promoção do comércio, e outras áreas, tais como a tecnologia, podem ser explorados para melhorar ainda mais o envelope financeiro para recuperação.

Identificar fontes de financiamento. As considerações financeiras relativas à recuperação começam com a orçamentação no contexto pré-pandémico e macroeconómico. Dependendo da escala do impacto da pandemia e da capacidade de uma economia nacional, o governo pode confiar em grande parte nos recursos nacionais ou recorrer a fontes externas para financiamento. Esta última opção é útil, especialmente quando o governo já tem acordos de cooperação com doadores e/ou agências multilaterais. A Figura 5.2 detalha os elementos do financiamento para a recuperação a partir da variedade de possibilidades de fontes de financiamento – tanto internas como externas. A agência principal deverá assegurar que todos estes fundos sejam atribuídos de acordo com as prioridades nacionais de recuperação, quer os fundos sejam canalizados para o sistema orçamental nacional ou não. Uma abordagem consiste em utilizar o Quadro de Financiamento Nacional Integrado, que é uma ferramenta para ajudar os países a planear e superar os obstáculos existentes ao financiamento dos ODS a nível nacional.

FIGURE 5.2: Visão global do financiamento pós-pandemia



O desafio da recuperação pós-pandemia é mobilizar recursos adicionais. Na medida do possível, a recuperação não deve ser feita à custa dos processos normais de desenvolvimento em curso. Dependendo da natureza e da escala da crise, o financiamento da recuperação pode provir de recursos internos ou externos.

Financiamento interno. Os recursos internos gerados pelos governos afectados pela pandemia são:

- Reafectação entre as rubricas orçamentais de sectores menos afectados para sectores mais afectados. É útil se os governos tiverem adoptado um quadro jurídico sobre opções de reafectação antes de uma crise de saúde, para permitir uma reafectação flexível em caso de pandemia
- Emissão de obrigações soberanas relacionadas com a recuperação da pandemia
- Cobrança de impostos ou sobretaxa para a recuperação (ver Caixa 5.1)
- Introdução de incentivos políticos ao sector privado para partilhar os custos da recuperação
- Contribuições voluntárias da sociedade civil e de filantropia privada
- Seguros

Os países terão de realizar uma avaliação pragmática da sua capacidade de financiamento, que pese as suas necessidades de despesa monetária e fiscal em relação aos seus limites macroeconómicos.

O mais importante, uma grande parte da recuperação é suportada pelo próprio povo. A participação do sector público na recuperação pode variar bastante. Depende da natureza e da escala dos danos económicos da COVID-19 e do equilíbrio relativo da propriedade de activos do sector público e privado nas áreas afectadas. Na maioria dos casos, a maior contribuição para o financiamento da recuperação provém dos cidadãos do país e do estrangeiro. Estas fontes de financiamento, entre elas as remessas, estão a tornar-se cada vez mais importantes nos programas de recuperação.

CAIXA 5.1: Egípto - cobrança de impostos para financiar a protecção social face à COVID-19

A COVID-19 afectou a economia egípcia através de impactos negativos nas viagens, turismo, remessas de trabalhadores e redução da actividade económica devido a restrições do confinamento. O governo implementou uma ampla resposta social, baseada nos seus programas e plataformas de protecção social existentes. O financiamento para estas intervenções foi conseguido em parte através de um “imposto Corona” cobrado pelo governo sobre todos os salários do sector público e privado (1%) e sobre pensões estatais (0,5%).

Fontes externas/internacionais de financiamento. Os recursos externos para a recuperação pós-pandemia podem ser provenientes de bancos multilaterais de desenvolvimento, bancos regionais de desenvolvimento, parceiros bilaterais de desenvolvimento, ONG internacionais, filantropia e instituições de caridade privadas, remessas e redes sociais. Os métodos frequentes utilizados para aceder a fundos externos ou internacionais são apelos internacionais, conferências de doadores e mecanismos de financiamento agrupados (ver Caixa 5.2).

CAIXA 5.2: Um exemplo de uma fonte regional de financiamento agrupado

O Fundo de Resposta à COVID-19 da ASEAN foi criado para prestar apoio aos Estados-Membros da ASEAN (AMS) na detecção, controlo e prevenção da transmissão da COVID-19 e na protecção da segurança dos profissionais médicos, dos trabalhadores da saúde, dos trabalhadores da linha da frente e da população mais vasta da AMS. O Fundo também é fundamental para apoiar a investigação e o desenvolvimento relevantes, fornecendo apoio técnico no planeamento e implementação de medidas de contenção e mitigação; facilitando a partilha das melhores práticas; bem como para o reforço de capacidades e a capacitação dos profissionais de saúde e de outro pessoal da linha da frente.

Para além das contribuições do Fundo de Desenvolvimento da ASEAN, o Fundo de Resposta à COVID-19 da ASEAN está também aberto a contribuições voluntárias de AMS, Parceiros de Diálogo, Parceiros de Diálogo Sectorial, Parceiros de Desenvolvimento e outros parceiros externos da ASEAN, incluindo organizações internacionais e agências de financiamento, bem como os sectores público e privado.

FONTE: ASEAN, 2020

Serviço de dívida. Mesmo antes do surto de COVID-19, muitos países africanos estavam altamente endividados e lutavam para honrar as suas obrigações de reembolso. A pandemia afectou-os negativamente e agravou a situação fiscal. Como uma medida de resposta precoce para ajudar os países severamente afectados a combater esta pandemia, foi anunciada uma Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) pelo Banco Mundial e pelo FMI. Até à data, 32 países africanos participaram na DSSI, sendo assim capazes de utilizar recursos escassos para combater a pandemia da COVID-19 nos seus países. Embora a DSSI tenha sido alargada até Dezembro de 2021, poderão ser necessárias mais medidas, tais como o alargamento da DSSI e o desenvolvimento de uma solução mais permanente para ajudar os países a atravessarem esta crise nos próximos anos.

Apelos internacionais. Os sistemas nacionais, regionais e internacionais de ajuda humanitária podem mobilizar e responder a grandes catástrofes de saúde e outras catástrofes que exijam uma resposta global do sistema às crises humanitárias, lançando apelos. Um apelo renovado é geralmente lançado após o primeiro apelo que cobre as necessidades de recuperação detalhadamente. Os Mecanismos de Financiamento de Solidariedade Africano propostos na Caixa 5.3, são um mecanismo de recuperação da COVID-19 que poderia resultar de tal apelo.

Conferências de doadores. Uma conferência internacional de doadores pode ser organizada assim que possível pelo governo ou pela comunidade internacional, de preferência nos primeiros três meses após uma grande crise. A realização de uma conferência de doadores é uma forma eficaz e coerente de comunicar as necessidades de recuperação e apresentar o quadro ou a estratégia de recuperação. Ao fornecer estas informações - incluindo uma demonstração de como a recuperação se pode desenrolar e das actividades priorizadas - esta deve ser uma oportunidade para obter financiamento das actividades pós-crise por parte dos governos doadores.

CAIXA 5.3: O Mecanismo de Financiamento da Solidariedade em África

A ONU está a conceber um mecanismo de Financiamento da Solidariedade para a África Subsaariana. Consistiria num mecanismo de resposta para responder às necessidades imediatas de saúde e socioeconómicas e num mecanismo de recuperação para apoiar a recuperação sustentada na sequência dos efeitos da COVID-19, enfatizando a reconstrução inclusiva e verde do capital humano e financeiro. A abordagem do fundo será alinhada com as iniciativas em curso do Quadro Nacional de Financiamento Integrado (INFF)³¹ initiatives at the country, regional and global level, as indicated by the Addis Ababa Action a nível nacional, regional e global, conforme indicado na Agenda de Acção de Adis Abeba. Os INFF estão em curso ou foram concluídos em 32 estados africanos no momento da redacção deste documento. As facilidades seriam servidas por uma plataforma que poderia fornecer diferentes tipos de apoio, incluindo: subsídios, assistência técnica, capital de investimento, capacitação e soluções de ajuda em caso de catástrofe. As contribuições públicas e privadas para o Mecanismo na ordem dos 20 mil milhões de USD estão a ser procuradas através de um processo consultivo liderado pelo PNUD e pela UNICEF.

FONTE: PNUD e UNICEF (2021)

Instituições Financeiras Internacionais. As instituições financeiras internacionais (IFI), como o Banco Mundial e os bancos de desenvolvimento regional (incluindo o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Desenvolvimento), têm estado cada vez mais empenhados em fornecer serviços de empréstimo e não-empréstimo aos países em desenvolvimento para a recuperação pós-pandémica. A assistência ao empréstimo é descrita no parágrafo seguinte. A assistência não financeira das IFI inclui as CRNA, actuando num papel consultivo e outras formas de assistência técnica. Os empréstimos e a assistência podem ser obtidos não só depois de uma crise de saúde atacar, mas também antes para se centrar na capacidade de preparação e de resposta rápida. Nas recentes crises sanitárias em África, as IFI têm sido uma das mais importantes fontes de assistência financeira para a recuperação.³²

³¹A mobilização de recursos, tanto nacionais como globais, para apoiar o desenvolvimento sustentável continua a ser um desafio fundamental para muitos países em desenvolvimento. Em 2015, os líderes mundiais reuniram-se em Adis Abeba, Etiópia para chegarem a acordo sobre um novo quadro global para o financiamento da Agenda 2030 e dos 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No centro da Agenda de Acção de Adis Abeba estão planos e estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável apoiados por quadros de financiamento nacional integrado – ou INFF.

A estratégia de desenvolvimento sustentável de um país define o que precisa de ser financiado. Os INFF especificam como a estratégia nacional será financiada e implementada, contando com a gama completa de fontes de financiamento públicas e privadas. Os INFF são uma ferramenta de planeamento e execução para ajudar os países a fortalecer os processos de planeamento e a ultrapassar obstáculos ao financiamento do desenvolvimento sustentável e dos ODS a nível nacional. <https://inff.org/>

³² http://sheltercentre.org/sites/default/files/transitional_settlement_and_reconstruction_after_natural_disasters_0.pdf.

O financiamento específico disponibilizado para a recuperação da COVID-19 em África pelas IFI inclui:

- Mais de 41 mil milhões de dólares, mobilizados pelo Banco Mundial desde Abril de 2020 para aumentar o apoio ao continente africano aos desafios impostos pela COVID-19, com o objectivo de salvar vidas através de gastos relacionadas com a saúde, da protecção das pessoas pobres, da criação de empregos e da reconstrução melhor a partir da crise;
- 33,6 mil milhões de USD de Direitos de Saque atribuídos pelo Fundo Monetário Internacional para ajudar os países mais vulneráveis de África que lutam para enfrentar o impacto da crise COVID-19;
- 2 mil milhões de euros do Banco Europeu de Investimento para apoiar as mulheres em toda a África, expandindo a Iniciativa She-Invest e o programa de assistência técnica African Women Rising, com investimentos semelhantes prometidos para um pacote de recuperação ecológica;
- 2 mil milhões de dólares da Corporação Financeira Internacional, com metade em novos financiamentos directos para as MPME, a espinha dorsal das economias africanas, e metade em apoio ao financiamento comercial internacional para África, para facilitar o fluxo de importações e exportações de bens essenciais, incluindo produtos alimentares e médicos; e
- A Aliança para o Empreendedorismo em África da União Africana, para apoiar o sector privado de África e promover o empreendedorismo, mobilizará mil milhões de USD para as pequenas e médias empresas com o apoio da França e de outras empresas.

Os países africanos também precisam de inovar ou de manter-se a par das inovações em instrumentos de financiamento, tanto legais (como cláusulas de acção colectiva e de agregação) como financeiros (como a recuperação de valor e instrumentos de dívida semelhantes a capital). Para lidar com a recorrência das crises de dívida, é hora de reconsiderar se os instrumentos de dívida contingentes estatais que ligam os pagamentos do serviço da dívida à capacidade de um país pagar podem ser amplamente utilizados como uma ferramenta para minimizar a possibilidade de futuras dinâmicas de dívida insustentáveis. As instituições financeiras internacionais estão em condições de fazer parceria neste esforço, fornecendo aos países devedores incentivos para possuir esta iniciativa.

O AfDB indica que, em última análise, apenas as reformas ousadas de governação ajudarão a reacender o crescimento e a colocar a dívida de África num caminho sustentável. África precisa de implementar políticas para reacender o crescimento, tais como as relacionadas com a digitalização e a concorrência reforçada, as que visam reduzir as fugas e, fundamentalmente, as que aumentam a transparência da dívida.

Fontes de financiamento flexíveis. Em ambientes pós-crise, as condições mudam tão rapidamente que podem ocorrer atrasos inaceitáveis se as revisões orçamentais tiverem de esperar até ao ciclo orçamental normal. O governo pode ter criado um fundo de contingência para responder ao imediatismo de uma catástrofe. Estes fundos caracterizam-se pela flexibilidade para responder adequadamente, especialmente na sequência imediata da catástrofe. Os fundos agrupados de doadores administrados por um depositário também se caracterizam pela sua flexibilidade para financiar necessidades de recuperação, que podem ser pouco atractivas para os doadores bilaterais ou não se enquadram no orçamento do governo.

Alocar e coordenar recursos financeiros. A experiência demonstrou que se os governos não estabelecerem um quadro financeiro alargado para a recuperação a curto, médio e longo prazo, apenas as intervenções a curto prazo tendem a ter financiamento suficiente para a implementação. No entanto, os programas de recuperação a médio e longo prazo são igualmente importantes para a recuperação sustentável. É por isso que os governos devem garantir que estabelecem um quadro financeiro completo com financiamento previsível e plurianual que esteja alinhado com os programas sectoriais de recuperação. Caso contrário, há o risco de que os fundos para intervenções urgentes e de curto prazo sejam afectados no auge da situação pós-pandemia, mas que os compromissos para os anos seguintes não sejam garantidos. Administrar os fluxos de recursos e gastá-los com eficácia são desafios no ambiente da COVID-19. A afectação efectiva dos recursos ocorre através de um processo orçamental.

A Figura 5.4 destaca os diferentes períodos para alocação de recursos.

FIGURE 5.4: Prazo para Uso dos Recursos Alocados

Financiamento Pós-Catástrofe	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Orçamento de contingência	■	■	
Assistência dos doadores (auxílio)	■	■	■
Realocação do orçamento anual	■	■	■
Empréstimos externos		■	■
Realinhamento do orçamento de capital			■
Assistência dos doadores (recuperação)			■
Aumento de impostos			■

Fonte: Adaptado da ASEAN, “Avançar o Financiamento e o Seguro do Risco de Catástrofes nos Estados-Membros da ASEAN: Estrutura e Opções para Implementação”, Associação das Nações do Sudeste Asiático, Jacarta, 2012.

Os fundos do sector privado e das organizações não governamentais fora do orçamento do governo são fundamentais para a recuperação. Em muitos casos, o financiamento público não é suficiente. A abordagem programática pode ajudar a coordenar fontes de financiamento, garantir a comunicação entre diferentes fontes de fundos e garantir que as verbas gastas não duplicam esforços. Por exemplo, os fundos do sector privado podem ser atribuídos a um sector ou área específicos. Os fundos provenientes de organizações não governamentais poderiam ser atribuídos às necessidades sociais.

Um resumo das iniciativas (Quadro 5.1), elaborado a partir da experiência pioneira da Nigéria no desenvolvimento da sua Estratégia Nacional de Financiamento Integrado, pode orientar outros Estados-Membros da UA no sentido de escalarem o financiamento e mobilizarem recursos das fontes públicas, privadas, nacionais e internacionais de financiamento para alcançar os ODS. A combinação de iniciativas de financiamento convencionais e inovadoras terá de ser coerente com a sustentabilidade financeira a longo prazo do país e assegurar o alinhamento com as suas prioridades de desenvolvimento.

TABLE 5.1: Resumo das opções de financiamento da recuperação para a Nigéria

Fontes internas	Fontes internacionais
Financiamento Público	
<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a base de receitas: alargar a base fiscal, eliminar os incentivos fiscais ineficazes existentes • Melhorar a Política Fiscal e Melhorar a Administração: digitalizar, melhorar a colaboração entre agências, actualizar registos fiscais, incentivos, aplicar, reformar conforme necessário, educação fiscal e divulgação • Coordenar Processos Orçamentais • Modificar os Gastos Públicos e a Gestão: aquisições transparentes, eliminar despesas desnecessárias, renovar prioridades de gastos, foco em sectores altamente produtivos • Gerir a Sustentabilidade da Dívida • Catalisar as Empresas Estatais • Inovar para capturar Fluxos Financeiros Ilícitos • Implementar um plano para mobilizar múltiplas fontes de financiamento relacionado com o clima • Integrar o género na orçamentação • Integrar a Política Comercial e a sua Administração 	<ul style="list-style-type: none"> • Bancos Multilaterais de Desenvolvimento: desenvolver objectivos de financiamento de extensão, explorar co-garantias entre o Banco Central e o MDB para atrair e mobilizar capital privado, construir capacidade para preparar projectos e implementar • Instituições Financeiras de Desenvolvimento: identificar oportunidades de investimento dignas, desenvolver um registo central para projectos que atraíam DFI, fornecer uma “cobertura de crédito” ou garantia de risco parcial para investimentos de capital específicos • Ajuda Pública ao Desenvolvimento: coordenar a comunidade de doadores eficazmente e fazer parcerias no diálogo político entre outro trabalho a montante, identificar oportunidades para usar a ODA para criar resiliência ao risco climático, apoiar os bens públicos e melhorar a gestão de crises • Agências de Crédito à Exportação: Envolver as partes interessadas nos benefícios de respeitarem os contratos e calendários de reembolso, minimizar o risco político para os projectos e investimentos estrangeiros

Finanças Privadas	
<ul style="list-style-type: none"> • Habilitar o Ambiente Empresarial: facilidade de fazer negócios, reformar mercados de capitais e mercados de factores, PPP, transparência, impor conformidades conforme necessário • Mobilizar os Bancos e as Instituições Financeiras Locais: dimensionar a inclusão financeira, penetrar nos serviços financeiros, incentivar a inovação das FinTech, reformar para abordar a transparência, o acesso ao crédito, a protecção dos depositantes, a qualidade do crédito e a adequação dos capitais próprios • Incentivar Investidores Locais e Institucionais: garantir investimentos em áreas de elevados retornos sociais, financeiros e económicos. Incentivos eficazes para apoiar as MPME, política para encorajar a sindicância de empréstimos em grandes projectos. Reforçar as colaborações. • Alavancar os Fundos de Pensões • Dimensionar o Financiamento Sustentável: desenvolver um quadro de política climática, adoptar recomendações do TCFD,[5] explorar o mercado interno de obrigações ecológicas para a emissão soberana, não soberana e empresarial 	<ul style="list-style-type: none"> • Remessas: prioridades de financiamento alinhadas com as prioridades da diáspora e investimentos directos da diáspora, usando incentivos apropriados para investimentos da diáspora, fundo fiduciário de investimento da diáspora, trabalhar com transmissores de dinheiro para reduzir os custos de transacção das remessas • FDI e Política de Investimento: analisar a eficácia dos incentivos fiscais na mobilização de investimentos/FDI, rever as actuais políticas de investimento do país, os tratados bilaterais de investimento e os acordos de comércio livre, reformar e clarificar os poderes regulamentares dos estados de acolhimento • Incentivar investimentos de capital de risco e “business angels”: rever políticas, desenvolver esquemas novos e inovadores • Compras de Títulos Externos e Financiamento de Dívidas • Fundações, financiamento filantrópico e investimento temático: Aumentar o apoio às OSC e ao sector privado para impulsionar o financiamento baseado na fé e filantrópico, identificar projectos e oportunidades de investimento social alinhados com as prioridades/ metas dos investidores em impactos

Cuidado com o défice. Uma vez identificadas todas as fontes realistas de financiamento, é necessário compará-las com as necessidades de financiamento de recuperação ao longo do tempo. Isto permitirá aos países identificarem défices de financiamento e outras opções para colmatar défices orçamentais. Um exemplo a nível nacional é apresentado na Caixa 5.4.

Caixa 5.4: Identificar recursos e lacunas de financiamento para o Plano de Resposta na Gâmbia

No seu Plano de Acção Nacional para Resposta à COVID-19, a Gâmbia identificou claramente fontes existentes de financiamento, lacunas e potenciais fontes de novo financiamento. O Plano observa que nem todas as intervenções são inteiramente novas; há um número significativo de intervenções que já estavam planeadas, a decorrer ou concluídas antes do desenvolvimento do Plano. Para a maioria destas, os fundos já tinham sido aprovados e empenhados, por isso foi uma questão de os reprogramar para dar às intervenções uma dimensão nova e adicional no contexto da COVID-19. O que está representado no resumo das finanças para a resposta à COVID-19 é o défice de financiamento que tem de ser mobilizado e os fundos disponíveis já mobilizados. O Plano identificou 151 milhões de USD de financiamento disponível de sete fontes (Governo, parceiros de desenvolvimento e sociedade civil) e um défice de financiamento de 152 milhões de USD.

FONTE: Governo da Gâmbia 2020. Plano de Acção Nacional para Resposta à COVID-19.

Sistemas públicos de gestão financeira

Um passo importante em direcção ao cumprimento dos objectivos de recuperação é a criação de sistemas financeiros que atribuam e desembolsem fundos de um nível do governo para outro; e/ou comunidades ou sistemas que administrem recursos externos. Em crises sanitárias e outras catástrofes de larga escala, os fluxos de recursos externos são habitualmente significativos. Como tal, o financiamento da recuperação será provavelmente gerido através do orçamento governamental (dentro do orçamento) e financiamento off-budget (fora do orçamento). Os sistemas de financiamento deve ser configurados para respeitar a transparência, responsabilização e integridade, em particular para controlar os riscos de corrupção.

Se uma parte dos recursos externos será canalizada através dos sistemas orçamentais do governo dependerá provavelmente de muitos factores.

Para maximizar o impacto dos recursos internos e externos, a comunidade internacional promove cada vez mais a utilização de sistemas orçamentais e outros sistemas de gestão das finanças públicas (PFM). Os mesmos princípios da eficácia da ajuda aplicam-se no contexto da recuperação. A chave para os acordos de PFM é a flexibilidade do governo e dos doadores. A razão é que, pese embora se apliquem os princípios fiduciários fundamentais, o financiamento da recuperação tem provado ser fundamentalmente diferente da implementação de financiamento regular ao desenvolvimento. Dada a necessidade de uma resposta rápida após uma crise, é importante que os governos trabalhem no reforço da sua PFM antes de uma crise.

Os esforços para apoiar e reforçar o sistema de PFM nacional podem ter em consideração o seguinte:

- Capacidade das instituições e sistemas orçamentais e oportunidades para o seu reforço
- Dimensão da ajuda internacional e coordenação da ajuda
- Dimensão da ajuda on-budget vs. off-budget antes da catástrofe
- Número de níveis institucionais envolvidos no ciclo da PFM
- Acordos financeiros para auxílio de emergência e recuperação a longo prazo
- Natureza dos procedimentos de emergência e acordos de implementação (incluindo aprovisionamento e logística)
- Integridade fiduciária e anticorrupção

Fundos fiduciários multi-doador. Em muitos países afectados por catástrofes de grande escala, os fundos fiduciários multi-doadores (DTF) foram criados para canalizar os recursos dos doadores de forma coordenada e de acordo com as prioridades nacionais. Um MDTF fornece uma maneira conveniente de reunir recursos de doadores e evita a criação de várias contas bancárias e programas. Estão alinhados com os princípios da harmonização dos doadores e da liderança dos países e fornecem recursos não reservados que podem colmatar os défices no financiamento da recuperação. Por último, proporcionam um fórum para a coordenação dos doadores, bem como para o diálogo entre a comunidade internacional e o governo nacional sobre questões de política e programação de recuperação.

As despesas dos MDTF são iniciadas, planeadas e implementadas principalmente pelos governos. As dotações dos fundos são aprovadas por um comité director com a participação do governo, dos doadores e da sociedade civil. O papel do administrador do fundo é garantir que os fundos sejam desembolsados, contabilizados e gastos de acordo com objectivos, resultados mensuráveis e procedimentos transparentes. O fundo fiduciário ganha juros à medida que aguarda o desembolso. O Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Banco Mundial têm actuado como depositários e administradores de tais fundos agrupados. Este processo pode reduzir a fragmentação da ajuda,

criando um fórum para o diálogo político e a coordenação da ajuda entre os doadores e o governo.

Auditoria e supervisão.

A supervisão da auditoria e monitorização é concebida em três níveis. No nível mais alto está a monitorização global do programa de recuperação. A monitorização ao nível do programa baseia-se na monitorização ao nível do sector, que consolida a comunicação de cada sector. No nível mais baixo está o acompanhamento individual dos projectos. O sistema de auditoria e monitorização deve ser projectado para integrar a supervisão nos três níveis. Poderão ser necessários sistemas adicionais especiais para monitoriza os fluxos de entrada, a utilização e o impacto do financiamento da recuperação.

A credibilidade do orçamento de recuperação do governo baseia-se na disponibilização dos recursos prometidos para a recuperação e na sua utilização para os fins pretendidos num determinado prazo. A responsabilização do plano de recuperação para a população afectada e para as fontes de financiamento é fundamental. Muitas vezes, como parte do processo de responsabilização, é benéfico para o governo ter um auditor independente externo.

São necessárias auditorias internas e externas porque cada uma serve um propósito diferente. Em geral, o âmbito de uma auditoria externa é muito mais definido com um término definido. As auditorias externas focam-se após um facto num evento distinto (um conjunto de demonstrações financeiras) e fazem a pergunta: "O que, se alguma coisa, correu mal na gestão das despesas de recuperação?" O âmbito de uma auditoria interna é mais amplo e aberto³³ - concentra-se num processo contínuo e avalia os riscos e os controlos para responder à pergunta: "O que poderia correr mal na gestão do financiamento da recuperação a vários níveis?"

Os contribuintes para o financiamento da recuperação provavelmente exigirão a garantia de que os recursos serão alocados de forma eficiente e de que sectores e subsectores específicos serão totalmente financiados.

Por conseguinte, o acompanhamento da ajuda à recuperação é muito importante. O acompanhamento da ajuda é complexo devido às diversas fontes de financiamento, bem como aos vários canais através dos quais são atribuídos fundos. No entanto, é extremamente importante criar um sistema de acompanhamento muito cedo para garantir que os fundos são gastos para os fins previstos. O sistema de acompanhamento deverá capturar os fluxos de ajuda ao nível do sector individual e também do projecto. Um sistema eficaz de acompanhamento da ajuda deve incorporar o acompanhamento de múltiplos fluxos de financiamento, incluindo fontes públicas, fundos de doadores (dentro e fora do orçamento), contribuições do sector privado e fontes de ONG.

³³M. Locatelli, "Good Internal Control and Auditor Independence," The CPA Journal, 2002.

Lista de verificação do Capítulo V

Esta lista de verificação abrange as questões financeiras da revisão orçamental e a mobilização de recursos, à boa supervisão do desembolso de fundos. A lista não é exaustiva, mas cobre as principais acções a serem tomadas em relação à mobilização e gestão de recursos.

Ministério das Finanças / Principal Agência de Recuperação

- Realizar a análise das lacunas de financiamento e revisão orçamental
- Identificar as fontes de financiamento interno
- Identificar as fontes de financiamento externo
- Organizar apelo internacional ou conferência de doadores para aceder a financiamento internacional
- Definir o mecanismo para gerir o influxo de fundos. Especificamente, sistemas financeiros que desembolsem fundos entre níveis do governo, ou directamente às comunidades, ou sistemas que administrem recursos externos.
- Coordenar e alocar fundos
- Criar sistema para rastreamento da ajuda
- Reforçar o sistema público de gestão financeira
- Contratar serviços de auditoria externa de terceiros

VI. Considerações sobre a implementação para o Quadro

As políticas, programas e actividades de recuperação têm de ser implementadas rápida e eficazmente para que melhorem visivelmente as vidas das populações afectadas pela pandemia. O Capítulo VI resume como isto pode ser feito, com exemplos de boas práticas como:

- *Criar sistemas de monitorização e avaliação para acompanhar o progresso da implementação e o financiamento;*
- *Estabelecer mecanismos de feedback e de tratamento de reclamações;*
- *Criar procedimentos e normas de implementação;*
- *Apoiar a implementação local;*
- *Desenvolver sistemas de aprovisionamento adaptados às necessidades da recuperação;*
- *Colocar uma estratégia de comunicações em prática; e*
- *Promover a transparência para a responsabilização.*

Criar sistemas de monitorização e avaliação

Podem ser utilizados sistemas de Monitorização e Avaliação (M&A) para acompanhar a implementação do programa e o financiamento. A experiência demonstrou que os governos tendem a implementar mal ou simplesmente não implementar sistemas de monitorização e avaliação ligados à recuperação da COVID-19. Isto é problemático porque significa que quando os programas de recuperação não são bem implementados, estes podem continuar o curso em vez de serem reajustados e melhorados. Isto também significa que a utilização abusiva de fundos ligados à implementação do projecto pode passar despercebida. Do mesmo modo, as lacunas no financiamento podem não ser identificadas atempadamente. Os governos devem, por isso, prestar especial atenção ao estabelecimento de um processo de monitorização e avaliação funcional. Esta depende de um sistema informático de recolha e gestão de dados adequado, com funcionários associados para gerir e monitorizar os programas de recuperação. O sistema deve também ser capaz de fornecer informações sobre como as intervenções de recuperação estão a contribuir para as políticas e estratégias nacionais. Finalmente, o sistema deve conseguir acompanhar não só os programas de recuperação geridos pelo governo, mas também os dos diferentes parceiros que implementam o quadro de recuperação. Os sistemas de M&A eficazes permitem que o progresso da recuperação seja avaliado, garantem a conformidade com as políticas e estratégias de recuperação sectorial e fornecem um alerta precoce para uma acção correctiva. A M&A contínua é fundamental para comunicar o progresso, ou a falta deste, à comunidade e às partes interessadas e, identificar as correcções a meio do percurso da implementação e ajustar a estratégia, especialmente em resposta ao feedback da comunidade sobre a concepção e resultados do projecto.

As revisões de M&A fornecem:

- Uma avaliação holística da implementação do quadro de recuperação
- Uma visão renovada da implementação do quadro de recuperação
- Potenciais melhorias
- Recomendações accionáveis, realísticas, orientadas para resultados e concretas
- Uma oportunidade de aprendizagem para todos os envolvidos.

Essencialmente, a M&A oferece contributivos significativos para as avaliações periódicas que os doadores exigem para continuar a financiar os projectos.

Estabelecer um sistema de M&A envolve definir o que monitorizar e avaliar (actividades e resultados), quando monitorizar e avaliar (prazo e frequência), como monitorizar e avaliar (ferramentas e indicadores), quem monitorizará e avaliará e como usar os resultados.

A monitorização contínua é necessária. A monitorização é uma actividade contínua que indica se as actividades estão bem encaminhadas. É recomendada a monitorização dos resultados e das actividades. A monitorização dos resultados refere-se à monitorização dos objectivos e prioridades de recuperação. Idealmente, a monitorização de resultados deve ser feita trimestralmente e ser conduzida ou guiada pela agência de implementação principal.

Monitorização de resultados mais relatórios e monitorização de actividades criam bons dados. A combinação de relatórios, monitorização das actividades e monitorização dos resultados estabelece uma boa base de dados e indica se as actividades e os programas planeados podem ser executados conforme planeado. A monitorização de resultados pode ser feita pela agência de recuperação principal. A monitorização de actividades deve ser preferencialmente feita por todas as agências para os seus sectores e programas respectivos, sendo consolidada pela agência de recuperação principal.

O quadro de resultados é melhor implementado através de um sistema de monitorização de resultados. O quadro de resultados deve ser implementado através de um Sistema de Monitorização de Resultados (RMS) sistemático. O RMS especifica os planos de monitorização e avaliação, os instrumentos de recolha de dados e as metodologias de determinação de valor de indicadores para todos os outputs (produção) e resultados. Um output é definido como uma quantidade que uma pessoa, máquina ou organização produz e um resultado é definido como o desfecho ou efeito de uma acção, situação ou evento. Quando totalmente desenvolvido, o RMS fornecerá também um plano de M&A global a médio prazo. Este plano especifica a frequência, requisitos e meios para monitorizar, avaliar e reportar, tanto ao nível mais amplo como para cada um dos resultados seleccionados.

São necessários Sistemas de Informação para a Gestão (MIS) dedicados para criar um sistema de M&A baseado em resultados. O MIS é o sistema digital para armazenar toda as informações de M&A e comparar os resultados baseados em diferentes insumos.

Monitorizar os recursos da COVID-19. Dada a larga escala dos fundos internos e internacionais recebidos para a gestão da pandemia, é importante estabelecer um mecanismo para monitorizar a utilização dos fundos com um intervalo regular e avaliar os programas lançados para a recuperação da pandemia após 2-3 anos, para compreender o impacto dos esforços de recuperação nas vidas das pessoas e na economia.

Para o Quadro para Recuperação da COVID-19 para África ao nível continental, é importante decidir sobre a instituição ou unidade no sei oda AUC que poderá assumir o papel de monitorização do progresso do Quadro de Recuperação. É importante que esta função de monitorização seja reconhecida e que lhe sejam atribuídos recursos. A AUC poderá aproveitar as organizações intergovernamentais regionais e Estados-Membro seleccionados para formar uma equipa para a realização das missões de monitorização nos países, ou para a condução de avaliações remotas dos programas para a recuperação da pandemia. Um conjunto-chave de indicadores e fontes de informação para recolher dados sobre o progresso deve também ser desenvolvido pela instituição/unidade que monitorizar o progresso dos programas de recuperação da pandemia.

A monitorização pode ser feita de duas formas; pode ser utilizada para acompanhar tanto a implementação como o financiamento do programa, isto é acompanhar o progresso da utilização dos fundos, e a segunda é avaliar o impacto/mudança que teve nos beneficiários a quem os programas se destinavam, para avaliar a eficácia dos serviços que lhes foram fornecidos.

Os esforços de recuperação da pandemia têm sido feitos através de investimentos de fundos e apoio em espécie, assim como através de decisões políticas. O mecanismo de monitorização pode ter em consideração estas abordagens amplas para avaliar a relevância e eficácia dos programas e políticas.

De Março de 2020 em diante, os governos gastaram fundos consideráveis do orçamento em várias áreas. Estas incluem, entre outras: 1) reforçar os sistemas de saúde, incluindo equipamentos para hospitais, EPI para profissionais de saúde e outros serviços, sensibilização para a saúde pública, etc.; 2) aquisição e entrega de vacinas; 3) expandir e ampliar os sistemas de protecção social utilizando transferências de dinheiro e apoio em espécie para as pessoas mais vulneráveis; 4) a transição para sistemas de educação online, incluindo formação de professores e preparação para a reabertura da escola; 5) subsídios, acesso ao crédito e diferimentos de empréstimos para PME e MPME; 6) programas de obras públicas alargados para criar emprego; 7) programas de qualificação e de requalificação para jovens e desempregados; 8) investimento em água, saneamento e higiene para o público em geral; 9) melhoria dos sistemas de gestão de resíduos; e 10) serviços especiais para crianças, mulheres, pessoas com deficiência, idosos, refugiados e migrantes.

Será importante definir parâmetros de referência/indicadores para os progressos realizados em relação a estas dez áreas do programa e definir a frequência com que as informações serão recolhidas para acompanhar o progresso dos programas. A Tabela 6.1 sugere indicadores-chave para cada sector. Estes podem ser adaptados a nível nacional ou regional, de acordo com a situação local.

TABELA 6.1: Indicadores-chave para a monitorização e avaliação da utilização dos fundos

Área Programática	Indicadores-chave	Percentagem de fundos utilizados na atribuição [RM1]
Sistemas de saúde	Número de novos hospitais ou hospitais com instalações melhoradas com camas adicionais atribuídas para pacientes COVID-19	
	Nº de hospitais com novas garrafas de oxigénio, outros equipamentos, medicamentos, EPI e outros equipamentos para o pessoal de saúde	
	Aumento da cobertura vacinal/número de pessoas por faixa etária e dosagem	
	Nº de profissionais de saúde formados em cuidados pandémicos, administração de vacinas	
	Nº de hospitais com Planos de Preparação para a Saúde	

Protecção Social	N.º de pessoas adicionais abrangidas pela protecção social desagregadas por crianças, mulheres, pessoas com deficiência, idosos, refugiados e migrantes	
	N.º de novos regimes de protecção social introduzidos	
Educação	N.º de estudantes que acedem à educação online	
	N.º de dias escolares concluídos pessoalmente e online	
	N.º de professores formados em métodos de ensino e aprendizagem online e currículo adaptado à aprendizagem online	
Recuperação Económica	Aumento do número de jovens empregados	
	N.º de jovens formandos e mantidos em novas competências	
	N.º de MPME que reabriram os negócios	
	N.º de negócios geridos por mulheres reabertos	
	N.º de pessoas empregadas em hotéis, restaurantes e outros sectores de serviços em comparação com os anos anteriores	
	N.º de agroindústrias restauradas	
	N.º de pessoas empregadas através do programa de restauro de infraestruturas públicas	
Sistemas de gestão de água, saneamento e resíduos	N.º de nova água potável instalada em espaços públicos, escolas, hospitais	
	N.º de sistemas de gestão de resíduos para eliminação de resíduos perigosos	
	N.º de recolhedores de lixo e trabalhadores comunitários auxiliados com formação e equipamento	
Protecção de mulheres, crianças, PWD, idosos, refugiados e migrantes	N.º de casos de GBV registados e tratados N.º de serviços de apoio à criança prestados e de crianças que receberam apoio adicional, incluindo alimentação e outros suprimentos N.º de pessoas com deficiência que receberam serviços de saúde e outros serviços	
<p>Indicadores do nível de impacto para uma avaliação a 3-5 anos</p> <p>Diminuição das taxas de mortalidade por faixa etária em relação aos anos anteriores Declínio do desemprego Aumento na produção agrícola Descida da insegurança alimentar Redução das taxas de pobreza Melhoria dos indicadores de educação e saúde Descida da violência baseada no género, do abuso infantil e do abuso de idosos Aumento do PIB do país</p>		

Estabelecer mecanismos de feedback e de tratamento de reclamações

A promoção da transparência é apoiada com o estabelecimento de mecanismos de tratamento de feedback e de queixas, os quais permitiriam às várias partes interessadas das comunidades de recuperação e beneficiárias expressarem-se sobre o que funciona e, o que não funciona, e para reflectir como adoptar medidas correctivas.

Adoptar procedimentos de implementação acelerados

Os procedimentos existentes de aprovação e aprovisionamento de projectos, relatórios e contratação no país podem precisar de ser simplificados para atender às exigências prementes do processo de recuperação. Muitas vezes, os projectos de recuperação estão paralisados devido a longos procedimentos burocráticos para aprovação de projectos e aprovisionamento. Mesmo que existam processos de aprovação rápidos, por vezes os responsáveis estão relutantes em utilizá-los. A autoridade dada pelo governo à agência de recuperação principal pode desempenhar um papel fundamental na promoção do uso de procedimentos e processos simplificados em todos os sectores e entidades para uma implementação mais rápida.

Apoiar a implementação local

A política e a coordenação para a recuperação podem ser supervisionadas pela agência principal, mas a responsabilidade pela implementação está mais bem posicionada a nível local.³⁴ Não existe uma receita única para decidir se a implementação deve ser centralizada dentro de uma única agência ou dentro de diferentes agências e a vários níveis. A forma de governação de um país deve conduzir à melhor fórmula. Por exemplo, um país com uma história de poder centralizado poderia beneficiar da centralização da implementação numa única agência, porque é provável que a agência tenha capacidades mais fortes do que as agências a nível local. Por outro lado, nos países que são efectivamente descentralizados e onde a capacidade fiscal é forte a nível local, a implementação local é susceptível de ser a melhor solução. Com efeito, tanto quanto possível, as decisões de implementação devem ser tomadas pelos responsáveis por elas.

A implementação local ajuda a construir a propriedade da comunidade sobre o processo de recuperação. Envolver as pessoas e as comunidades no terreno irá capacitá-las e dar-lhes a oportunidade de encontrar soluções locais para problemas locais. Além disso, a implementação local poderia construir, se necessário, a capacidade das agências de implementação para gerirem projectos de pequena ou grande dimensão. Os programas de desenvolvimento orientados para a comunidade são um veículo que é normalmente utilizado.

³²T. Courchene, J. Martinez-Vazquez, C.E. McLure, Jr., e S.B. Webb, "Princípios da Descentralização," em Realizações e Desafios da Descentralização Fiscal: Lições do México, Washington, DC: Banco Mundial, 2000, 85, <http://www1.worldbank.org/publicsector/LearningProgram/Decentralization/achievementsandchallengesTOC.pdf>

Um exemplo desta abordagem é apresentado na Caixa 6.2.

CAIXA 6.2: Implementação local da recuperação da COVID-19 na RDC

A RDC, um vasto país localizado na África Central, com uma área estimada em 2345 milhões de km² e uma população estimada em 98 milhões de habitantes em 2020, adoptou uma abordagem comunitária para a recuperação, para corrigir os falhanços das políticas de crescimento pró-pobres. O governo adoptou o Programa de Desenvolvimento Local de 145 Territórios, que visa reduzir as desigualdades territoriais, transformar as condições de vida e as estruturas da população que vive em áreas rurais, até então mal servidas por infraestruturas e serviços sociais básicos. Este programa de recuperação da COVID-19 avalia as necessidades prioritárias em todos os 145 territórios (muitos deles distantes e afectados pelo conflito) com o objectivo de responder às necessidades prioritárias, fazendo assim uma tentativa única de não deixar nenhum território para trás.

Com um orçamento de 1,66 mil milhões de USD financiado por fundos próprios da RDC, as actividades do programa serão implementadas sob quatro componentes: (a) desenvolvimento de infraestruturas socioeconómicas básicas; (b) revitalização das economias locais e rurais; (c) reforço da governação local; e (d) desenvolvimento de um sistema de informação geo-referenciado para monitorizar este e outros programas públicos. São esperados os seguintes resultados desta implementação:

- i. Uma redução significativa da pobreza e das desigualdades territoriais,
- ii. Melhor acesso das populações rurais a infraestruturas e serviços socioeconómicos básicos,
- iii. Um aumento no rendimento dos produtores agrícolas rurais,
- iv. Segurança alimentar melhorada,
- v. Acesso melhorado dos jovens e das mulheres a actividades geradoras de rendimento, e;
- vi. Melhor gestão dos riscos a que as populações rurais estão expostas.

Adicionalmente, é esperado que o programa reforce ainda mais a governação local, assim como esta iniciativa e crie capacidades de resiliência das comunidades vulneráveis.

Tais iniciativas podem ser adequadamente adaptadas ao contexto dos outros Estados-Membro da UA e implementadas de acordo com as necessidades de recuperação após a COVID-19 dos respectivos países.

Desenvolver sistemas de aprovisionamento adaptados ao contexto da recuperação

Sistemas de aprovisionamento rápido. O rápido aprovisionamento de bens e serviços pode ser um elemento crucial para uma recuperação eficiente e bem-sucedida. No entanto, o aprovisionamento durante e após a COVID-19 pode ser irregular, levando a défices na implementação e potencial abuso de procedimentos.³⁵ Vários tipos de sistemas de aprovisionamento irão facilitar a aquisição de bens e serviços durante a recuperação. Dois são o aprovisionamento pré-acordado e o aprovisionamento acelerado.

Aprovisionamento pré-acordado. O aprovisionamento pré-acordado estabelece previamente uma lista de contratantes qualificados. Esta lista pode ser categorizada por tipo de conhecimento especializado e competências. Ter um sistema de pré-qualificação em prática acelera a emissão de contratos e a avaliação de respostas a concursos. Um sistema de pré-qualificação também elimina os contratantes inexperientes, que podem licitar significativamente abaixo da concorrência mais experiente, mas que não têm a experiência necessária para implementar com sucesso o projecto de reconstrução.

³⁵Para as necessidades de recrutamento, consulte a secção “Recrutamento para a reconstrução”

Aprovisionamento acelerado. Acelerar o aprovisionamento significa utilizar processos de concurso e aquisição simplificados e acordados para levar rapidamente bens e serviços para as áreas onde são necessários. Para acelerar ainda mais o aprovisionamento, pode ser pré-determinada uma única fonte para a aquisição de bens e serviços específicos.

Os sistemas de aprovisionamento acelerado podem ser usados tanto pelo sector privado como pelas entidades não governamentais. Para facilitar a supervisão e monitorização, é útil que todas as partes interessadas que aprovisionam bens e serviços partilhem alguns dos mesmos procedimentos. Como parte da auditoria externa mencionada na secção de transparência do Capítulo 5, o aprovisionamento tem de ser escrutinado de perto. Por exemplo, durante as emergências, o Instituto Nacional para a Gestão de Catástrofes (INGC) em Moçambique consegue suspender a aplicação de direitos alfandegários e impostos sobre a aquisição de suprimentos de emergência. Após a emergência, o INGC é obrigado a reconciliar estas isenções com as autoridades fiscais.

Estabelecer uma estratégia de comunicações para a recuperação

Ao longo do processo de recuperação, é do melhor interesse do governo manter um diálogo contínuo e partilhar informação com todas as outras partes interessadas e parceiros na recuperação. Uma estratégia de comunicações internas e públicas bem definida reconhece os diferentes tipos de partes interessadas e identifica os meios mais eficazes para comunicar com eles.

Comunicação interna entre parceiros de recuperação. A comunicação interna inclui todas as partes interessadas directamente envolvidas no processo de recuperação. Esta comunicação pode ter muitas formas. Exemplos são uma página web dedicada de partilha de informação interna que inclua acesso à base de dados de M&A, diálogos de pares entre agências governamentais, debates de grupos de foco com as comunidades, ou diálogos políticos com doadores. Tal partilha de informação pode contribuir para a transparência da recuperação, criar credibilidade e consenso sobre os objectivos da recuperação e identificar défices de cobertura e sobreposições do projecto.

Por exemplo, os fluxos de informação entre sectores e ministérios da tutela podem resultar em menos défices de cobertura e sobreposições de projecto entre programas multisectoriais. O governo pode agendar reuniões de decisão mensais com os parceiros internacionais, nas quais os objectivos de recuperação do governo, do sector privado e da sociedade civil são transmitidos. Tais reuniões poupam tempo aos responsáveis de topo do governo, permitindo-lhes permanecerem focados no cumprimento dos seus respectivos marcos e objectivos para a recuperação.

Falar com e mapear os planeadores, implementadores e grupos comunitários fortalecerá a transparência, minimizará a duplicação de esforços, destacará os défices na assistência e construirá consenso para alcançar metas comuns de recuperação.

A comunicação interna cria um espaço para intercâmbio e feedback entre todos os envolvidos. Esta comunicação também pode servir como um mecanismo através do qual corrigir queixas.

Comunicação pública eficaz. Uma estratégia de comunicações públicas eficaz podem aumentar a sensibilização para o esforço de recuperação - políticas, planos e projectos - entre o público em geral, tanto nacional como internacional, particularmente nos países doadores. A estratégia deve definir as principais comunicações para a retransmissão, impressão e redes sociais. Estas mensagens destinam-se a informar as expectativas públicas sobre o âmbito e calendarização da recuperação. Adicionalmente, reconhecendo sinais visíveis de uma recuperação física precoce e anunciando objectivos a longo prazo, uma estratégia de comunicação pública eficaz pode manter toda a comunidade de recuperação e o público em geral galvanizados para as fases subsequentes da recuperação e reconstrução. As iniciativas de comunicação pública podem consistir em:

- Utilizando marcadores de tempo (como o pico de cada vaga de COVID-19, o início do programa de vacinação, o fim das medidas de confinamento, etc.) para mostrar evidências visíveis e imagens de progresso nas páginas web dos diferentes intervenientes institucionais na recuperação

- Facilitar acesso aos media, caso seja problemático, para fazerem reportagens nas áreas afectadas
- Organizar conferências de imprensa destacando resultados de avaliações actualizadas ou feedback de visitas de campo
- Criar contexto visual ou textual que conte a história das diferentes fases do processo de recuperação

Um exemplo do papel de uma estratégia de comunicações num programa de recuperação da COVID-19 é apresentado na Caixa 6.3.

CAIXA 6.3: Acordos de implementação para a recuperação da COVID-19 na Gâmbia

Como parte da Estratégia de Resposta Nacional à COVID-19, a Gâmbia desenvolveu alguns acordos de implementação fundamentais incluindo coordenação, monitorização e comunicações. Sobre as comunicações, observa que uma gestão eficaz da comunicação e da informação é crucial na implementação da Estratégia. Foi preparada uma estratégia de comunicação como instrumento de suporte para facilitar a implementação da Estratégia e do Plano de Acção. Esta Estratégia de Comunicação visa apoiar a visibilidade e os esforços de advocacia do Secretariado Nacional para a COVID-19. Conceptualizar uma estrutura ajustável que forneça direcção e orientação para acções de sensibilização, promoção da defesa e reforço da mobilização social na resposta e recuperação da COVID-19 na Gâmbia.

FONTE: Governo da Gâmbia 2020. Estratégia de Resposta Nacional para a COVID-19.

Promover a transparência na recuperação

Um dos desafios na implementação de um programa de recuperação é controlar a corrupção e aumentar a transparência. Estes dois objectivos exigem a instituição de um sistema de auditoria. O sistema engloba a auditoria pública do aprovisionamento e dos desembolsos, a execução de uma auditoria técnica dos trabalhos executados e a realização de uma auditoria social dos benefícios fornecidos. Enquanto, na maioria dos países, uma auditoria financeira das contas e despesas é um sistema bem estabelecido, as auditorias técnicas e sociais são conceitos relativamente novos e em evolução. Uma auditoria técnica é uma auditoria executada por um auditor, engenheiro ou perito na matéria para avaliar as deficiências ou áreas de melhoria num processo, sistema ou proposta. A auditoria técnica abrange os aspectos técnicos do projecto implementado na organização. A auditoria social é um processo através do qual um programa de recuperação e reconstrução é capaz de monitorizar os seus benefícios sociais, económicos e ambientais através do envolvimento de todas as partes interessadas: ONG, chefes de família, doadores e a agência de implementação. A promoção da transparência é também apoiada com o estabelecimento de mecanismos de tratamento de feedback e de queixas, os quais permitiriam às várias partes interessadas das comunidades de recuperação e beneficiárias expressarem-se sobre o que funciona e, o que não funciona, e como adoptar medidas correctivas.

Próximos passos para implementação do Quadro

O Quadro de Recuperação fornece orientação para países e regiões em África prepararem ou reverem as suas próprias abordagens à recuperação após a COVID-19. A Caixa 6.4 oferece um exemplo de um país que integrou a recuperação da COVID-19 no seu quadro de planeamento.

Para outros países seguirem o exemplo, podem ser dados os seguintes passos:

1. Disseminar amplamente o Quadro de Recuperação a nível nacional e regional como recurso e guia para o planeamento;
2. Conduzir Avaliações de Necessidades de Recuperação (CRNA) da COVID-19 para identificar impactos da pandemia específicos do país ou da região e as necessidades correspondentes para a recuperação socioeconómica;
3. Aproveitar os resultados das CRNA para iniciar processos de planeamento participativos para o desenvolvimento de quadros de recuperação específicos para um país ou região;
4. Garantir que estão criados acordos institucionais, mecanismos de financiamento e abordagens para uma implementação acelerada; e
5. Iniciar a implementação dos quadros.

A União Africana e os seus parceiros estão prontos para auxiliar os países individuais e as REC com assistência técnica para o desenvolvimento de CRNA e/ou quadros de recuperação. Apoio similar pode ser fornecido para ajudar a identificar fontes de financiamento externo para a implementação do quadro.

CAIXA 6.4: Um programa de resposta abrangente no Senegal

O governo senegalês respondeu à COVID-19 em 2020 com um Programa de Resiliência Económica e Social abrangente, estimado em 7% do PIB. As intervenções de protecção social foram um dos quatro pilares, juntamente com o reforço do sistema de saúde, a estabilização da economia para proteger os empregos e as empresas e a garantia do abastecimento de alimentos e medicamentos.

O Senegal foi um dos poucos países de África que não implementou uma resposta com transferência de dinheiro. Em vez disso, a principal intervenção de assistência social foi sob a forma de ajuda alimentar. O governo comprou e distribuiu pacotes de alimentos (massas, arroz, açúcar, também sabão para a higienização) para um milhão de famílias pobres.

Em Maio e Junho de 2020, o governo suspendeu as contas de electricidade e água para 975 000 e 670 000 famílias pobres, respectivamente. Este mecanismo – que forneceu apoio financeiro às famílias vulneráveis subsidiando pagamentos de utilidades durante alguns meses – foi popular em todos os países francófonos da África Ocidental e Central. O prazo para o pagamento dos impostos foi igualmente prorrogado por vários meses.

Em Abril de 2020, o Ministério do Trabalho aprovou uma Portaria para evitar a demissão dos trabalhadores durante o confinamento, excepto em casos de negligência grave. Os empregadores foram instruídos a implementar acordos alternativos, tais como o número reduzido de horas de trabalho ou a licença paga. Durante esse período, os funcionários deveriam receber pelo menos 70% dos seus salários pré-COVID-19. Os empregadores que cumpriram, receberam apoio financeiro e garantias parciais de crédito (20% para as grandes empresas, 50% para as PME), especialmente em sectores duramente atingidos, como o turismo e os transportes.

Em toda a África Ocidental francófona, incluindo o Senegal, O Banco Central da África Ocidental (BCEAO) viu a COVID-19 como uma oportunidade para promover o uso das transacções financeiras electrónicas, o que fez facilitando o procedimento para abrir uma conta de dinheiro móvel e oferecer transferências sem encargos entre essas contas por um período limitado.

Um resultado estratégico da pandemia no Senegal foi uma estratégia nacional de desenvolvimento revista, incluindo um novo plano de acção que salienta a obtenção da auto-suficiência na produção de alimentos básicos para reduzir a dependência das importações. O orçamento revisto para 2021 inclui também mais apoio ao emprego de jovens e mulheres.

Lista de verificação do Capítulo VI

Esta lista de verificação abrange os diferentes passos necessários para criar acordos institucionais eficazes para a recuperação. A lista não é abrangente, mas fornece uma visão geral das etapas principais a serem seguidas.

Agência de Recuperação Principal

- Criar e executar diferentes mecanismos de coordenação. Coordenar a responsabilidade pela recuperação a nível do governo nacional, governo local, doadores, sociedade civil e da comunidade
- Estabelecer procedimentos padrão para aprovação de projectos, aquisições, relatórios e contratos
- Definir padrões de reconstrução
- Estabelecer procedimentos de aprovisionamento rápido
- Apoiar a implementação descentralizada das actividades de recuperação
- Estabelecer uma boa comunicação interna entre parceiros para a recuperação. Desencorajar os intervenientes na recuperação a trabalharem isoladamente
- Aumentar a sensibilização para o progresso da recuperação através de uma comunicação pública eficaz. Definir objectivos claros e realistas para minimizar as expectativas irrealistas e proporcionar uma compensação pelas queixas às comunidades
- Assegurar a transparência em todas as actividades ligadas ao programa de recuperação
- Realizar monitorização e avaliação dos projectos de recuperação
- Propor correcções intercalares para melhorar as actividades de recuperação

Anexo 1: Informações detalhadas sobre metodologia

A metodologia para desenvolvimento do **Quadro para Recuperação da COVID-19 para África** envolve um processo em três fases:

- (iv) **Definição do Âmbito e Avaliação Situacional** para o Quadro para Recuperação da COVID-19 para África;
- (v) **Redacção** do Quadro para Recuperação da COVID-19 para África; e
- (vi) **do Quadro para Recuperação da COVID-19 para África; e** do Quadro para Recuperação da COVID-19 para África após consultas alargadas com os Estados-Membro da UA e os intervenientes regionais.

Todas as fases são lideradas pelo AU, com apoio técnico do PNUD, da OMS, da FAO, do UNDRR e do Banco de Desenvolvimento Africano e em estreita consulta com todas as partes interessadas relevantes a nível continental, regional e nacional. Uma série de partes interessadas foi mobilizada para fornecer contributos e percepções críticas sobre a recuperação socioeconómica resiliente da COVID-19, incluindo autoridades nacionais de gestão de catástrofes, agências da ONU, outros parceiros de desenvolvimento e actores regionais.

Fase I: Definição do Âmbito e Avaliação Situacional para o Quadro (Julho-Agosto de 2021)

Os objectivos deste fase foram: (i) definir o âmbito do trabalho e da metodologia para desenvolver um quadro para a recuperação resiliente da COVID-19 em África; e (ii) realizar uma avaliação situacional para informar o Quadro para Recuperação da COVID-19 para África. A avaliação situacional abrangerá os efeitos macroeconómicos, os impactos humanos, as consequências económicas e os efeitos transversais da pandemia em África.

A metodologia para a realização da Fase I envolveu: a) preparação de um relatório inicial; b) revisão de literatura; c) identificação de recursos de dados essenciais; e d) consultas preliminares. O relatório inicial foi preparado pela equipa de peritos para validação pela UA e pelo PNUD. Incluiu a metodologia proposta, um calendário, um mecanismo de coordenação, um esboço anotado do relatório do Quadro e referências preliminares. O relatório inicial orientou os especialistas e parceiros na montagem, análise e apresentação de informações, bem como na estruturação do Quadro.

Consultores individuais e grupos de trabalho sectoriais realizaram revisões da literatura sobre a COVID-19 e recuperação pós-crise em África. O consultor principal identificou exemplos não-africanos de boas práticas para utilização pela equipa que estava a elaborar o Quadro. Foram envidados esforços para captar o conhecimento tanto da literatura formal quanto informal (cinza). A AUC facilitou o acesso às publicações relevantes da UA e das comunidades económicas regionais (REC).

Os consultores individuais e os grupos de trabalho sectoriais identificaram simultaneamente as fontes de dados mais relevantes e fiáveis para a preparação do Quadro. As várias dimensões dos dados necessários incluem: geográfica (a nível continental, regional e nacional), temática, sectorial, linha de referência e por gestão de risco (compreensão do risco, redução do risco, preparação e resposta, financiamento de risco e recuperação resiliente). Uma importante fonte de informação têm sido as Avaliações de Necessidades de Recuperação da COVID-19 (CRNA) a nível nacional que foram preparadas por vários países africanos (PNUD, 2020c). O acesso a metadados foi procurado por parceiros de desenvolvimento, por exemplo, agências das Nações Unidas e o AfDB.

Foi tomado cuidado para maximizar a compatibilidade das diferentes bases de dados, por exemplo, diferentes fontes de dados podem usar regiões diferentes para o continente africano³⁶. Todas as fontes de dados foram claramente identificadas com referências vinculadas que estarão disponíveis num repositório continental de conhecimento.

Foram realizadas consultas preliminares com a UA durante esta fase inicial. A AUC organizou um seminário de lançamento para apresentar o estudo (objectivos do Quadro, abordagem, Relatório Inicial) à Equipa Técnica Interdepartamental e a outros funcionários-chave da UA, para aumentar a sensibilização interna sobre a iniciativa e procurar contributos. Isto foi seguido por vários seminários técnicos para partilhar as conclusões iniciais, obter feedback e desenvolver consenso com as partes interessadas internas (UA) e parceiros externos (por exemplo, REC, parceiros de desenvolvimento, outras partes interessadas).

Para garantir que o Quadro está suficientemente calibrado de acordo com as especificidades do continente africano altamente complexo, foram identificadas áreas prioritárias para informar a recuperação resiliente. Os princípios orientadores para a identificação dessas áreas incluem o foco na compreensão do risco sistémico e das suas ramificações críticas a níveis nacional, regional e continental.

Após a identificação dessas áreas prioritárias, foi realizada uma avaliação situacional completa para revelar o impacto da pandemia da COVID-19 nessas prioridades. Por exemplo, foi dada especial atenção ao impacto da pandemia sobre as crianças e os jovens que sofreram desproporcionalmente com a pandemia. A avaliação incluiu uma análise de impactos (impactos humanos, perdas e prejuízos económicos, efeitos na governação, interacções com crises e riscos humanitários, ambientais e políticos existentes). Todos os materiais de recursos e conjuntos de dados relevantes foram organizados num repositório continental sobre o impacto da COVID-19 em África para servir como uma fonte de informação adicional.

Os **resultados** da Fase I foram:

1. Um relatório inicial para orientar a preparação do Quadro para Recuperação da COVID-19 para África;
2. A avaliação situacional focada em áreas prioritárias; e
3. Um repositório continental de produtos de conhecimento relevantes e links úteis.

Fase II: Elaborar o Quadro para Recuperação da COVID-19 para África (Setembro-Dezembro de 2021)

O **objectivo** da Fase II foi elaborar o Quadro para Recuperação da COVID-19 para África. O Quadro é uma iniciativa a nível continental que aborda o impacto da pandemia a partir de uma perspectiva multirrisco. Proporciona uma visão pan-africana para uma recuperação socioeconómica resiliente, um curso de acção partilhado e recomendações políticas e programáticas específicas para os seus Estados-Membro reflectindo sobre as determinantes continentais, regionais e nacionais das soluções de recuperação em África. Na ausência de um equivalente nacional para a recuperação socioeconómica resiliente do impacto da COVID-19, para os muitos Estados-Membro da UA, este documento pode servir de referência fundamental para a orientação da recuperação a nível das políticas.

A metodologia para a realização da Fase II envolveu: a) uma divisão clara do trabalho baseada num esboço anotado comum do Quadro; b) a análise, identificação de opções e resultados escritos por consultores individuais, grupos de trabalho sectoriais e organizações parceiras principais; e c) consultas com Estados-Membro seleccionados e outras partes interessadas.

A metodologia para a realização da Fase II envolveu: a) uma divisão clara do trabalho baseada num esboço anotado comum do Quadro; b) a análise, identificação de opções e resultados escritos por consultores individuais, grupos de trabalho sectoriais e organizações parceiras principais; e c) consultas com Estados-Membro seleccionados e outras partes interessadas.

³⁶A equipa de peritos do Quadro concordou em utilizar, sempre que possível, os cinco agrupamentos regionais da UA para África (ver Anexo 4 para a lista de países por região).

Para organizar claramente o trabalho, o Relatório Inicial continha um esboço anotado que identificava quem será responsável pelas principais secções do relatório do Quadro. O consultor principal coordenou-se com os membros da equipa e outros parceiros para garantir que foram desenvolvidos contributos abrangentes, atempados e coerentes.

Os resultados dos membros da equipa basearam-se em análises realizadas de acordo com as suas áreas de responsabilidade que podem ser sectoriais, temáticas ou ambas. Com a Avaliação Situacional como um documento de base, identificaram os principais desafios, as necessidades de recuperação e as oportunidades para superar obstáculos à recuperação. Este trabalho foi informado por exemplos de boas práticas do continente africano e não só.

As consultas adoptaram uma abordagem de três níveis:

1. **Continental** – foi preparado um pequeno conjunto de questões semiestruturadas, desenvolvidas por cada equipa sectorial, para procurar obter contributos globais dos 55 Estados-Membro. As perguntas foram configuradas como um questionário na Internet administrado através da AUC nos cinco idiomas oficiais da organização. Este processo também aumentou a sensibilização para o Quadro;
2. **Estudos de caso** – foi dada ênfase a um subconjunto de países para obter informações sectoriais e temáticas detalhadas, baseadas nas questões semiestruturadas. Os critérios de selecção do subconjunto de países incluem: geografia (por exemplo, duas de cada região), economia política, situação socioeconómica (exportadores de mercadorias, economias diversificadas, economias em transição, economias em pré-transição, economias insulares), grau de vulnerabilidade, estado de desenvolvimento humano, conflito e fragilidade e impacto da COVID-19 (alto, médio, baixo). A escolha dos países foi finalizada em colaboração com a AUC; e
3. **Grupos de partes interessadas** - alavancando a rede de agências das Nações Unidas e escritórios nacionais com outros parceiros de desenvolvimento, foram debates de grupos de foco com os principais representantes das partes interessadas, especialmente o sector privado, a sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento.

Com base nas conclusões da Fase I, foram organizadas discussões adicionais de alto nível pela AUC para moldar o conteúdo do Quadro para Recuperação da COVID-19 para África, mais especificamente sobre: i) a visão e os princípios para a recuperação em África; ii) cada uma das áreas prioritárias, (iii) os mecanismos de governação e a monitorização e avaliação (M&A) e iv) o financiamento do quadro.

O Quadro inclui cenários (pior cenário, cenário intermédio, melhor cenário) que apresentam resultados prováveis com base na eficácia do controlo da COVID-19, tendências económicas globais e regionais, vulnerabilidade a perigos naturais, vulnerabilidade a outras ameaças, tais como conflitos e fragilidade, e oportunidades para dar o salto no desenvolvimento, por exemplo, a digitalização. Dadas as limitações de tempo e recursos, estes cenários são indicativos e gerais, em vez de se basearem numa modelização rigorosa.

O Quadro beneficiou da análise por pares por um grupo seleccionado de peritos internacionais independentes e organizações parceiras para a sua informação e comentários.

Fase III: Aprovação do Quadro para Recuperação da COVID-19 para África (Janeiro - Fevereiro de 2022)

O **objectivo** da Fase III foi organizar consultas com as REC e os Estados-Membros e facilitar a aprovação final do Quadro para Recuperação da COVID-19 para África.

A metodologia para a Fase III envolve: a) trabalho de advocacia; b) um processo de aprovação; e c) disseminação. O trabalho de advocacia a nível nacional entre os Estados-Membro da UA consistia em ajudar a garantir a sua plena propriedade do Quadro. Envolveu apresentações e discussões do Quadro preliminar com a liderança da UA, organizações regionais, países individuais e grupos de partes interessadas.

A aprovação oficial do documento criará a base para uma maior adesão aos esforços de recuperação resiliente a nível continental, regional e nacional, criando desse modo impulso e sinergia entre vários parceiros. A janela de oportunidade para apoiar o Quadro está na plataforma de tomada de decisão mais alta, a Cimeira da AUC e inclui os seguintes marcos para se reunir:

- **Plataforma Regional Africana e Reunião Ministerial de Alto Nível sobre Redução do Riscos de Catástrofe, 16-19 de Novembro de 2021.** O anteprojecto do Quadro para Recuperação da COVID-19 para África foi apresentado, durante a Plataforma Regional Africana, aos peritos dos Estados-Membro e às partes interessadas mais amplas em 17 de Novembro e aos Ministros africanos responsáveis pela Redução dos Riscos de Catástrofe em 19 de Novembro de 2021. A sessão ministerial resultou na “Declaração de Nairóbi sobre a aceleração do caminho para alcançar os objectivos e metas do Programa de Acção para a Implementação do Quadro de Sendai para a Redução dos Riscos de Catástrofe 2015-2030 em África”. A Declaração de Nairóbi “solicitou à Comissão da União Africana que acelerasse o desenvolvimento do Quadro para Recuperação da COVID-19 para África, para ser considerado e adoptado pela 4ª Sessão Ordinária do Comité Técnico Especializado para a Agricultura, o Desenvolvimento Rural, a Água e o Ambiente; e instou os Estados-Membro, as Comunidades Económicas Regionais e as outras partes interessadas a apoiarem o processo”
- Validação técnica pelos Estados-Membro da UA em 2 de Dezembro de 2021.
- **4ª Sessão Ordinária do Comité Técnico Especializado (STC) sobre Agricultura, Desenvolvimento Rural, Água e Ambiente (ARDWE).** 13-17 de Dezembro de 2021. O quadro será submetido ao STC-ARDWE para adopção pelo STC. E dado o seu custo, a ser apresentado para inclusão na agenda da Cimeira da UA em Jan/Fev 2022.
- **A Cimeira da AUC** terá lugar em 6-7 de Fevereiro de 2022. O Quadro só pode ser oficialmente aprovado na Cimeira da AUC e apenas se o Quadro tiver recebido feedback positivo nas etapas anteriores.

Será desenvolvida uma estratégia de divulgação para aumentar a sensibilização e a utilização do Quadro. Será seguida da implementação da estratégia de divulgação aos Estados-Membro, parceiros de desenvolvimento e outras partes interessadas, para orientar e financiar a recuperação pós-COVID a nível nacional, regional e continental. Isto também incluirá uma comunicação direccionada aos parceiros de desenvolvimento para facilitar o apoio à preparação e implementação de estruturas de recuperação a nível do país.

Os **resultados esperados** da Fase III são (i) reuniões organizadas em cada REC com os parceiros regionais e nacionais para apresentar o Quadro, (ii) o Quadro de Recuperação para África aprovado e (iii) uma estratégia de divulgação.

Anexo 2: Recomendações Detalhadas de Recuperação para o Sector da Saúde

Curto prazo

Sistemas de Informação da Saúde

- Rever e actualizar as modalidades e plataformas de recolha de dados, para as adaptar às medidas da COVID-19, garantindo simultaneamente que os dados são desagregados por idade, sexo e incapacidade
- Fortalecer mecanismos e sistemas de vigilância passiva e activa para a COVID-19
- Ligar a vigilância da COVID-19 aos dados hospitalares e laboratoriais e integrá-la nos Centros Operacionais de Emergência em Saúde Pública (PHEOC)
- Melhorar os mecanismos e sistemas de relatórios para garantir que existem dados atempados para informar as operações coordenadas pelos IMS da COVID-19
- Reforçar os mecanismos de partilha de informação, assegurando que o fluxo entre os níveis comunitário, distrital, regional e central seja eficaz
- Formar os profissionais de saúde sobre quaisquer adaptações ao sistema de informação sobre saúde

Mão-de-Obra na Saúde

- Avaliar a capacidade dos profissionais de saúde e identificar eventuais faltas em quantidade e qualidade, em todas as áreas, para garantir que os planos de resposta à COVID-19 podem ser implementados
- Criar uma capacidade de aumento, incluindo através da activação de profissionais de saúde inactivos, formação acelerada, recolocação ou mudança de tarefas
- Formar o pessoal sobre as novas directrizes, protocolos e orientações, utilizando abordagens inovadoras para maximizar a eficiência e a eficácia
- Treinar os profissionais de saúde sobre como comunicarem correctamente e com sensibilidade com os pacientes e o público durante o surto da COVID-19
- Abordar os principais desafios da mão-de-obra na saúde, tais como segurança, alojamento, transporte, cuidados infantis, etc., para garantir que podem ser livres para trabalhar
- Abordar os potenciais riscos para a saúde ocupacional e fornecer apoio psicossocial ao pessoal que dele precisar

Produtos Médicos, Vacinas e Tecnologia

- Avaliar e criar uma lista das existências essenciais necessárias para o surto de COVID-19, bem como as doenças não relacionadas com a COVID-19
- Analisar os processos de aquisição e o sistema de gestão da cadeia de abastecimento para garantir a rápida entrega dos produtos e mercadorias necessários
- Usar as capacidades dos fabricantes locais para produzir produtos médicos e produtos básicos necessários, como EPI, máscaras, gel hidro-alcoólico e dispositivos auxiliares
- Colaborar a nível internacional/regional no desenvolvimento, fabrico e distribuição de vacinas, medicamentos e outros consumíveis
- Colaborar a nível internacional/regional no fabrico e distribuição de medicamentos, equipamentos e tecnologias
- Reforçar a capacidade de testagem laboratorial, incluindo a adaptação de modalidades e plataformas de testagem, garantindo a disponibilidade de equipamento de laboratório, reagentes e outros consumíveis e aumentando os recursos humanos

Financiamento da Saúde

- Estimar a perda causada pelo surto de COVID-19 com base na metodologia adaptada do PDNA ou ferramentas e metodologias próprias do país
- Estimar os recursos financeiros necessários para o sistema de saúde continuar a fornecer cuidados relacionados com a COVID-19 e outros cuidados
- Identificar as fontes financeiras necessárias para a recuperação dos sistemas de saúde, usando a abordagem de “reconstruir melhor”
- Desenvolver um plano para garantir o financiamento necessário dos governos, ministérios das finanças e parceiros externos, quando necessário
- Identificar e abordar os desafios adicionais ao aumento e centralização de receitas e à aquisição, provocados pela pandemia
- Desenvolver e implementar programas de protecção financeira para garantir o acesso aos serviços para todos sem risco de dificuldades financeiras

Prestação de Serviço

- Avaliar e resolver os desafios no acesso e acessibilidade aos serviços de cuidados de saúde, incluindo os causados pela reorganização da prestação de serviços relacionada com a COVID-19
- Expandir o pacote de benefícios dos serviços de saúde para garantir que as necessidades de saúde resultantes do surto de COVID-19 estão cobertas
- Estabelecer prioridades para os serviços de saúde não relacionados com a COVID-19, para garantir uma prestação ininterrupta de serviços urgentes de salvamento de vidas, essenciais e de rotina
- Adaptar as plataformas e modalidades de prestação de serviços conforme necessário
- Reforçar os serviços de cuidados de emergência integrados incluindo serviços comunitários, de cuidado pré-hospitalar e de transporte e baseados em unidades (hospital)
- Desenvolver e implementar a estratégia hospitalar para a admissão, encaminhamento, transferência interna, alta de pacientes com infeções respiratórias agudas, em linha com os critérios e protocolos relevantes e em coordenação com as autoridades de saúde locais
- Designar instalações para receber, tratar e reabilitar pacientes com COVID-19, avaliando a sua prontidão e capacidade e monitorizando o seu desempenho e qualidade dos cuidados, para assegurar um cuidado centrado nas pessoas
- Estabelecer e manter equipas especializadas para a COVID-19, incluindo equipas de resposta rápida, equipas de controlo de infeção e de prevenção, etc.

Médio a longo prazo

Sistemas de Informação da Saúde

- Integrar a detecção de casos de COVID-19 e os sistemas de reporte no sistema de informação de saúde nacional, utilizando uma abordagem integrada à vigilância da doença e coordenando a partilha e comunicação de informações para garantir que o processo é eficiente e eficaz
- Reforçar os sistemas de alerta precoce e vigilância para doenças infecciosas
- Rever e reforçar as plataformas e modalidades de recolha de dados
- Reforçar os sistemas a nível distrital para apoiar a tomada de decisões apoiada em evidências
- Reforçar os mecanismos de monitorização da desigualdade na saúde

Mão-de-Obra na Saúde

- Reactivar os mecanismos regulatórios normais que possam ter sido interrompidos ou adaptados para melhorar a capacidade de resposta ao surto
- Criar ou rever a base de dados de profissionais de saúde para ter uma visão geral sobre os recursos humanos, tendo em conta a capacidade de intervenção e as perdas devido ao surto
- Desenvolver planeamento de mão-de-obra a curto e longo prazo tendo em conta as necessidades actuais e futuras da população
- Absorver a mão-de-obra criada pelo surto, através da implementação de medidas como a realocação, a reconversão profissional ou a decisão de suspender alguns novamente

Produtos Médicos, Vacinas e Tecnologia

- Integrar os sistemas de aprovisionamento e distribuição específicos da COVID-19 no sistema existente
- (Re)estabelecer o aprovisionamento e a cadeia de abastecimento normal dos medicamentos
- Reforçar as capacidades nacionais de aprovisionamento, distribuição e de cadeia de abastecimento
- Reforçar a capacidade farmacêutica nacional incluindo em relação ao fabrico, inspecção e regulação
- Reforçar a capacidade de investigação e promover parcerias público-privadas incluindo com a academia e laboratórios

Financiamento da Saúde

- Identificar e resolver quaisquer desafios relacionados com o aumento, agrupamento e aquisição de receitas
- Defender junto do governo o aumento do financiamento interno público para a saúde
- Defender junto do governo a priorização dos cuidados de saúde no seu orçamento, particularmente quando os recursos se tornam mais escassos
- Quando necessário, defender junto dos doadores o aumento do financiamento e do apoio, preferencialmente através de fundos agrupados dedicados à recuperação dos sistemas de saúde
- Implementar políticas e planos para melhorar o acesso à saúde

Prestação de Serviço

- Rever e, onde necessário, integrar modalidades de prestação de serviço específicas da COVID-19 no sistema existente
- Rever as modalidades e plataformas de prestação de serviços, adaptá-las às necessidades da população e resolver quaisquer défices
- (Re)implementar políticas que garantem um acesso livre de barreiras e a acessibilidade aos serviços de saúde
- (Re)activar os cuidados de saúde primários, reforçando a funcionalidade dos sistemas de encaminhamento e as ligações entre os níveis de cuidados primários, secundários e terciários

Anexo 3: Recomendações Detalhadas para a Recuperação Económica

Continental

1) Facilitar as trocas e o comércio

Medidas a curto prazo:

- I. As autoridades fronteiriças devem criar directrizes passo a passo simples sobre os regulamentos fronteiriços para a COVID-19, para operadores de transportes e comerciantes transfronteiriços
- II. Um certificado comum de teste negativo ou comprovativo de vacinação contra a COVID-19 pode ser acordado para permitir o comércio para pequenos comerciantes e negócios informais nas fronteiras. No entanto, este acordo deve estar ciente dos riscos do movimento não regulamentado de agentes patogénicos e mercadorias perigosas
- III. Para os países que não estejam prontos para reabrir as travessias fronteiriças oficiais aos comerciantes informais apeados, as autoridades fronteiriças podem facilitar a agregação, transporte e despacho dos seus bens e alargar os benefícios sociais aos comerciantes informais através de associações de comércio transfronteiriço
- IV. Implementar medidas contra a corrupção para resolver as necessidades dos comerciantes pequenos e informais, controlando a oferta e aceitação de subornos e terminando o assédio e a violência

Medidas a médio e longo prazo:

- I. Melhorar e alargar os Regimes de Comércio Simplificado (STR): Os membros da COMESA acordaram um STR para formalizar e melhorar o desempenho dos comerciantes transfronteiriços de pequena escala, permitindo-lhes beneficiar do tratamento preferencial regional quando importarem ou exportarem mercadorias dentro da região. Um esforço colectivo coordenado pelas REC e pelos Estados-Membro para resolver especificamente esta questão, pode ser recomendado como medida de recuperação a curto e médio prazo
- II. Alguns dos passos para simplificar os regimes comerciais para melhor os adaptar aos comerciantes informais poderão incluir a renúncia do certificado de origem, a flexibilização dos requisitos para as licenças de exportação/importação e certificação sanitária e fitossanitária - por exemplo no comércio de bens essenciais, ou alargar as listas de bens elegíveis ao abrigo do STR. Melhorar os STR e torná-los mais inclusivos para os comerciantes informais poderá contribuir para atrair os mesmos, especificamente as mulheres que compõem a maior fatia dos comerciantes transfronteiriços, para a formalização
- III. Facilitar o comércio transfronteiriço através de sistemas de banca e pagamentos móveis e encorajar a redução de pagamentos arriscados em dinheiro

2) Abordar o desemprego jovem

Medidas a curto prazo:

- I. Alargar a cobertura das medidas de apoio ao rendimento e de protecção social, incluindo benefícios de desemprego, aos jovens vulneráveis

- II. Equipar os jovens com as competências correctas e promover formação em empreendedorismo entre os jovens para estimular o emprego em novos sectores. Um ambiente potenciador composto por redes sociais, mentores, finanças e tecnologia pode ser eficaz na promoção do empreendedorismo jovem
- III. Promover a procura laboral e o emprego apoiando o sector privado, especialmente as MPME

Medidas a médio e longo prazo:

- I. Desenvolver políticas de emprego abrangentes para promover empregos de boa qualidade entre os jovens.
- II. Foco na identificação das oportunidades de crescimento do emprego para as jovens e os jovens vulneráveis através de políticas de desenvolvimento sectoriais. Foco nas políticas TVET e nas acções necessárias poderá aumentar as perspectivas de emprego dos jovens
- III. Identificar lacunas na oferta e na procura e conceber políticas de desenvolvimento de capital humano que correspondam à oferta à procura

3) Facilitar a digitalização da economia

Medidas a curto prazo:

- I. Diminuir os custos das transacções digitais e garantir a acessibilidade. A acessibilidade é um obstáculo persistente à adopção da digitalização, dado o elevado custo global em relação ao rendimento. Diminuir os custos das transacções pode ajudar os consumidores a terem acesso a outros serviços financeiros como opções de gestão do risco e investimentos, ajudando os agregados a melhorar a sua estabilidade financeira e resiliência.
- II. Adopção de Tecnologias Financeiras. Os serviços de moeda móvel fornecidos pelos operadores de Tecnologia Financeira e telecomunicações estão a preencher cada vez mais as lacunas que os bancos tradicionais nunca conseguiram resolver. O impulso de inclusão financeira do Banco Central, políticas regulatórias favoráveis e revisão dos requisitos Know Your Customer (Conheça o Seu Cliente) são alguns dos incentivos para acelerar o desenvolvimento.
- III. Diminuir as disparidades de género no acesso digital. Promoção de políticas e estratégias que respondam às questões de género, utilizando soluções digitais para fornecer medidas de ajuda relacionadas com a COVID-19 dirigidas às mulheres e raparigas rurais, dedicando fundos para apoio às empresas e cooperativas lideradas por mulheres através de tecnologias digitais, investindo na protecção dos utilizadores da Internet (atenção especial aos analfabetos e vulneráveis contra o cibercrime, incluindo o assédio sexual) podem ser algumas das medidas para colmatar o fosso digital entre homens e mulheres.
- IV. Fechar a lacuna digital para as microempresas. As finanças digitais têm um potencial inexplorado na SSA, em termos de adaptação dos serviços financeiros ao contexto local e às características dos utilizadores finais. No geral, a inclusão financeira pode aumentar a produção económica. Os produtos financeiros acessíveis a preços acessíveis podem impulsionar o crescimento económico. Encorajar as MPME a adoptar ferramentas digitais é importante para as tornar mais resilientes na luta contra a pandemia. Para apoiar estas empresas, pode ser implementada uma abordagem para alavancar a tecnologia existente e criar novas ofertas adaptadas às MPME em África, com o apoio dos respetivos Estados-Membro da UA.

Medidas a médio e longo prazo:

- I. E-saúde e E-educação. Devem ser estabelecidas parcerias público-privadas para reforçar áreas como a saúde e a educação. Fornecer ao público serviços de saúde e educação digitais de alta qualidade fixaria a sociedade para continuar a adoptar vias de desenvolvimento digital.
- II. Melhorar as competências digitais dos utilizadores e impulsionar a procura emergente por serviços digitais são as duas maiores barreiras ao empreendedorismo digital nos países africanos em vias de desenvolvimento. O investimento deve ser canalizado para (a) desenvolver um ecossistema digital africano de conteúdos e serviços digitais locais, e (b) desenvolver competências de base ampla para que todos os cidadãos possam tirar o máximo partido da conectividade.
- III. São necessários novos modelos de investimento em infraestruturas digitais incluindo o financiamento de parcerias entre os operadores móveis e o governo para construir infraestruturas partilhadas, para desbloquear a recuperação e dar o salto no desenvolvimento em muitas áreas rurais ou remotas. A adopção de soluções FinTech baseadas em Big Data e na aprendizagem automática pode levar a uma diminuição do custo dos riscos de crédito.
- IV. A Estratégia de Transformação Digital da UA afirma que é necessário avançar com um programa de “enormes competências digitais online para todos”. À medida que os governos integram a aquisição de competências digitais nos currículos nacionais para os estudantes, isto pode ser alargado às empresas e organizações comunitárias para lhes fornecer opções de aprendizagem ao longo da vida sobre tópicos digitais.
- V. Expansão das redes de fibra. Um aumento na procura local por serviços com uso intensivo da nuvem e de largura de banda aumentou a urgência da expansão das redes de fibra óptica. Os operadores privados devem ser cada vez mais encorajados a investir em novas infraestruturas de fundo, que ajudarão a expandir a fibra para além dos seus centros tradicionais nos subúrbios mais ricos e nas áreas comerciais de alta densidade.

Medidas comuns a todas as regiões

1) Promover as cadeias de valor da horticultura

Medidas a curto prazo: a) reconstruir os activos operacionais, tais como a irrigação, as treliças e as estruturas de sombra; b) prever regimes de subsídios para a perda imediata de produtos perecíveis; c) contratos públicos para uma melhor actividade agrícola na próxima época de colheita; d) facilitar um ambiente institucional de apoio para o armazenamento e a logística; e) constituir órgãos de ponta de todas as partes interessadas (Como o Conselho de Administração do Cacau do Gana), para aconselhar e ajudar a disponibilizar fundos para o sector da horticultura.

Medidas a médio prazo: a) acelerar a adopção digital e melhorar o acesso dos agricultores aos mercados a montante e a jusante, reforçar as ligações rurais e urbanas e ajudar a construir cadeias de abastecimento resilientes; b) adopção tecnológica para otimizar a produção de frutas e produtos hortícolas que satisfaça os requisitos do mercado em termos de preço e qualidade; c) construir as capacidades dos agricultores; d) Adopção de culturas geneticamente modificadas (GM) com base em provas científicas: África tem a maior área de terras aráveis não cultivadas no mundo, mas a maioria das explorações agrícolas ocupa menos de dois hectares (e) adoptar sistemas de rega eficientes em termos de água para melhorar a produtividade, trazer terras não cultivadas para áreas de cultivo, criar empregos, tanto na agricultura, aumentando assim os rendimentos dos agricultores, como empregos em sistemas de manutenção/apoio técnico aos agricultores, (f) desenvolver cooperativas que incluam intervenientes de vários sectores da horticultura e associações baseadas em culturas para ajudar a lidar com questões de acesso ao crédito, sementes, viveiros, obtenção de material de plantação isento de doenças e outros factores de produção agrícola.

Medidas a longo prazo: (a) reformar a propriedade fundiária tendo em vista a produtividade e a inclusão. África tem a maior área de terras aráveis não cultivadas no mundo, mas a maioria das explorações ocupa menos de dois hectares, b) as explorações comerciais, bem como os agricultores com recursos limitados, podem plantar culturas de fruta decíduas, outras culturas de fruta e porta-enxertos adequados às suas condições climáticas e de solo específicas, c) construir um ecossistema robusto de comércio eletrónico, d) estabelecer uma ligação institucional formal, e) investir em planos de recuperação ecológica/agricultura sustentável para fazer face à crise climática.

2) Aproveitar o potencial da Economia Azul

Medidas a curto prazo:

As estratégias a curto prazo a seguir apresentadas centraram-se principalmente em garantir a saúde e a segurança dos intervenientes na cadeia de valor e em cuidar das suas inseguranças alimentares, nutricionais e económicas.

- I. A maioria dos governos de África tomou medidas imediatas para dar resposta às necessidades financeiras das empresas, fornecendo isenções fiscais e facilidades de crédito fáceis. Estas medidas deverão prosseguir no curto prazo. Devem ser tomadas medidas para favorecer o acesso das mulheres ao crédito.
- II. Os pacotes de ajuda devem ser dimensionados progressivamente. Deve-se ter cuidado para que estes programas não exacerbem as desigualdades em vez de as reduzirem. Por exemplo, a ajuda financeira pode ser ponderada a favor de embarcações ou explorações mais pequenas, em vez de atribuir uma taxa fixa por tamanho da unidade ou superfície. Transferências em dinheiro e em espécie pelas instituições locais (onde não existem regimes nacionais de protecção social) para apoiar os mais vulneráveis.
- III. A reabertura de mercados físicos, transporte e logística são essenciais para o bom funcionamento da cadeia de valor dos alimentos aquáticos. Eles devem ser mantidos abertos, embora com a implementação de protocolos específicos contra a COVID-19. Deve ser concedido apoio às pequenas empresas para facilitar o saneamento e instalações para lavagem de mãos em unidades de processamento e fábricas de peixe.
- IV. Vacinar os intervenientes ao longo da cadeia de valor aquática. Fornecer equipamento de protecção pessoal à tripulação dos navios de pesca.
- V. Iniciar a cobertura de protecção social à mão-de-obra vulnerável ao longo da cadeia de valor aquática. Isto deverá incluir um grande número de mulheres que estão largamente envolvidas nas actividades de processamento. Devem ser feitas considerações especiais para os trabalhadores migrantes que constituem uma parte significativa da mão-de-obra aquática.
- VI. Eliminar os constrangimentos na facilitação do comércio, em particular, lidando decisivamente com a procura de rendas com práticas incorrectas em vários pontos de controlo fronteiriços.
- VII. Estabelecer um processo regular de consultas entre o governo, os profissionais da pesca, os trabalhadores relevantes e as associações empresariais para identificar problemas emergentes e soluções de baixo para cima.
- VIII. Ajudar as pequenas empresas na cadeia de valor aquático a aderir a plataformas de comércio eletrónico.
- IX. Ao promover a aquicultura e a pesca como estratégia pró-pobres, elaborar um plano que considere as especificidades de género, visto que os padrões baseados no género predominam ao longo da cadeia. Por exemplo, as mulheres estão normalmente envolvidas na comercialização interna de produtos de peixe frescos e curados, enquanto a exportação de produtos secos fumados é principalmente efectuada por homens.

Medidas a médio prazo:

A médio prazo, devem ser envidados esforços para identificar e corrigir deficiências no sistema existente e iniciar alterações sistémicas e políticas. O apoio aos grupos vulneráveis deve continuar. A assistência financeira e a ajuda aos pagamentos às pequenas empresas só podem ser gradualmente eliminadas após a devida avaliação e avaliação das necessidades.

- I. Estabelecer sistemas para melhorar a recolha e a monitorização de dados, para acompanhar as alterações e introduzir intervenções rápidas sempre que necessário.
- II. Melhorar os quadros de governação, incentivando o sector privado e a sociedade civil a participar na formulação de políticas sectoriais e nas medidas de gestão de recursos.
- III. Fornecer formação de literacia digital aos intervenientes da cadeia de valor aquática.
- IV. A qualidade da água desempenha um papel importante na manutenção saudável e próspera dos peixes e do ecossistema circundante. Devem ser feitos testes de qualidade da água regularmente.
- V. Abordar questões relacionadas com as cadeias de valor dos alimentos aquáticos e dos alimentos, segurança e nutrição num quadro político integrado e trabalhar em estratégias para a implementação efectiva.
- VI. Investir em sistemas de manuseamento e armazenamento a frio para evitar a perecibilidade e o desperdício dos peixes.
- VII. Investir em fábricas de transformação de peixe para converter peixe fresco ou congelado em vários tipos de produtos transformados. A procura por produtos processados registou um aumento durante a pandemia.
- VIII. Facilitar o comércio intra-regional de peixe e produtos aquáticos sob o âmbito da AfCFTA.

Medidas a longo prazo:

Tais intervenções foram formuladas com o objectivo de conceber uma recuperação duradoura e resiliente alinhada com os objectivos de desenvolvimento futuros da economia azul.

- I. Melhorar as infraestruturas críticas, tais como estradas, electricidade e mercados
- II. Investir no capital humano e na formação de competências elevadas para os intervenientes na cadeia de valor aquático
- III. Investir em I&D para promover a produção de alimentos aquáticos ricos em nutrientes
- IV. Desenvolver sistemas abrangentes de protecção social para a mão-de-obra aquática para que se tornem resilientes a choques futuros
- V. Desenvolver um quadro nacional abrangente e sensato para a economia azul. Prestar apoio à elaboração de políticas baseadas em evidências, através do desenvolvimento de melhores sistemas de informação sobre ecossistemas marinhos vulneráveis e habitats frágeis
- VI. Apoiar a pesca responsável e o crescimento sustentável da aquicultura em consonância com os princípios CODE (Código de Conduta para a Pesca Responsável) e os objectivos de desenvolvimento sustentável
- VII. Aprofundar o comércio intra-regional e internacional de espécies aquáticas de alto valor e produtos de valor agregado e transformados

3) Apoio ao desenvolvimento das MPME

A. Extracção Mineira Artesanal e de Pequena Escala (ASM)

Medidas a curto prazo:

- I. Vacinação dos operadores da ASM. A ASM é intensiva em termos laborais com milhares de mineiros a trabalhar em espaços confinados, representando um maior risco de transmissão. A sua vacinação em massa é essencial.
- II. Medidas de protecção e de bem-estar social para os mineiros do sector ASM. Os mineiros ASM, especialmente os mineiros do sector do ouro, têm sido negativamente afectados apesar dos preços relativamente elevados do ouro. Dado que quase 80% da ASM é informal, há pouca garantia de que o recente aumento nos preços do ouro irá beneficiar este grupo de mineiros. Portanto, transferências de dinheiro, criação de emprego, alimentos e suprimentos de saúde podem ser algumas das maneiras de protegê-los.
- III. Isenção dos intervenientes da cadeia de abastecimento mineira dos encerramentos de fronteiras e das restrições de viagem.
- IV. Facilitar as medidas de crédito, o acesso aos mercados, as competências e os conhecimentos essenciais de marketing, especialmente no sector da ASM.
- V. Criar um fórum de diálogo entre os mineiros da ASM, os mineiros de grandes dimensões, as organizações de trabalhadores e outras partes interessadas institucionais. Este fórum também poderia ajudar a facilitar a integração dos intervenientes da ASM nas cadeias de valor regionais e globais, normalmente controladas pelas empresas e pelos operadores de conglomerados. Iniciar capacitação e formação com base nas necessidades dos negócios e de OSH, nas quais as instituições e as empresas possam colaborar. A formação dos trabalhadores ASM e o fornecimento de kits de EPI/OSH podem ser um incentivo para que as ASM adiram aos protocolos de saúde da COVID-19 e adotem práticas de trabalho dignas.

Medidas a médio prazo:

- I. Definir políticas para travar os conflitos entre ASM e os trabalhadores da extracção mineira em larga escala (LSM).
- II. Maior protecção dos direitos de propriedade dos trabalhadores da ASM.
- III. É importante que os países apliquem o cumprimento dos acordos de extracção mineira nas suas operações, com os códigos de extracção mineira dos países relevantes (especialmente os países produtores de ouro). Para aderir aos códigos, as empresas mineiras colocariam em prática planos de Risco de Catástrofe e Continuidade dos Negócios, o que atenuaria os efeitos adversos dos choques que o sector está a enfrentar.
- IV. Introdução de um imposto sobre lucros inesperados que possa entrar em vigor quando os preços do ouro atingem um determinado limiar.
- V. Combater o contrabando e o branqueamento de capitais no sector do ouro ASM. A exploração mineira ilegal ameaça a viabilidade do sector mineiro e da economia global.
- VI. Agilizar a digitalização. Existe um potencial significativo para a digitalização no subsector da ASM ao ajudar os mineiros de pequena escala a obter eficiências, a expandir o negócio tornando-se parte de cadeias de fornecimento maiores e a gerar melhores soluções ambientais e económicas. A formação de cooperativas e outros grupos pode integrar o sector fragmentado da ASM. Isto, por sua vez, pode ajudar os mineiros ASM a aumentar a sua produção e no acesso ao mercado.
- VII. Melhorar o acesso à electricidade e considerar investir na energia solar no sector mineiro. Os painéis solares podem produzir electricidade a um custo mais baixo e com um recurso local.

Medidas a longo prazo:

- I. Transformação estrutural no sector: A dependência excessiva da procura chinesa por matérias-primas africanas tem exposto vulnerabilidades nas estruturas de uma série de economias. Embora a COVID-19 tenha exacerbado essas vulnerabilidades, ao mesmo tempo apresentou uma oportunidade para transformação estrutural. Os países com recursos abundantes para alimentar as revoluções globais da energia e do transporte (como o crómio, o manganês, o cobre, o cobalto e o lítio) deveriam aproveitar a oportunidade para reformar a governação agora, para reduzir a dependência dos hidrocarbonetos e desenvolver mercados globais para outros materiais, de preferência com algum nível de valor acrescentado antes da exportação.
- II. Criação de capacidade de refinação de ouro: É importante que os países africanos ponham em prática medidas que incentivem o estabelecimento de refinarias de ouro no continente, como forma de agregar valor local ao produto. Não só permitiria aos países captarem mais valor da mercadoria, como também é provável que reduzisse o risco de mercado para os mineiros ASM.
- III. Construir indústrias para servir minas: As empresas multinacionais da Europa, da América do Norte e, mais recentemente, da China ainda dominam a extracção e a refinação da maior parte dos minerais extraídos em África, com papéis mínimos para as empresas africanas. A partir destes minerais, as empresas de produção estrangeiras produzem bens de consumo e industriais para venda nos mercados globais a preços muito mais elevados do que o que é pago pelas matérias-primas. África pode tirar mais partido dos seus minerais, construindo indústrias para servir as minas e agregar valor aos seus próprios recursos naturais para impulsionar o desenvolvimento económico.
- IV. Formação de quadros conducentes e jurídicos. Estruturas burocráticas altamente centralizadas de licenciamento[12] apresentam falhas do Estado e incentivam um sector informal de ASM, o que atrai empresários estrangeiros e locais ilegais oportunistas mas dotados de recursos, que normalmente operam com maquinaria pesada de movimentação de terras com impactos ambientais devastadores.[13] Portanto, devem ser envidados esforços para desenvolver estruturas legais conducentes e abrangentes, não apenas para aliviar as restrições à aquisição de licenças, mas também para o acesso à terra, a igualdade de género, a participação comunitária, a segurança ambiental e as normas laborais.
- V. Aplicar alterações legislativas nos códigos da extracção mineira: Isto aumentaria as receitas do governo e garantiria a sua utilização adequada. À medida que os códigos da extracção são actualizados, os governos devem avançar e investir em comunidades onde as minas estão localizadas. É muito importante que o governo ponha de lado fundos que possam ser usados para apoiar esforços de auxílio em caso de choques como a pandemia.

B. Resolver as necessidades do sector do turismo. Com uma recuperação que se espera ser lenta e desigual entre as regiões, especialmente devido à nova variante Ómicron da COVID-19, apoiar o sector do turismo em África nestes tempos difíceis será crítico. A preocupação imediata é o dano que as restrições estão a causar às famílias, às indústrias de viagens e turismo e às empresas. Nestes tempos difíceis, as políticas para garantir que o sector possa beneficiar as comunidades e a população vulnerável que dele depende, precisam de ser apoiadas e implementadas.

Destinos insulares e costeiros. Alguns dos destinos insulares populares na África Oriental e Austral são as Maurícias, as Seychelles, e Zanzibar (Tanzânia). O principal desafio deste segmento é a sua capacidade de recuperação se a pandemia continuar nos seus principais mercados abastecedores para além de 2021 e se as suas próprias taxas de vacinação estiverem abaixo dos limites aceitáveis. Alguns dos países costeiros destas regiões também têm locais de lazer populares que atraem turistas com uma duração média de estadia maior (por exemplo, a South African Garden Route) ganhando receitas per capita mais elevadas do que outros lugares.

Destinos Artísticos e Patrimónios. Os países do Norte de África, como o Egipto, Marrocos e Tunísia, são destinos turísticos populares pela sua arte e património atractivos e também pelo Mar Mediterrâneo. Os principais desafios para estes países são as baixas taxas de vacinação (especialmente no Egipto) e os efeitos de contágio da instabilidade regional e das questões de insegurança. As disparidades de género são mais amplas e existem discrepâncias de competências no sector onde as mulheres, os jovens e os licenciados são frequentemente excluídos do mercado laboral, apesar da sua aquisição de qualificações e diplomas.

Safari e destinos cénicos. África é o destino número um do mundo para safaris que vão desde os muito simples aos exóticos. Países da África Oriental como o Quénia, a Tanzânia e o Uganda dependem fortemente da indústria do turismo para gerar rendimentos. A Migração dos Grandes Animais Selvagens do Serengeti no Quénia e na Tanzânia tornaram-se destinos populares de safari. Da mesma forma, são populares os parques nacionais e reservas de caça na África do Sul, Zâmbia, Zimbábue e alguns outros países vizinhos. As Cataratas Vitória (Zimbábue/Zâmbia), o Monte Kilimanjaro (Tanzânia) e alguns outros locais também são destinos cénicos populares. Todos estes destinos sofreram um declínio nas chegadas turísticas durante a pandemia.

Medidas a curto prazo:

- I. Aumentar as taxas de vacinação no país, o que irá restaurar a confiança dos viajantes
- II. A assistência social, os programas de transferência de dinheiro para famílias dependentes do turismo profundamente afectadas e, especialmente, para os trabalhadores informais e sazonais, aumentam os benefícios do desemprego. A assistência à redução da dívida para microempresas informais e trabalhadores por conta própria.
- III. O relançamento de destinos através de promoções “Retorno à actividade” para os principais mercados abastecedores e as empresas devem procurar compreender os compromissos do alargamento das ofertas de desconto.
- IV. Reduzir o custo para fazer negócios por continuar a manter licenças operacionais durante estes tempos.
- V. É necessário iniciar facilidades de crédito para as MPME, especialmente para as que são propriedade de mulheres, para estimular o empreendedorismo na economia.
- VI. Abordar as “operações bancárias burocráticas” para facilitar as facilidades de crédito para MPME. A regulação excessiva ou a conformidade rígida por parte dos bancos impedem o acesso ao crédito.
- VII. Qualificar e requalificar trabalhadores: É provável que o relançamento do sector do turismo seja prolongado. Alguns dos trabalhadores podem precisar de ser requalificados para lhes dar opções alternativas de subsistência ou aproveitarem oportunidades de emprego noutros sectores da economia, ou receberem capital inicial para começarem as suas próprias microempresas. Pode ser necessária a criação de institutos profissionais, a apresentação de programas de formação no local de trabalho e de estágios para apoiar esses programas de reorientação do mercado de trabalho.

Medidas a médio prazo:

- I. Digitalização: Embora a maioria dos países tenha tomado medidas para desenvolver a infraestrutura digital, uma nova maneira de introduzir um passaporte de saúde digital para garantir que a saúde é incorporada em todos os aspectos das viagens pode aumentar os sentimentos de segurança dos passageiros durante as viagens. A utilização de tecnologias de identidade digital e biometria pode restaurar a confiança e garantir uma viagem perfeita.
- II. Ampliar a cobertura e melhorar o direccionamento dos programas de protecção social para a grande população de trabalhadores do sector informal no sector do turismo.
- III. Desenvolver uma parceria estreita entre as partes interessadas na indústria do turismo e uma forte parceria público-privada.

Medidas a longo prazo:

- I. Estabelecer infraestrutura crítica: A economia turística precisa de um terminal de aeroporto melhorado com equipamento de segurança internacional; conexões de voo para grandes cidades próximas; investidores em instalações de resort e serviços turísticos; e limpeza e regeneração dos locais de atracção. A mudança de hotéis para villas, casas privadas e outras acomodações não tradicionais pode acelerar a procura no caso das Maurícias e das Seychelles. A expansão da capacidade de produção interna é fundamental para que as Seychelles travem a sua excessiva dependência dos factores de produção importados.
- II. O turismo ecológico nos últimos anos tem sido importante para os turistas, quando escolhem um destino de férias principalmente devido a questões ambientais e à mudança nas preferências dos consumidores.
- III. Convergência do turismo sustentável e da economia azul. Por exemplo, em São Tomé e Príncipe, tem de ser construído um porto de pesca para barcos industriais e semi-industriais e um porto de águas profundas. Nenhum navio de grande calado pode aportar, por isso toda a carga é descarregada para pequenos barcos rebocadoras no mar e depois descarregada novamente no pequeno e congestionado porto do país. Este é um grande facilitador em falta para apoiar a economia azul no país.
- IV. Diversificação: Desenvolvimento da produção ligeira; convergência do turismo sustentável e da economia azul, processamento de marisco e actividades portuárias; expansão da agricultura/horticultura podem ser formas de diversificar a economia para reduzir o risco de ser afectada por choques futuros. O desenvolvimento de políticas destinadas a salvaguardar os conflitos de utilização da terra entre a agricultura e o turismo e a escassez de água são exigidas pelos países.

Alguns bons exemplos de iniciativas propostas podem ser encontrados no Relatório de Avaliação das Necessidades de Recuperação da COVID-19 do Turismo da Zâmbia. As iniciativas visam reabrir o sector e implementar medidas de médio e longo prazo que priorizem a sustentabilidade e o desenvolvimento inclusivo através de reformas políticas e mudanças institucionais (PNUD, 2021).

C. Desenvolver a produção ligeira através de empresas verdes. As medidas de recuperação para apoiar as MPME na produção ligeira (muitas das quais podem ser negócios não registados) e na negociação precisam de ser consideradas como um continuum onde a implementação começa a curto prazo, mas depois transita para médio e longo prazo. As recomendações de recuperação, tais como as das MPME, podem ser amplamente agrupadas em cinco categorias, ou seja, (a) acesso mais fácil ao crédito a taxas de juro mais baixas e procura de garantias mínimas, (b) apoio à criação de emprego para micro e pequenas empresas, (c) orientação para o empreendedorismo, formação, capacitação e amparo, d) facilitação da adopção de tecnologias nas economias africanas emergentes e em transição e e) melhoria da qualidade das estatísticas industriais e da monitorização das políticas industriais.

Medidas a curto prazo:

- I. Acesso mais fácil ao crédito a taxas de juro mais baixas e procura de garantias mínimas. Alargar estas medidas a empresas da economia informal, empresas não registadas e trabalhadores por conta própria ajudá-las-á a manter-se à tona e a apoiar a recuperação. Além disso, considerando a extensão da receita perdida pelas MPME e o rendimento perdido pela sua mão-de-obra, há a necessidade de aumentar o conjunto de recursos para lhes estender o crédito de modo a apoiar a sua recuperação.
- II. Apoio à criação de emprego para MPME. O apoio em tempos de finanças públicas limitadas precisa de ser cuidadosamente estruturado e executado judiciosamente para obter o máximo de benefícios socioeconómicos dos investimentos públicos ou da perda de receitas para o tesouro.

- III. Apoiar a orientação, a formação, o reforço de capacidades e o amparo para o empreendedorismo. Além da assistência ao crédito, a maioria dos microempresários também necessitaria de formação para o reforço das capacidades, apoio de mão através de assistência técnica especializada, uma vez que podem não estar preparados para sair desta crise por si só. Assim, para uma implementação eficaz, o pacote de assistência ao crédito tem de ser acompanhado de assistência técnica para que os empresários iniciem a recuperação dos seus negócios.
- IV. Melhorar a facilitação do comércio. A mudança de foco, dos actuais gastos com infraestruturas fronteiriças para o aumento dos recursos humanos e das medidas operacionais para reduzir o tempo de permanência nas fronteiras, pode ser eficaz. O reforço do comércio intra-africano através da AfCFTA poderia facilitar a transformação em indústrias verdes e em tecnologias baseadas em recursos renováveis. Ao reduzir as barreiras comerciais, os acordos comerciais também podem facilitar a difusão de bens e serviços ambientais.

Medidas a médio prazo:

- I. Melhorar a qualidade das estatísticas industriais e monitorização da política industrial. A adopção de padrões nacionais alinhados com os padrões é um imperativo para quaisquer países melhorar a competitividade das suas exportações.
- II. Facilitação da transferência e adopção de tecnologia pelas economias emergentes e em transição africanas. A mudança tecnológica trazida pelas Tecnologias Ecológicas Emergentes (EGT) é relevante tanto para os países desenvolvidos como para os países em desenvolvimento. As EGT no sector industrial podem contribuir com soluções para problemas ambientais, ao mesmo tempo que melhoram a competitividade dos países.
- III. Sensibilizar as pessoas para as oportunidades existentes na economia verde (tais como os materiais de construção ecológicos), especialmente para as empresas que continuam a adquirir produtos insustentáveis e continuam a poluir a água e o ar. Melhorar também as instituições de TVET e aumentar a capacidade de mão-de-obra em sectores intensivos em tecnologia será um factor potenciador fundamental no processo de transformação estrutural para aumentar a adição de valor, ajudando assim os países a alcançar a competitividade industrial.

Medidas a longo prazo:

- I. Criar um quadro jurídico e regulamentar adequado para a economia verde, que actuará como um incentivo para que as MPME passem para operações sustentáveis. Para proteger a economia contra a desindustrialização virtual e o crescimento das MPME informais, é urgente estabelecer um quadro jurídico da economia.
- II. Melhorar o funcionamento das Zonas Económicas Especiais que enfrentam limitações em matéria de infraestruturas (por exemplo, défices de energia), disposições inadequadas em matéria de serviços empresariais, regulamentos e procedimentos empresariais exigentes, um quadro de incentivos fragmentado, falhas de coordenação institucional e um design fraco que não alavanca as indústrias âncora estratégicas para economias de aglomeração maiores. Pode aumentar a competitividade dos corredores económicos e promover o crescimento económico.

Um bom exemplo é a Green EnterPRIZE Innovation and Development no Zimbábue, que com 3,4 milhões de USD, visa promover empresas sustentáveis para criar empregos verdes e decentes, especialmente para mulheres e homens jovens. Os resultados mostram que 2000 desses empregos foram criados, 1000 empregos foram melhorados e 3000 jovens foram formados. Tais intervenções podem estimular o mercado de produtos e serviços ecológicos através da expansão do acesso a competências para empregos verdes e do investimento na ambientalização das empresas existentes (OIT, 2017).

D. Serviços de transporte. As recomendações de recuperação para o sector do transporte agrupadas e medidas a curto, médio e longo prazo são listadas abaixo.

Medidas a curto prazo:

- I. Priorizar a vacinação, implementar medidas de saúde e segurança no sector do transporte com o fornecimento de luvas de látex, higienização, distanciamento social, testagem aleatória e simplificando as medidas de quarentena, especialmente para garantir um comércio transfronteiriço seguro.
- II. Apoiar os operadores de transportes públicos através da implementação de protocolos de saúde; proteger o pessoal e os passageiros, limitar a propagação da COVID-19, bem como gerir a economia ao mesmo tempo.
- III. Apoio financeiro imediato às empresas de transportes públicos, com especial incidência nos operadores informais, através de associações ou sindicatos em condições específicas; isenções fiscais ou de licença destinadas a operadores formais e informais; concessões aos operadores de transportes informais para compensar as perdas resultantes das restrições; prestar assistência às populações vulneráveis e negociar um nível mínimo de serviço de transporte público e disponibilidade com os operadores.
- IV. Facilitar as facilidades de crédito para cobrir custos variáveis, tais como necessidades operacionais contínuas ou para a renovação de frotas.

Medidas a médio prazo:

- I. Introduzir licenças competitivas baseadas na qualidade, considerando o estatuto financeiro, legal e ético das empresas, bem como a qualidade dos camiões e a formação dos condutores.
- II. Adotar uma harmonização regional dos regulamentos relativos a camiões, normas para veículos e acordos de licenciamento para promover a integração transfronteiriça.
- III. Facilitar a circulação dos condutores de camiões através da adopção de entradas múltiplas ou sem visto para que os condutores de camiões aumentem a flexibilidade das operações de carga.
- IV. Utilizar ferramentas digitais para melhorar o desalfandegamento e outros processos de facilitação do comércio transfronteiriço, agilizando assim o desalfandegamento e minimizando o contacto físico. As agências Aduaneiras e Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) devem trabalhar em conjunto para conceber regimes especiais para o desalfandegamento acelerado de mercadorias críticas.

Medidas a longo prazo:

- I. Implantar novas tecnologias. A introdução da recolha de tarifas sem numerário e da gestão de frotas, a implementação da mobilidade electrónica em sistemas de transporte em massa pode ajudar a melhorar a eficiência.
- II. Colaboração do sector privado com agências fronteiriças. O sector privado deve chegar-se à frente e trabalhar com as agências fronteiriças para executar uma pré-avaliação das importações através da triagem avançada de documentação. Isto ajudará a identificar e priorizar as actividades de importação antes da chegada das mercadorias.
- III. Investimento na ambientalização do sector dos transportes. O investimento na transformação do sector dos transportes como medida de recuperação pós-pandemia poderá criar emprego adicional e ajudar os países a passarem para economias mais ecológicas e mais saudáveis.
- IV. Estabelecer vias verdes para camiões em todas as fronteiras. Isto impedirá a paragem adicional de camiões nas fronteiras reduzindo dessa forma o tempo de espera.

Um bom exemplo é o Projecto de Competitividade de Serviços de Comércio e Logística, no valor de 18 milhões de USD, cujo objectivo é melhorar o quadro legal, facilitar o comércio, modernizar os camiões e formar profissionais dos transportes no Togo (Banco Mundial, 2022). A África do Sul já lançou uma estratégia de transportes ecológicos que irá permitir ao sector dos transportes gerar oportunidades de emprego adicionais, assim como benefícios para a saúde pública. (<https://sdg.iisd.org/news/south-africa-launches-green-transport-strategy/>)

Anexo 4: Debates de Grupos de Foco

Foram realizados debates de grupo de foco em todo o continente para receber os contributos e perspectivas das várias partes interessadas sobre os aspectos da recuperação para África. Cada uma das sessões foi realizada virtualmente através do Zoom, excepto as reuniões com Afstag/ Periperi U e o IGAD que foram realizadas pessoalmente no Hotel Trademark em Nairóbi, e no Centro de Previsões Climáticas e Previsões do IGAD em Ngong, Quénia. Quando as reuniões foram realizadas fisicamente, foram seguidas precauções de segurança apropriadas para a COVID-19. A tabela fornece informação sobre o sector ou foco geográfico das FGD, a data de realização e a lista de participantes com as suas afiliações nacionais. Cada uma das sessões durou em média uma hora e a lista de participantes reflecte os detalhes dos que conseguiram participar nas discussões, embora em cada caso tenham sido convidados muito mais participantes.

#	DGF	Data de Realização	Lista de Participantes
1	Afstag/ Periperi U (investigação e Academia)	23 de novembro de 2021	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prof. Djilali Benouar (Argélia) 2. Dr. Nicodemus Nyandiko (Quénia) 3. Adama Bamba 4. Abdoul Oubeidillah (Comores) 5. Mady Ibrahim Kante (Mali) 6. Assial Alladoumngue (Chade) 7. Thabo Ndlovu (Zimbábue) 8. Paulina Ekua Amponsah (Gana)
2	IGAD (Corno de África, Vale do Nilo e Grandes Lagos Africanos)	24 de novembro de 2021	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dr. Ahmed Amdihun (IGAD) 2. Emmanuel Okecho (Responsável de preparação para catástrofes no gabinete do Primeiro-Ministro - Uganda) 3. Betty Scopas (Directora do Sistema de Alerta Precoce no Ministério para os Assuntos Humanitários e Gestão de Catástrofes do Sudão do Sul) 4. Abeba Kiros (Comissão para a Gestão do Risco de Catástrofe - Etiópia) 5. Dr. Martin Talian (Especialista em Gestão do Risco de Catástrofes no Centro Nacional de Operações de Catástrofe - Quénia) 6. Abdalla Osman (Centro de Alerta Precoce da Comissão de Ajuda Humanitária - Sudão do Sul) 7. Hassan Mohammed Anshur (Somália) 8. Dr. Nicodemus Nyandiko (Quénia)

3	Sociedade Civil	25 de novembro de 2021	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cleche Batamio (AYAB- Congo Brazzaville) 2. Walekhwa Abel (AYAB- Uganda) 3. Constant Admisse (AYAB- África Central) 4. Edward Wanyonyi (Rede sobre Risco de Catástrofes para Jornalistas Africanos) 5. Tabi Joda (Representante da Aliança para o Conhecimento e Práticas Indígenas e Movimento Green Aid (Auxílio Ecológico)) 6. Kossivi Adesou (Coordenador Regional da Rede Global de Organizações da Sociedade Civil para a Redução de Catástrofes sediado no Senegal) 7. Boroto Ntakobajira (Perita de Género na Africa Risk Capacity (AU) em Joanesburgo, África do Sul)
4	ECCAS (África Central)	2 de dezembro de 2021	<ol style="list-style-type: none"> 1. Constantin Michel Mbarga (Camarões) 2. Joseph Makundi (Congo) 3. HABINSHUTI Philippe (Ruanda)
5	Sector Privado	3/12/2021 a 3 de dezembro de 2021	<ol style="list-style-type: none"> 1. Loy Rego (MPN- Egipto) 2. Nichole Solomons (Global Compact South Africa) 3. Annette Kimitei (SENECA EA) 4. Judy Wambugu (KEPSA, Conselho para o Sector da Segurança) 5. Harrison Ngatia (KEPSA) 6. Haron Akala (Centro Africano para os Estudos Tecnológicos e Nairóbi Risk Hub) 7. Vinesh Chintaram (Arquitecto e paisagista urbano) 8. Debabani Chakravarty
6	África Ocidental	9 de dezembro de 2021	<ol style="list-style-type: none"> 1. Atikatou Dieng (Alliance Citoyenne- Mauritânia) 2. Dr. Usman Kibon (Centro para a Gestão do Risco de Catástrofes e Estudos sobre Desenvolvimento, Ahmadu Bello University (ABU)- Nigéria) 3. Moutaye Whoor Hamit (Director Delegado de Promoção dos Atractivos Nacionais - Chade) 4. Daniel Obot (Agência Nacional de Gestão de Emergências - Nigéria) 5. Ouedraogo Rimzissa (Burquina Faso)
7	África Austral	10 de dezembro de 2021	<ol style="list-style-type: none"> 1. Victor Mahlalela (Director de Programas da Agência para a Gestão do Risco de Catástrofes em Eswatini) 2. Eric Seyama (NDMA Eswatini) 3. Sihle Mzileni (NDMA- Eswatini) 4. Bruno Emmanuel (BNGRC- Madagáscar) 5. Coronel Felipe (BNGRC- Madagáscar) 6. Amelie Yan-Gouiffes (Coordenadora Residente da ONU, do Gabinete de RRC e conselheira para a recuperação em Madagáscar)

Consultas com Economistas do Escritório Nacional do PNUD em África

Data	País	Lista de Responsáveis Com Quem Reunimos	Cargo / Organização
11 de janeiro de 2022	Nigéria	Sr ^a . Nabila Aguele	Conselheira Especial do Excelentíssimo Ministro das Finanças da Nigéria
		Dr. Armstrong Takang	Ministério das Finanças da Nigéria

30 de dezembro de 2021	Serra Leoa, Libéria	Sr. Ligane Sene	PNUD, Serra Leoa/ Libéria
29 de dezembro de 2021	Rep. Dem. do Congo	Sr. Taib Diallo	PNUD, RDC e Burundi
22 de dezembro de 2021	Nigéria	Ms. Clare Henshaw	PNUD, Nigéria
20 de dezembro de 2021	Madagáscar, Comoros	Mr. Daniel Gbetnkom	PNUD, Madagáscar
20 de dezembro de 2021	Moçambique	Mr. Alex Warren-Rodríguez	Economista Sênior, PNUD, Moçambique
20 de dezembro de 2021	Quênia	Mr. Benson Kimani	PNUD, Quênia
		Mr. Bheki Bhembe	
10 de dezembro de 2021	Zâmbia	Mr. Domigos Mazivila	PNUD, Zâmbia
6 de dezembro de 2021	Regional	Fitsum G. Abraha	Conselheiro Económico Regional, Nairóbi, Quênia

Reunião com outras instituições sobre a recuperação económica de África

Data	Instituição	Lista de Responsáveis Com Quem Reunimos	Função
21 de dezembro de 2021	UNIDO	Sr. Irhad Puce (comentários escritos fornecidos)	Divisão de Infraestruturas de Qualidade e Produção Inteligente, UNIDO
9 de dezembro de 2021	AfDB	Dr. Zerihun Alemu	Economista-Chefe, Quênia

References

- Abay, K., Berhane, G., Hoddinott, J., & Tafere, K. (2020). COVID-19 e segurança alimentar na Etiópia: os programas de protecção social protegem?
- Centro para o Controlo de Doenças em África (CDC)(2020) e Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres, (2020). A maioria dos africanos tomaria uma vacina eficaz e segura contra a COVID-19. <https://africacdc.org/news-item/majority-of-africans-would-take-a-safe-and-effective-covid-19-vaccine/>
- Centro para o Controlo de Doenças em África (CDC)(2021). Percepções sobre a Vacina Contra a COVID-19: Um estudo em 15 países. <https://africacdc.org/download/covid-19-vaccine-perceptions-a-15-country-study/>
- Banco de Desenvolvimento Africano (AfDB), (2020). Perspectiva Económica para o Norte de África - Lidar com a Pandemia da COVID-19
- Banco de Desenvolvimento Africano (AfDB), (2021). Da Resolução da Dívida ao Crescimento: O Caminho a Percorrer para África. Perspectiva Económica Africana 2021. African Economic Outlook 2021 | African Development Bank - Building today, a better Africa tomorrow (afdb.org)
- Consórcio para a Investigação Económica em África (AERC) (2021). Avaliação de Impacto da Pandemia da COVID-19 na Indústria do Turismo e da Hospitalidade na EAC e Estratégia de Recuperação Pós Pandemia para o Sector. Documento de Trabalho do AERC Sobre a COVID-19 018. AERC-Working-Paper-COVID-19_018.pdf (aercafrica.org)
- Comissão da União Africana (AUC) 2022. Primeiro Relatório Continental sobre a Implementação da Agenda 2063. https://au.int/sites/default/files/documents/38060-doc_agenda_2063_implementation_report_en_web_version.pdf
- Akiwumi, P. (2020). COVID-19: Uma ameaça à segurança alimentar em África. <https://unctad.org/news/covid-19-threat-food-security-africa>
- Allen, C. (2021). Remessas na África Subsaariana: Uma Actualização, 2021, 1-5
- ASEAN (2012). Avançar o Financiamento e Seguro do Risco de Catástrofes nos Estados-Membros da ASEAN: Quadro e Opções para Implementação
- AUDA-NEPAD (2021). Pescas e Aquacultura Africana na Macroeconomia. <https://www.nepad.org/publication/african-fisheries-and-aquaculture-macro-economy>
- BBC (2021). Coronavírus: Como a pandemia mudou a economia mundial. <https://www.bbc.com/news/business-51706225>
- Bonn Challenge (2017). Compromisso dos Líderes Africanos para o Apoio à Restauração da Paisagem Florestal. <https://www.bonnchallenge.org/sites/default/files/resources/files/%5Bnode%3Anid%5D/Kigali%20Declaration%20on%20Forest%20Landscape%20Restoration%20in%20Africa.pdf>
- Brookings Africa Growth Initiative (2021). Relatório de Perspectivas para África
- Brookings (2021). Desenvolvimento Humano - Proteger as Populações Vulneráveis, Perspectivas para África, 2021
- Carpenter, J. W. (2020). Os Principais Países Produtores de Petróleo em África. <https://www.investopedia.com/articles/investing/101515/biggest-oil-producers-africa.asp>
- Chuku, C., Mukasa, A., e Yenice, Y. (2020). Colocar a segurança das mulheres e das raparigas em primeiro lugar na resposta de África à COVID-19. Brookings, Maio de 2020
- Curran, E. & Kennedy, S. (2021). A Covid Irá Deixar Cicatrizes Profundas na Economia Mundial Mesmo Após a Recuperação. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-04-17/economic-recovery-after-covid-scars-will-remain-after-the-rebound>

Deloitte (2020). Sete lições que a COVID-19 nos ensinou sobre estratégia de dados - Como os governos podem maximizar o valor que retiram dos dados <https://www2.deloitte.com/us/en/insights/economy/covid-19/government-data-management-lessons.html>

Devereux, S. (2021). Respostas de protecção social à COVID-19 em África, *Política Social Global*, 1-27

FAO (2018). Perfil de género nacional dos modos de vida agrícolas e rurais, Uganda. <https://www.fao.org/3/i8436en/I8436EN.pdf>

FAO (2021). Perspectivas das Colheitas e Situação Alimentar - Relatório Global Trimestral N° 2, Julho de 2021; e N° 1 Roma. <https://doi.org/10.4060/cb5603en>

FAO, FIDA, UNICEF, PAM e OMS (2021). O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo, 2021

República Federal Democrática da Etiópia(FDRE) (2020). COVID-19: Plano de Resposta a Emergências Nacionais. Adis Abeba: FDRE

Freeland, N., S. Devereux & L. Mookodi (2020). Plano Nacional de Recuperação da Protecção Social do Botsuana. Gaborone: República do Botsuana e Nações Unidas Botsuana

Presidência Francesa (2021). Cimeira sobre o Financiamento das Economias Africanas. Declaração, 18 de Maio de 2021. <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Summit%20on%20the%20Financing%20of%20African%20Economies.pdf>

Gentilini et al. (2021). Protecção Social e Respostas dos Empregos à COVID-19: Uma Revisão em Tempo Real das Medidas dos Países, versão 15 (14 de Maio de 2021). Washington DC: Banco Mundial. <http://documents.worldbank.org/curated/en/281531621024684216/Social-Protection-and-Jobs-Responses-to-COVID-19-A-Real-Time-Review-of-Country-Measures-May-14-2021>

Gikandi, L. (2020). A COVID-19 e os quenianos vulneráveis e trabalhadores: Porque é que é altura de um plano de protecção social robusto. Documento Informativo da Oxfam. Oxford: Oxfam International

Global Fund (2021). O Impacto da COVID-19 nos Serviços e Sistemas de Saúde para o VIH, a Tuberculose e a Malária: Um Instantâneo de 502 Unidades de Saúde na África e na Ásia

Governo da Gâmbia (2020). Plano de Acção Nacional para Resposta à COVID-19: Abril 2020 - Março de 2021; publicado em Setembro de 2020

Governo da Nigéria (2021). <https://nasims.gov.ng/programs/npower>

ILO (2017). Green EnterPRIze Innovation & Development in Zimbabwe. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---africa/---ro-abidjan/---sro-harare/documents/projectdocumentation/wcms_623950.pdf

ILO (2020). Relatório sobre o Emprego em África (Re-Africa): Ultrapassar o Desafio do Emprego Jovem

ILO (2021). Respostas de Protecção Social à Crise da COVID-19 em Todo o Mundo. <https://www.social-protection.org/gimi/ShowWiki.action?id=3417>

IMF (2021). Respostas Políticas à COVID-19. <https://www.imf.org/en/Topics/imf-and-covid19/Policy-Responses-to-COVID-19>

Leo, B. & Winn, C. (2020). Planos de comunicação localizados ajudam o Senegal a controlar a COVID-19. Brookings. <https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2020/11/10/localized-communication-plans-help-senegal-control-covid-19/>

Mahler, D. G., Yonzan, N., Lakner, C., Aguilar, R. A. C., e Wu, H. (2021) Estimativas actualizadas do impacto da COVID-19 na pobreza global: recuperar da pandemia 2021? <https://blogs.worldbank.org/opendata/updated-estimates-impact-covid-19-global-poverty-turning-corner-pandemic-2021>

OECD (2020). COVID-19 e África: Implicações socioeconómicas e respostas políticas, OCDE, 7 de Maio de 2020. <http://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/covid-19-and-africa-socio-economic-implications-and-policy-responses-96e1b282/>

Osendarp, S., Akuoku, J. K., Black, R. E., Headey, D., Ruel, M., Scott, N., ... & Heidkamp, R. (2021). A crise da COVID-19 irá exacerbar a subnutrição materna e da criança e a mortalidade infantil em países de baixos e médios rendimentos. *Nature Food*, 2 (7), 476-484

Pardee Center for International Futures e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2021). Perseguir Objectivos de Desenvolvimento Sustentável num Mundo Reformulado pela COVID-19

Premium Times (2021). <https://www.premiumtimesng.com/news/more-news/426157-nigerian-govt-plans-to-spend-n400-billion-on-npower-tradermoni-others-in-2021.html>

Ratha, D.K., Dilip K., Plaza, S., & Seshan, G.K. (2021). Informação sobre Migração e Desenvolvimento 34: Resiliência: Crise da COVID-19 através da Lente da Migração

Roy C.M., Bukuluki P., Casey S.E., Jagun, M.O., John, N.A., Mabhena, N., Mwangi, M., & McGovern T., (2022). Impacto da COVID-19 nos Serviços de Prevenção e Resposta à Violência Baseada no Género no Quênia, Uganda, Nigéria e África do Sul: Um Inquérito Transversal. *Front. Glob. Womens Health* 2:780771. doi: 10.3389/fgwh.2021.780771

Sachs, J., Kroll, C., Lafortune, G., Fuller, G., & Woelm, F. (2021). Relatório sobre o desenvolvimento sustentável de 2021. Cambridge University Press

Secretariado, A. S. E. A. N. (2020). Quadro de recuperação detalhado da ASEAN

Silwal, A. R., Engilbertsdottir, S., Cuesta, J., Newhouse, D., & Stewart, D. (2020). Estimativa global das crianças em pobreza monetária: Uma Actualização. Documento de Reflexão sobre Pobreza e Equidade <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/34704>

Suzuki, E. (2019). A população mundial continuará a crescer e atingirá quase 10 mil milhões de pessoas até 2050. Blogues do Banco Mundial

The Economist (2020). A Covid-19 asfixiou a economia da África do Sul. Em: The Economist [online]. Londres. <https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2020/07/18/covid-19-has-throttled-south-africas-economy>

The Lancet for Global Health (2021). Estimativas iniciais dos efeitos indirectos da pandemia da COVID-19 na mortalidade materna e infantil nos países de baixos e médios rendimentos: um estudo de modelação

Centro dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável para África e Rede de Soluções para o De Desenvolvimento Sustentável (2020): Relatório sobre o Índice e Painéis de ODS de África, 2020. Kigali e Nova Iorque: Centro ODS para África e Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável

Nações Unidas (2020). O Impacto da COVID-19 nos idosos; vulnerabilidade e negligência; Resumo de Política da ONU

UNAIDS (2021). Ficha Informativa de Estatísticas Globais sobre VIH e SIDA <https://www.unaids.org/en/resources/fact-sheet>

UNCTAD (2018). O Relatório dos Países Menos Desenvolvidos de 2018: Empreendedorismo para a transformação estrutural: Para além do figurino habitual, 2018, Nações Unidas

UNCTAD (2019). Desenvolvimento Económico em África

UNDESA (2019). Dados Demográficos. <https://www.un.org/development/desa/pd/data/living-arrangements-older-persons>

UNDP (2019). O Estado da Assistência Social em África. <https://www.africa.undp.org/content/rba/en/home/library/reports/the-state-of-social-assistance-in-africa-report.html>

- UNDP (2019a). Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 2019
- UNDP (2020). Avaliação do Impacto Socioeconómico da COVID-19 na Guiné Equatorial. Malabo: UNDP
- UNDP (2020a). Para Além da Recuperação: Em Direcção a 2030. <https://www.undp.org/publications/beyond-recovery-towards-2030>
- UNDP (2020b). Nota de Orientação Preliminar sobre Avaliação das Necessidades de Recuperação da COVID-19. <https://recovery.preventionweb.net/publication/covid-19-recovery-needs-assessment-crna-draft-guidance-note>
- UNDP (2020c). Metodologia de Avaliação das Necessidades de Recuperação da COVID-19 (CRNA), 2020, https://www.za.undp.org/content/south_africa/en/home/library/rapid-emergency-needs-assessment/, Pág. 17-18
- UNDP e UNICEF (2021). Relatório sobre o Mecanismo de Financiamento Solidário Africano, Análise Documental e Opções de Fundos, 16 de Dezembro de 2021
- PNUD e ONU Mulheres (2021). COVID-19 Global Gender Response Tracker. New York: United Nations Development Programme. <https://data.undp.org/gendertracker/>
- Comissão Económica para África da ONU (UNECA) (2020). “A ECA estima perdas no valor de milhares de milhões para África devido ao impacto da COVID-19,” Comissão Económica para África da ONU, 13 de Março de 2020. <https://www.uneca.org/stories/eca-estimates-billions-worth-losses-africa-due-covid-19-impact>
- UNESCO (2019). Conectar África Através da Banda Larga Uma Estratégia para duplicar a conectividade até 2021 e atingir o acesso universal até 2030. <https://www.broadbandcommission.org/publication/connecting-africa-through-broadband/>
- UNESCO (2020). Um instantâneo dos desafios e oportunidades educativas para a recuperação em África
- UNESCO (2021). Monitorização global dos encerramentos de escolas provocados pela COVID-19. <https://covid19.uis.unesco.org/global-monitoring-school-closures-covid19/regional-dashboard/>
- UNFPA (2020). Impacto da Pandemia da COVID-19 no Planeamento Familiar e na Erradicação da Violência Baseada do Género, da Mutilação Genital Feminina e do Casamento Infantil. Nota Técnica Intermédia. Abril de 2020.
- UNHCR (2020). COVID-19 e os Direitos das Pessoas com Deficiência: Orientação
- UNHCR (2021). Tendências Globais 2020
- UNICEF (2020). Quantas crianças e jovens têm acesso à Internet em casa? Estimar a conectividade digital durante a Pandemia da COVID-19. <https://data.unicef.org/resources/children-and-young-people-internet-access-at-home-during-covid19/>
- UNICEF (2020a). Covid-19 - Uma Catástrofe para as Crianças na África Subsaariana
- UNICEF (2021). A pandemia da COVID-19 leva a um retrocesso significativo na vacinação infantil, demonstram novos dados da OMS/UNICEF. <https://www.who.int/publications-detail-redirect/progresses-and-challenges-with-sustaining-and-advancing-immunization-coverage-during-the-covid-19-pandemic>
- UNICEF, OMS e UHC (2021). Ressurgir, Responder, Recuperar: Renovar o progresso na saúde das mulheres, crianças e adolescentes na era da COVID-19
- Grupo Interagências da ONU para a Estimativa da Mortalidade Infantil (2019). Níveis e Tendências em Mortalidade Infantil, Relatório de 2019

UN OCHA (2022). Relatório sobre a Situação do Quênia - Setembro de 2020. <https://reports.unocha.org/en/country/kenya/>

ONU Mulheres e Azcona et al. (2020). Da perspectiva à acção. Igualdade de género no rescaldo da COVID-19. <https://data.unwomen.org/publications/insights-action-gender-equality-wake-covid-19>

WFP (2020). Estado da Alimentação Escolar Mundial em 2020

PAM e FAO (2021). Pontos Quentes da Fome: Avisos precoces da FAO-PAM sobre insegurança alimentar aguda - Panorama entre Março e Julho de 2021

PAM e UNICEF (2021). COVID-19: Falta Mais Do Que Uma Sala de Aula. O impacto do fecho das escolas na nutrição das crianças

WHO (2020). Estratégia de Comunicação do Risco Global da COVID-19 e Envolvimento Comunitário - directriz intercalar. <https://www.who.int/publications/i/item/covid-19-global-risk-communication-and-community-engagement-strategy>

OMS (2020a). Relatório Global Sobre a Tuberculose

OMS (2020b). Considerações sobre deficiência durante o surto da COVID-19

OMS (2021a). Ficha Informativa sobre a Malária da OMS, 2021. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/malaria>

WHO (2021). Estimativas mais recentes sobre o VIH e actualizações sobre a adopção de políticas sobre o VIH

WHO (2021). Impacto da pandemia da COVID-19 na detecção da Tuberculose e na mortalidade em 2020. <https://www.who.int/publications/m/item/impact-of-the-covid-19-pandemic-on-tb-detection-and-mortality-in-2020>

OMS (2021b). Segunda Ronda do Inquérito de Sentimento Nacional sobre a Continuidade de Serviços de Saúde Essenciais durante a Pandemia da COVID-19: Janeiro- Março 2021

WHO (2022). Terceira Ronda do Inquérito de Sentimento Global sobre a Continuidade de Serviços de Saúde Essenciais durante a Pandemia da COVID-19: Novembro - Dezembro de 2021: relatório intercalar, 7 de Fevereiro de 2022. Organização Mundial de Saúde. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/351527>

OMS e UNICEF (2021). Progresso e Desafios da Sustentação e Progresso da Cobertura da Imunização Durante a Pandemia da COVID-19. <https://www.unicef.org/press-releases/covid-19-pandemic-leads-major-backsliding-childhood-vaccinations-new-who-unicef-data>

OMS, UNICEF, UNFPA e Banco Mundial (2019). Tendências na Mortalidade Materna: 2000 a 2017

OMS e Banco Mundial (2011). Relatório mundial sobre deficiências

WIEGO (2020). Respostas de protecção social à COVID-19. <https://www.wiego.org/social-protection-responses-covid-19>

Banco Mundial (2020). Pobreza e Prosperidade Partilhada 2020: Inversões da Sorte. Washington, DC: Banco Mundial. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/34496>

Banco Mundial (2020a). A Pandemia da COVID-19: Choques para a Educação e Respostas Políticas

Blogue do Banco Mundial (2020b). Uma resposta inclusiva à COVID-19 para os trabalhadores informais de África. <https://blogs.worldbank.org/africacan/inclusive-response-covid-19-africas-informal-workers>

Banco Mundial (2020c). Perspectiva Económica para a República Centro-Africana: Diversificar a economia para criar resiliência e fomentar o crescimento. Comunicado de imprensa, Novembro de 2020. <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/11/30/perspectives-economiques-en-republique-centrafricaine-diversifier-leconomie-pour-renforcer-la-resilience-et-favoriser-la-croissance>

Banco Mundial (2020d). Programa de África para as Pescas, <https://www.worldbank.org/en/programs/africa-program-for-fisheries#2>

Banco Mundial (2021). COVID-19 na África de Leste e Austral: Quatro Barreiras para a Recuperação na Corrida para Proteger os Mais Pobres da Região. Artigo Editorial, Março de 2021. <https://www.worldbank.org/en/news/opinion/2021/03/23/covid-19-in-eastern-and-southern-africa-four-hurdles-to-recovery-in-the-race-to-protect-the-region-s-poorest>

Banco Mundial (2021a). Perspectiva Macro sobre a Pobreza para a África Subsaariana; Análise país a país e projecções para o mundo em desenvolvimento

Banco Mundial (2021b). Actualização Económica de Cabo Verde: Recuperar das crises - Restaurar a sustentabilidade fiscal e alavancar o sector privado para uma recuperação mais resiliente e mais sustentável. Washington DC: Banco Mundial

Banco Mundial (2021c). Quénia: Projecto de Acesso a Energia Solar Fora da Rede para Países Desfavorecidos. <https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/project-detail/P160009>

Banco Mundial, (2022). Togo: Projecto de Competitividade de Serviços de Comércio e Logística. <https://projects.worldbank.org/en/projects-operations/project-detail/P158982>



African Union Headquarters
P.O. Box 3243, Roosevelt Street
W21K19, Addis Ababa, Ethiopia
Tel: +251 (0) 11 551 77 00
Fax: +251 (0) 11 551 78 44
www.au.int